

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

Ilanil Coelho

**PELAS TRAMAS DE UMA CIDADE MIGRANTE
(JOINVILLE, 1980-2010)**

Florianópolis
2010

Ilanil Coelho

**PELAS TRAMAS DE UMA CIDADE MIGRANTE
(JOINVILLE, 1980-2010)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Klug.

Florianópolis
2010

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca Universitária da Univille

C672p Coelho, Ilanil
Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010). / Ilanil Coelho ; orient. Dr João Klug – Florianópolis : UFSC, 2010.

376 f. ; il. : 30 cm

Orientador: João Klug
Tese (Doutorado – em História Cultural
Universidade Federal de Santa Catarina)

1. História cultural. 2. Joinville - História . 3. Joinville - Migração. 4. Migrantes. 5. Memória – Migrantes. Patrimônio cultural. I. Klug, João. II. Título.

CDD 981.642

Pelas Tramas de uma Cidade Migrante (Joinville, 1980-2010)

ILANIL COELHO

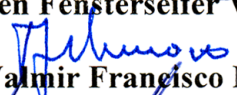
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final
para obtenção do título de

DOCTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof. Dr. João Klug


Profa. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann

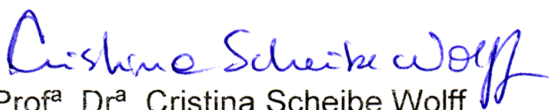

Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro


Prof. Dr. Emerson César de Campos


Profa. Dr. Eunice Sueli Nodari

Prof. Dr. Alexandre Busko Valim

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher


Profª. Drª. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 17 de maio de 2010.

A Marcos Odainai.

Meu amor... Você me traz tudo de bom. Obrigada pelos inúmeros recomeços. Obrigada por roubar e sempre jogar fora minhas ausências. Obrigada pela maneira com que você sempre pôs “um sorriso na minha cara”. “Você me dá sorte!”.

A Pedro Odainai.

É só a mãe acabar o que está escrevendo e vamos assistir ao CQC e ao jogo do seu *timeco*... Mas antes deixa eu te agradecer por você existir e ser esse “guri” tão maravilhoso. Obrigada por você ter cedido e ainda continuar a me amar.

A vocês dois dedico tudo o que aprendi, que, de tanto, não me foi possível escrever.

AGRADECIMENTOS

Mais do que exprimir gratidão e reconhecimento; mais do que buscar acarinhar; mais do que conceder coautorias; não há neologismos capazes de expressar o que sinto e gostaria de traduzir.

A João Klug, o orientador que me fez ser invejada por aqueles que me perguntaram como você era. Obrigada por sua disposição aos encontros e às críticas que, auxiliando-me, sempre foram generosos incentivos para que eu continuasse.

Migrante, mãe de treze filhos. Ativa referência para 0,016% da população joinvilense. Todo dia chega do Jarivatuba. Dá uma volta na chave. Nos últimos treze anos encantou minha casa com cheiros e deu trela para o meu rebento. Todos os dias, de dentro, deu outra volta na chave dizendo “vai, deixa comigo”. Obrigada, Gui. Aguida Lopes, 65 anos, personagem ímpar desta história.

Ao meu indestrutível lastro familiar paulistano. Minha mãe Hylanou Coelho. Meus irmãos Nilton Coelho Filho e Eglinor Coelho Marreto. Meu irmão Andriwtegnny Borges Moreira. Aos frutos deles, minha afilhada Marília, Lucas, Juliana e Vinícius. Amo vocês. Não esqueci, não! Áurea Regina Borges Moreira, obrigada, mana... Você é o algo tudo a ver inenarrável que habita em mim.

À indestrutível lembrança dos que foram. Meu pai Nilton Coelho. Meus avós, imigrantes de segunda geração, Rosa Bonini Moreno, a mulher que eu sempre desejarei ser, e José Moreno.

Ao espanhol teimoso, meu tio Laerte Moreno, que acirrou meu desejo de história, sob protestos dos seus filhos e de quem chegou depois deles. Sou terna aos encontros da Morenada com a Coelhada, ainda que fossem e sejam burlescos desencontros. Vamos comemorar muito, especialmente no centenário do nosso glorioso time: S. C. Corinthians Paulista.

Meu carinho ao clã híbrido brasileiro-luso-bessarábio, rememorando o patriarca Nicolau Odainai e brindando a presença doce e marcante

de Elvira Mathias Odainai. Agora é o momento daquele churrasco 24 horas.

A Fernando Sossai. Meu querido pós-humano pós-aluno. Obrigada por sua dedicação, por seus rápidos e constantes auxílios, pelo seu humor cortante e aguda perspicácia. O orgulho que eu tenho de você é incomensurável. Vai... é você!

A Diego Finder Machado. Vai... é você! Afinal, doze horas seguidas de Certeau no meu improvisado laboratório de história não é para qualquer um. Cortante é sua facilidade de ir além. Obrigada, querido. Você e o Fernando são a prova de que interrogações que se fazem juntas... juntam.

A Iara Andrade Costa e a Pedro Carpinetti Costa, amigos queridos de vinte anos. A minha maior e mais permanente rede migrante. Não apenas minha, mas de quem chega pra ficar ou apenas pra descansar. Pra vocês um pouquinho da cidade que fez os seus pequenos criarem asas e que me fez conhecer as avós Maurina e Elazir e a tia Coca, que em 1997 devolveu a Marília pra nós. A propósito, Tatá e Ronaldo, queridos afilhados, estamos indo conhecer a casa de vocês.

A Paulo Ivo Koehntopp, amigo de menos de vinte anos... Talvez quinze, não me lembro bem. Geografia, desejo de universidade, barco e doutorados. Sempre com um “tô aqui”. Num deles... você e o Genésio, lembra?! Apendicite em flor no estrangeiro. Um “tô aqui” pra você e pro Genésio também.

Para que a palavra (e não o ato) não se torne repetitiva, agradeço também:

Aos meus companheiros de gestão na UNIVILLE. Sandra Aparecida Furlan, Therezinha M. Novais de Oliveira, Berenice R. Z. Garcia, Raul Landmann, Giucélia Lourdes Spitzner. Compartilho com vocês o nem sempre secreto julgamento de que não foi fácil trabalhar comigo neste último ano. Wilmar Anderle e Martinho Exterkoeter. Mesmo não tendo a mesma sina dos já citados, tiveram outra: a de conviver com uma ansiosa professora e pró-reitora que se meteu a ser aluna.

Aos meus amigos de PROEN. Ana Beatriz A. do Nascimento, Sílvia Mattos (chero), Mariana T. Schulze, Josiane P. Petry, Regina M. M. Gern, Regina B. Cavassin, Míriam M. N. Gonçalves, Silvana de Borba, Joana G. Dias, Maria Aparecida L. de Aguiar, Ivone Manske, Michele X. Guerreiro, Glaciléia F. Vicente, Elisangela do Prado Bruno, Marlene F. Westrupp, Rogério dos Passos, Mônica K. Alves, Tânia M. da Silva, Graziela T. K. Unger, Liandra Pereira e Elzira B. Munhoz. Vocês são demais. Alexandre Cidral e Wanilda B. Billinski, vocês são e generosamente foram demais nos últimos meses. Para mim, todos vocês sempre exalam aprendizagens. Misturam, sem misturar, competência, profissionalismo com sorrisos e afeições. Deixa eu pegar um arzinho... francamente, é indispensável aqui repetir um muito obrigada.

A todos os professores do Departamento de História; aos professores de outros departamentos e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade que me emprestaram livros, ajudaram com informações, viabilizaram entrevistas e além de tudo se dispuseram ao diálogo: Afonso Imhof, Arselle de A. Fontoura, Eleide A. G. Findlay, Janine G. Silva, Jeisa Rech, Martha Heinzelmänn, Sandra P. L. C. Guedes, Raquel S. Thiago, Sirlei de Souza, Márcia S. Hobold, Nadja Lamas, Taiza M. R. Moraes e Yoná S. Dallonso.

À diferença que pulsa e pulsou na sala de aula com os alunos do Curso de História da UNIVILLE.

A todos os entrevistados. Mais do que dispor de algumas horas para comigo pensar o presente e o passado de Joinville, vocês me concederam uma preciosa licença de posse: conhecer suas vidas em detalhes; ouvir desejos pessoais de futuro; compartilhar memórias ressentidas, ternas ou ambas; praticar momentaneamente seus lugares; emocionar-me ou me alterar com seus dizeres. Enfim, instantaneamente apropriei-me de suas biografias e as encaminho para novas apropriações. Obrigada por terem me recebido na sala, no salão da igreja, no terreiro, no escritório, na universidade e na minha casa.

Aos meus queridos ex-alunos que, mesmo agora alçando altos voos, encontraram um tempinho para me munir de informações e viabilizar contatos: Marcos Aurélio Fernandes, Michel U. Becker e Zeca Chaves.

A todos os que foram tão solícitos na pesquisa sobre o terreiro de candomblé no bairro Ademar Garcia, especialmente ao meu colega de doutorado Gerson Machado. O singular depoimento da mãe Jacila brevemente será referência para nossas novas reflexões sobre a cidade.

À trupe da Dionisos Teatro, especialmente a Vinícius, Andréia, Clarice e Eduardo.

A Viviane, hiper-revisora. A Jaison Sapelli, Juliano P. Nunes e Fernanda Ozório da Conceição, transcritores em trânsito.

Aos funcionários das várias instituições em que pesquisei: IBGE/Joinville, Arquivo Histórico de Joinville, Promotur, Fundação Municipal de Esportes, associações dos moradores do Nova Brasília, Aventureiro, Ademar Garcia, Itinga e Parque Joinville e FAMJO.

Ao Sr. Antonio Guarda, coordenador da Base Territorial UE/SC do IBGE, por sua preciosa e ágil ajuda.

Ao Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural Cristo Rei e Santo Antônio.

Às paróquias do Itinga, Parque Joinville, Jardim Paraíso e Vila Nova.

À UNIVILLE, espaço de experiência profissional e social, pela bolsa concedida, pelos incentivos recebidos e pela intensidade de suas exigências acadêmicas e cidadãs.

RESUMO

Joinville, localizada na região nordeste de Santa Catarina, tornou-se, a partir dos anos 1980, a mais populosa cidade do estado, em razão dos fluxos migratórios internos. O estudo procura relacionar essa migração recente às transformações operadas nos contornos territoriais e nas sociabilidades urbanas, assim como aos processos de identificações culturais produzidos pelos moradores de Joinville. Inicialmente, as festividades – promovidas pelo poder público ou pelos próprios moradores na cotidianidade do vivido – são objetos de análise que vão sendo enredados a outros acontecimentos, vislumbrados na documentação pesquisada. Pela interpretação histórica emergem os movimentos que, sob o signo da diferença (manifesta pela presença migrante), tramam e produzem ressignificações sobre Joinville ora como “cidade alemã”, ora como “palco da diversidade étnica”. Num segundo momento, as atenções se voltam aos discursos da historiografia e da imprensa, buscando também compreender como os escritores definiram o papel e, ao mesmo tempo, o lugar ocupado pelos migrantes na história de Joinville. Com base na metodologia da história oral, o trabalho discute, ainda, as narrativas de memória dos migrantes, aqui considerados personagens ímpares, buscando aprofundar as complexas questões que permeiam suas vivências, usos e apropriações da diferença, questões essas que atravessam os próprios atos narrativos, pelos quais os migrantes procuram dar sentido aos seus passados e presentes na cidade. No percurso da investigação emergiram novos traçados, fronteiras e identificações, permitindo compreender Joinville no cruzamento de práticas e representações que a tornam singular e, ao mesmo tempo, a aproximam de outras contemporâneas e migrantes cidades.

Palavras-chave: Migrantes, diferença, história de Joinville.

ABSTRACT

The city of Joinville, located in the Northeast region of the State of Santa Catarina, has become, from the 1980's, its most populous city, due to internal migration flows. This study aims to correlate this recent migration process to territorial boundaries and urban sociabilities' transformations, as well as to cultural identifications processes created by Joinville habitants. First of all, the festivities – as a governmental initiative or organized by the residents in their quotidian – are objects under analysis, and have been interlaced with other happenings captured from the researched documentation. By the historical interpretation rise movements that, under the sign of the difference (evidenced by the migrant presence), weave and create new meanings for Joinville as a “Germanic city” or as an “ethnic diversity stage”. On a second moment, the historiography and press writings are focused, seeking to understand how writers have defined the migrants role and the place they have occupied in Joinville's History. Based on oral History methodology, the narratives of migrant memories – as unique characters – are analyzed, more deeply reflecting the complexes questions that permeate their life histories, the use and appropriation of the difference. The same questions arise during their narratives, when the migrants try to make sense to their past and present lives in the city. On the way of the investigation, new tracks, boundaries and identifications have emerged, allowing us understanding Joinville by the crossing of practices and representations which turns it into a unique city, at the same time making it closer to other contemporaneous migrant cities.

Keywords: Migrant, difference, History of Joinville.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Logomarca da Festa das Tradições (2006) | 39 |
| Figura 2 – Coleções de objetos antigos expostos durante a Festa das Tradições (2006) | 76 |
| Figura 3 – Coleções de objetos antigos expostos durante a Festa das Tradições (2006) | 78 |
| Figura 4 – Evolução urbana de Joinville: 1937 a 2001 | 94 |
| Figura 5 – <i>Banner</i> informativo de comidas típicas | 111 |
| Figura 6 – <i>Show</i> patético. Rainha caracterizada dançando com Apolo desnudo | 124 |
| Figura 7 – Mapa de Joinville. Em destaque os bairros Vila Nova e Itinga | 138 |
| Figura 8 – Coral da Festa da Polenta | 148 |
| Figura 9 – “As primeiras foiçadas serviram para iniciar a comunidade (antes era tudo assim)” | 307 |
| Figura 10 – “Casal de irmãos nascidos na comunidade. Ao fundo, o terreno onde hoje estão construídas as salas de catequese” | 308 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – População residente em Joinville..... | 254 |
| Tabela 2 – População residente conforme região geográfica de naturalidade | 254 |
| Tabela 3 – População residente conforme naturalidade (região Sul) .. | 255 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----------------|
| INTRODUÇÃO | 23 |
| CAPÍTULO I | |
| 1 A DIVERSIDADE COMO ESPETÁCULO: JOINVILLE | |
| NUMA VITRINE VIVA E ESTILHAÇADA..... | 37 |
| 1.1 SEDUZIDA PELA <i>VITRINE</i> | 45 |
| 1.2 OS TERMOS E OS SEUS USOS..... | 68 |
| 1.3 “DIVERSIDADE” EM DESCONTROLE | 86 |
| 1.4 AROMAS HÍBRIDOS E COMENSALIDADE FESTIVA..... | 109 |
| 1.5 LACUNAS INQUIETANTES... .. | 115 |
| 1.6 IMPERTINÊNCIAS DE UM APOLO DESNUDO..... | 118 |
| 1.7 HIBRIDISMOS MARGEANTES..... | 134 |
| CAPÍTULO II | |
| 2 QUANDO O ASSUNTO É MIGRAÇÃO... .. | 157 |
| 2.1 OS HISTORIADORES E SEUS DISCURSOS | 163 |
| 2.2 O CASO TERNES | 172 |
| 2.3 TENSÕES HISTORIOGRÁFICAS NOS ANOS DE 1990 | 193 |
| 2.4 “RAÍZES PARTIDAS” NA “CIDADE DAS FLORES” | 207 |
| 2.5 AS MARGENS DA CIDADE MIGRANTE..... | 227 |
| 2.6 HISTORIADORES E JORNALISTAS: DISCURSOS E DESLOCAMENTOS DA QUESTÃO MIGRATÓRIA | 238 |
| CAPÍTULO III | |
| 3 MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS ENREDADAS | |
| DA CIDADE MIGRANTE..... | 253 |
| 3.1 O CAMINHO E O TRAJETO..... | 268 |
| 3.2 TRAVESSIAS | 272 |
| 3.3 EM REDES | 288 |
| 3.4 TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS..... | 301 |
| 3.5 AINDA SOBRE DIFERENÇA E IDENTIDADE | 311 |
| 3.6 MEMÓRIAS EM CENA: <i>MIGRANTES</i> | 324 |
| ARREMATAS..... | 345 |
| REFERÊNCIAS | 351 |

INTRODUÇÃO

Vivemos num tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS¹

A epígrafe que escolhi para apresentar este trabalho procura exprimir as ansiedades que marcaram o meu longo percurso na definição do tema e do problema que proponho aqui estudar. Tais ansiedades não dizem respeito somente aos sentimentos recorrentes que vêm assombrando as vivências contemporâneas, diante da perda da confortável sensação generalizada que proporcionava a ideia de tempo linear e de fixidez do espaço. Minha relação com o tema é bem mais visceral. Como paulistana migradora², a mudança de um local a outro sempre fez parte das contingências da minha vida familiar. Entretanto, nos últimos tempos, minha moradia deixou de se deslocar.

O fato de eu habitar uma cidade durante vinte anos talvez sugira ao leitor que as sombras do meu passado de perambulação pudessem ter sido dispersadas. Ledo engano. Aparentemente em Joinville fixei raízes: edifiquei casa e tive filho. Porém viver na cidade contemporânea³, mesmo

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. p. 46.

² Utilizo o termo, mesmo sob protesto de meus revisores, para atribuir à frase uma maior periodicidade do ato de migrar.

³ Categoria que adotei com base na leitura do trabalho de Emerson César de Campos sobre a cidade de Criciúma entre 1980 e 2002. A demarcação temporal estabelecida pelo autor foi o motivo inicial que me levou a sua obra. Do primeiro contato, outras semelhanças com a minha temática foram reconhecidas. Do segundo e terceiro contatos, outras semelhanças foram por mim propositalmente construídas. CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes: recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002)**. 2003, 235 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p. 31.

para aqueles que não são migrantes, é estar não estando, é partir e retornar ficando, é mover-se parado, ainda mais se o cruzamento de sombras de temporalidades e de espaços move também o ofício escolhido.

Algumas constatações levam-me a usar esses gerúndios contrastantes. Na cotidianidade urbana convive-se com fluxos de toda espécie. Dimensões físicas de espaço já não são referências unívocas para seus habitantes. Pode-se trabalhar e estudar à distância. Tão fácil quanto trocar uma ideia com um vizinho ou com um sujeito na fila do banco é comunicar-se com aqueles outros distantes, conhecidos ou desconhecidos, desde que conectados a telefones móveis ou internet. Pode-se consumir algo tido como único proveniente de qualquer parte do planeta, bastando ir a *shoppings* ou a lojinhas que se valem de descaminhos fiscais. Consegue-se comparar paisagens familiares com paisagens desconhecidas que chegam como imagens de alta resolução que pululam em *outdoors* nos cruzamentos ou avenidas por onde se passa. O aqui e o lá, o perto e o distante parecem estar sincronizados. Disso, imagina-se que a cidade contemporânea tem de per si a continência do deslocamento, e por ela, mesmo que não se queira, se está à deriva.

O termo cidade contemporânea sugere, pois, uma nova paisagem para o estudo do urbano e das urbanidades que subsidia não a defesa de um conceito ou categoria generalizante, mas uma abordagem e uma maneira de estudar as transformações das cidades a partir da segunda metade do século XX.

Segundo os historiadores Emerson César de Campos e Maria Bernardete Ramos Flores, enquanto objeto de cultura e na falta de “nominação”, a cidade contemporânea contrasta o paradigma da “cidade moderna” tributário do século XIX, pelo qual se instituiu e se justapôs “um modelo de poder e dominação”, bem como “uma maneira própria de conhecer, abordar, olhar, dominar e construir a cidade”⁴. A noção de cidade contemporânea, assim, possibilita ampliar o estudo e refletir sobre as práticas e representações urbanas não mais restritas a um sistema racional, “um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade”⁵. Dizem os autores: “transitar pela cidade. Esta é a atividade mais próxima do momento, mais distante das estabilidades, menos morta da vida cidadina, mais íntima das superfícies”⁶.

⁴ CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 267-296, jan.-jun 2007. p. 268.

⁵ Id. Ibid. p. 269.

⁶ Id. Ibid. p. 270.

Dessa perspectiva, novas maneiras e novos significados atravessam a urbanidade contemporânea, exigindo, por um lado, que se tome a cidade como configuração na “interseção entre seu movimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidade”⁷ e, por outro lado, os processos de identificação dos sujeitos para além da ideia de isomorfismo entre espaço, lugar e cultura. Isso porque

“o aqui e o lá” ficam embaçados e a idéia fixa de enraizamento é estremeçada. Assim se instala a ruptura significativa entre cultura e espaço, ou melhor, entre cultura e lugar. A fixidez que a tradição atribui aos lugares em muito já vazou para outros tantos. Existe a fluidez do contemporâneo⁸.

Tais aspectos que envolvem nossas vivências contaminadas pelos fluxos globais da comunicação, da produção e consumo e de populações por certo nutriram o meu interesse pelo tema da pesquisa. Mas não é apenas isso. Outros deslocamentos marcaram a sua trajetória.

Como professora de jovens universitários de um curso de História, repensar-me teórica e metodologicamente foi sempre preciso. Diante dos questionamentos um tanto desestabilizadores que pouco a pouco se tornaram, na minha prática docente, lugar comum, mover-se com uma bagagem marxista⁹ às costas entre ensino e pesquisa implicou a necessidade de derrubar muros impeditivos e estabelecer fronteiras como possibilidades. Nesse duro processo, foi necessário enfrentar autores provocadores, trabalhar em conjunto com colegas de áreas diversas, aprender ensinando e superar o modo de fazer perguntas tendo na ponta da língua suas respostas.

Dessa forma, procuro exprimir parte do trajeto da investigação, cuja trama se desenhou à medida que eu problematizava o tema e me

⁷ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 32.

⁸ CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernardete. Op. cit. p. 272.

⁹ Refiro-me a minha formação inicial. Concluí o bacharelado em História em 1986 pela PUC-SP. No período, o Brasil efervescia com o fim da ditadura, o movimento pelas Diretas Já e o enfrentamento ideológico entre intelectuais atingidos pela repressão militar. As leituras das obras de Marx foram obrigatórias em quase todas as disciplinas cursadas. Refutar ou ratificar suas análises era o exercício sistemático de qualquer estudante “comprometido” com a história.

empenhava em aprofundá-lo. Estudar Joinville, especialmente de migrante em migrante a partir da década de 1980, significou, acima de tudo, me (re)reconhecer como historiadora, professora e novamente aluna.

Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “todo conhecimento é autoconhecimento”¹⁰. Valho-me dos seus argumentos para explicitar que, sob as vestes do meu tema/objeto, busco promover encontros com os demais pesquisadores que se debruçaram, direta ou indiretamente, sobre o tema/objeto, bem como com aqueles que não têm a ciência como lócus de produção de discurso sobre ele. Há duas razões que, extraídas das reflexões de Santos, me auxiliam para esclarecer ao leitor que a subjetividade aqui declarada não deve ser confundida como uma espécie de renúncia a minha “vontade de saber”¹¹ histórico e acadêmico.

Em primeiro lugar, a minha escrita historiográfica situa-se no contexto dos desdobramentos teóricos e sociais da “crise de racionalidade científica”¹² – denominada por Santos –, a qual radicalmente questionou a epistemologia que apregoava a disjunção entre sujeito e objeto no processo de produção de conhecimento.

Na contemporaneidade, os próprios especialistas, ao problematizar suas “práticas científicas”¹³, passaram a desentocar e atribuir importância à relação entre a insurgência de suas práticas e as condições sociais, os contextos culturais e os modelos de investigação científica que as atravessam e as movem. Portanto, nem sujeito nem objeto se sustentam como elementos isoláveis das relações e dos contextos que os cercam. Por sua vez, avançar cientificamente requer do pesquisador adotar como horizonte de pertinência sobre o que produz a possibilidade de ampliar de forma complexa o saber científico, não como mais uma parte a ser adicionada no todo, mas como variável que, com insistência, busca novas e múltiplas interfaces com outros saberes¹⁴.

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit. p. 52.

¹¹ O termo é do filósofo Michel Foucault. Explica ele que o discurso, incluindo o científico, está submetido a um processo de ordenação e de práticas de exclusão advindas da exterioridade, por meio do qual impõe àquele que discursa interdições. Por outro lado, o discurso traduz a luta e o desejo de poder daquele que discursa impulsionado pela “vontade de saber”. Diz ele: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Retomarei tais explicações no Capítulo II. **FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit.

¹³ Id. Ibid. p. 57.

¹⁴ Id. Ibid. p. 65.

Em segundo lugar, conforme Santos, os cientistas são escritores que disponibilizam sua obra aos outros, críticos indistintos. Isso sinaliza que, pelo conhecimento, sujeitos relacionam-se com sujeitos. Ora, o desafio da investigação científica seria, pois, tentar “dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas”¹⁵. No diálogo com o conhecimento dos críticos indistintos, a recompensa da ciência não mais seria buscar superá-lo, mas converter-se nele.

A par dessa reflexão, busco exprimir, do meu lugar, a minha vontade de saber e também o caráter subjetivo (epistemologicamente concebido) deste trabalho. Opto por escrevê-lo na primeira pessoa do singular. Porém é do nós, primeira pessoa do plural, coberto por sombras entrecruzadas, que busquei extrair a problemática, dar sentido às possíveis contribuições dos resultados da investigação e travar diálogo com outros conhecedores que como eu tentam não apenas usufruir das sombras, mas também saber como se formaram e se formam como tais. O “nós” a que me refiro são os joinvilenses natos ou não, moradores ou viandantes de uma cidade contemporânea, uma cidade migrante; um local único e plural que nos faz sombra.

A minha investigação procurará levantar, inserir e discutir práticas e representações relacionadas aos fluxos migratórios e aos migrantes que, entrelaçadas, possibilitam compreender algumas das transformações culturais de Joinville entre os anos de 1980 e 2009.

Ainda que o tema seja assim sintetizado, é preciso destacar que a movimentação em meio a documentos, as idas e vindas a diferentes territórios urbanos e o exercício de escrita constituíram intrincadas e sinuosas experiências. Isso porque, ao perseguir meus objetivos e ao cumprir percursos planejados previamente, diferenças de toda ordem desafiavam a exequibilidade do trabalho. A operação historiográfica tornou, assim, a lida com novos (des)conhecimentos sobre o passado e o presente da cidade e dos seus moradores não apenas meio para um fim, mas o cerne (processo) pelo qual pude extrair a significância abrangente do trabalho. A título de exemplo, a problematização de Joinville como cidade migrante fez com que os primados quantitativos ou mesmo as clivagens hierarquizadas das práticas sociais e das temporalidades fossem sistematicamente desestabilizados e descentrados à medida que eu deparava com o que os documentos, discursos e narrativas exprimiam (ou não) acerca dos termos para significá-los ou lhes atribuir importância.

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit. p. 70.

Nessa perspectiva, as lições do historiador Michel de Certeau foram enriquecedoras. Na operação historiográfica voltada à investigação das tramas do cotidiano, seria mister ao historiador “reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto”. Assim, ele sugere que mais do que intenções é necessário “apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação”¹⁶.

Portanto, a “paisagem” da minha pesquisa engloba a busca e a indicação de alguns pontos de referência para explicar Joinville como lugar praticado pelos joinvilenses, migrantes ou não. Para tanto, lida com as maneiras de fazer dos sujeitos no processo de apropriação do território urbano, buscando compreender como operaram ideias e princípios identitários, empregaram objetos ao promover festividades, estetizaram etnicidades, (re)interpretaram pertencas, produziram memórias sobre seus deslocamentos, espetacularizaram enredos sobre o passado, mercantilizaram cultura, inventaram clichês, criaram hierarquias, incluindo as simbólicas, e produziram discursos historiográficos sobre o passado e o presente.

Até pelo menos a metade da década de 1990, sob o impulso dos fluxos contemporâneos – especialmente os migratórios – e na polifonia¹⁷ da cidade, havia vozes um pouco desafinadas, mas bastante estridentes que buscavam aclamar e identificar Joinville como cidade alemã. A intencionalidade de tal aclamação contrastava com o olhar estatístico-populacional dos órgãos de pesquisa.

Ocorre que, a partir dos anos 1980, Joinville passou a se destacar no cenário catarinense, entre outros aspectos, como a cidade mais populosa, em função da vinda e do estabelecimento de migrantes oriundos de várias regiões brasileiras. Até que ponto a estridência do brado etnicizado ressoava pelas ruas, moradias, fábricas e demais espaços de sociabilidade urbana? A interrogação abriu a possibilidade para estudar as formas e os motivos para representar “Joinville como cidade alemã”, buscando não apenas o trabalho dessa representação, mas os processos com os quais se construíam seus sentidos diante dos outros, os diferentes, aqueles aparentemente ininteligíveis, supostamente obscuros e indiferenciáveis: os migrantes.

¹⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 10. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35.

¹⁷ Termo do antropólogo Massimo Canevacci. Para ele, a cidade pode ser comparada “a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam. CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**. 2. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1993. p. 17.

Para a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, representação é a “presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material”¹⁸. Enquanto trabalho, ocupa-se com a atribuição de sentido. Indivíduos e grupos criam representações e por elas nutrem condutas, práticas sociais, formas de pensar sobre si mesmos e de definir o real. Assim, metodologicamente, seria possível cruzar dados objetivos e sociabilidades com as possibilidades de leituras que as representações nos oferecem.

A cidade, na materialidade de suas formas (perfil e silhueta do espaço construído), comporta as marcas das suas sociabilidades (relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos). Mas há ainda, segundo Pesavento, outro componente a ser considerado: “A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano*”¹⁹. Assim, seguindo as trilhas da autora²⁰, metodologicamente é possível perscrutar também no cruzamento entre dados objetivos, sociabilidades e representações os processos pelos quais os sentimentos de pertencimento urbano se manifestam.

As possibilidades de leitura que as representações oferecem não podem, contudo, ser consideradas como reflexas dos objetos ou mesmo das percepções. O historiador Peter Burke lembra-nos que “o espelho foi quebrado”²¹, à medida que os filósofos, cientistas sociais, psicólogos e historiadores verificaram que pessoas diferentes podem ver e perceber representações sob perspectivas bastante diversas.

Para os propósitos do meu trabalho, o estilçamento desse espelho é impulsionado novamente pelas contribuições de Michel de Certeau, para quem “a presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam”²².

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. p. 280.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. p. 12.

²⁰ Propõe ela que os estudos culturais devem “buscar essa cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais ‘reais’ à percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto”. Id. Ibid. p. 14.

²¹ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 100.

²² CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 40.

Diante disso, considerar “Joinville uma cidade alemã” enquanto representação seria partir da problemática de como, quais formas, discursos e imagens, quais práticas e significados os sujeitos manifestaram em relação a ela desde os anos 1980. Nesse processo, a investigação enunciou polissemias, usos e apropriações variadas, desvios interpretativos e deslocamentos de fronteiras de dominação, que deixaram ver como as diferenças culturais foram produzidas, percebidas, acordadas e/ou negadas pelos moradores de Joinville.

Nesse processo de trama, entrelace e invenção foi possível ainda problematizar as operações e as transformações que fissuraram a representação univocamente alemã de Joinville e conspiraram contra ela a partir da metade da década de 1990. É nesse momento que começam a ganhar eco representações da cidade como “palco da diversidade étnica e cultural”. Como e quais discursos e práticas atribuíam sentidos a essa mudança? Quais termos e interpretações promoviam o reconhecimento e a proclamação dessa diversidade? Quais as invenções urbanas que atravessavam a cidade, quer na materialidade de suas formas, quer nas marcas de suas sociabilidades, quer nos sentimentos de pertencimento em relação a ela?

Nessa paisagem de pesquisa procuro travar diálogos com estudiosos de diferentes áreas do saber, ainda que a historiografia joinvilense ganhe especial atenção. Lido com um volume expressivo de documentos de arquivo e busco também interpretar outras vozes: narradores com suas histórias de chegada e de paragem em Joinville. A análise procura, assim, abordar e discutir a cidade menos como formação de aglomerado humano e mais como território por onde se entrelaçam experiências e narrativas de tempos cruzados e espaços diversos.

O trabalho está organizado em três capítulos que se interligam com base na problemática sobre as práticas e representações culturais relacionadas aos fluxos migratórios e aos migrantes nas transformações culturais vivenciadas no cotidiano urbano joinvilense entre os anos de 1980 e 2009.

No primeiro capítulo – **A diversidade como espetáculo: Joinville numa vitrine viva e estilhada** –, aproprio-me do objeto festa para discutir as representações sobre o passado urbano que configuram os usos da memória e da história na cidade contemporânea. A porta de entrada é a Festa das Tradições, evento de espetacularização étnica promovido pelo

poder público que pretendia conceder àqueles que dele participassem fragmentos materiais e simbólicos presumidamente referentes às suas identidades. Como palco da diversidade cultural, a festa ainda se voltava à exposição de tradições também presumidamente existentes, mas em alguns casos ocultadas ou pouco valorizadas nas narrativas do passado urbano. Busco investigar as razões para tal empreitada festiva, os termos da concessão de visibilidade pública da diversidade cultural, as tensões e disputas que permitem entender a festa não como um acontecimento único, mas um fato carregado de significações que dizem respeito às transformações cotidianas de Joinville sob o impulso da migração no período estudado. Por meio de narrativas produzidas por lideranças políticas, intelectuais, autodenominadas lideranças étnicas, bem como outras personagens, cujas manifestações se relacionaram às maneiras de ver e explicar as mudanças do viver urbano, procuro entrelaçar a minha própria interpretação histórica sobre a expansão da cidade, sua inserção nos panoramas e fluxos globais e suas pulsações culturais, as quais incidiam sobre a imagem de Joinville como mosaico de etnias. Finalizo o capítulo problematizando outras festividades que ocorrem nas orlas da cidade, buscando compreender como e em que medida tais questões também as atravessam. No bairro Vila Nova, analiso a Festa do Arroz e a Festa da Polenta. No bairro Itinga, volto minhas atenções para outra Festa da Polenta. De forma semelhante à Festa das Tradições, essas festividades de bairro igualmente insinuem desejos de estetização étnica. Porém suas singularidades possibilitaram-me entrever hibridismos que astutamente estilhaçavam a vitrine da diversidade étnica e cultural, meticulosamente exposta na Festa das Tradições. Ou seja, hibridismos margeantes motivaram-me a estudar a cidade em seus “pedaços”²³, “pedaços” esses em que a diversidade compartimentada perdeu em retórica, mas ganhou outros sentidos inventivos mediante práticas de representações do passado e das vivências cotidianas dos migrantes e de seus descendentes.

Além da bibliografia, recorri a uma variedade de fontes iconográficas, escritas e orais. As fontes iconográficas abrangeram imagens veiculadas nos materiais de divulgação, na imprensa, fotografias coletadas com os organizadores das festividades e outras resultantes dos meus próprios registros quando então visitei diferentes territórios festivos. Algumas dessas imagens foram incorporadas ao texto com

²³ Cf.: MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003b.

o intuito de fornecer ao leitor subsídios visuais por mim evocados, analisados e interpretados.

As fontes escritas abrangeram periódicos de grande circulação na cidade. As reportagens que utilizo do jornal *A Notícia* constam da pesquisa que realizei nas edições entre 1980 e 2009, que resultou num banco de dados com aproximadamente 400 registros. Reportagens de outros jornais, tais como *Gazeta de Joinville* e *Diário Catarinense*, foram obtidas na coleção “Memória da Cidade”, que faz parte do acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Em que pese o fato de que a seleção tenha sido feita por critérios estabelecidos pela própria instituição, as reportagens organizadas em caixas temáticas foram de grande valia para o meu trabalho. Utilizo também periódicos que, embora não apresentem os mesmos requintes comunicativos dos produzidos por grandes empresas de comunicação, têm como público alvo moradores das orlas da cidade. Refiro-me aos jornais *O Vizinho*, *Jornal dos Bairros* e outros mais específicos, tais como *Jornal do Costa e Silva*, *Jornal do Itinga* e *Jornal do Vila Nova*. A pesquisa foi realizada nas edições disponíveis no acervo do Arquivo Histórico de Joinville, entretanto busquei garimpar outras edições nas Associações de Moradores e nas Secretarias Regionais que visitei. Os textos jornalísticos de divulgação das festas, incluindo os publicados em jornais de grande projeção nacional, como é o caso de *A Folha de São Paulo*, foram obtidos na Promotur na forma de *clipagens*.

As fontes escritas ainda abrangeram atas e relatórios produzidos por órgãos oficiais, como as atas consultadas na sede de Joinville da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina e os relatórios produzidos por instituições, entre os quais se destacam os do Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Documentos manuscritos produzidos pelo Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural Cristo Rei foram consultados. O livro-ata das reuniões do grupo ganhou especial importância. Nele constam relatos que abrangem um período de dez anos. A primeira ata é referente a maio de 1998, quando então as autodenominadas “sociais” se reuniam no galpão da Igreja como Grupo de Mães. O último registro é de junho de 2008.

As fontes orais utilizadas fundamentaram-se num conjunto de entrevistas realizadas com pessoas que direta ou indiretamente tiveram envolvimento na concepção e organização das festas. As narrativas foram feitas com base em roteiro apresentado aos entrevistados. Embora não

tenham sido realizadas todas as transcrições, a utilização da gravação foi permitida por todas as pessoas citadas no decorrer do texto.

O segundo capítulo – **Quando o assunto é migração...** – tem como objetivo problematizar o que foi dito sobre o processo migratório a partir dos discursos da historiografia e de alguns veiculados pela imprensa. Procuro compreender perspectivas, aspectos, expressões e designações que buscaram atribuir diferentes lugares, papéis e sentidos aos migrantes na história de Joinville. Nessa direção, investigo construções discursivas que, respondendo às contingências de lugares do presente, explicaram a migração interna ora como decorrência de um essencialismo étnico, ora como resultado de um essencialismo multicultural ou mesmo como desdobramento de imperativos econômicos, políticos e sociais.

Se a leitura é uma apropriação e desse modo todo leitor se torna uma espécie de coautor do texto, a primeira parte do capítulo tenciona explicitar o caminho teórico-metodológico que tomei para ler e analisar os discursos e, com base neles, produzir minha interpretação histórica. Apoiando-me na reflexão de vários estudiosos, procuro apreender a historicidade dos escritos, os seus dizeres e os não dizeres, o lugar e a vontade de verdade dos escritores e os destinatários a que eles, implícita ou explicitamente, procuram se dirigir. Assim, busco apreender textos em contextos e contextos em textos.

Ocupo-me de obras e trabalhos acadêmicos sobre Joinville escritos a partir da década de 1980, ou seja, o momento em que a questão migratória passa a ganhar importância para as explicações sobre as mudanças urbanas. Mesmo que a migração não seja a preocupação central, a questão tangencia a análise do passado e do presente da cidade, e é por essa razão que estabeleço o elo comum entre as obras. Além dos escritos, utilizo como fontes entrevistas orais que realizei com alguns dos autores, bem como artigos e reportagens publicados em jornais que direta ou indiretamente aludem aos seus trabalhos.

Com o intuito de estabelecer um diálogo teórico-metodológico, a análise demandou a leitura de uma quantidade considerável de textos sobre a história de Joinville, produzidos em outras épocas e com diferentes propósitos. No entanto o objetivo primordial foi o de melhor compreender os argumentos e o diálogo que os escritores travam com os autores que referenciam. À medida que empreendo a análise historiográfica, entrelaço algumas das discussões teóricas acerca da migração na contemporaneidade. Por isso, escritos de geógrafos, demógrafos e cientistas sociais serviram-me não apenas para o diálogo

com os historiadores, mas também para situar a minha própria abordagem e problematização do tema. Na parte final do capítulo, procuro discutir as interações – movidas por ambivalências, negociações e contradições – entre historiadores, jornalistas e historiadores-jornalistas, no decorrer das duas últimas décadas do século XX.

Considerando a complexidade que envolve os deslocamentos migratórios na contemporaneidade, corroboro a noção de que migrar não se resume a uma ação isolada, meramente individual, ou mesmo a um reflexo dos condicionantes econômicos e sociais que empurram e puxam os sujeitos de um local para outro. Tampouco é possível conceber as vivências dos migrantes como vivências desarticuladas, perante a suposta permanente condição de desenraizamento num novo lugar. O terceiro capítulo – **Memórias e vivências enredadas na cidade migrante** – tem como objetivo discutir tais questões por meio de narrativas de memória produzidas por aqueles aqui considerados como os principais protagonistas dessa história: os migrantes. Perscrutar os sentidos sobre as suas escolhas, ouvir as suas experiências urbanas, vislumbrar redes de sociabilidades e processos de identificação, auscultar sentimentos de pertencimento e sondar as representações sobre o passado e o presente da cidade, eis algumas referências para a interpretação das narrativas.

No início do capítulo, propositalmente, procuro demonstrar pelos dados demográficos sobre a população joinvilense das duas últimas décadas como Joinville pode ser percebida como cidade migrante. Contudo, a par da discussão dos historiadores sobre o lugar dos dados quantitativos na operação historiográfica, realço a importância de problematizar a apenas aparente objetividade das estatísticas e dos percentuais expostos pelos censos. Dito de outra maneira, o caminho que tomo não tem como fim negar ou mesmo minimizar a relevância dos dados, mas articulá-los e relacioná-los a outras fontes sobre a migração, especialmente as narrativas de memória.

Para tanto, o debate interdisciplinar sobre a metodologia da história oral foi imprescindível. Retomo algumas reflexões para situar os meus propósitos de buscar nas narrativas de memória subsídios para interpretar outros enredos produzidos, num dado presente, pelo “fatigante trabalho da palavra”.

Pessoas, assim como acontecimentos e lugares selecionados e organizados pelos sujeitos que narram, carregam consigo o desejo de construir representações para si e, principalmente, para serem percebidas da maneira como querem ser percebidas pelos outros. Isso

torna as entrevistas campo de reivindicações e reconhecimentos. O trato metodológico delas requer, pois, levar em conta as atuais problemáticas abertas que articulam os usos da memória e a crítica ao testemunho, de forma a não atribuir-lhes um caráter de veracidade inquestionável suportado pelas experiências dos narradores.

Ao lidar com as subjetividades nas narrativas, não almejo escrever uma história (individualizada) da migração e dos migrantes de Joinville. Trata-se antes de uma investigação que vai à cata de outros enredos para ampliar e compor uma intriga histórica, na qual a cidade pode também se deixar conhecer pelos relatos de memória sobre as experiências migrantes do passado e do presente. Isso torna possível fissurar generalizações e ao mesmo tempo defrontar-se com cidades que escapam das ordenações dos discursos do poder normativo, das cartografias predeterminadas e principalmente da representação da diversidade cultural como irmanação das diferenças.

Enredos festivos. Intrigas históricas. Narrativas de memória. Referências para a minha interpretação histórica transitar por espaços e temporalidades um tanto movediços e lidar com apropriações e deslocamentos de sentidos sobre quem são migrantes e joinvilenses, os seus lugares no passado e no presente urbano e como pulsam nas múltiplas representações sobre as diferenças. Enfim, tensões, conflitos, acordos e hibridismos investigados pelas tramas da cidade migrante.

CAPÍTULO I

1 A DIVERSIDADE COMO ESPETÁCULO: JOINVILLE NUMA VITRINE VIVA E ESTILHAÇADA

Festa é parte de um jogo [...]. Um lapso aberto no espaço e no tempo sociais, pelo qual circulam bens materiais, influência, poder.

NORBERTO LUIZ GUARINELLO¹

Tentando apanhar as partes de uma vitrine viva e estilhaçada é que se pode pensar uma cidade contemporânea.

EMERSON CÉSAR DE CAMPOS²

“Venha se encontrar com a cultura e a diversão” – com esse *slogan*, um panfleto anunciava a segunda edição da Festa das Tradições de Joinville (2006), convidando aqueles que dela participariam para viver uma experiência única: “achar” a cultura e as tradições de Joinville, divertindo-se. Nesse encontro, prometia-se uma celebração alegre e descontraída da população joinvilense e de outros visitantes, atraídos pelo circuito das festas de outubro de Santa Catarina, do “rico folclore” que sobreveio das etnias “enraizadas historicamente” na cidade³.

¹ GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. v. II. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 973.

² CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes:** recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). 2003, 235 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p. 61.

³ As expressões entre aspas correspondem a terminologias disseminadas nas peças promocionais e a dizeres dos próprios organizadores da festa, conforme verificado por meio de entrevistas realizadas e da clípgem do evento obtida na Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (Promotur). Utilizo também, no decorrer do texto, aspas para referir-me a termos de autorias diversas que por mim são apropriados para interpretar questões e temas importantes para a produção da minha escrita histórica.

Ao ler o panfleto, percebi que no *slogan*, assim como em toda a programação oferecida, havia uma forte intenção de apresentar a festa como uma vitrine, como uma espécie de museu⁴ festivo que pretendia expor uma coleção cultural compilada num espaço definido, o Megacentro Wittich Freitag, situado no Complexo Expoville, próximo ao pórtico oficial de entrada da cidade.

Em outras tantas peças de comunicação e *marketing*, o evento era veiculado como um momento único, capaz de levar os participantes a reconhecerem e renderem homenagem à “diversidade” e ao “cosmopolitismo” da cidade.

Notei nisso uma grande novidade. Obviamente, não se tratava da forma como a cultura era convenientemente referida, ou seja, como *coisa* portadora de uma essência que independe das experiências humanas, já que tal concepção subsidia com frequência o manejo dos profissionais e dos organizadores para a montagem desse tipo de evento. A grande novidade era o caráter atribuído à festa, a qual pretendia expor vestígios e cenários de um passado que agora se apresentava como multicultural. Da antiga referência de “cidade alemã”, Joinville seria agora festejada como um território “cosmopolita”, que é de todos e para todos. Como um ponto de encontro histórico, “as etnias que construíram Joinville” seriam expostas de forma “inovadora”⁵, reunindo representantes da cultura⁶ suíça, luso-brasileira, afro-brasileira, árabe⁷, além da alemã e da italiana.

A Festa das Tradições de Joinville, cuja primeira edição foi realizada em 2005, ocupava o vazio deixado pela Fenachopp, a Festa Nacional e Internacional do Chopp⁸. Entretanto, como pude constatar por intermédio de entrevistas, seu êxito dependia de atualizações. Segundo o jornal *Gazeta de Joinville*, a festa deveria responder ao crescimento da cidade e também incorporar outra festa, a Vinvêneto⁹, cuja realização nos anos anteriores

⁴ Utilizo o termo em seu sentido figurado, ou seja, como exposição de coisas variadas, como miscelânea.

⁵ ALEMANHA pertinho de Curitiba. **Jornal O Estado**, 9 out. 2006. Acervo Promotur.

⁶ PRESERVANDO as tradições. **Jornal dos Bairros**. 20 out. 2006. Editorial. Acervo Promotur.

⁷ INFORMATIVO Promotur de 26 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.promotur.com.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

⁸ Por ora, saliento apenas que a última edição da Fenachopp foi realizada no ano de 2003. Mais adiante, tal evento será objeto específico de reflexão.

⁹ Houve onze edições da Vinvêneto. Assim como a Fenachopp, foi realizada pela última vez em 2003. Nas páginas seguintes serão apresentados detalhes sobre o contexto e o processo de criação dessa festa.

expressava os esforços empreendidos para “resgatar a esquecida cultura italiana”¹⁰.

Por meio de um levantamento histórico da organização do evento, pude perceber que a parceria estabelecida entre entidades culturais, empresários e poder público foi permeada por debates emblemáticos. Para se ter uma ideia, o processo de escolha da logomarca durou aproximadamente quatro meses e envolveu não apenas o comitê organizador, mas também consulta a historiadores e formação de uma comissão julgadora. A controvérsia consistia em demarcar as tradições a serem festejadas, o que implicava escolher entre Festa das Tradições de Joinville e Festa das Tradições Joinvilenses. A segunda denominação abriria, conforme alguns organizadores, a possibilidade de inclusão para a contestada tradição gaúcha¹¹. O dilema foi resolvido destacando-se que a festa deveria evidenciar apenas as “tradições enraizadas historicamente na cidade”¹². Assim, sob a aura do passado, buscou-se a legitimidade para a indicação, a celebração e a espetacularização de diferentes tradições e etnias de Joinville.



Figura 1 – Logomarca da Festa das Tradições (2006)

Fonte: Acervo da autora (2006)

¹⁰ EM BUSCA de outras tradições. *Gazeta de Joinville*, p. A5, 6 a 10 out. Acervo Promotur.

¹¹ De acordo com as atas consultadas, houve manifestações de insatisfação com relação à participação dos grupos ligados às tradições gaúchas. As justificativas não foram registradas, porém no decorrer das entrevistas com os organizadores da Festa das Tradições percebi que a exclusão do gauchismo se baseava no receio de que tais atividades festivas dominassem ou ofuscassem as demais festividades de caráter étnico. JOINVILLE. Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico. *Ata da reunião de 24 de fevereiro de 2005*. Festa das Tradições de Joinville. Joinville, 2005.

¹² Id. Ibid.

Pareceram-me intrigantes os motivos que moviam o desejo dos realizadores do evento em usar e mesmo produzir vários passados étnicos e, ainda, em constituir bases inovadoras para a história da cidade e para as identidades dos seus moradores. Por que a história assumiria tão importante papel de álibi na definição dos rumos e de categorias socioculturais para incluir e excluir participantes do empreendimento festivo?

A isso poderia corresponder a crescente visibilidade de novos “passados presentes”¹³ impelidos por aquilo que o crítico literário Andreas Huyssen denomina de “sedução pela memória”¹⁴, ou seja, a progressiva preocupação contemporânea com a preservação, a recuperação e mesmo a recolocação de passados no presente, acompanhadas por uma diversificação dos usos e sentidos da história.

A procura por outras tradições e memórias tem se apresentado como uma obsessão cultural, energizada, ainda segundo Huyssen, “subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido”¹⁵, que vem provocando extrema ansiedade nas pessoas perante a velocidade com que se apresentam.

A partir da segunda metade do século XX, a sedução pela memória que faz privilegiar o passado e que reflete os sobressaltos atuais das sensibilidades humanas está entremeada pelo complexo cruzamento de mudanças de toda ordem:

Na medida em que as barreiras espaciais se enfraquecem e o próprio espaço é globalizado por um tempo cada vez mais comprimido, um novo tipo de incômodo está se enraizando no coração das metrópoles. [...] Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápidos somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto¹⁶.

¹³ Expressão retirada da obra do autor. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹⁴ Id. Ibid.

¹⁵ Id. Ibid. p. 20.

¹⁶ Id. Ibid. p. 32.

Por outro lado, essa busca de conforto a que se refere o autor não está deslocada dos múltiplos processos contemporâneos de mercadorização e espetacularização de memórias do passado que se efetivam sob diferentes suportes e meios. Mesmo assim, tais processos, que impulsionam eventos e produtos retrô, ilustram o frenesi memorialístico atual. Ainda segundo Huyssen, tudo isso representa “uma lenta mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas”¹⁷, motivada pelas nossas experiências num mundo de grandes novidades, cuja rapidez e intensidade nos colocam continuamente a impressão de descompasso com pessoas, informações, tecnologias, produtos e consumo. E essa nova dimensão temporal ainda nos faz crer, ilusoriamente, que memórias constituem recursos para instalar ou reinstalar passados inertes – que podem ser aprisionados e disponibilizados – no presente a fim de dar algum sentido às circunstâncias por meio das quais entendemos onde se está e aonde chegar.

Ora, este último aspecto é que, de certa maneira, explicita o trabalho de “enquadramento de memórias coletivas”¹⁸ que, no âmbito da Festa das Tradições, subsidiou a seleção e a definição de quem e por que festejar. Segundo a comissão organizadora e os historiadores consultados, o gauchismo não teria ingresso para a festa pois não tem passado nem memória enraizada na história da cidade.

Joinville – como tantas outras cidades contemporâneas – pulsa (n)o tempo presente, marcado por disjunções, superposições e complexidades de fluxos de pessoas, tecnologias, finanças, imagens e informações¹⁹. Seus paradoxos – visíveis e invisíveis – igualmente pulsam nos sujeitos (moradores da cidade) que vivenciam e promovem entrecruzamentos, mediações e hibridismos, desenrolando jogos entre semelhanças e diferenças. A Festa das Tradições seria, então, um entre outros tantos indícios que subsidiariam a minha problematização sobre a cidade contemporânea e as percepções sobre os processos migratórios.

¹⁷ HUYSEN, Andreas. Op. cit. p. 25.

¹⁸ Conforme Michael Pollak, memórias coletivas são memórias enquadradas, ou seja, aquelas que, pelo material fornecido pela história, resultam de (re)interpretações e combinações de um sem-número de referências, tendo como função manter as fronteiras sociais de grupos, associações e nações. É pelo trabalho de enquadramento que se pode significar o “passado em função dos combates do presente e do futuro”. Por isso, o autor afirma que o que está em jogo nesse processo de enquadramento é o sentido das identidades individuais e coletivas. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁹ APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 311-328.

A partir de meados de 1980, Joinville passa a revelar mais intensamente os desdobramentos das suas transformações econômicas, sociais e culturais. A reestruturação das suas indústrias e, por consequência, do emprego industrial, a incorporação das novas tecnologias, não apenas na atualização dos processos produtivos e comunicacionais, mas nas várias dimensões da vida urbana, e a implementação de projetos políticos e empresariais voltados à expansão do setor de serviços – para citar apenas alguns desses desdobramentos – incidem sobre os deslocamentos humanos para a cidade²⁰ e também sobre os multifacetados relacionamentos sociais da urbe. Novos hábitos de consumo e lazer, novos processos de localização²¹, novos encontros e desencontros (ocasionando estranhamentos e intolerâncias) contribuem para o entendimento de algumas das inquietações subjetivas e coletivas que enevoam a feitura e a realização da festa. Como já destacado, diante de um presente lúbrico e de um futuro incerto, o passado poderia ser acionado. Porém não se trata de acioná-lo apenas pela mediação dos historiadores, mas pela própria configuração do presente.

Supostamente encaixilhada em tempo e espaço próprios e resguardada das turbulências cotidianas, a Festa das Tradições de Joinville prometia ser portadora e realizadora de anseios. De um lado, propiciaria a exposição de uma convivência cordial e pacífica de sujeitos

²⁰ Num estudo sobre a evolução demográfica de Joinville, Barbosa e Oliveira destacam que a cidade estava, em 1950, apenas na décima posição no *ranking* dos municípios mais populosos do Estado de Santa Catarina, passando a ocupar o primeiro posto a partir de 1980. Com base na análise de dados do IBGE, a migração foi o principal fator de crescimento demográfico. BARBOSA, Wilson Roberto; OLIVEIRA, Fabiano Antonio. A evolução demográfica de Joinville: 1970-2000. *Revista Univille*, Joinville, v. 8, n. 2, p. 72-85, dez. 2003.

²¹ Gupta e Ferguson fazem uma crítica à forma como os cientistas sociais trataram as noções de espaço, território e local nos estudos sobre a diferença cultural. Segundo eles, é preciso que se rompa com o isomorfismo dos termos espaço, lugar e cultura, já que ele não permite abordar a diferença cultural em relação àqueles que vivem em fronteiras ou constantemente as cruzam. Outro problema é que, diante das proposições conservadoras relacionadas ao “multiculturalismo”, tal isomorfismo “naturaliza” as culturas, concebidas como unidades coerentes e autônomas. Por fim, há o impedimento da compreensão “de que os espaços *sempre* estiveram interligados hierarquicamente, em vez de naturalmente desconectados”. A mudança cultural e social, então, “não se torna mais uma questão de contato e de articulação cultural, mas de repensar a diferença *por meio* da conexão”. A ideia de localização, assim, liga-se a processos pelos quais os sujeitos “participam em primeira instância da construção do espaço como lugar ou localidade”. Isso possibilita o “repensar as políticas de comunidade, solidariedade, identidade e diferença cultural” na contemporaneidade. Por outro lado, lembram-nos que a territorialização, ironicamente, continua a ser uma produção social ancorada simbolicamente numa concepção “que liga comunidades imaginadas a lugares imaginados”. GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.

impregnados por suas “tradições” e, claro, o consumo de produtos e serviços etnicizados, especialmente produzidos para o deleite de um público previsto de cem mil pessoas. Por outro, pretendia tornar-se uma referência para experiências afetivas, sensoriais e alentadoras para outros sujeitos que se presumiam dispersos e ameaçados pelas perdas culturais na contemporaneidade.

Conforme as palavras do Sr. Wilmar de Souza, presidente da Fundação Turística de Joinville – Promotur –, a festa era voltada, primeiramente, à “comunidade” joinvilense. O sucesso para um público mais amplo dependeria do grau de envolvimento e identificação das pessoas:

Já entendíamos [2005] que a cidade não era mais alemã, a cidade era cosmopolita. Precisávamos resgatar pra que todo mundo tivesse conhecimento das outras culturas, fazer trocas de cultura, experiência. Você apreciar um prato árabe, um prato alemão, isso era um resgate de cultura importante. Como a cidade era cosmopolita, todo mundo ia participar de uma festa bonita... todo mundo ia se identificar²².

Um passado tematizado pelo presente subsidiava, assim, a promoção das várias atividades da festa, que além da gastronomia incluía músicas, danças, artesanatos, estandes étnicos, *Stammtisch*²³ e a eleição de uma rainha²⁴. Porém, conforme a citação anterior, havia ainda um compromisso educativo com o público participante, ou seja, a festa deveria, pedagogicamente, “levar” ao “conhecimento” as diversas culturas urbanas. Para além da experimentação de sabores,

²² SOUZA, Wilmar de. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 30 jan. 2008.

²³ Conforme o jornal *A Notícia*, “a palavra do idioma alemão vem de uma antiga tradição dos colonizadores que, ao final do dia, se reuniam em uma espécie de *happy hour*”. *A Notícia*, Joinville, p. 4, 28 set. 2006. Acervo Promotur.

²⁴ Outros eventos, como Etapa Catarinense de *Cross Country*, Etapa Catarinense de Escalada Esportiva, *Jeep Raid* Caminho das Tradições e Campeonato Brasileiro *Trial Rock Crawling* (jipes rolando sobre as pedras, realizado no Parque de Exposições da Expoville), foram acoplados à programação para que, segundo o Sr. Wilmar de Souza, os participantes dessas competições, bem como seus acompanhantes, constituíssem um público cativo para a festa, especialmente à noite.

quais seriam as características desse suposto processo de conhecimento da diversidade?

Conforme o filósofo Jorge Larrosa, nos últimos tempos, conhecer a diversidade cultural pode proporcionar certo conforto na nossa relação com os outros, até o ponto em que

lo extraño no inquiete lo propio, para que no nos extrañemos de nosotros mismos y para que, en el encuentro con el extranjero, no aprendamos que, en realidad, nosotros también somos extranjeros. Podríamos decir que la comprensión procura un beneficio simbólico cuando su dimensión reflexiva se resuelve en un fortalecimiento de las seguridades que constituyen la identidad del intérprete. En ese sentido el otro extranjero es el que te permite sentirte en casa, el que te permite ser tú mismo haciendo de ti el (más o menos generoso) propietario de la casa²⁵.

Concordo com a concepção de Larrosa de que o conhecimento da diversidade cultural tem sido direcionado para o seu aprisionamento, transformando-se numa espécie de exposição concedida, cujos fins não seriam destinados à convivência e à circularidade sociocultural, mas à exibição de seus aspectos exteriores folclorizados, permitindo encontros seguros e assegurados, planejados e sem surpresas, convenientemente previstos e despojados de incertezas²⁶.

Passados presentes urbanos a serem conhecidos nessa perspectiva pedagógica da diversidade: eis a minha hipótese inicial sobre o caráter da Festa das Tradições de Joinville. Isso diz respeito, em primeiro lugar, à análise do processo de invenção de passados até então não presentificados, bem como das intencionalidades e apropriações que buscavam brindar os festejadores com cenários, objetos, danças, músicas, comidas e atividades outras presumidamente referentes às suas identidades. Em segundo lugar, a hipótese leva-me a investigar as razões históricas, os termos da concessão de visibilidade pública da diversidade cultural, as tensões e disputas que me permitem interpretar a festa não como acontecimento único, mas fato carregado de significações

²⁵ LARROSA, Jorge. ¿Para qué nos sirven los extranjeros? *Educación & Sociedad*, ano XXIII, n. 79, p. 69, ago. 2002.

²⁶ Id. Ibid. p. 82.

que dizem respeito às transformações cotidianas de Joinville sob impulso da migração.

O fascínio por essa vitrine viva e estilhaçada – recurso de que me valho para representar a festa da cidade e a cidade na festa – envolveu, assim, não apenas uma contemplação efêmera, mas o interesse pelos vitrinistas, pelos estilhaços, pelo processo de sua criação e pelo conjunto de intervenções que lhe deram um sentido espetacular e também histórico.

1.1 SEDUZIDA PELA *VITRINE*...

Procurarei, a partir daqui, descrever e analisar o evento com base, primeiramente, nos registros e nas memórias da minha participação na festa, alertando que antes de visitá-la eu não a imaginava como objeto de estudo.

É compreensível que o “estado” de inquietude de quem tem um doutorado a cumprir seja permanente. O que quer que se faça ou se olhe, lá está o problema de pesquisa, e parece que quase tudo o que se vivencia de alguma forma o envolve. A relação entre a festa e os fluxos migratórios para a cidade nas últimas décadas do século XX tornou-se para mim um enigma como o de Édipo diante da adivinhação lançada pela esfinge: “decifra-me ou te devoro”. Por isso, intercalo nesta descrição algumas digressões como forma de esclarecer a sua relevância neste trabalho.

No início da tarde de 15 de outubro de 2006, ao adentrar no pavilhão principal da Expoville, senti-me como uma “penetra” que aos poucos tentava inserir-se no ambiente festivo. Buscando respostas a perguntas improvisadas (que para alguns eram insolentes), entreguei-me a uma inusitada ideia: ultrapassar os limites de participante e espectadora, procurando conhecer os “bastidores” e decodificar mensagens aparentes e ocultas naquele território.

Desde já agradeço às pessoas que foram “vítimas” da minha inoportuna curiosidade. Peço também desculpas pela imprevisibilidade do meu interesse, que foi pouco a pouco, naquela situação, se tornando maior, mas de certa forma menos elegante, principalmente quando, acometida pela ansiedade, saí a fotografar impulsivamente o cenário e as pessoas²⁷.

²⁷ A descrição que aqui faço parte de uma reconstituição dos significados advindos da minha memória de participação na Festa das Tradições na tarde e na noite de 15 de outubro de 2006 e também de registros aleatórios que foram posteriormente coletados.

Talvez por ter aprendido com Boris Kossoy que a “câmara fotográfica e o relógio são instrumentos íntimos, auto-referentes”, busquei aprisionar aquele tempo breve por meio de cliques, na intenção de analisar e problematizar mais demoradamente aquela experiência. Afinal, para esse autor:

Com a fotografia descobriu-se que o objeto, embora ausente, poderia ser (re)apresentado, eternamente. É este o *tempo da representação*, que perpetua a memória na longa duração. Com os ponteiros petrificados temos a memória sempre disponível; uma possibilidade consistente de recuperarmos o fato²⁸.

Ao entrar no pavilhão, uma profusão de imagens misturava-se a odores e sons. Foram necessários alguns minutos para estabelecer o melhor itinerário de visitação àquela miscelânea festiva.

O palco central, com um grande *outdoor* que trazia um desenho de duas personagens estilizadas – um alemão e um italiano –, era emoldurado, da esquerda para a direita, pelos estandes étnicos – que, no conjunto, eram denominados “encontro das etnias” – e, contíguo a eles, pelas barracas gastronômicas e tendas de artesanato.

O primeiro estande era o italiano. Nele estavam expostas vestimentas (feminina e masculina) supostamente pertencentes a antigos colonos imigrantes, juntamente com aventais de cozinha bordados com a bandeira da Itália que poderiam ser comprados pelos visitantes. Recepcionistas, em trajes típicos²⁹, forneciam informações para os mais interessados e se dispunham a posar para fotografias. Pendurados

²⁸ KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 fev. 2008.

²⁹ O termo *típico* é aqui utilizado levando em conta não apenas as definições vocabulares que o explicam como algo característico ou simbolicamente distintivo, mas também como um trabalho de criação cultural envolto por polissemias e por disputas do presente em torno dos elementos que o qualificam como tal. Conforme nos informou uma das organizadoras da Fenachopp e da Festa das Tradições, a Sra. Nelci Seibel, para a criação de trajes típicos é necessário pesquisa para desenhá-los e habilidades para confeccioná-los. Tais aspectos, entretanto, são pouco respeitados, quer pelas dificuldades financeiras para adquirir materiais, quer pela incompreensão dos leigos sobre a importância dos detalhes que os singularizam. SEIBEL, Nelci Therezinha. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 8 fev. 2007.

havia balões coloridos, quadros com paisagens italianas e brasões e, em destaque, um *banner* que conclamava os visitantes a se tornarem sócios do *Circolo Italiano di Joinville*³⁰. Um imenso panô guarnecia a fachada do estande. Nele estavam desenhadas as “riquezas” culturais italianas consideradas importantes pelos responsáveis pela decoração para acionar a atenção do visitante: a torre de Pisa, a Ponte dos Suspiros veneziana e o Coliseu, intercalados com desenhos de uma máscara alusiva ao carnaval de Veneza, um “fragmento da obra pintada por Michelangelo” e um rótulo do mais “puro óleo de oliva” da “Toscana-Calábria-Sicília”.

Pareceu-me que aquele cenário eclético tinha por intenção oferecer variadas opções para que o observador rapidamente pudesse reconhecer fragmentos de uma italianidade ao mesmo tempo local e universal. Curiosa, entretanto, era a força festiva com que se apresentava essa etnia, já que Joinville não foi destino para imigrantes italianos em nenhum período anterior. Por outro lado, a trajetória de realocização de famílias migrantes provenientes de outras cidades catarinenses foi, desde meados dos anos 1980, adotada como marco de origem da italianidade urbana³¹.

Num artigo intitulado “A memória italiana”, publicado em 1992, o então deputado federal Luiz Henrique da Silveira confessava sua dificuldade em restabelecer “os principais fatos ligados ao advento dos italianos em Joinville”³². Sem registros históricos, associou tal origem à instalação de agricultores de arroz ao longo de uma faixa de várzea

³⁰ Conforme o relato do seu presidente honorário, Moacir Bogo, o *Circolo*, embora tenha sido registrado como entidade em 1995, foi resultado de encontros informais de descendentes de italianos em Joinville ocorridos em 1988. Cf.: BOGO, Moacir. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 6 nov. 2007.

³¹ Considero a italianidade joinvilense como uma etnicidade e, portanto, explícito, inicialmente, alguns referenciais adotados. Philippe Poutignat e Streiff-Fenart, apoiando-se na teoria de Fredrik Barth, ponderam que a emergência de grupos étnicos se efetiva pelo princípio da alteridade (nós/eles), ou seja, a pertença étnica configura-se em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros. Quatro questões-chave constituem o conceito da etnicidade: 1) o problema da atribuição categorial pelo qual os atores se *identificam* e *são identificados pelos outros*; 2) o problema das fronteiras do grupo, por onde se dá a *dicotomização nós/eles*; 3) o problema da origem comum, relativo aos símbolos identitários do grupo; 4) o problema do *realce*, pelo qual os traços étnicos são destacados. Todas essas questões evidenciam que a etnicidade é uma construção de sujeitos no decurso das interações sociais. POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

³² Confessava ele que a industrialização e a urbanização teriam provocado o quase desaparecimento de costumes e tradições dos italianos-joinvilenses, não fosse a iniciativa de alguns descendentes em promover o intercâmbio cultural e de rememoração de canções, comidas típicas e danças. Porém o desafio maior era “refazer toda a história da colônia itálica em Joinville”. SILVEIRA, Luiz Henrique. **A memória italiana**. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

que dominava a paisagem de cidades como Massaranduba, Guaramirim e Jaraguá do Sul, abrangendo também a região sudoeste de Joinville nos bairros de Vila Nova e Morro do Meio. O processo de urbanização e a atração pelo trabalho industrial teriam dispersado os integrantes dessa “colônia italiana”, diluindo seus costumes e tradições. Por isso, naquele momento, saudava o primeiro aniversário da Associação Vêneta de Joinville, a qual teria como objetivo não apenas reviver a tradição itálica no ambiente urbano, mas também escrever essa história ainda a ser conhecida pelos joinvilenses.

Mesmo considerando que o então deputado expressava seu gosto – quase sempre recorrente em pronunciamentos públicos – por passados afetuosos e imaginariamente relevantes, suas palavras traduziam um esforço para encontrar o “elo perdido” da italianidade joinvilense, sem o qual comprometia a própria relevância da associação recém-criada.

Na Festa das Tradições esse percurso imaginado não aparentava importância. Diante do desejo de ostentar Joinville como cidade “cosmopolita”, os ítalo-joinvilenses empenhavam-se em articular outras referências étnicas para demarcação de suas distintividades urbanas. A discussão de Stuart Hall sobre as identidades culturais no contexto da globalização soava-me como uma advertência para possíveis conclusões apressadas e superficiais.

Mesmo considerando que diante das transformações do final do século XX ficou cada vez mais evidente que o nacional se constitui como uma entre outras “paisagens culturais” que marcam a fragmentação dos referenciais identitários³³, etnia, segundo Hall, é um termo que tem sido utilizado para tentativas de unificar, identificar e representar uma dada cultura nacional como uma “comunidade imaginada”³⁴.

Ao procurar distinguir-se como etnicamente italianos de Joinville, aquelas pessoas por certo “traduziam”, no sentido atribuído por Hall, a italianidade, ou seja, atravessavam e interconectavam fronteiras territoriais, culturais e históricas, produzindo culturas híbridas, sob roupagem e impulso unificadores.

³³ Conforme Hall, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 13.

³⁴ Id. Ibid. p. 58.

Tal ideia foi reforçada posteriormente em entrevista com o Sr. Moacir Bogo, cônsul honorário da Itália e fundador do *Circolo Italiano di Joinville*. Disse ele: “Sou brasileiro, tenho orgulho de ser, mas eu tenho um pouco a mais, eu tenho a genética italiana [...]. Acho que isso é um trunfo [...]. Sabe, é uma polivalência”³⁵.

Não importa o quanto as pessoas possam ser diferentes em termos de origem, classe ou mesmo filiação e lealdade a um Estado, a curiosa tradução buscava representar, simbolicamente, a todos como pertencentes a uma grande família, no sentido expressado pelo nosso entrevistado como “genética italiana”. O seu relato sobre a criação do *Circolo Italiano* é ainda mais esclarecedor:

Quando começou, no final dos anos 70, a aparecer esses negócios de italiano, gente tocando e cantando, o pessoal ficava tão emocionado que as pessoas choravam, homens choravam de emoção, aquela coisa muito, muito forte. Então nós começamos aqui em 88, vai daqui, vai dali, depois em 90, então, nós fundamos a Associação Vêneta [...]. E daí veio esta história dos italianos [...]. Mas por que Associação Vêneta? Tinham italianos [provenientes] de outras regiões. [...] Nós não somos vênets, somos piemonteses, lombardos, sicilianos. Então vamos fazer o seguinte: vamos fazer o Círculo Italiano, o Círculo Italiano congrega tudo. Ah! Então está bom³⁶.

Tal operação homogeneizante não se restringia aos ítalo-joinvilenses; várias outras manifestações de tradução, com esse caráter, me aguardavam.

Contíguo ao estande da Itália estava o da Alemanha. Trazia alguns outros elementos. O visitante a princípio poderia obter informações sobre o folclore alemão se iniciasse a turnê pelo pedestal localizado no lado extremo esquerdo do estande. Ao avançar, deparava com um mosaico de imagens e textos sobre o significado de trajes, danças e músicas. O material exposto dava a impressão de ter sido ultimado apressadamente para subsidiar aqueles que nada sabiam sobre as “raízes folclóricas de Joinville”, última parte da exposição, a qual consistia numa

³⁵ BOGO, Moacir. Op. cit.

³⁶ Id. Ibid.

fotografia ampliada de um grupo musical germânico joinvilense e num velho bandoneon protegido por uma redoma acrílica que lhe imprimia o *status* de relíquia. Tocos de árvore, instrumentos agrícolas, vasos com orquídeas e mobiliários antigos preenchiam os cantos e espaços livres. Tive a impressão de que, diferentemente dos outros estandes étnicos, o alemão apresentava, como nenhum outro, objetos dados a ler a história da cidade.

Não havia naquele momento nenhum recepcionista preparado para satisfazer as possíveis indagações dos visitantes, mas aquela espécie de coleção, fruto de empréstimos de joinvilenses de origem alemã, enviava mensagens e transmitia sinais que iam além da sua materialidade, insinuando uma já conhecida hegemonia histórica. Os objetos apresentavam-se como sendo naturalmente decantados de uma trajetória, a qual todos os joinvilenses estavam acostumados a reverenciar³⁷ e, ao mesmo tempo, explicar.

A propalada tradição alemã sempre se ancorou no passado da imigração germânica da cidade. Por seu intermédio, explicaram-se o progresso, a industrialização, a ordem, a disciplina, a limpeza e a riqueza cultural, elementos recorrentes em algumas narrativas históricas. Conforme escreveu, em 1986, o historiador joinvilense Apolinário Ternes, o imigrante do século XIX é considerado “um vencedor”, pois “mesmo enfrentando situações insólitas” sua força física e moral venceu “a natureza inóspita, as doenças, a falta absoluta de quase tudo”³⁸. Isso graças ao seu “perfil psico-social”: “os alemães que para cá vieram, [...], pertencem à Alemanha mansa e pacífica, dotados de espírito superiormente refinado e, por isto mesmo, culturalmente evoluídos”³⁹. Disso resultou a criação das primeiras sociedades culturais, os bons costumes, a organização e a disciplina tão característica desses imigrantes⁴⁰. Joinville seria, portanto, tributária aos seus antepassados, pois graças a eles poderia se orgulhar de seus adjetivos laudatórios.

Para a realização da festa, entretanto, o Sr. Wilmar de Souza destacou em sua entrevista o desinteresse dos representantes da etnia

³⁷ Como nos lembra Krzysztof Pomian, os objetos de uma “coleção participam no intercâmbio que une o mundo visível ao invisível”. POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: Memória/História. v. I. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994. p. 66.

³⁸ TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986. p. 25.

³⁹ Id. Ibid. p. 30.

⁴⁰ A esse respeito ver também TERNES, Apolinário. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981, especialmente o capítulo intitulado “O período de adaptação – a construção do destino”.

alemã em se fazerem presentes no estande étnico e no próprio evento. Confessou-nos: “Pasmem, aquele estande dos alemães ali, eu paguei. A Prefeitura pagou, a Promotur pagou, a festa pagou, a organização da festa pagou”⁴¹.

A explicação do nosso entrevistado questionou e, contraditoriamente, afirmou a representação que construiu uma espécie de hegemonia étnica alemã no processo histórico joinvilense. Segundo ele, a identidade alemã de Joinville está mais ligada às estratégias econômicas de desenvolvimento da cidade, especialmente na área industrial e turística, do que à importância social e cultural dos alemães e seus descendentes no meio urbano. Disse ele:

A identidade de Joinville não se transfere exatamente para os alemães. A gente costuma divulgar isso, dizer que nós temos ainda traços marcantes da cultura alemã, mas não [...]. A nível de turismo, de *marketing* turístico isso dá muito Ibope. Lá em São Paulo, Rio quando vê uma alemãzinha, vestida de traje típico, estavam vendo? Isso identificava muito Santa Catarina, cada um queria levar a sua parte, Joinville queria levar, Blumenau queria levar a sua parte, cada um queria levar a sua parte nisso. [...] E depois, o produto de qualidade era produto alemão. [...]. Os produtos, produzidos em Joinville, “ah, dos alemães, lá de Joinville. Podem comprar porque é de primeira qualidade, os alemães sabem fazer coisa boa”. Você entendeu? Também tinha esse *marketing*. De qualidade, tinha que ser alemão, o alemão sempre foi muito cuidadoso, muito... [...] disciplinado, tecnologia... Então, em algum momento este mote era importante para a cidade de Joinville, a cidade alemã. Mas se você olhar um tempo aí, a cidade... nunca foi alemã de fato⁴².

Dessa forma, a identidade da cidade teria sido criada como processo de fixação de uma “marca” que lhe imprimiu e lhe imprime simbolicamente um diferencial para o consumo de suas mercadorias e serviços.

⁴¹ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

⁴² Id. Ibid.

Tal perspectiva confirma o que apontou a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores em seu estudo sobre as festas das cidades dos vales do Itajaí-Açu e do Itapocu: “A imagem da cidade germânica, com todos os atributos que aí se instituíram – o trabalho, a dedicação, a origem – reveste os produtos industriais, acrescentados por esta simbologia”⁴³. Isso teria permitido que as próprias festas de outubro, com suas metodologias de divulgação e de *marketing*, fossem transformadas em vitrines dessas cidades industriais, contribuindo para consolidar Santa Catarina numa grife⁴⁴.

Entretanto a narrativa de Wilmar de Souza sobre o caráter germânico de Joinville revestia-se de uma iconoclastia perturbadora. Se para Ternes era impossível desvincular a história da cidade da saga dos imigrantes alemães e de seus descendentes, para Souza bastava “olhar” para essa história e constatar que “nunca foi alemã de fato”. Expor a pertença étnica alemã na Festa das Tradições consistiria, então, em continuar investindo numa grife que agregava valor ficcional ao presente e ao passado urbano?

A problemática aberta não se refere à autenticidade ou à artificialidade do germanismo, mas às tensões que articulam esse processo de transformação imagética e simbólica, pelo qual Joinville deixa de ser apenas uma cidade alemã encravada no sul do Brasil para tornar-se uma cidade “multicultural”. Isso incide sobre o conjunto de questionamentos acerca da cidade do presente e de como os seus moradores a historicizam.

Segundo o historiador François Hartog, vivemos sob um novo regime de historicidade⁴⁵, o qual dá relevo crescente ao presente enquanto tal, tornando-o “massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade”⁴⁶. Assim, pode-se considerar que esse “presentismo” – que inunda os enunciados históricos de uma dada

⁴³ FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest**: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997. p. 154.

⁴⁴ Id. Ibid. p. 124.

⁴⁵ Conforme Hartog, por regime de historicidade se pode entender as formas segundo as quais uma sociedade experimenta o tempo, incluindo as narrativas produzidas sobre o seu passado, bem como a maneira própria do social em definir uma consciência de si. HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2008.

⁴⁶ Id. Ibid.

sociedade – permite não apenas evocar novas memórias, como produzir esquecimentos capazes de validar o que é vivido como necessidade ou aspiração. Ora, isso contribui para a nossa análise a respeito desse tenso e controverso cruzamento de avaliações sobre o passado de Joinville.

Ainda segundo Hartog, trata-se da dimensão do “presente hipertrofiado”, ou seja, um presente que é capaz de gerar seu próprio passado e futuro, que é fruto das nossas experiências contemporâneas perante as solicitações do mercado e do consumo, das mudanças científicas e tecnológicas e dos ritmos das mídias. Poderia também agregar a esses aspectos as nossas experiências diante das fronteiras movediças, porosas e flexíveis dos territórios urbanos. O espaço da cidade contemporânea é cada vez mais palco de mobilidade social, transformando as nossas percepções sobre nós mesmos e sobre os outros, cuja presença imaginamos provisória. Com isso, cada vez mais tornamos tudo obsoleto, até mesmo acontecimentos e pessoas.

Ao interpretar o depoimento do Sr. Wilmar de Souza, é possível dizer que sua indignação ao confessar o seu empenho e investimento para a organização do estande alemão na Festa das Tradições confirmava o trabalho de enquadramento do passado voltado ao reforço dos usos de uma história etnicizada que teria agregado à cidade uma “marca” cultural. Além disso, havia a necessidade de manter o tributo a uma “essência” cultural urbana agonizante e agora enjeitada. O imperativo do presente, talvez, levava-o a reconhecer a obsolescência dessa trama. A sua afirmação sobre a necessidade de um olhar mais acurado acerca do passado de Joinville permitiu-me entender que, para ele, a notória diversidade cultural do presente deveria instituir um novo passado a ser legado para o futuro urbano. Penso que as sinuosas trajetórias de migrantes têm muito a revelar sobre essa investida rumo à domesticação do passado e do futuro joinvilenses, sob o impulso desse presentismo.

Voltemos ao meu itinerário festivo. O estande seguinte não se referia a uma nação ou etnia, mas a um continente: África. O panô exibia desenhos com leões, girafas e elefantes. Tapetes supostamente feitos de peles de animais forravam o chão. Um sofá no centro servia de suporte para xales de seda, e a seu lado havia um baú sobre uma canga colorida. O cenário aparentava a intenção dos *designers* do ambiente em realçar certo exotismo cultural, talvez já visto em algum filme de aventura na selva. Ao fundo, cinco grandes painéis apresentavam a história da África e faziam parte do denominado “museu itinerante”

pertencente ao Instituto Afro-Brasileiro de Joinville – Afroville⁴⁷. Os painéis traziam cenas que retratavam uma floresta hostil, caravelas e homens negros⁴⁸ acorrentados. No último painel uma mensagem explicitava a necessidade de afirmar a igualdade da espécie humana e combater possíveis preconceitos: “Somos várias raças, mas o sangue é igual”. Fiquei intrigada com a proposta do estande, que denunciava a conquista europeia do continente mas não fazia sequer uma alusão à pertinência étnica “africana” à cidade.

Por que o estande, ao promover uma espécie de exaltação vitimária à etnia africana, produzia ao mesmo tempo a “invisibilidade” dos negros em Joinville?

O termo invisibilidade é aqui entendido conforme o apresentado por Ilka Boaventura Leite⁴⁹. Para ela, vários argumentos e comparações produzidas pela “literatura científica” concorrem para a invisibilidade dos negros em Santa Catarina: ser o Estado que, quando comparado com os demais, possui um dos menores índices demográficos de presença negra; constituir-se historicamente como a principal referência para o projeto imigrante voltado ao branqueamento do país; e em seu passado colonial não ter sido região integrante do grande sistema escravista voltado para a exportação. Tais argumentos contribuem para a ideia de uma suposta inexpressividade histórica e social dos negros que se reflete nas práticas políticas e culturais contemporâneas, atingindo até

⁴⁷ Embora a criação da entidade não assegurasse uma efetiva participação social ou mesmo garantisse visibilidade àquelas a que desejava representar, em 22 de dezembro de 1999 o jornal *A Notícia* informava: “Negros criam Instituto Afro-brasileiro”. A cerimônia de oficialização do Instituto foi realizada na Liga de Sociedades, no dia 10 do mesmo mês. Segundo o jornalista Sergio Almeida, na “Cidade dos Príncipes” a etnia afrodescendente teria dado um passo rumo à igualdade social. A presidente da entidade, Maria Laura Cardoso Eleutério, afirmava: “Nosso objetivo é alcançar, a curto e a longo prazo, um trabalho de axé, onde possamos desenvolver a nossa cultura, a nossa socialização, a nossa religião e, principalmente, olhar muito de perto a evolução [dos afrodescendentes]”. ALMEIDA, Sergio. Negros criam o Instituto Afro-brasileiro. *A Notícia*, Joinville, 22 dez. 1999. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/dez/22/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

⁴⁸ Os termos “negro” e “afrodescendente” carregam ambivalências que dizem respeito ao deslocamento de sentidos promovidos pelos sujeitos que os enunciam. Foi difícil padronizar seu uso, visto que, de um lado, os trabalhos historiográficos que li, na sua maioria, se referem à população negra por meio do termo “negro”, ainda que destaquem a complexidade e as diferenças culturais que suscitam ao problematizá-la. Por outro lado, nas entrevistas orais, mesmo que os dois termos tenham sido utilizados, houve um predomínio do termo “afrodescendente” como elemento distintivo e identitário, significado com base em uma “comunidade imaginada”: África.

⁴⁹ LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

mesmo os militantes da causa negra. A invisibilidade, portanto, revela-se como dispositivo de negação e, por seu intermédio, de reprodução do racismo em terras catarinenses. Por outro lado, aflui para a produção e a disseminação de alguns mitos, entre eles o de que a escravidão em Santa Catarina, quando eventualmente ocorreu, foi mais branda, já que o senhor de poucos escravos trabalhou junto com eles.

A presença dos negros em Joinville remonta aos anos anteriores à imigração europeia para a região no século XIX. Com base no trabalho de Denize Aparecida da Silva⁵⁰, é possível verificar como os negros foram de extrema importância para a produção nos engenhos de farinha de mandioca na região que englobava, na época, São Francisco do Sul e Joinville. Além disso, tal estudo, ao permitir conhecer as sociabilidades presentes nesse processo, combate a invisibilidade negra na região e o menosprezo a um passado que desconstrói a ideia de Joinville como desdobramento natural da saga imigrante europeia.

Porém não basta a constatação de que os decoradores do estande não levaram em conta a produção historiográfica para justificar a pertinência étnica africana na história da ocupação territorial de Joinville. A sugestão dos autores do texto “Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia” estimulou-me a buscar outras respostas para a intencional abordagem étnico-vitimária dos negros expressa pelo estande, já que:

Na desconstrução desta imagem de “bela e loira Catarina”, acreditamos que se torna necessário, nos dias de hoje – para além de uma tentativa de encontrar especificidades que expliquem, num passado escravocrata, as relações hierarquizadas entre brancos e negros [...] –, procurar perceber como tem sido interpretado esse passado e levantar a problemática da invisibilidade das populações negras em Santa Catarina⁵¹.

⁵⁰ SILVA, Denize Aparecida da. **“Plantadores de raiz”**: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

⁵¹ PEDRO, Joana Maria *et al.* **Escravidão e preconceito em Santa Catarina**: história e historiografia. Florianópolis: UFSC, 1996. p. 243.

Joinville possui uma população estimada de 487.003 habitantes⁵², e segundo dados disponibilizados pelas entidades de afrodescendentes pesquisadas cerca de 20%⁵³ são afrodescendentes. O município é indicado como o terceiro do Estado com maior presença afrodescendente, ficando atrás apenas de Florianópolis e Criciúma.

O estudo sobre instituições e espaços de sociabilidade das populações negras na atualidade incentivou-me a investigar com as lideranças negras de Joinville os sentidos e os detalhes que promoviam naquela vitrine, paradoxalmente, a exposição da invisibilidade negra no contexto urbano.

O estande “África” da Festa das Tradições foi iniciativa do Afroville. Segundo relato de Alessandra Cristina Bernardino⁵⁴, presidente do Movimento de Consciência Negra Brasil Nagô⁵⁵, esse instituto liderou a representação afrodescendente na comissão organizadora da festa e tomou a frente da decoração do estande. Com isso, os outros grupos teriam perdido espaço e oportunidade para explicitar posições, propostas e perspectivas diferenciadas sobre os afrodescendentes joinvilenses.

Mesmo considerando que “cada movimento tem sua proposta, seu pensamento”, para a Sra. Alessandra seria equivocado recorrer à selva e aos contextos tribais para evidenciar a pertença étnica dos negros em Joinville, pois isso silenciaria vivências afirmativas na cidade do presente. De outra maneira, os diferentes movimentos e entidades, incluindo o Instituto Afro-Brasileiro de Joinville, expressariam – cada um a seu modo – a luta pelo reconhecimento e equidade de tratamento em relação às demais associações étnicas da cidade.

Ao ser questionada sobre qual categorização – “negros” ou “afrodescendentes” – era a mais utilizada e reconhecida para a autoatribuição étnica, a Sra. Alessandra fez uma interessante análise. Segundo seu ponto de vista, em uma cidade em que as pessoas se rotulam, por exemplo, como alemãs, suíças ou italianas, a designação

⁵² Segundo dados obtidos no portal virtual do IBGE. Cf.: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população**: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.xls>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

⁵³ CARDOSO, Maria Laura. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 22 ago. 2008.

⁵⁴ BERNARDINO, Alessandra Cristina. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado**. Joinville, 8 jul. 2008.

⁵⁵ Esse movimento foi criado em 2005, no mesmo ano em que ocorreu a primeira edição da Festa das Tradições de Joinville.

afrodescendente “soa mais suave”. Para os negros joinvilenses, autoatribuir-se como afrodescendentes seria uma forma de valorizar suas diferenças em termos de origem e não de atributos físicos. Para os brancos joinvilenses o termo também seria mais aceito, já que percebia recorrentemente que os brancos teriam receio de pronunciar a palavra negro, como se ela já manifestasse preconceitos e discriminações, independentemente do contexto e da forma em que é enunciada⁵⁶.

Como presidente de um movimento de consciência negra, a Sra. Alessandra acredita que, à medida que for “revelada” a história dos negros em Joinville, esse e outros receios serão superados. Em primeiro lugar, o reconhecimento da “diversidade cultural” urbana poderá não mais se circunscrever às festividades públicas, mas ser “revelada” historicamente para a “conscientização” de todos. Em segundo lugar, essa história instrumentalizará os próprios negros a afirmarem sua negritude com base em outros referenciais, menos vitimários que aqueles extraídos do passado escravista brasileiro.

Essa não é a opinião de Maria Laura Cardoso, presidente do Instituto Afro-Brasileiro de Joinville. Ela imputa ao “descobrimento do Brasil”, à apreensão dos negros na África e à decorrente difusão da escravidão por todo o país a real natureza motivadora para a criação “de fato” do instituto por ela iniciado. Todos esses acontecimentos, segundo sua avaliação, marcaram indelevelmente o caráter e o comportamento dos negros. O instituto, assim como os próprios afro-brasileiros de Joinville, seria portador dessa “essência”. Para ela, “a discriminação ao negro sempre existiu e sempre existirá”, e isso tem a ver com a estagnação da grande maioria dos negros e a “evolução” de poucos. Superar esse estado imporia, àqueles que atingiram um nível social mais elevado, a tarefa de estimular os seus “irmãos” a romper com a inércia que os acomoda e que os faz se autoconceberem como inferiores. Diz ela: “Eles não foram educados, entende, para estudar. É complicado, eles não têm evolução e eles são inteligentíssimos. Os próprios negros se inferiorizam. [...] Eles próprios se discriminam. Aqui em Joinville é assim”⁵⁷.

⁵⁶ Em certo sentido, esse receio de que fala Alessandra foi constatado no processo de entrevista com outras lideranças étnicas. Ao serem questionados sobre a importância dos negros na história de Joinville, alguns termos e adjetivos foram adotados por essas lideranças de maneira bastante cautelosa, tentando eufemizar o uso da palavra negro empregada na própria pergunta. Assim, “pessoas de cor”, “morenos”, “moreninhos” e “escurinhos” circularam nos depoimentos como vocábulos supostamente mais amenizadores.

⁵⁷ CARDOSO, Maria Laura. Op. cit.

Quando a entrevistada se refere a “eles” se tem à frente um vestígio que indica uma apropriação tensa de uma identidade essencializada, sobre a qual a Sra. Maria Laura constrói seu lugar como liderança étnica. O “eles inferiores” possibilita apreender como, no discurso, ela produz mais que posições hierarquizadas no grupo que supostamente representa. O dispositivo serve-lhe, ao mesmo tempo, como mecanismo de empoderamento perante os não negros.

Outras passagens da entrevista corroboram minha análise. Aludindo à sua biografia, destacou a autoridade conquistada como professora, com experiência em várias escolas. Orgulha-se por ter ensinado crianças “alemãs” e “caboclas”. Ainda que utilizasse em sua narrativa tais categorias, afirmou nunca ter distinguido seus alunos, o que lhe permitiu falar sempre “de igual para igual” com os não negros. Como presidente da Afroville, disse também ser bastante reverenciada por presidentes de outras entidades étnicas, incluindo o cônsul honorário da Alemanha, Udo Döhler, conhecido empresário joinvilense.

Por outro lado, Maria Laura enumerou os projetos e compromissos do instituto em prol da almejada “evolução” dos seus “irmãos”, quais sejam a distribuição de cestas básicas depois de “avaliado” o grau de indigência dos requerentes, a promoção de eventos sociais em locais badalados da cidade – como o concurso da *miss* e do mais belo afro de Joinville, que já teria ocorrido inclusive no Joinville Tênis Clube –, a criação de museus e a participação em festas com as demais etnias. Além desses, outros dois foram especialmente destacados pela entrevistada: a elaboração da “Cartilha” da história dos afrodescendentes e o “Caderno Joinville”, que reuniria em capítulos informações de cada etnia.

Imaginei que o projeto do caderno culminaria numa versão impressa do “encontro das etnias” da Festa das Tradições, já que cada associação seria responsável por seu capítulo, apresentando o que “achasse mais importante”. A similaridade metodológica apresentada pela entrevistada explicitava, no meu ponto de vista, a abordagem generalizada sobre a diversidade cultural de Joinville: uma diversidade exposta pela compartimentação, segmentada e sem zonas de contato, em que o diverso apenas é uma prova da existência do igual.

O projeto da cartilha foi detalhadamente explicado, talvez pelo desejo da entrevistada de estabelecer parceria com a equipe de entrevistadores. O objetivo seria criar um instrumento didático mais poderoso para “conscientização” sobre “a história da África e dos negros no Brasil”. Organizada em volumes, a cartilha deveria ser utilizada

na escola desde os primeiros anos do ensino fundamental. Disse a entrevistada: “não adianta escrever livro, porque hoje a escola não conta a história dos negros como tem que ser contada”.

A necessidade de conscientização, portanto, pontuou os posicionamentos das nossas duas entrevistadas, ambas educadoras. Alessandra e Maria Laura, embora com propósitos e justificativas distintas, elegeram a história como meio capaz de cientificar os sujeitos. Para Alessandra, a história conscientizadora é aquela que “revelará” o processo de urbanidade dos afro-joinvilenses. Para Maria Laura, a história conscientizadora é aquela que, ao “revelar” o passado escravista que incidiu sobre a posição de inferioridade dos afro-joinvilenses, irá tornar-se poderoso instrumento pedagógico para o aprendizado de conteúdos que se acreditam invariáveis e válidos em qualquer contexto e época.

O intrincado enredo que envolvia o estande “África” na Festa das Tradições levou-me a refletir sobre dois problemas. Primeiramente, ele me fornecia elementos que ilustravam questões presentes nos debates historiográficos sobre o sistema escravista e, por extensão, sobre o “ser escravo no Brasil”⁵⁸. As polêmicas que consideravam os escravos como inferiores ou dóceis, violentos ou apáticos, *coisificados* ou senhores de seu próprio destino⁵⁹ ressoavam nas minhas reflexões sobre as opiniões e posições políticas divergentes das entrevistadas e sobre a visualidade do próprio estande. Em segundo lugar, o dever de conscientizar pela história, expresso pelas nossas entrevistadas, corresponderia à tendência atual de validar o conhecimento segundo a lógica de sua utilidade e êxito. O conhecimento histórico, assim, tornar-se-ia relevante à medida que formulasse sistemas de ideias que pudessem ser empregados para dirigir, ou mesmo elucidar, as relações que estabelecemos no mundo. Afinal, se não for assim, para que serviria a história?

Essa percepção “militante”, carregada por anacronismos, embora bastante discutida e por alguns combatida no campo da teoria e da metodologia da história, é também apontada como uma das principais armadilhas do profissional da história, já que, como sujeito do conhecimento, o tempo presente envolve o exercício de suas funções

⁵⁸ Refiro-me ao título do livro de Kátia Mattoso. MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵⁹ A esse respeito ver QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103-117.

de ensino e pesquisa. Em outras palavras, isso quer dizer que o ofício do historiador traz consigo e ao mesmo tempo concorre para as ciladas do anacronismo⁶⁰.

Segundo Luiz Felipe Alencastro, o historiador ao interpretar a partir do presente os vestígios do passado deve constantemente premunir-se contra a tentação de “vestir uma determinada sociedade com as roupas talhadas em outras épocas”. Considerando o termo racismo, complementa que, “se os homens do século XIX forem passados ao crivo da concepção atual de racismo, não sobra ninguém de pé”. O racismo é uma ideia historicizada e como tal deve ser relativizada⁶¹.

Dessa perspectiva, entendo que “vestir uma determinada sociedade com roupas talhadas em outras épocas” não é procedimento passível apenas a lideranças de organizações e movimentos sociais, as quais impõem à história o dever de conscientização.

Acautelar-me diante das armadilhas do meu ofício: eis a lição que devo aprender, especialmente para estudar as “migrações e construções socioculturais” numa cidade contemporânea. Cumpre-me, assim, identificar os apelos do anacronismo e posicionar-me diante deles, tendo clareza de que não há vacina que erradique a sua latência.

Já, ao enfrentar problemas e dilemas que atingem a vida dos joinvilenses no presente, o julgamento sobre suas narrativas carregadas por anacronismos não pode sobrepor-se às interrogações que devem ser feitas sobre os seus sentidos. Dessa forma, os anacronismos verificados deixam de ser equívocos e tornam-se possibilidades para a investigação da história do presente.

O historiador François Bédarida⁶² afirma que estudar a história do presente é antes de tudo entender que ela “é feita de ‘moradas provisórias’”⁶³

⁶⁰ Segundo a historiadora Nicole Loraux, “o anacronismo é o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas um nome para se constituir uma acusação infamante, a acusação – em suma – de não ser um historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea”. Todavia, conforme salienta, o anacronismo deveria ser compreendido como horizontes de possibilidades para a operação historiográfica, sob a qual permite ao historiador “uma prática controlada”, desde que tenha clareza sobre as temporalidades que ele maneja e faz entrecruzar. LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 57-70.

⁶¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “**Não sabem dizer a coisa certa**”. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_05.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.

⁶² Fundador do Instituto de História do Tempo Presente, o IHTP, criado na França em 1978.

⁶³ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 221-229.

e, mais do que qualquer outra, explicita a natureza inacabada e de movimento da própria história. Situar-se nesse campo de investigação é aceitar o desafio de produzir conhecimento infindo, inconcluso e sempre questionável, já que a sua lei é a renovação com acentuada rapidez⁶⁴.

As palavras de Bédarida corroboram a reflexão que vem me acompanhando desde o início desta pesquisa, ou seja, as minhas responsabilidades como historiadora, que são também sujeito-objeto do tema problematizado. Tal cumplicidade, recorrentemente debatida entre historiadores, incumbe-me de não valorizar as possíveis respostas que, porventura, eu possa fornecer a alguns dilemas da história do presente, mas valorizar a intensidade e a densidade de questões que poderão emergir, as quais, em última instância, vão decretar a efemeridade do meu trabalho.

Após essa derreadora constatação, retornemos à Festa das Tradições. Ao lado do estande África ficava o dos Açores. Um casal conversava animadamente. A minha presença e meu olhar observador sobre os objetos e sobre eles próprios pouco foram notados. No centro do estande havia um tear ladeado por cestos com novels. Tapeçarias coloridas revestiam as paredes internas do estande. Um *banner* da Casa da Cultura do município de Araquari e outro do Projeto Fio da Meada⁶⁵ sugeriam-me uma açorianidade adjacente, margeante aos contornos urbanos de Joinville⁶⁶.

Seguindo a coerência estética da exposição denominada “encontro das etnias”, o panô frontal exibia desenhos que evocavam o cruzamento simbólico entre Portugal e Santa Catarina. Assim, o Galo de Barcelos e figuras femininas de rendeira e vindimadeira intercalavam-se com outros desenhos que representavam o casario colonial de São Francisco do Sul e um barco pesqueiro às margens da Baía da Babitonga.

Algumas indagações já começavam a ocupar os meus pensamentos. Vasculhando minha bolsa em busca de meu caderno de anotações, interrompi, ao mesmo tempo, a animada conversa do casal para solicitar uma caneta à recepcionista do estande, a qual prontamente

⁶⁴ Comparando a história do tempo presente com a imagem de um palimpsesto, Bédarida afirma: “O tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos e revisões”. Se por um lado isso torna a história do tempo presente indefinidamente renovável, por outro lado “seus adeptos têm o privilégio de uma fonte de eterna juventude”. BÉDARIDA, François. Op. cit. p. 221.

⁶⁵ Trata-se de um projeto da Prefeitura de Araquari com o objetivo de formar instrutores de tecelagem manual.

⁶⁶ Araquari é um dos municípios que integram a microrregião de Joinville.

atendeu o meu pedido perguntando-me se eu também precisava de papel. O sotaque litorâneo de minha interlocutora foi registrado e, junto com outras questões, procurei problematizar os sentidos do festejo da açorianidade na festa.

O Sr. Wilmar de Souza nos informou que “antes da colonização de Joinville já tinha açorianos aqui. O que não tinha era um grupo de açorianos”⁶⁷. Segundo sua avaliação, o reconhecimento desse passado teria sido fomentado pela intervenção de uma associação açoriana joinvilense. Isso teria ocorrido em 2002 por sua iniciativa. Justificou tal empenho não apenas por contemplar os interesses da Promotur, mas por considerar que, enquanto descendente de açorianos, tal etnia deveria possuir a merecida visibilidade histórica nas festas da cidade.

A investigação sobre a constituição da entidade colocou-me diante de outra narrativa que, embora destoasse da explicação do protagonismo autoral do Sr. Wilmar de Souza, foi bastante fértil para a análise das subjetividades em relação às representações do passado açoriano joinvilense. Trata-se da entrevista que realizamos com o radialista José Eli Francisco, também sócio-fundador, em novembro de 2002, da Açoriana – Sociedade Beneficente e Cultural dos Descendentes de Açorianos da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina⁶⁸.

O Sr. Eli Francisco nos expôs que o “princípio ativo” de criação da entidade foi a descoberta de importantes documentos “que estavam adormecidos no imenso e precioso acervo do Arquivo Histórico de Joinville”⁶⁹, os quais colocaram em evidência a necessidade de recontar a origem da cidade. Pelas novas fontes ficou comprovado que, muito antes da chegada dos imigrantes alemães, já habitavam a região cerca de 300 famílias de ascendência portuguesa. A descoberta teria sido tema de vários “bate-papos” com amigos também descendentes de açorianos, até o ponto em que propôs: “Por que não criamos uma associação? Em Araquari existe, em Florianópolis também”. Apenas depois disso o Sr. Wilmar de Souza teria sido convidado a participar da criação da entidade. Disponibilizando-nos a ata de constituição da Açoriana, destacou que, entre seus objetivos, o principal seria “estimular

⁶⁷ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

⁶⁸ FRANCISCO, Eli. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai**. Joinville, 19 set. 2008.

⁶⁹ Trata-se de um conjunto de 39 relatórios, escritos em alemão, expedidos em 1849 pela direção provisória da Sociedade Colonizadora de Hamburgo que se encontravam microfilmados e estavam sendo traduzidos por pesquisadores do Arquivo Histórico de Joinville. Id. Ibid.

a realização de estudos, pesquisa e trabalho de relevante interesse social e cultural dos costumes açorianos”⁷⁰. Isso também dizia respeito à sua interferência no processo. Apresentou-nos outros documentos por ele considerados preciosos, tais como o registro de nascimento e fotografias antigas de seu pai, que foi prefeito de Camboriú, nomeado por Nereu Ramos entre os anos de 1938 e 1942, as informações genealógicas sobre seu bisavô, que foi “demarcador de terras pago pela Coroa portuguesa”, as fotografias tiradas nas reuniões da entidade. Depois destacou: “Tudo começou com um bate-papo e eu mostrando a minha velharia”⁷¹.

O fato de, na Festa das Tradições, estarem presentes expositores de Araquari e não da Açoriana foi justificado pelo regime de colaboração estabelecido entre as duas entidades. Coube aos açorianos joinvilenses a venda de pratos típicos que foram especialmente produzidos pelo proprietário de uma rotisseria em Joinville que, segundo nosso entrevistado, estava mais interessado em “vender o seu peixe” na festa.

As narrativas do Sr. Wilmar de Souza e do Sr. Eli Francisco sinalizaram-me questões relacionadas ao uso da metodologia da história oral na pesquisa. Diferentes explicações sobre a criação da Açoriana exigiam-me refletir sobre as subjetividades dos relatos dos nossos entrevistados. Diante disso, reverberava a premissa sobre o caráter distorcido da fonte oral, premissa essa bastante discutida pelos historiadores. Mais do que um problema, tal caráter é considerado como uma rica possibilidade para a interpretação histórica. Para o estudioso Alessandro Portelli, a história oral explicita que “as fontes são pessoas”⁷² que, ao serem motivadas a narrar, expressam o significado de suas experiências por meio dos fatos. Por isso, também para o autor, o método narrativo é um processo de construção identitária, pois o narrador ao recordar e contar interpreta seus vínculos com os outros e com os fatos. As narrativas sobre o fato “criação da Açoriana” exprimiam recordações que exalavam subjetividades e identificações, justificadas seja pela origem, seja pelo protagonismo na criação da entidade. Se aconteceu

⁷⁰ AÇORIANA. *Ata de fundação da Sociedade Beneficente e Cultural dos Descendentes de Açorianos da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina*. Joinville, 4 de novembro de 2002.

⁷¹ Id. Ibid.

⁷² PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

ou não da forma como narraram, importava menos do que perceber a importância atribuída pelos narradores ao fato.

Mais à frente, o estande da Suíça. Uma imensa fotografia dos Alpes cobertos de neve num ensolarado dia deu-me a impressão de que eu adentrava em uma agência de turismo. Alguns relógios expostos lembravam a propalada pontualidade e organização dos suíços. Artesanatos natalinos, doces e papais noéis de madeira sugeriam aos visitantes imaginar como seria fascinante a festa naquele país. Impactada com a decoração do estande, não quis interromper a recepcionista – que conversava animadamente com dois visitantes – para saber detalhes históricos da presença suíça em Joinville.

O estande foi organizado pelo Sr. Alberto Holderegger, cônsul honorário da Suíça em Santa Catarina. Em tom crítico, informou-nos que a festa não teria sido iniciativa das associações étnicas, mas da Prefeitura, que queria “ganhar nas costas dos grupos”. Disse ele: “Simplesmente pegaram um galpão, colocaram nós lá dentro para nós fazermos a festa para eles. Isso jamais iria dar uma coisa que prestasse. Nós tentamos fazer da melhor maneira possível, mas isso não é festa”⁷³.

Tal ressentimento também perpassou sua explicação acerca de uma questão a ele dirigida na entrevista: por que um descendente suíço encenou, por 27 anos, uma personagem alemã estilizada? E ainda: o que o levou a renunciar a tal posto? Ocorre que o Sr. Holderegger ficou bastante conhecido como o “Fritz”, o “típico alemão” das peças publicitárias relativas às festas de outubro de Santa Catarina. Segundo sua explicação, a personagem era responsável por atrair um público mais amplo.

Eu participava da Associação Brasileira dos Agentes de Viagens e eu ia nos congressos, cantava e divulgava as festas de Joinville, que era a Festa das Flores, a Festa do Tiro. Depois ajudava o pessoal de Blumenau... eu ia pela Santur... com a Oktoberfest. A gente cantava, vestido de Fritz, divulgava com panfletos, batia um papo com as pessoas⁷⁴.

Ao se autoatribuir um papel estratégico no planejamento e na execução da divulgação de Santa Catarina em todo o Brasil, o

⁷³ HOLDEREGGER, Alberto. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 27 nov. 2007.

⁷⁴ Id. Ibid.

Sr. Holderegger deu pouca atenção ao que eu, como entrevistadora, considerava incoerente, ou seja, um cônsul honorário da Suíça ser conhecido nacionalmente por representar um típico alemão catarinense. De acordo com suas explicações, o eclipse do “Fritz” teria ocorrido por duas razões. A primeira, em função de disputas políticas na Santur – Santa Catarina Turismo. Com as sucessivas mudanças de administradores, as verbas para as viagens do “Fritz” teriam sido cortadas e com elas a importância do seu papel estratégico na divulgação do Estado. Em segundo lugar, teria havido “pressão de Blumenau” para redirecionar o *marketing* das festas, buscando festejadores mais “civilizados”, pois a figura do “Fritz” atraía um público numeroso e heterogêneo. Conforme sua explicação, “vinha muito paulista que cagava e mijava na rua. Virava um lodo. Você andava nas ruas de Blumenau e fedia muito. Não tinha banheiro para todo mundo. Os caras quando bebem não querem nem saber. Cria um problema social terrível”⁷⁵.

As fronteiras de sua etnicidade suíça⁷⁶ não foram interpretadas pelo entrevistado com base no que simbolicamente representava a sua incoerência étnica ao incorporar o “Fritz”, mas ao narrar sobre o lugar dos suíços na história de Joinville. Segundo o Sr. Holderegger, mesmo se constituindo como maioria imigrante que aportou na cidade no século XIX, “os suíços foram muito rechaçados aqui. Lamentavelmente. Porque os suíços e alemães vieram, e depois os alemães tinham mais dinheiro. Os suíços eram pobres, os suíços que vieram eram bem pobres”⁷⁷.

Isso teria motivado o isolamento e a dispersão do grupo, resultando numa amnésia das suas próprias origens. A pobreza desses pioneiros suíços fez com que se amedrontassem diante do poder econômico e intelectual dos alemães, já que “eles tinham mais autonomia de fazer as coisas, e os suíços não tinham. Tipo: cala a boca!”⁷⁸. O estado de submissão e obscurantismo histórico apenas foi superado quando a “lâmpada”⁷⁹ Instituto Pró-Memória Suíça foi acesa em 1997. Conforme relatou:

⁷⁵ HOLDEREGGER, Alberto. Op. cit.

⁷⁶ O tema é discutido pelo historiador Diego Finder Machado em sua dissertação de mestrado. MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)**. 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

⁷⁷ HOLDEREGGER, Alberto. Op. cit.

⁷⁸ Id. Ibid.

⁷⁹ Metáfora utilizada pelo próprio entrevistado. Id. Ibid.

Depois que eu assumi [o Instituto], eu disse: Não, eu vou mudar este troço! Este livro⁸⁰ foi uma das coisas que eu briguei para que fizéssemos e dali para frente houve até uma polêmica muito grande, porque eu mostrei que Joinville foi fundada pelos suíços e não pelos alemães.

A etnicidade suíça restaurada não se restringiu, conforme o historiador Diego Finder Machado, à realização da pesquisa para elaboração de um livro, mas incluiu também “maneiras mais sólidas”⁸¹ de demarcação das fronteiras étnicas, como a construção do Monumento aos Suíços por ocasião das comemorações do sesquicentenário da cidade, cuja base, em granito e metal, traz inscritos os sobrenomes das famílias de origem autenticamente helvética.

Ao considerar a narrativa do Sr. Holderegger, penso que a Festa das Tradições estava envolta por ressentimentos que produziam tensões nas aspirações públicas de transformá-la num tempo-espaço de afirmação étnica.

Tal questão ganhou novos contornos quando voltei minhas atenções ao estande árabe. Nele, um manequim exibindo traje de dança do ventre destacava-se entre narguilés. Um panô com o desenho de dois beduínos ao centro emoldurava aquele último estande da ala denominada “encontro das etnias”.

Conforme avalia o Sr. Samir Zouhair Haidar⁸², a festa, na perspectiva daqueles que denominou “desmobilizados árabes de Joinville”, não servia nem como ponto de encontro étnico, nem como vitrine para exibir uma singularidade cultural.

Filho de um comerciante sírio-libanês que inicialmente fixou residência em São Paulo e posteriormente em Lages e depois aportou com a família em Joinville, em 1992. Seu pai abriu um comércio de

⁸⁰ Refere-se ao livro de Dilney Fermino Cunha, que teve o Instituto Pró-Memória Suíça como principal apoiador: CUNHA, Dilney Fermino. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. Joinville: Letradágua, 2003.

⁸¹ Conforme Machado, “o receio de que o passado dos imigrantes suíços e seus descendentes se perdessem em meio às transformações vividas na cidade do presente e, desta forma, não estabelecessem elos com as gerações do futuro, impulsionou algumas pessoas, envolvidas com o processo de constituição deste grupo étnico, a instituir, da maneira mais sólida possível, um lugar próprio destinado a rituais comemorativos em prol da afirmação destas singularidades culturais”. MACHADO, Diego Finder. Op. cit. p. 142.

⁸² HAIDAR, Samir Zouhair. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai**. Joinville, 1.º set. 2008.

calçados. Porém com o sucesso da novela *O clone*⁸³ resolveu mudar de ramo, passando para a gastronomia. O restaurante, entre pratos árabes adaptados ao gosto brasileiro⁸⁴, começou a oferecer *show* de dança do ventre para seus frequentadores.

Aliás, o sucesso do empreendimento estaria associado diretamente ao perfil de frequentadores. Salvo árabes turistas de passagem pela cidade, o negócio prosperava graças a jovens fumantes de narguilés e migrantes, na sua maioria paulistas, de classe média.

Na edição de 2005 da Festa das Tradições, o estande árabe tinha sido iniciativa dele e de seu pai, com o objetivo de “divulgar o negócio e vender pratos típicos”. Em 2006, ao contrário, um ex-funcionário do restaurante, sem nenhum vínculo com a “cultura árabe”, montou o estande e vendeu os pratos típicos. Em tom crítico, afirmou: “A Promotur quer fazer o negócio, quer colocar uma cultura lá dentro e acha alguém que quer fazer e coloca lá dentro [...]. Isso não representa nada da cultura árabe”⁸⁵.

Proclamando-se autoridade legitimada por sua origem e vivência singular, colocou-se como um “guarda de fronteira”⁸⁶ que vigia possíveis travessias desautorizadas. Nesse caso, a infração do ex-funcionário, ainda que movida por choque de interesses econômicos, foi sentenciada pelo Sr. Samir nos termos de uma demarcação, simultânea à narratividade, da diferença cultural como resultante de um essencialismo étnico. Em sua opinião, as pessoas podem conhecer a cultura árabe, porém não têm a autoridade para representá-la, pois não a vivenciam, não conhecem a língua e os costumes. Enfaticamente afirmou que em Joinville “não há tradição, apenas moda, nada de cultura”.

A despeito dos juízos do Sr. Samir, parece-me que a inclusão do estande árabe nessa espécie de mapa da diversidade joinvilense se voltava ao desejo dos organizadores de imprimir uma aura exótica, mais

⁸³ Novela escrita por Glória Perez e exibida pela Rede Globo de Televisão entre os anos de 2001 e 2002.

⁸⁴ Disse ele que, como libaneses muçulmanos, bebidas alcoólicas são proibidas. Porém o restaurante apenas seria lucrativo se cerveja e chope fossem servidos. E ainda, no Líbano, a carne é apenas complemento do prato principal. Tiveram de adaptar o cardápio, incluindo vários tipos de carne, acompanhadas com batatas fritas, bem como diversificar os sabores da esfiha, incorporando o “frango com catupiry”. HAIDAR, Samir Zouhair. Op. cit.

⁸⁵ Id. Ibid.

⁸⁶ Utilizo aqui a expressão de Bauman quando da sua reflexão acerca dos agenciamentos e policiamentos sobre presumidas “identidades comunitárias”. BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 21.

atraente, em correspondência com os novos gostos urbanos, conjecturados pela audiência televisiva e pelo sucesso do restaurante.

Embora a campanha publicitária da festa veiculasse que ali estaria presente a “força histórica das etnias que construíram Joinville”⁸⁷, os estandes expunham referências esparsas (objetos e imagens) para que os visitantes “valorizassem outras tradições” do lugar, “tradições esquecidas num passado”, porém emergentes⁸⁸ e disponíveis na forma de objetos com atributos metonímicos, que poderiam ser tocados, cheirados e adquiridos.

1.2 OS TERMOS E OS SEUS USOS

Antes de abordar a minha experiência na ala gastronômica da Festa das Tradições, proponho aqui uma digressão interpretativa sobre alguns dos termos utilizados pelos promotores da festa na comunicação visual, escrita e verbal, bem como os conteúdos que os significaram na realização do evento. Considero tal digressão importante para a trabalhosa amarração analítica sobre os fatos que inquietam o tema central da pesquisa – migrações e transformações culturais na cidade contemporânea – e que, ao mesmo tempo, movem o exercício desta escrita.

O discurso historiográfico, como lembra Michel Certeau, impõe uma “servidão” à pesquisa. Enquanto a investigação se move pelas lacunas e pelas dúvidas, a escrita deve edificar sentidos. Uma e outra, ainda, pressupõem um lugar social de onde se revela o próprio historiador e contextualiza sua escrita sobre o passado que lhe é ausente⁸⁹.

⁸⁷ Conforme clípage cedida pela Promotur.

⁸⁸ Na edição de 2005 o então presidente da Promotur, Alexandre Brandão, já destacava ao jornal *Gazeta de Joinville* que, embora a Festa priorizasse a colonização germânica, o encontro das etnias iria reunir descendentes de outras culturas, como forma de questionar a predominância germânica e apontar para a “miscigenação de etnias em Joinville”. GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p. A5, 6-10 out. 2005. Acervo Promotur.

⁸⁹ Para Michel de Certeau a operação historiográfica pressupõe um lugar (socioeconômico, político e cultural) a partir do qual o historiador produz o seu discurso. É também pelo lugar que se instauram os métodos e os documentos, bem como as questões que são propostas e dadas a conhecer. Portanto, o lugar é instituidor do próprio historiador, da sua pesquisa e de sua escrita (ou narrativa). Segundo suas palavras: “Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar”. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 73.

Dessa perspectiva, os aspectos que distinguem a narrativa literária da narrativa histórica são aqueles que explicitam esta última como atividade humana motivada pelo exercício de reflexão diante dos “recortes” e “limites” da operação historiográfica. Empenhando-me nessa direção, discutirei o termo tradição, o qual foi aplicado como marca da Festa das Tradições.

Na economia globalizada, a construção de uma marca é apenas uma fase no desenvolvimento de um negócio. Segundo o especialista em *marketing* Philip Kotler, para obter sucesso e lucratividade num mercado altamente competitivo, produtos e serviços têm de ser concebidos estrategicamente, tendo como foco o atendimento às necessidades dos “clientes”. A marca deve, assim, gerar relações e associações de elementos e ideias que levem os consumidores a atribuir características positivas aos produtos ou serviços a ela agregados. A isso o autor denomina “identidade da marca”, que precisa, além de sugerir “benefícios” ao consumidor, exprimir “valores” de quem produz a “personalidade” (diferencial) do produto e do usuário⁹⁰.

Numa abordagem menos pragmática, a administradora Marcela de Castro Bastos Cimatti considera a marca como um dispositivo de mediação, um fenômeno de comunicação que sintetiza informações – de forma ágil e simplificada – que se deslocam entre produtores e consumidores. É capaz ainda de transformar aquilo que é produzido e consumido em “entidade dotada de ‘alma’”. Por isso, a marca condensa sentidos e cria significações⁹¹, inserindo os seus objetos num campo de referência bem mais vasto e complexo, mesclando o tangível e o intangível.

A tradição como marca festiva poderia, inicialmente, ser compreendida dessa perspectiva, ou seja, como um dispositivo comunicacional que levaria o sucesso ao empreendimento à medida que dotasse objetos, atrações e produtos de essência tradicional que se pensava armazenada no passado e, principalmente, disponível para o consumo e benefício de vendedores e clientes.

Pelo depoimento do Sr. Wilmar de Souza é possível considerar que a ideia de transformar a tradição em marca teria surgido no fim

⁹⁰ KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI*. Como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999. p. 88-89.

⁹¹ CIMATTI, Marcela de Castro Bastos. *Semiótica da marca: análise da marca contemporânea como fenômeno de linguagem*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/caligrama/n_4/03_MarcelaCimatti>. Acesso em: 3 out. 2008.

da década de 1990, quando a octogenária Festa das Flores entrava em processo autofágico. Com um público restrito, pensaram os organizadores que, para fomentar a participação no evento, era preciso consolidá-lo como festa temática e, ao mesmo tempo, “descaracterizá-lo” como tributo à germanidade. Disse o entrevistado:

Na Festa das Flores a gente sempre está querendo buscar algo mais, sempre, criar alguma coisa, um diferencial. E nós tínhamos, nós precisávamos ter uma programação, que pudesse todo dia atrair novas pessoas para a festa, porque senão ficavam sempre as mesmas pessoas. Aí, criamos. Bom! Vamos fazer um encontro da etnia. [...] E assim... aí fomos buscar grupos étnicos da nossa sociedade que estivessem organizados, ou se não estivessem organizados, que se organizassem. [...] Bom, foi um negócio fantástico, você via pessoas que nunca mais tinham ido à Festa das Flores e ficavam lá, a noite toda⁹².

O sucesso do “encontro das etnias” na Festa das Flores teria sido, assim, o primeiro sinalizador mercadológico para que a diversidade cultural de Joinville fosse espetacularizada com a marca da tradição.

Por ocasião das polêmicas surgidas com o fim da Fenachopp, tema que discutirei mais adiante, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Joinville, estimulado pela Promotur, efetuou o registro da Festa das Tradições em seu nome. Passou também a responsabilizar-se pela contratação de serviços e pela administração da festa. A justificativa para essa espécie de terceirização consistia em imprimir agilidade operacional, desobrigando a Promotur de cumprir trâmites e licitações. A esse órgão, no entanto, caberia disponibilizar equipe e executar a festa.

Na primeira edição da Festa das Tradições, em 2005, o *slogan* “A alegria é a nossa tradição” funcionava, a meu ver, como um recurso voltado não apenas para associar a ideia de que o evento seria aprazível, mas também anunciar ao consumidor que as experiências com a marca tradição fortaleceriam a própria tradição como “benefício”, “valor joinvilense” e produto dotado de “personalidade” (diferencial) especialmente customizado ao consumidor.

⁹² SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

Para além da análise da construção empresarial da marca, é preciso perscrutar os sentidos e significados culturais que lhe imprimiram o papel de protagonista nesse denominado palco da alegria. Em outras palavras, é preciso analisar os sentidos e as significações da tradição num campo bem mais complexo da experiência urbana, sobre a qual a comunicação da marca transita.

Na festa de 2006 a tradição era dada a ler por intermédio de palavras, imagens, vestimentas, e podia ser apalpada por meio de objetos aparentemente desconexos, dispersos e descontextualizados.

Para o historiador Eric Hobsbawm, algumas tradições são invencionices. Ao serem criadas, estabelecem com o passado uma continuidade bastante artificial⁹³ e são usadas como meios de poder. Nesse caso, a visibilidade das diferentes tradições na festa joinvilense explicitava, por um lado, invencionices e, por outro, um combate pelo reconhecimento, cuja linguagem se valia da pertença étnica de sujeitos e grupos sociais no contexto urbano.

Porém a reflexão sobre a tradição elaborada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens leva-nos a considerar que todas as tradições – e não apenas algumas – são inventadas e sempre incorporam poder. Ao contrário do que se pensa sobre a sua impermeabilidade a mudanças, tradições são alteradas e transformadas cotidianamente⁹⁴.

Para a análise de como o uso do termo tradição servia na festa para referenciar a cidade e os seus habitantes, a discussão de Giddens contribui ainda para o entendimento das intenções desse uso. Segundo seu pensamento, a tradição – que é sempre propriedade de grupos, comunidades ou coletividades – define um tipo de verdade: “Uma pessoa que segue uma prática tradicional não cogita alternativas. Por mais que a tradição possa mudar, ela fornece uma estrutura para a ação que pode permanecer em grande parte não questionada”⁹⁵.

Nessa perspectiva, penso que a festa objetivava simplesmente expor reivindicações em favor da tradição, ou seja, “defender a tradição por meio de suas pretensões internas à verdade”. O uso do termo, então, expressava um receituário urbano, agora concebido como cosmopolita.

⁹³ HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 10.

⁹⁴ “Se posso me expressar assim, elas [as tradições] são inventadas e reinventadas”. GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**: o que a globalização está fazendo de nós. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 50.

⁹⁵ Id. Ibid. p. 52.

Ainda para Giddens, na sociedade contemporânea as tradições ora são ressurgentes em novas versões, ora são sucumbidas, dependendo da sua conexão com a experiência. No entanto a sua espetacularização revela a ausência dessa conexão. Nesse caso, a tradição revelada como “resgate” ou referências consumíveis não é tradição.

Tradição que é esvaziada de seu conteúdo, e comercializada, torna-se herança ou *kitsch* – as bugigangas que se compram na loja do aeroporto. Tal como desenvolvida pela indústria da herança, herança é tradição reembalada como espetáculo⁹⁶.

O passeio pelos estandes demonstrava-me estes dois vieses: “a tradição reembalada como espetáculo” – comunicada como heranças descobertas – e o desejo de que a vida social urbana fosse embalada pelo modo tradicional de viver a tradição⁹⁷, como caminho para o estabelecimento dos nexos de sua continuidade.

A fala das lideranças étnicas envolvidas na festa tornou-se ímpar para a explicação desses vieses. Expressões como solidariedade, amor, família e legado às futuras gerações definem a função e o papel da tradição no conturbado ambiente da urbe.

Conforme as palavras do presidente da Sociedade Rio da Prata⁹⁸, Adalberto Larsen⁹⁹: “A tradição de um povo é uma coisa sagrada, tem que ser mantida. [...] Isso é feito por amor, para que a juventude do futuro possa ter um lugar ainda, onde possa se abrigar”. Segundo sua avaliação, a tradição seria necessária para combater os riscos que ameaçam a perenidade de valores morais, bem como os inúmeros perigos a que estão submetidas as novas gerações joinvilenses, como vícios, ociosidade e maus hábitos, promovidos por modismos transitórios.

A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores demonstrou o quanto as festas de outubro de Santa Catarina trazem consigo elementos que nos permitem verificar a presença de uma “cultura de sentimento”

⁹⁶ GIDDENS, Anthony. Op. cit. p. 54.

⁹⁷ Nesse sentido, mais do que os conteúdos que a tradição estabelece, é reivindicado que as práticas e os comportamentos sociais sejam norteados pelo poder das tradições.

⁹⁸ Sociedade cultural fundada em 31 de dezembro de 1946, em Pirabeiraba, com o objetivo de preservar a cultura germânica em Joinville.

⁹⁹ LARSEN, Adalberto. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 7 out. 2007.

que permeia o trabalho de religamento, entre outros aspectos, do passado ao presente e das tradições. Embora considerando que a Festa das Tradições seja bastante distinta das estudadas pela autora¹⁰⁰, há, no processo de sua criação, o desejo latente de seus realizadores de “re-encantamento” do mundo¹⁰¹ ante a saturação dos valores modernos. Conforme Flores:

É exatamente esse re-encantamento do mundo que permite falar de uma visão misteriosa das coisas em ação nesse comunitarismo em apreço. O mistério é aquilo que se partilha com alguns e que conseqüentemente serve de cimento, reforça o sentimento de pertença e favorece uma nova relação com o ambiente social e cultural¹⁰².

Ao compartilhar dessa explicação, é possível entender por que para o Sr. Larsen a tradição é “coisa sagrada” que deve ser cultuada como via para reencantar o presente diante do seu mundanismo exacerbado.

Por outro lado, o Sr. Moacir Bogo considera que o fortalecimento da tradição se vincula a outros compromissos que devem ser assumidos, especialmente pelo poder público. Em sua opinião, a tradição é uma manifestação espontânea das pessoas, entretanto, submetida à “ação do tempo”, pode enfraquecer seu poder sobre os comportamentos humanos. Diz ele: “Eu sei que o meu filho tem o sentimento de italianidade, mas eu não sei se ele vai conseguir conservar. A conservação hoje é um fardo pesado para ser carregado apenas pelos cidadãos”¹⁰³. Facilitações e verbas governamentais deveriam ser instrumentos de apoio para a realização de festividades e de outras iniciativas que se colocassem a serviço do cultivo e do reavivamento da tradição, a qual deve se tornar um produto a ser exibido e adquirido.

Acreditando que o patrimônio cultural de um povo se constitui mediante a preservação das etnias e das tradições¹⁰⁴, o Sr. Bogo indica

¹⁰⁰ Tal distinção será discutida mais adiante durante a análise da Fenachopp.

¹⁰¹ O reencantamento do mundo é entremeado por essa cultura de sentimento. A autora baseia-se no pensamento de Michel Maffesoli na obra *A contemplação do mundo*. Cf.: MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

¹⁰² FLORES, Maria Bernardete Ramos. Op. cit. p. 32.

¹⁰³ BOGO, Moacir. Op. cit.

¹⁰⁴ No decorrer da entrevista, o Sr. Bogo utiliza os termos tradição, cultura e etnia como equivalentes e similares. Não se trata aqui de constatar certa confusão conceitual, mas apreender os significados atribuídos pelo nosso entrevistado, permitindo-lhe dar coerência a suas opiniões.

que, na atualidade (2007), o diferencial de Joinville dependerá dos esforços empreendidos para a preservação do seu patrimônio:

[...] com a globalização, tal como diria o Domenico De Masi, estaremos ao mesmo momento, em continentes diferentes, consumindo as mesmas coisas e vestindo as mesmas roupas. Então, o que é que isso quer dizer, a globalização tende a nivelar todo mundo, japoneses, negros, amarelos e brancos no mesmo saco. A diferença vai ser este patrimônio cultural que felizmente já está acontecendo, com a reação, eu não diria nacionalista, mas nacionalista no que diz respeito à cultura. Isso vai ser um patrimônio para a valorização. [...] Por que o que vai ser daqui a pouco? O que me adianta ir a uma parte, ir a outra, são todas praticamente iguais, vai ter McDonalds, vai ter não sei o quê. [...] Então qual é o diferencial? Vão ser as etnias [tradições], a cultura exótica e específica [...]¹⁰⁵.

Ora, esse sentido dado por nosso entrevistado não exprimiria o que Anthony Giddens indica como tendência da atual “indústria da herança”, que vem reembalando a tradição como espetáculo?

Em síntese, a ambivalência do vocábulo tradição, conforme utilizado pelas lideranças da festa, consiste em entendê-lo como recurso e estratégia para o enfrentamento das questões contemporâneas. São as tradições que podem garantir às singularidades socioculturais urbanas um duplo papel: ser um repertório de verdades para os comportamentos sociais e, ao mesmo tempo, destacar-se como elementos cenográficos para uma vitrine atrativa para turistas e outros passantes urbanos em tempos de globalização.

O segundo termo empregado insistentemente pelos promotores da festa e pela imprensa e para o qual cabe aqui uma digressão interpretativa é o de “resgate”, associado à cultura. Vejamos como ele é utilizado.

Conforme a Promotur, o objetivo de “resgatar e valorizar a cultura de todos aqueles que contribuíram para a construção e desenvolvimento

¹⁰⁵ BOGO, Moacir. Op. cit.

de Joinville¹⁰⁶ é “integrar a população”¹⁰⁷ e ao mesmo tempo “não ficar fora do circuito de festas de outubro de Santa Catarina”¹⁰⁸.

O uso do termo *resgate* corresponderia, primeiramente, ao seu sentido etimológico de salvamento e libertação: salvamento do empreendimento festivo no âmbito das estratégias turísticas e econômicas estaduais e libertação no sentido de propiciar um ambiente para que camadas da população joinvilense pudessem superar o seu anonimato histórico. Contudo o mais intrigante dos sentidos imputados a essa palavra se dá a entender sutilmente quando a ele se agrega um objetivo: o de “integrar a população”.

Decodificar percepções e visagens que rondaram aqueles que esperavam fazer da festa um lugar para o exercício de resgate cultural e que transformavam tal exercício numa diretriz política¹⁰⁹ colocou-me diante de algumas possibilidades interpretativas.

As culturas eram entendidas cada uma delas como uma cultura única e singular. O uso do conceito fazia de cada uma um objeto completo e inteiro, algo que se tem e que, por isso, se manifesta e de que se dispõe quando devidamente estimulado.

Nessa visagem, a diversidade cultural de Joinville, em estado de latência, encontraria na festa o seu espelho. Na imagem refletida, objetos, vestimentas e demais referências materiais (em especial aquelas expostas nos estandes), mesmo que destituídas da aura de originalidade, poderiam levar os participantes a criativamente fazer associações simbólicas cognitivas capazes de aproximar passado e presente, tradições “desconhecidas” e conhecidas, semelhanças e diferenças.

¹⁰⁶ Cabe lembrar que há interesses e compromissos políticos em jogo na criação e realização da Festa. Conforme relato de Wilmar de Souza, o então prefeito de Joinville, Marco Antonio Tebaldi, teria assumido o compromisso em sua plataforma de governo de (re)incluir uma festa joinvilense no calendário estadual de outubro. A acelerada inclusão pode ter sido facilitada, penso eu, pelos arranjos e articulações com o governo do Estado, ocupado por Luiz Henrique da Silveira, ex-prefeito de Joinville que deixou o cargo quando eleito a governador.

¹⁰⁷ JOINVILLE resgata tradições com nova festa em outubro. **Informa Tur**, Joinville, n. 163, p. 21, 2005. **Acervo Promotur**.

¹⁰⁸ Conforme a jornalista Betina Weber, em matéria sobre o lançamento da festa. WEBER, Betina. Cidade volta ao circuito de festas. **A Notícia**, Joinville, p. 9, 12 mar. 2005.

¹⁰⁹ Ulpiano Menezes, ao discutir a ideia de resgate relacionada à memória e ao passado, afirma que o esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedade a fim de estabilizar e fixar o passado exprime, por um lado, o caráter fluido e mutável do próprio passado e, por outro lado, a necessidade de alguns grupos em estabelecer estratégias e formas de negociação capazes de firmar equilíbrios entre memórias em conflito na sociedade. O mesmo poderia ser dito a respeito dos anseios em resgatar a cultura de todos em Joinville. MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

Tem-se aí uma busca intencional por parte daqueles que, atrelados especialmente ao poder normativo, aspirariam a uma assimilação da mensagem da “diversidade cultural” como produto coletivo harmônico e acima de qualquer dúvida¹¹⁰. Por outro lado, a meu ver, a ideia de resgate era preconcebida como um ato de invenção – uma invenção idealizada, já que, definindo e disponibilizando os meios, todos poderiam sentir-se unidos numa história comum, apesar de divididos por força de suas “essências” culturais próprias. Agora, tal qual um mosaico, constituído por peças dos mais variados formatos, tamanhos e cores, as imaginadas culturas de Joinville seriam rejuntadas pela inventividade dos sujeitos.

Assim, além dos estandes étnicos, os participantes tinham à disposição no amplo espaço do Megacentro alguns ambientes compostos por coleções, cuidadosamente organizados não pelas associações étnicas, mas por uma decoradora contratada pela Promotur.



Figura 2 – Coleções de objetos antigos expostos durante a Festa das Tradições (2006)

Fonte: Acervo da autora (2006)

Conforme o Sr. Wilmar de Souza, as coleções expostas levariam os participantes a se autoidentificar com a “cultura da cidade”. Para

¹¹⁰ A festa, como um espelho disponível para todos os joinvilenses, consistia numa paisagem já desenhada sobre um espelho de antemão adquirido. Linhas, traços, contornos e moldura, no conjunto, almejavam enquadrar a reflexibilidade dos sujeitos que se colocassem diante desse espelho.

aqueles que porventura não encontrassem razões para estabelecer vínculos com as tradições expostas nos estandes étnicos, as coleções tornavam-se um recurso adicional para o “resgate” (ou a invenção) de seu pertencimento urbano. A citação a seguir contribui para a identificação desse propósito:

Então, nós estávamos botando na decoração momentos importantes da cidade. Teve momento em que o tear de madeira era a grande indústria. Momentos que... você ouvia a música, o baile, era através da vitrola. Então, mostrando alguns momentos, não é? Resgatando o mobiliário para as pessoas se identificarem. “Puxa, lá na casa da minha avó tinha isso e eu sou descendente de açorianos. Puxa, lá na casa da minha avó tinha aquilo e eu não sou descendente de alemão. Puxa, lá na casa da minha tia, da minha avó”. [...] Todos os objetos do passado, sem nenhuma cronologia, sem nenhuma preocupação: “Ah, esse foi da década de 60, de 70, de 80, de 90”. Eu sei lá! [...] Nós estávamos resgatando a tradição dos povos que construíram a pujança da cidade de Joinville. E todo mundo contribuiu muito nisso, os alemães, os italianos, os negros, não sei quem mais... Todo mundo. E todo mundo tem um passado importante, então eles se identificaram através daqueles objetos. Essa era a idéia¹¹¹.

Assim, joinvilenses não apenas hifenizados¹¹² teriam motivo para incluir sua “cultura”, que poderia ser espelhada nos antigos mobiliários, eletrodomésticos, relógios, máquinas de escrever ou calcular, organizados como coleções para preencher vazios visíveis e invisíveis.

¹¹¹ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

¹¹² Utilizo aqui o termo *hifenizado* de acordo com o historiador Jeffrey Lesser, o qual considera que identidades hifenizadas são construídas como expressões de um processo em que sujeitos negociam sua etnicidade perante uma identidade nacional. LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.



Figura 3 – Coleções de objetos antigos expostos durante a Festa das Tradições (2006)

Fonte: Acervo da autora (2006)

Segundo o filósofo Krzysztof Pomian, nas coleções “os objetos acumulados são intermediários entre os espectadores que os olham e o invisível”¹¹³. Tornam-se semióforos quando, expostos ao olhar, os objetos são dados a significar algo que transcende a sua mundana materialidade. Além disso, o autor esclarece que “um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração”¹¹⁴, que ao ser cultuada é sacralizada.

A também filósofa Marilena Chauí, ao discutir o conceito proposto por Pomian, salienta que a força simbólica do semióforo é medida quando, ao comunicar-se, enseja comemoração coletiva de “algo comum a todos e que conserva e assegura o sentimento de comunhão e de unidade”¹¹⁵. Embora seu estudo seja dirigido à constituição da “nação brasileira” enquanto “semióforo-matriz”, algumas das questões apresentadas pela autora são relevantes para entender como na Festa das Tradições os objetos eram dispostos e aspiravam tornar-se semióforos da diversidade cultural joinvilense.

¹¹³ POMIAN, Krzysztof. Op. cit. p. 66.

¹¹⁴ Id. Ibid. p. 72.

¹¹⁵ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 7.

Segundo Chauí, o poder político, ao produzir semióforos (ou ao disputá-los), o faz a partir de seu lugar, hierarquicamente solidificado, mas ao mesmo tempo dissimulado pelo caráter público e de representação histórica coletiva que impõe a eles.

Dessa perspectiva e conforme as palavras do Sr. Wilmar de Souza, na Festa das Tradições as referências materiais poderiam ser tornadas semióforos, desde que o exercício de resgate implicasse um exercício de significação simbólica, de criação (ou invenção) de novos sentidos sobre a história da cidade, sobre os pertencimentos étnicos e os não étnicos. Uma festa capaz de integrar metaforicamente todos os joinvilenses, tornando-se ela própria um semióforo da urbanidade. Por isso, o evento era divulgado como “o encontro com as culturas”¹¹⁶: culturas conhecidas e não conhecidas. Nesse “palco da alegria”, o que importava era abolir os estranhamentos e a complexidade das vivências urbanas e, ao mesmo tempo, celebrar harmoniosamente as essências culturais, representando a cidade como uma espécie de reino de “democracia étnica”¹¹⁷ e cultural.

O desejo festivo de integrar os joinvilenses, por outro lado, insinuava uma crítica às formas adotadas pela elite empresarial perante os fluxos migratórios para a cidade. Para o Sr. Wilmar de Souza, a diversidade social e cultural de Joinville foi intensificada a partir dos anos 1970, com a migração. Disse ele:

Nós criamos, na década de 70, o milagre joinvilense. Nós não tínhamos ninguém para trabalhar na nossa indústria [...]. Então, a gente buscava. Tinha uma propaganda da rádio que nunca saiu da minha cabeça, que eu ouvia, assim: “Ô Dona Maria, onde está o Juca? O Juca agora trabalha na Tupy”¹¹⁸. Como assim? Não,

¹¹⁶ Conforme o *slogan* já citado.

¹¹⁷ A expressão *democracia étnica* é discutida pelo sociólogo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Para ele, a cunhagem da expressão por Gilberto Freyre surge no contexto da sua militância contra o integralismo no decorrer da década de 1940. Veementemente contrário ao racismo, atribui à mestiçagem brasileira o antídoto contra os seus perigos, já que favoreceu a integração e a mobilidade social de pessoas de diferentes raças e culturas. Embora a mestiçagem não seja o foco das atenções das questões que discuto acima, identifiquei, entretanto, o desejo nos seus resultados. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

¹¹⁸ Empresa do setor metal-mecânico fundada em 1938. Em 1958, passou a produzir peças automotivas e expandiu sua produção e abrangência mercadológica.

ele, o ônibus vem aqui na roça, pega nós de manhã e traz uma e meia. Nós ainda temos tempo de trabalhar na roça”. Essa era a propaganda para atrair¹¹⁹.

Na década de 1980, entretanto, quando a cidade registrou a maior população em relação às demais cidades de Santa Catarina, uma série de problemas de infraestrutura fez com que o poder público, segundo o nosso entrevistado, tomasse medidas para “inibir” a migração. Ele nos explicou:

Porque é o seguinte: no primeiro momento, na década de 70 até 80, era o migrante desejado, desejado pela cidade, nós desejávamos esse migrante. De 80 para cá, era indesejado, nós não queríamos, nós tínhamos um programa na prefeitura de mandar o cara de volta. Na rodoviária ficavam agentes nossos da prefeitura, dando dinheiro para o cara pagar a passagem de volta. [...] Nós tínhamos um programa para dar um caminhão de mudança para mandar o cara de volta. Esse era indesejado¹²⁰.

Questionado sobre os migrantes que se estabeleceram na cidade na mesma época, mas que provêm de centros metropolitanos brasileiros, o Sr. Wilmar ofereceu uma nova e interessante explicação. Segundo sua opinião, paulistas, gaúchos e cariocas, pessoas qualificadas, não poderiam ser considerados migrantes porque não se estabeleceram espontaneamente na cidade: “Aí é profissional que a gente vai buscar, não é migrante, nós fomos buscar [...]. Ele é meio trazido [...]. Aliciado. [...] Ele vem trazido a peso de ouro, a peso de dinheiro, esse de 1980”¹²¹.

Embora no segundo capítulo sejam discutidas as diferentes abordagens sobre o processo migratório joinvilense, a explicação do nosso entrevistado é de fundamental importância para problematizar

¹¹⁹ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

¹²⁰ Id. Ibid.

¹²¹ Id. Ibid.

sua percepção política acerca da “desintegração social e cultural” de Joinville¹²².

Parece-me que sujeitos desintegrados seriam aqueles que a partir da década de 1980 passariam a constituir um “problema” para a cidade. No entanto o Sr. Wilmar de Souza indica outros prejuízos “notórios” ligados à migração, entre eles a política assistencialista das empresas, sob a qual teria reforçado o estigma de “Joinville cidade do trabalho”, inibindo a integração de “gente de fora”: “o desenvolvimento sociocultural da comunidade ‘foi para o pau’ aí. O cara passou a viver num gueto. Da fábrica para casa, de casa para a recreativa”¹²³.

A política assistencialista das empresas a que se refere o nosso entrevistado consistia na criação de uma série de benefícios aos seus empregados, como assistência médica, distribuição de cestas básicas e, principalmente, lazer por intermédio das associações recreativas. Conta-nos:

A recreativa foi muito nociva para a cidade de Joinville. A cidade de Joinville foi uma cidade que se formou com as Sociedades. Nós tínhamos

¹²² Cabe aqui apresentar uma síntese das informações que obtive sobre a evolução demográfica de Joinville. Segundo os dados do IBGE, em 1970 a população joinvilense perfazia 126.559 habitantes e, em 1980, 235.812 habitantes. Ainda segundo o IBGE, esse crescimento ocorreu em função da migração, já que cerca de 48% (113.091) da população não era natural da cidade. A metade dos migrantes, ou seja, 57.640 procediam de áreas rurais, destacando-se 18.509 pessoas provenientes do Paraná, conforme dados apresentados pela historiadora Valdete D. Niehues. Em 1991 a população da cidade totalizou 347.151. No ano de 2000, para uma população residente de 429.604, registravam-se cerca de 20% (85.252) como não naturais de Santa Catarina. Entre eles, há a predominância de paranaenses, seguida por gaúchos, paulistas, mineiros, cariocas e baianos. Do total dos migrantes, 19.985 residiam menos de cinco anos em Joinville. Embora o censo de 2000 não apresente os nascidos em cidades da mesma unidade da federação, não é possível desconsiderar que nas décadas anteriores o movimento migratório (interno) catarinense apresentou como característica um forte êxodo rural, o qual, segundo os geógrafos, pode ser ilustrativo do processo de litoralização do Estado. Os dados que aqui sintetizei estão disponíveis em: NIEHUES, Valdete Daufemback. **De agricultor a operário**: lembranças de migrantes. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000; BARBOSA, W. R.; OLIVEIRA, F. A. Op. cit.; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade. Rio de Janeiro, 1982; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: migração – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1991; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**: migração e deslocamento – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000.

¹²³ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

desde 1925 a Sociedade Ginástica¹²⁴, uma Liga das Sociedades¹²⁵ e tudo. Ela quebrou as Sociedades, porque fez o empregado ficar nas recreativas. Quebrou com os restaurantes inteiros. [...] Teve clube aqui que se deteriorou com o tempo, ninguém mais ia para o clube. Por que que eu ia pagar uma mensalidade na Liga das Sociedades, se eu tenho lá na [...] Consul comida subsidiada, almoço subsidiado? Aos domingos, o operário ia com a família para as recreativas, porque também não precisava ter dinheiro¹²⁶.

A sua narrativa insere a migração como uma simples decorrência do desenvolvimento industrial da cidade. O “milagre joinvilense”, ao exigir contingentes de mão-de-obra, recorreu a propagandas (inesquecíveis) bastante eficientes. Os migrantes, por sua vez, concebidos como sujeitos isentos de escolhas, teriam respondido mecanicamente a esses apelos propagandísticos. Desintegrados dos seus locais de origem, teriam sido reintegrados no novo local mediante os seus vínculos com as empresas e não como novos moradores da cidade, a qual exibia até então um invejável “desenvolvimento sociocultural”. Atendidas as necessidades de mão-de-obra, os migrantes, considerados também como seres simples movidos pelo instinto de sobrevivência, continuaram a dirigir-se a Joinville. De decorrência passaram a ser problemas, os quais tiveram de ser assumidos integralmente pelo poder público.

Sob a mesma lógica industrial, uma segunda leva – agora não considerada de migrantes, mas de “aliciados” – teria se fixado na cidade para ganhar dinheiro nas empresas.

Ora, o nosso entrevistado sugere que, no conjunto, essa população migrada teria ficado desprovida da cultura, tanto daquela que lhe era imanente como daquela que lhe acolhia. Persuadida pelas necessidades

¹²⁴ Sociedade criada em Joinville em 1858 por imigrantes europeus. Baseava-se na ideia de que a prática da ginástica era um poderoso instrumento de harmonia física e mental do homem. Foi fechada temporariamente por ocasião da Campanha de Nacionalização. COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2000. p. 162-195.

¹²⁵ Agremiação fundada em 1922. Agregou inicialmente cinco sociedades culturais, promovendo espetáculos teatrais e festividades. Ver HERKENHOFF, Ely. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

¹²⁶ SOUZA, Wilmar de. Op.cit.

de sobrevivência ou pela ambição, passou única e exclusivamente a viver do trabalho e para o trabalho¹²⁷.

O empresariado joinvilense teria imposto à cidade não apenas essa espécie de ostracismo cultural, mas também, sob a lógica da indústria, os rumos da educação e da economia.

A Univille¹²⁸ foi formada, para a senhora ter uma idéia, ninguém pensou em formar uma academia para ter intelectuais na cidade. Não! Foi para gerar mão-de-obra para a indústria. Tudo o que era feito em Joinville, era pensando na indústria, na indústria. Teve um empresário em 1970 que disse que nós devíamos ter um porteiro. [...] Que devia ter um porteiro na rua XV de Novembro, fazendo a seguinte pergunta para quem entrasse: “O que é que você veio fazer aqui? Ah, eu vim fazer turismo! Então é vagabundo, vai para Camboriú. Se você veio fazer negócio com a nossa indústria, pode entrar”¹²⁹.

O Sr. Wilmar fez questão de ilustrar como “eram as coisas” por meio das suas recordações sobre outra passagem retida em sua memória: a visita do então Presidente da República, general Ernesto Geisel, à cidade. Nessa ocasião especialíssima, o Presidente anunciou de Joinville para o Brasil inteiro o aumento do salário mínimo, a vigorar no 1.º de maio. Na cidade do trabalho, o presidente teria dormido na casa do empresário Hans Dieter Schmidt¹³⁰, pois hotel era para “vagabundos”¹³¹.

Esse domínio da falta de quase tudo foi quebrado a partir da década de 1990, quando as empresas, tendo de reduzir custos, terceirizaram serviços, notadamente os de mão-de-obra intensiva. Novas

¹²⁷ No segundo capítulo situei tal abordagem sobre a migração buscando inseri-la nas reflexões teóricas atualmente empreendidas pelas ciências sociais. Procurarei explicar a migração para Joinville como ação humana inserida numa teia complexa e dinâmica de relações sociais e culturais, as quais implicam a constituição de redes de sociabilidade (carregadas por solidariedades e conflitos), bem como processo que reflete apropriações, desenvolvimento de táticas e práticas dos sujeitos sociais migrantes.

¹²⁸ A Universidade da Região de Joinville (Univille) foi criada pelo poder municipal em 1963.

¹²⁹ SOUZA, Wilmar de. Op.cit.

¹³⁰ Na época presidente da Tupy, maior empresa de fundição da América Latina.

¹³¹ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

e pequenas empresas foram criadas, e as recreativas passaram também a ser administradas por terceiros. Isso teria aberto um novo caminho para o desenvolvimento da cidade, qual seja, o “turismo de negócios e eventos”.

O guarda, a merendeira, a menina do café, tudo, tudo, tudo foi... [...] Os serviços médicos, é tudo terceirizado. [...] Aí pega essa empresa de publicação de empregos e ela vai trabalhar num evento nosso, na Festa das Flores, na Fenachopp, na festa disso, na festa daquilo...¹³².

Nesse novo cenário, migrantes “indesejados” e convidados “aliciados” viram ampliadas outras oportunidades, que não a indústria, para viver do trabalho urbano. Destacando que foi o poder público – e não os industriais – o principal artífice desse novo destino urbano, o Sr. Wilmar anuncia:

Eu quero te falar do grande divisor das águas de 1997 para cá. O que era 1997 pra lá e 1997 pra cá. [...] Vem um cara com uma cabeça focada no turismo, que é o Luiz Henrique¹³³. Já tinha sido prefeito da cidade uma vez e tinha entendido como é que era a geografia da cidade, tinha entendido como é que se desenvolvia a cidade, sabia que a indústria cada vez se automatizava mais e quanto mais se automatizava, mais jogava pessoas fora da indústria. E o emprego? Onde é que essas pessoas iam trabalhar? Iam trabalhar na área de serviços. E a cidade tinha que se qualificar para realizar cada vez mais eventos, para se qualificar cada vez mais nesse negócio de turismo e eventos, para preencher essas dificuldades de emprego, que a indústria ia deixando para trás com a automatização¹³⁴.

O tom de admiração ao ex-prefeito sinalizou-me que teria sido sob a sua administração municipal que a cultura passaria a ser vista

¹³² SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

¹³³ Luiz Henrique da Silveira, natural de Blumenau, governou Joinville por três mandatos: 1977-1982, 1997-2000 e 2001-2002. A partir de 2003, assumiu o governo do Estado de Santa Catarina por dois mandatos.

¹³⁴ SOUZA, Wilmar de. Op.cit.

cada vez mais como objeto de “resgate” pelo poder público e como reino de lazer e entretenimento de caráter mercadológico. Entretanto novos equipamentos, instalação de rede hoteleira e oferta de novos serviços profissionalizados para o turismo de negócios e para a realização de eventos somente seriam produtivamente fomentados se também houvesse um “resgate” das culturas presumidamente adormecidas na cidade. Ao despertá-las de um sono profundo, despontariam novos passados, novas tradições e uma nova história de Joinville para ser comemorada e exibida para deleite de todos, principalmente de turistas.

A análise da narrativa do Sr. Wilmar de Souza permitiu-me entender algumas das sinuosas relações que davam sentido aos termos *resgate* e *integração social* utilizados para veiculação da Festa das Tradições. Mais ainda, como a cultura enquanto objeto de ação institucional foi manejada para produzir, por seu intermédio, a recontextualização de sujeitos e os sentidos para a exposição da diversidade cultural urbana, concebida agora como essência da “cultura da cidade”.

Resgatar para integrar. Resgatar para valorizar todos os joinvilenses, natos ou não. Será que isso expressava, para um historiador, a utilização da cultura como mais um recurso astuto do poder político em favor do desenvolvimento econômico da cidade?

Resgatar para conhecer e comemorar as tradições *de* Joinville e não tradições *em* Joinville¹³⁵: tal retórica, carregada de bons propósitos e com efeitos publicitários, sugeriu-me ainda novas reflexões. Será que a Festa das Tradições, como espetáculo da diversidade cultural, ao insular os diferentes, permitindo-lhes reconhecerem-se (e reinventarem-se) tanto pelas tradições etnicizadas nos estandes quanto nos objetos das coleções, não expressaria outras inquietudes daqueles que se sentiam os donos da festa?

As palavras de Larrosa, mais uma vez, ecoaram ensurdecadoramente nos meus ouvidos. Segundo ele, a representação da diversidade cultural, seja no âmbito político, pedagógico ou qualquer outro, vem reduzindo o estranho por meio daquilo que é o familiar. Assim,

Dicha representación consiste en presentar al extranjero como ya de antemano conocido y comprendido por medio de su consideración

¹³⁵ Refiro-me aqui à polémica apresentada, no início deste capítulo, sobre a escolha do nome que melhor exprimiria o que os organizadores desejavam festejar.

como el re-presentante de una cultura. La representación de la diversidad cultural sería entonces el resultado de una comprensión abarcadora en la que el otro extranjero quedaría subsumido en un contexto cultural que daría cuenta y razón de su extrañeza e identificaría su diferencia¹³⁶.

A exposição festiva da diversidade cultural poderia ser explicada como uma operação para capturar, configurar, fixar e estabilizar o diverso em unidades culturais, empossando-as e submetendo-as simbolicamente como tais ao regime seguro e respeitante da familiaridade urbana joinvilense.

Larrosa acidamente ainda me auxiliou a pensar que tal processo poderia ser comparado a uma operação de identificação sociopolicial diante de um contingente estrangeiro que entra num país ou região. Se as ações sociopoliciais provêm de um cálculo sobre o interesse e o valor da mão-de-obra migrante e, por isso, regulam seu fluxo, as políticas e ações que afirmam a diversidade cultural advêm de um cálculo de interesse e valor dos elementos culturais estranhos, tentando regular sua circulação. Para mim, ficou muito difícil não identificar a festa como um espetáculo dirigido para afastar riscos que um possível cálculo prenunciava, ou seja, de inversão de funções e papéis entre autores e atores dessa diversidade cultural. Também ficou muito difícil não suspeitar que em tal espetáculo, assim como nas percepções e visagens políticas que rondaram seus organizadores, havia certo desassossego, uma enigmática inquietude sobre quem, na Joinville de 2006, no Pavilhão do Megacentro da Expoville, era o estranho, o diferente, o outro, aquele que teria oportunidade para resgatar e reconhecer o seu pertencimento urbano.

Tais suspeitas me levam a distender o tempo e o espaço da festa, bem como incluir nesta reflexão outras referências que, de certa maneira, colaboram para dar base às minhas suposições.

1.3 “DIVERSIDADE” EM DESCONTROLE

Anthony Giddens, em obra já citada¹³⁷, utilizou o termo *descontrole* justificando que ele traduz sensações experimentadas por sujeitos sociais

¹³⁶ LARROSA, Jorge. Op. cit. p. 82.

¹³⁷ GIDDENS, Anthony. Op. cit.

em contextos de rápidas mudanças. Deliberadamente, aproprio-me desse sentido para discutir a diversidade cultural joinvilense como elemento-alvo de discrepância que produziu sentimentos de incertezas, riscos e repulsas daqueles que buscavam retomar as rédeas sobre as mudanças urbanas a partir da década de 1980.

Embora o Sr. Wilmar de Souza procure atribuir à diversidade cultural joinvilense uma característica benéfica e vantajosa, sabiamente reconhecida e otimizada em 1997 pelo governo municipal, os sujeitos dessa diversidade foram objeto de avaliações e posicionamentos bastante variados em épocas anteriores e posteriores a 1997. Pelos jornais, é possível verificar incômodos e desconfortos, tanto por parte das lideranças políticas quanto empresariais, perante as perturbações causadas pela então denominada “questão do migrante”, sob a qual a Cidade das Flores e das Bicicletas teria se transformado numa “cidade-ímã que atrai os forasteiros”¹³⁸, “cidade gorda”¹³⁹, “pesadona” e “triste”.

Em 1989, no aniversário de Joinville, o jornal *A Notícia* publicou várias opiniões acerca do tema que mais importunava o poder público. Os migrantes já seriam 2/3 da população, e aos problemas de toda ordem decorrentes dessa presença urgiam soluções imediatas. Segundo o então prefeito Luiz Gomes: “Não podemos mais cruzar os braços. Precisamos administrar esse processo. Meu desejo é, a partir do aniversário da cidade, iniciar um trabalho de integração desse novo joinvilense”. Para “o resgate da cidadania desses migrantes” era preciso, ainda segundo o prefeito, corrigir os erros dos administradores públicos que o precederam, ou seja, assumir o controle desse processo. Territórios invadidos e ocupados, andanças errantes urbanas e comportamentos ilícitos deveriam ser regulados e/ou coibidos, já que agentes ideológicos “membros do PT e da Igreja”, comerciantes “donos de materiais de construção” e políticos eleitoreiros eram os únicos a se beneficiar da “questão do migrante”¹⁴⁰.

Nem um mês depois, o mesmo jornal, no editorial “Enfeando Joinville”¹⁴¹, denunciava a “lastimável decadência” do centro urbano, o qual havia sido transformado “numa espécie de gueto da improvisação” por ambulantes e vendedores de todos os tipos, constringendo os habituais passantes das ruas tradicionais. Era preciso disciplinar e controlar a cidade,

¹³⁸ Termo empregado por Germano Jacobs. JACOBS, Germano. Coisas do espírito e da matéria. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1990. Especial Joinville 139 Anos, p. 1.

¹³⁹ Id. Ibid.

¹⁴⁰ A NOTÍCIA. Joinville, 9 mar. 1989. Especial Joinville 138 Anos, p. 7.

¹⁴¹ ENFEANDO Joinville. *A Notícia*, Joinville, p. 2, 2 abr. 1989.

pois se continuasse assim em pouco tempo Joinville perderia o bem-estar que a população e os turistas desfrutavam em passado recente.

Outras notícias davam conta de inúmeros enfrentamentos da população dos bairros contra fiscais da prefeitura e policiais que buscavam “ordenar” também a periferia, a qual se expandia assustadoramente por intermédio de constantes “invasões”, patrocinadas tanto pela solidariedade de moradores irregulares já estabelecidos como pelos ditos “agentes ideológicos”.

Em meio a essas e outras manifestações perturbadoras disseminadas pela imprensa local, ganhou notoriedade a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ. Concebido como uma resposta para “a complexidade e a escala dos problemas que afligem a nossa cidade”, colocava-se como instrumento “capaz de tornar a atividade de planejar o nosso futuro um processo integrado e contínuo”¹⁴². No início da década de 1990, o vereador Norival Silva, chamando a atenção para a pressão dos componentes demográficos no processo de urbanização, conclamava as lideranças sociais e políticas para pautarem suas ações na instrumentação da pesquisa social e do planejamento urbano, então oferecidos pelo órgão.

Iniciativas para o planejamento urbano, entretanto, já haviam sido tomadas em anos anteriores sem adquirirem o caráter integrado e de continuidade desejado nesse contexto. Segundo o geógrafo Naum Alves de Santana¹⁴³, se por um lado, desde a década de 1960, se convivia euforicamente com a expansão industrial, por outro já eram observadas ocupações e loteamentos “arbitrários”¹⁴⁴ comprometedores à “organicidade do tecido urbano” joinvilense.

Em 1965, valendo-se de verbas federais, o então prefeito (e empresário) Helmuth Fallgater contratava uma empresa paulista¹⁴⁵ para desenvolver o Plano Básico Urbanístico – PBU. No diagnóstico final, era indicado que, contrariamente aos “conceitos do urbanismo moderno”¹⁴⁶, a composição

¹⁴² O órgão foi criado em 1991 e tinha como atribuição informar e orientar o futuro de Joinville. Disponível em: <<http://www.ippuj.sc.gov.br/index.php?goto=conteudo&menu=1&submenu=14>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

¹⁴³ SANTANA, Naum Alves. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949-1996**. 1998. 231 f. Dissertação – Mestrado em Geografia (Desenvolvimento Regional e Urbano), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

¹⁴⁴ Id. Ibid. p. 37.

¹⁴⁵ Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda.

¹⁴⁶ SANTANA, Naum. Op. cit. p. 38.

do espaço urbano processava-se sob a lógica industrial. Novos bairros haviam sido criados em função de suas proximidades com as empresas e, ainda, a considerar a renda¹⁴⁷ da população operária, novas habitações eram erigidas em terrenos sem ou de baixíssimo valor imobiliário e extremamente carentes dos quesitos básicos de infraestrutura. A “ausência de controle da ocupação urbana” – incluindo a localização das empresas –, juntamente com a falta de “consciência da beleza” dos habitantes, incidia sobre o apossamento indiscriminado das encostas de morros e das áreas alagadiças e apontava para a necessidade de novos marcos (técnicos e legais) para a gestão pública regular o zoneamento, o uso e o parcelamento do solo urbano. Tais recomendações, todavia, apenas se tornaram oficiais em 1973, momento em que se multiplicavam novos bairros, loteamentos informais, loteamentos por iniciativa de proprietários, vagas de trabalho e expansão não apenas numérica, mas também territorial das indústrias.

Santana afirma também que a Prefeitura teria tido durante esses anos “uma atuação marcada pela inação e a não implementação da proposta urbanística que orientasse o crescimento da cidade apresentada no PBU-65”¹⁴⁸. A partir de 1977, a produção do espaço urbano ganhou novos contornos, “não porque a fiscalização, ou melhor dizendo, a Prefeitura tivesse retomado o controle urbano, mas muito mais porque o Poder Judiciário assumiu o controle efetivo do processo de registro dos documentos de fê pública”¹⁴⁹. Além disso, as primeiras imobiliárias joinvilenses passaram a explorar o mercado imobiliário, considerado em ascensão, atuando “profissionalmente” sobre o espaço urbano¹⁵⁰.

Conforme nos relatou o ex-prefeito Marco Antonio Tebaldi¹⁵¹, diante das perturbações advindas das transformações decorrentes do

¹⁴⁷ Santana esclarece essa questão apresentando o levantamento que a Serete realizou e que serviu de subsídios para a elaboração dos planos diretores da cidade e do sistema de transporte urbano. Em 1972, 9% das famílias ganhavam até um salário mínimo, e 37%, entre um e dois salários mínimos. SANTANA, Naum. *Op. cit.* p. 27.

¹⁴⁸ Id. *Ibid.* p. 82.

¹⁴⁹ Id. *Ibid.* p. 119.

¹⁵⁰ Para se ter uma ideia, Santana informa que entre 1967 e 1976 foram aprovados 3.172 lotes. Entre os anos de 1977 e 1992 esse número se expandiu de tal forma que atingiu um total de 35.107 lotes aprovados para comercialização imobiliária. Id. *Ibid.* Anexo 4 e 5.

¹⁵¹ Engenheiro sanitarista, foi convidado para compor uma equipe técnica que teria, segundo o desejo da administração do então prefeito Wittich Freitag, o desafio de controlar as invasões e amenizar as possíveis tensões sociais advindas do inchamento urbano. TEBALDI, Marco Antonio. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 2 abr. 2007.

crescimento do movimento migratório em direção à cidade, a partir de 1986 o poder municipal deu início a um projeto que visava intervir diretamente sobre as ocupações das regiões periféricas, especialmente às margens dos manguezais. Segundo o entrevistado, deu-se início a um longo processo que perdurou até anos recentes, e estaria aí o “segredo do sucesso” do projeto: integração e continuidade das ações em prol do controle sobre a urbanização. Num primeiro momento, afirma que foi preciso combater três “vetores de invasão”: “Um era o político. Teve aqui um deputado [...] que ganhou algumas eleições indicando lotes, terrenos na área de mangue. [...] Pegava uma plantinha aqui [na Prefeitura], projetava a rua e encaminhava às pessoas”. O segundo vetor era o econômico, constatado inusitadamente: “Nós não entendíamos por que as casinhas eram todas iguaizinhas. Era tudo igual, era três por sete. Mas quem era esse arquiteto que planejou as casinhas todas iguais?”. Por meio de uma investigação foi constatada a ação de uma rentável rede:

[...] fomos ver que a pessoa vinha, [...] arrumava um emprego e depois já tinha lá um agentezinho que o levava num material de construção. O material de construção vendia parceladamente a madeira e já levava [o cliente] no lote. [...] comprava a madeira e ganhava o lote, lá no mangue. E aí as pessoas iam construindo uma [casa] do lado da outra, no mesmo formato¹⁵².

O terceiro vetor consistia, de acordo com o Sr. Tebaldi, num vetor ideológico de incentivo às invasões que provinha de alguns setores da Igreja e de partidos políticos de oposição. Para neutralizar esses vetores, foi composta uma equipe multidisciplinar formada por geógrafos, assistentes sociais, arquitetos e engenheiros, cuja primeira iniciativa foi tentar realocar a população para outras regiões mais afastadas, como por exemplo o bairro Vila Nova¹⁵³. Houve resistência e enfrentamento, pois os moradores se recusavam a habitar lugares distantes dos seus locais de trabalho.

Ao narrar detalhadamente suas lembranças sobre aquela situação, o entrevistado explicou-nos que o descontrole sobre as “invasões” era

¹⁵² TEBALDI, Marco Antonio. Op. cit.

¹⁵³ Bairro localizado na zona oeste de Joinville.

tanto que, mesmo ao se tentar impor limites da área invadida com cercas, em questão de dias as habitações proliferavam assustadoramente, derrubando-as. Foi então que a equipe resolveu fazer um teste para fixar uma fronteira de contenção às invasões, utilizando-se dos próprios recursos naturais da região:

[...] colocamos uma draga de sucção recalque e começamos a abrir um canal. Fizemos uma experiência: abrimos um canal na margem das invasões, na beira das invasões, como se fosse a cerca natural deles, do limite. E nós demos tanta sorte que aquele material que tinha no subsolo era areia, era arenoso. Aí a draga ia pra lá, nós succionávamos pra 500 metros, lá pra dentro, 500, 400, 300, com canos, e aquilo foi assentando, a areia foi assentando e foi firmando aquele terreno. E aí nós descobrimos [...] que o canal seria o limitador das invasões, iria proteger o restante do mangue e aquele material da dragagem do canal serviria de aterro hidráulico¹⁵⁴.

Canais fronteirios e aterro hidráulico teriam possibilitado ao poder municipal, daí em diante, desenvolver ações voltadas a outro problema: ordenar as habitações, demarcando lotes e ruas, pois segundo o entrevistado as casas estavam dispostas como “mais ou menos jogar assim um punhado de feijão”. Conta-nos que:

Aí começou então o processo social que teve envolvimento muito grande nosso. Tinha que estar assim constantemente lá, porque senão cria... já se criava um boato de que a Prefeitura abandonava. Foi quando eu assumi a coordenação desse projeto. Decidi assim fazer uma parceria. Foi a coisa mais certa que eu consegui fazer. [Falávamos] “Nós vamos fazer uma parceria. Nós não vamos dar nada de graça, [...] e vocês vão ter que participar”. Então, a Prefeitura passou a se responsabilizar pelo aterro, pela abertura das ruas, pela água e pela luz. Porque eles queriam água e luz¹⁵⁵.

¹⁵⁴ TEBALDI, Marco Antonio. Op. cit.

¹⁵⁵ Id. Ibid.

Para o estabelecimento dessa parceria foi necessário, ainda segundo o Sr. Tebaldi, criar várias associações de moradores que passaram a ser “importantes” instâncias de negociação e de conquista de confiabilidade junto àquelas pessoas com “características sociocomportamentais” bastante problemáticas¹⁵⁶:

Imagina famílias que vieram de vários locais, sem muita cultura, sem capital, sem nada [...]. Muitos, a vida pregressa deles não era das melhores. Lá no Paraná, esse pessoal era muito violento. Vieram muitas famílias violentas pra cá. Aí eu chegava e dizia, “nós vamos abrir essa rua aqui pra vocês em agosto”. Tinham alguns que riam. Mas nós sabíamos que tinha condições de abrir antes. Então quando chegavam uns dois meses antes, um mês antes, em junho a gente já entrava. Aí os caras [diziam], “Pô, essa turma da Prefeitura, eles não tão pra brincadeira [...], falaram em agosto e entraram antes”¹⁵⁷.

O que o nosso entrevistado categoriza acima como “processo social” de inserção política e controle sobre esse espaço englobou também o trabalho de assistentes sociais e de “conscientização ambiental”. Várias atividades foram desenvolvidas durante anos, de bairro em bairro, tais como palestras e até concurso de “Garota Ecologia”.

Inquirido sobre as críticas advindas de vários setores urbanos e veiculadas pela imprensa, as quais denunciavam violências não da população, mas contra a população, o nosso entrevistado historiou alguns problemas que a Prefeitura teve de resolver para defender o projeto. O primeiro deles se relacionava com a atratividade das benfeitorias realizadas por meio da parceria. Em algumas ocasiões, o poder público teve de intervir para defender o direito de famílias cadastradas contra “aventureiros” que sorrateiramente promoviam “reinvasesões”. O segundo

¹⁵⁶ O juízo sobre a população migrante desse período, emitido pelo Sr. Tebaldi, é problematizado por Niehues (op. cit.). O seu trabalho aborda a migração rural para Joinville nos anos de 1970 e 1980. Por intermédio dele, foi-me possível vislumbrar como o termo “lá no Paraná”, pronunciado pelo ex-prefeito, encobre não apenas a diversidade dos locais de origem desses sujeitos migrantes (provenientes não apenas de cidades do interior do Paraná, mas também de várias cidades catarinenses). “Paranaenses” consiste num termo que, vinculado à migração, serve como uma espécie de vocábulo-síntese que associa e aciona sentidos desqualificativos disponíveis para serem atribuídos não apenas às pessoas, mas às suas presenças e vivências no espaço urbano.

¹⁵⁷ TEBALDI, Marco A. Op. cit.

foi gerado por alguns “espertalhões” que, ao invadirem terrenos e serem beneficiados com o projeto, vendiam seus lotes e invadiam outras áreas. Ao descobrir a farsa, a Prefeitura derrubou as casas para moralizar o processo. Esse fato, segundo o entrevistado, causou um grave prejuízo eleitoral, até mesmo a sua não eleição para deputado estadual¹⁵⁸. Porém conta-nos que, se por um lado, “para a sociedade parecíamos monstros”, por outro, para as lideranças políticas do projeto foi um momento de definição e tomada de posição. Afinal, a cidade que desejavam era “uma cidade organizada, planejada para o futuro”. Refletindo sobre esses acontecimentos, concluiu:

Aquele episódio foi duro. Foi ruim para nós naquele momento, mas hoje, com certeza, foi o que melhor aconteceu. [...] começou a diminuir a vinda de gente pra cá. E também pessoas que queriam fazer aqui a venda, pra depois invadir outro, também ficaram com medo. [...] aquilo permitiu, então, a gente continuar a fazer o trabalho e que finalizou hoje [2007], praticamente¹⁵⁹.

Ao longo da narrativa do prefeito, pude identificar que preconceitos generalizantes imputavam à população migrada as causas (e não apenas as consequências) das feridas do território urbano. As ações governamentais que, apenas aparentemente, para o Sr. Tebaldi eram duras se voltavam à fixação de fronteiras como obstrução, como limites intransponíveis e cicatrizantes do processo de urbanização; limites – e não limiares – de contenção dos riscos que ameaçavam “a cidade organizada e planejada para o futuro”. Se os canais fronteiriços do mangue e o aterro hidráulico tinham como função deter e ordenar as ocupações irregulares, as ações denominadas pedagógicas e policiais ensejavam emparedar “ideologias” e “más” condutas. Segundo sua narrativa, a urbanidade preconizada e politicamente acordada não abarcava desalinhos e emaranhados, tão didaticamente representados como punhados de feijões que foram jogados ao léu.

Ademais, o relato do ex-prefeito e o estudo do geógrafo Naum Alves Santana demonstram que o acelerado estilhaçamento

¹⁵⁸ No início da década de 1990, foi candidato a deputado estadual com o mote: “Homem de coragem. Controlou as invasões e urbanizou favelas. Fez muito pela habitação, saneamento e esporte”.

¹⁵⁹ TEBALDI, Marco A. Op. cit.

do território urbano, por força da ação ou inação de agentes públicos e privados e de sujeitos sociais, não foi acompanhado pelo mesmo compasso em que se produziam as necessidades de mobilidade, de infraestrutura e de serviços à população.

O anseio de recobrar o controle sobre a cidade e os cidadãos durante a década de 1980 até meados da década de 1990, embora tivesse se imposto como um dever de restabelecimento moral do poder público ante a ação de aproveitadores de ocasião sobre a população migrada, revela, ao mesmo tempo, as sensações de descontrole dos reclamantes sobre os destinos e os fluxos globais pelos quais o local foi aceleradamente instado a refazer fronteiras geográficas, econômicas e culturais.

Diante do descontrole, apropriar-se do meio ambiente, subjugando-o em favor do estabelecimento de limites físicos, imputando-lhe importância simbólica para o desenvolvimento da “consciência ambiental” da população, constituiu, ao lado de táticas de negociação, de práticas de repressão e de intimidação, mecanismos considerados eficientes e eficazes que marcaram as ações sobre migrantes caricaturizados como “violentos”, “sem muita cultura” e de procedência duvidosa.

Diante do descontrole, entendo também a iniciativa de criação do IPPUJ como órgão capaz de idealizar e oferecer procedimentos científicos, referências racionais para o planejamento urbano e diretrizes para o adequado controle sobre a cidade. Em pesquisa que realizei no acervo dessa instituição, a pressão demográfica sobre o processo de urbanização foi assim representada pelos seus técnicos:

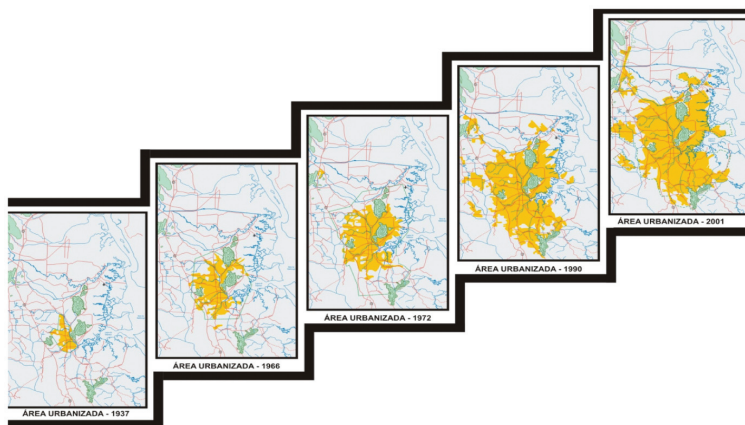


Figura 4 – Evolução urbana de Joinville: 1937 a 2001

Fonte: IPPUJ. Diretoria de Informações – Serviço de Geoprocessamento, 2003

A imagem demonstra a dimensão do processo de cevagem que, para alguns, teria tornado a cidade uma “cidade gorda” e “pesadona”, cada vez mais vulnerável e passível de intervenções cirúrgicas e soluções terapêuticas para amenizar e estabilizar sua silhueta.

As vozes dos domínios industriais também se levantaram e expressaram os seus reclamos transbordantes de descontrole. Um manifesto contundente de uma empresa que na época se globalizava foi publicado em 1990. Intitulado “À comunidade de Joinville”, a direção da empresa rebatia as perturbações operárias e denunciava a ação de “profissionais da agitação, vindos de regiões conturbadas do país, que se empenham em destruir aquilo que se construiu com tradição de trabalho, ordem e disciplina”. Afirmando existir as “melhores condições de trabalho possíveis”, declarava: “somos, independentemente de nível hierárquico, gente trabalhadora, gente que constrói, gente que luta, cresce e sabe fazer acontecer. E esta vocação, herdamos de muitas gerações”¹⁶⁰.

A empresa, criada em 1971 e que registra atualmente em seu sítio a façanha histórica de já “nos primeiros anos de 1990, antecipando-se à globalização da economia” ter dado “início ao processo de abertura de bases produtivas fora do Brasil e a conseqüente ampliação de sua estrutura global de vendas”¹⁶¹, recorria à tradição de trabalho, ordem e disciplina como pressuposto do local para combater ameaças desestabilizantes.

Por intermédio do estudo da geógrafa Isa de Oliveira Rocha é possível compreender um pouco mais o que ocorria nessa e em outras empresas joinvilenses. O exterior passou, a partir dos anos 1980, a se constituir como o mais importante mercado consumidor para as empresas locais, especialmente as do setor metal-mecânico¹⁶². A expansão e a permanência em tal mercado dependeram, por sua vez, das estratégias empresariais adotadas nos anos subsequentes, consolidadas com escritórios, *joint-ventures* e novas fábricas implantadas em vários países.

¹⁶⁰ À COMUNIDADE de Joinville (Embraco). **A Notícia**, Joinville, p. 1, 24 jun. 1990.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.embraco.com.br/portugue/perfil.htm>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

¹⁶² De acordo com o levantamento da autora: “Em 1983, ano economicamente recessivo, as exportações de Joinville (e região), segundo Cacex, totalizaram US\$ 53,8 milhões, um aumento em torno de 700% em relação a 1971”. A lista de produtos mais vendidos colocam em destaque as conexões de ferro, motocompressores, autopeças, refrigeradores, aparelhos de ar condicionado e congeladores. ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: [s.n.], 1997. p. 115.

Assim, nos anos 1990, as empresas joinvilenses, de internacionalizadas, passaram a se tornar cada vez mais globalizadas, pois além de buscarem novas oportunidades de negócios, em escala global também descentralizaram a produção de forma a aproveitar a disponibilidade de tecnologia e de mão-de-obra barata. Isso, a meu ver, pode ser relacionado com aquilo que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos chama de “produção global da localização”¹⁶³, a qual consiste não num jogo de ganhos mútuos, mas numa nova expressão do poder sobre a produção do local ou “produção da localização”. À medida que as indústrias locais se globalizam, cai o potencial de geração de novos empregos industriais e ondas demissionárias tornam-se frequentes. Rocha nos lembra que os primeiros anos da década de 1990 assinalam “a diminuição da mão-de-obra nas indústrias, devido à decisão geral de automatizar e terceirizar para reduzir custos, substituindo operários por máquinas e comprando serviços e ou produtos de terceiros”¹⁶⁴. Conforme as informações obtidas pela autora, “a Tupy, de 1990 a 1992, demitiu em torno de 2.000 empregados, reduzindo os custos de mão-de-obra de 45% para 35%”. No mesmo período, a Metalúrgica Wetzel¹⁶⁵ estabeleceu como meta reduzir de 10 a 15% o número de empregados. A Consul, além de demitir, terceirizou 600 profissionais. A Embraco – empresa que publicou o manifesto “À comunidade de Joinville” – “reduziu em 1989/90 1.000 empregados, caindo os custos dos salários sobre as vendas líquidas de 11,75% (1989) para 9% (1990)”¹⁶⁶.

A produção global da localização nesse caso trouxe contrastes um tanto desconfortáveis. A “Manchester Catarinense”¹⁶⁷ entre 1980 e

¹⁶³ “Eis minha definição de modo de produção de globalização: é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival”. SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: _____ (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63.

¹⁶⁴ ROCHA, Isa de Oliveira. Op. cit. p. 90.

¹⁶⁵ Empresa fundada em 1932, cuja produção se voltava à fabricação de torneiras e registros. Conforme histórico oficial: “A Wetzel inicia os anos 80 com a abertura de seu capital e a produção de itens para o setor automotivo. As exportações recebem um grande impulso com a aquisição da Foundry Engineers nos EUA e também a incorporação da Metalúrgica Douat S.A., fortalecendo sua competitividade e aumentando sua participação de mercado”. Disponível em: <<http://www.wetzel.com.br/pt/institucional/historia.php>>. Acesso em: 5 dez. 2008.

¹⁶⁶ ROCHA, Isa de Oliveira. Op. cit. p. 90.

¹⁶⁷ Conhecida designação dada a Joinville a partir da década de 1960.

2000 teve aumento de 63,89%¹⁶⁸ do produto interno bruto municipal. A taxa de crescimento demográfico¹⁶⁹ continuou bastante acentuada, mas as possibilidades de acesso a empregos industriais¹⁷⁰ foram reduzidas, e com elas alguns déficits sociais, sobre os quais os principais agentes da produção global da localização se baseiam para expressar os seus reclamos. Penso que na constelação teórico-prática dos empreendedores industriais joinvilenses existia a ideia de que era possível isolar o local do global e vice-versa, especialmente quando os subordinados desse sistema exigiam sua parte.

Isso reforça a ideia de que, para muito além das taxas e índices, o processo de produção global da localização é um método em aberto, abarcando uma multiplicidade de experiências e significações que se desenvolvem em várias direções. Como nos lembra o antropólogo Néstor García Canclini, o estudo da globalização deve levar em conta também as “globalizações imaginadas” trabalháveis a partir das narrativas dos sujeitos. Os conteúdos de tais narrativas variam, pois dependem do lugar e das formas com que esses sujeitos tentam nomear os desígnios que os incluem ou excluem desse processo e, ao mesmo tempo, indicam “o que a globalização tem de utopia e o que ela não pode integrar”¹⁷¹.

As manifestações reativas expressam, no conjunto, que o futuro da cidade estava sendo colocado em xeque pela falta de domínio sobre

¹⁶⁸ Índice obtido por meio de consulta na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 2 maio 2007.

¹⁶⁹ Entre as décadas de 1970 e 1980, a taxa de crescimento demográfico de Joinville foi de 6,46%. Entre 1980-1990 houve redução para 3,55% e, entre 1991-2000, 2,40%. Embora declinantes, tais taxas ficaram bem acima das médias apresentadas por Santa Catarina e Brasil (2,05% e 1,89%, respectivamente, entre 1980-1990). Cf.: FINDLAY, Eleide Abril Gordon; COELHO, Ilanil. A cidade do trabalho *versus* o trabalho na cidade. In: REUNIÃO DA SBPH, 25. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH, 2005. p. 409-413.

¹⁷⁰ No processo de produção global da localização em Joinville é preciso lembrar que na indústria o desemprego aumenta para os trabalhadores não qualificados. Por outro lado, haverá uma maior oferta de empregos ligados à implantação de novas tecnologias. Nesse caso, a indústria joinvilense passará a buscar trabalhadores qualificados em outras regiões do país. Outro dado extremamente importante refere-se à evolução do número de empregados no mercado formal de trabalho de Joinville. Se no início da década de 1990 a maior quantidade de trabalhadores estava empregada na indústria (51.676 em 1992), em 2000 o setor terciário (comércio e serviços) é o que mais empregará trabalhadores (51.645). Dados retirados de: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Perfil Socioeconômico Joinville**: 2002. Joinville, 2002. 112 p. Mimeografado.

¹⁷¹ CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 11-12.

“um crescimento desordenado”. Além de insurgências consideradas impertinentes diante do capital, “subprodutos” ameaçadores para Joinville, tais como “descaracterização paisagística [...], destruição do patrimônio ambiental, formação de favelas, aumento da criminalidade e outras mazelas”¹⁷², deveriam ser contidos.

Uma cidade que exigia tal controle por certo era incontrollavelmente apropriada pelos seus moradores. O tom de indignação explicitado pelos jornais denuncia, a contrapelo¹⁷³, práticas desviantes, criações anônimas, maneiras de fazer indesejadas, mas ao mesmo tempo carregadas por uma inventividade imprevisível por parte daqueles que genericamente eram categorizados como migrantes ou forasteiros¹⁷⁴.

Com relação às perdas das tradições culturais, o debate ganhava novas cores. Um executivo da empresa Tupy publicou um artigo denominado “Tradição e imigração”¹⁷⁵. Ao reclamar da pouca autenticidade e do enfraquecimento das tradições de Joinville, conclamava o poder público a reanimá-las, especialmente em prol do “resgate” de uma memória coletiva. A poetisa Mila Ramos, nostálgicamente por meio do poema “Memória”, também apelava àqueles que podiam decidir os rumos da “alma” urbana ameaçada:

“Ah! Quem me dera
Resguardar-te inteira
– cidade minha –
À sombra da bandeira
Que te serve de guia e distinção...”

¹⁷² SILVA, Norival. O futuro de Joinville. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 20 jun. 1992.

¹⁷³ Refiro-me não apenas a uma passagem do “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin, mas a um conjunto de reflexões que arduamente me desafiaram e ainda me desafiam como historiadora. Por meio de leituras e convívios momentâneos com professores, como Edgar Salvadori de Decca e Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, que tão bem me ajudaram a compreender o conceito de história a contrapelo, registro aqui suas influências. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁷⁴ Baseio-me aqui nas minhas reflexões sobre Michel de Certeau. Dizia ele que “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*”. Se o imperativo da vigilância e do controle se impunham é porque “procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 40.

¹⁷⁵ HOFMANN, Ralph. Tradição e imigração. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 4 out. 1989.

Resguardar-te, Joinville, inteira,
 Dos males que assolam
 As cidades que crescem
 E, na corrida, imolam
 As cidades que crescem a alma do passado
 Ah! Tomara
 Joinville nossa
 Que neste apelo eu possa
 Tocar o coração de quem decide!¹⁷⁶

Preservar e valorizar as tradições dos colonizadores era o argumento que acorria às ansiedades daqueles que sentiam a quebra da familiaridade urbana por força dos elementos estranhos que desalojavam de forma desconcertante seus lugares econômicos, sociais, políticos, culturais e também estéticos.

No fim da década de 1980 e nos primeiros anos de 1990 a germanidade, que parecia agonizante, foi alvo de vários investimentos e patrocínios.

A Expoville, inaugurada em junho de 1970 para sediar principalmente a Feira de Amostras de Santa Catarina – Femosc¹⁷⁷ –, passou a abrigar novas e antigas festas, tais como Fenatiro, Fenachopp e Festa das Flores.

A Festa das Flores seria, em 1990, divulgada por meio de grandes inovações que pretendiam inseri-la, segundo o jornal *A Notícia*, “no contexto da atualidade e modalidade cada vez mais dirigida pela tecnologia do futuro”. Patrocinada pela empresa que poucos meses antes havia lançado o manifesto “À comunidade de Joinville”, a festa apresentaria a exposição “Joinville Ano 2000”¹⁷⁸, bailes animados com bandas típicas alemãs, regados por tradicional chope gelado, *show* de danças folclóricas, concurso “Boneca Viva”, desfile alegórico com carros antigos, concurso de tiro, entre outras atrações. Para reforçar sua importância, o jornal destacava a tradição do cultivo das flores na história dos últimos 139 anos da cidade¹⁷⁹.

¹⁷⁶ O poema expressa os sentimentos da poetisa perante a decadência do Clube Joinville, situado no centro da cidade. *A NOTÍCIA*. Joinville, 9 mar. 1990. Especial Joinville 139 Anos, p. 2.

¹⁷⁷ A Femosc era a “ocasião que a indústria do Estado mostrava ao país tudo o que produzia”. A Expoville foi inaugurada na gestão do prefeito Nilson Bender. Disponível em: <http://www.bntmercosul.com.br/noticias/noticia_descricao.cfm?titulo=10&codigo=310>. Acesso em: 10 nov. 2008.

¹⁷⁸ Não foi possível obter informações sobre o conteúdo dessa exposição.

¹⁷⁹ MUITAS atrações marcam a Festa das Flores. *A Notícia*, Joinville, p. 9, 18 nov. 1990.

A 4.^a edição da Festa Nacional do Tiro foi aclamada como manifestação cultural genuína, agora empenhada em fraternizar os diferentes. Combatendo acusações que taxaram como “cafonice” o desfile e a abertura da festa no centro da cidade, o jornal *A Notícia* questionava:

Ela [Joinville] não foi fundada por gente brava, pioneira e corajosa? Pois, os descendentes dessa gente brava, pioneira e corajosa festejam na Praça Nereu Ramos os legados dos seus antepassados. Os anti-cafonas que se recolham à sua opinião e deixem a alegria extravasar. De descendência alemã, suíça, norueguesa, portuguesa ou brasileiros natos? Qual é a diferença? São todos irmãos, são todos joinvilenses¹⁸⁰.

Como se vê, a reportagem, sem assinatura, evoca um passado sugestivo de feitos heroicos para fortalecer no presente uma festa que, se não apropriada pelos mais críticos, deveria ser respeitada pela sua notabilidade histórica, sob a qual se impunha igualmente a reverência à “alegria” extravasada dos descendentes desses pioneiros.

Porém, a despeito dos esforços em prol da valorização da germanidade, outras tradições passaram a disputar o público das festas ou, incomodamente, ganhavam novos festejadores. Refiro-me à italianidade e ao tradicionalismo gaúcho.

Em 1992, a italianidade emergiu como um passado redescoberto¹⁸¹ e foi festejada na Vinvêneto. A festa teve 11 edições¹⁸² e trazia como principais atrações a gastronomia e as apresentações musicais do “folclore italiano”, com a participação de grupos de outras cidades catarinenses, como a Banda Padre Sabatini, de Nova Trento, e o Coral Flor do Vale, de Ascurra.

¹⁸⁰ FENATIRO revive as tradições. **A Notícia**, Joinville, 20 maio 1992.

¹⁸¹ Conforme discutido na apresentação do estande italiano.

¹⁸² Mesmo que os registros históricos não autenticassem aos italianos um lugar nas “barcas” que trouxeram os imigrantes europeus para a região, a explicação para o fato de a etnia italiana fazer-se forte na cidade consiste na “atratividade” de Joinville. Segundo um editorial de *A Notícia*, “é algo inerente à sua personalidade, um componente que os forasteiros não sabem explicar, um ímã imaginário que os prende neste pedaço de solo catarinense”. FELIZ aniversário. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 9 mar. 1991.

Segundo informado pelo Sr. Moacir Bogo¹⁸³, cerca de cem mil moradores de Joinville tinham ascendência italiana. Tal estimativa, importante argumento por ele utilizado para justificar o festejo à italianidade, foi resultado de uma inusitada pesquisa empreendida com usuários do transporte coletivo de Joinville. Ocorre que, como um dos proprietários da empresa Gidion – concessionária do transporte urbano –, o Sr. Bogo mandou que os funcionários aplicassem aos usuários um “pequeno e simples formulário”, pelo qual poderia mensurar a ascendência italiana da população.

Não tive acesso ao formulário tampouco aos detalhes da metodologia utilizada na contagem e na totalização dos dados coletados. Entretanto o índice de 25% passou a ser utilizado não apenas pelo Sr. Bogo para dar visibilidade à presença dos italianos na cidade. Os jornais¹⁸⁴ e o *Circolo* deram grande publicidade à informação. No entanto é preciso não perder de vista que essa visibilidade recobre, ou melhor, silencia o processo que a sustenta: migração interna.

Seja como for, a festa era anunciada como uma contribuição “para o impulso às tradições italianas na cidade”, um “encontro dos *oriundi*”, uma oportunidade para os descendentes se fazerem conhecidos.

Também em 1992, na Expoville, o tradicionalismo gaúcho demonstrava seu vigor. Com um público estimado de 40 mil pessoas, ocorria o 1.º Rodeio de Integração. Em dois dias de evento foram realizadas várias provas de laço, rédea e gineteada. Sob coordenação do Centro de Tradições Gaúchas Chaparral, o evento ainda ofereceu diversas barracas de vendas de alimentos, bebidas, artigos gaúchos e apetrechos para animais.

O Chaparral foi o primeiro Centro de Tradição Gaúcha (CTG) criado na cidade. Seu fundador, um migrante lageano, promoveu em 1974 o 1.º Rodeio Crioulo de Joinville. A partir de 1975 o evento, com o apoio da Fundação 25 de Julho¹⁸⁵, passou de uma tímida festa a um acontecimento tradicional. A explicação para tamanho sucesso baseava-se nas necessidades nostálgicas de migrantes rurais. Segundo o jornal *Extra*, “milhares de pessoas que trabalham na indústria e no comércio

¹⁸³ BOGO, Moacir. Op. cit.

¹⁸⁴ A título de exemplo, ver: MAIA, Cristiano. VinVeneto mostra o melhor da tradição italiana. **A Notícia**, Joinville, 18 ago. 1997.

¹⁸⁵ A Fundação 25 de Julho é uma entidade pública, vinculada à Prefeitura Municipal de Joinville. Foi criada em 1966 com o objetivo de prestar auxílio aos pequenos produtores da zona rural de Joinville.

são oriundas do interior. Pessoas que de alguma forma já lidaram com cavalos e reses”. O rodeio crioulo seria, então, “uma oportunidade para essas pessoas matarem um pouco de saudades dos tempos de lida no campo”¹⁸⁶.

O sucesso desses “acontecimentos tradicionais” gauchescos foi, por outro lado, acompanhado por ataques bastante agressivos. O jornalista Fernando Tokarski atribuía à mídia o papel de massificar a “cultura gauchesca”, especialmente no norte do Estado. Segundo seu diagnóstico, essa “intromissão cultural”, baseada em manifestações bastante falseadas, estaria alimentando o desprezo e a suplantação das tradições, do folclore e dos costumes trazidos pelos imigrantes europeus e, ainda, minando o “ecletismo cultural formado a partir da diversidade étnica colonizadora”¹⁸⁷. Ou seja, na opinião do jornalista, com esses novos comportamentos sociais se intensificava a autodestruição do patrimônio cultural catarinense.

A resposta não tardou. De Florianópolis, o jornalista Homero M. Franco¹⁸⁸ esclarecia ao colega, o qual considerou “ignorante”, que o gauchismo era um movimento cultural que advinha do caldeamento de “autênticas” raízes regionais sulistas e que, por isso, ao contrário de destruir, estava conseguindo “vencer a guerra contra a intromissão cultural estrangeira”, americanizada e consumista.

Embora tais posicionamentos instruem sobre causa e consequência da expansão do tradicionalismo gaúcho em Joinville – baseando-se em necessidades nostálgicas, movimentos midiáticos ou mesmo reação cultural anti-imperialista –, é preciso não perder de vista a complexidade desse processo.

O historiador Luiz Felipe Falcão estudou a historicidade do gauchismo catarinense a partir da problemática do ideário separatista, particularmente o emergente em princípios da década de 1990. Segundo ele, o fenômeno relaciona-se aos desejos dos indivíduos de:

[...] buscar lazer, convivência, redefinição de identidade ou mesmo orientação para a existência

¹⁸⁶ JOINVILLE realiza um dos principais rodeios crioulos de Santa Catarina. **Jornal Extra**, Joinville, p. 9, 9 ago. 1981.

¹⁸⁷ TOKARSKI, Fernando. Aculturação catarinense. **A Notícia**, Joinville, 9 maio 1993. Anexo, p. 3.

¹⁸⁸ FRANCO, Homero M. A “intromissão” cultural em SC. **A Notícia**, Joinville, 23 maio 1993. Anexo, p. 2.

cotidiana, numa forma associativa que reelabora elementos simbólicos que lhes são conhecidos, que parece opor barreiras a um processo de perda dos laços de referência habituais, e que sobretudo encobre ou atenua temporariamente as diferenças sociais e culturais¹⁸⁹.

Conclusões similares foram elaboradas pelo historiador Emerson César de Campos em sua dissertação de mestrado¹⁹⁰, defendida pouco antes da publicação do livro de Falcão. Ao problematizar especificamente a expansão do gauchismo em Santa Catarina, destaca que, entre os anos de 1996 e 1997, a região nordeste do Estado apresentou o mais expressivo crescimento dos Centros de Tradição Gaúcha¹⁹¹. Chamando atenção para a distância em relação às regiões onde o gauchismo originalmente emergiu e à pouca incidência de práticas campeiras, Campos insere o fenômeno na complexidade cultural que “principalmente nas duas últimas décadas [do século XX] se caracteriza pela incrível rapidez em provocar mudanças nas condições de vida de um grande número de pessoas”¹⁹², aí inclusos os fluxos migratórios. Não haveria, assim, a predominância de fatores geográficos ou mesmo econômicos para explicar o avanço de tal manifestação cultural. A permeabilidade do tradicionalismo é, pois, mais uma expressão da “configuração cultural complexa, híbrida, presente em Santa Catarina na sua diversidade cultural”¹⁹³.

Valendo-me da perspectiva desses autores, penso que as festividades gauchescas em Joinville, concebidas como acontecimentos tradicionais, também implícita ou explicitamente, desejavam promover aquilo que Falcão chama de “costura entre parcelas da população

¹⁸⁹ FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000. p. 247.

¹⁹⁰ CAMPOS, Emerson César de. **O catarinense de bombacha**: movimento tradicionalista gaúcho em Santa Catarina (1959-1997). 1999, 120 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

¹⁹¹ Segundo os dados apresentados por Campos, a região nordeste, à qual pertence Joinville, em 1996-1997 registrou 17 novos CTGs. Tal número ficou abaixo apenas do planalto, com 26. No sul foram criados 2, no litoral central 4 e no oeste 7. Id. Ibid. p. 63.

¹⁹² Id. Ibid. p. 64.

¹⁹³ Id. Ibid. p. 110.

que têm se mostrado muito ciosas das suas variadas procedências”¹⁹⁴. Mesmo que para alguns fossem desarrazoadas, essas festividades, a considerar a sua repercussão e receptividade, sinalizam tanto a quebra da familiaridade urbana quanto o desejo de encontro com ela.

Porém não apenas as festividades *gauchescas* se dispunham a essa tarefa de cosimento, ou seja, de unir com pontos de agulha retalhos dispersos para um novo manto urbano. Ainda me valendo dessa metáfora, de uma maneira geral todas as festividades até aqui analisadas disputavam e ensejavam realizar esse labor, buscando tecer um novo manto com fios a serem amealhados no passado urbano – mais distante ou mais recente – e nas essências culturais, de forma a realçar a sua cerzidura.

O caráter incomodativo das festividades dessas novas tradições urbanas não se revela, entretanto, pelo fato de elas emergirem como tradições, ou seja, como repertório de verdades para os comportamentos sociais, mas por representarem simbolicamente a perda da hegemonia da tradição germânica como emblema unívoco tradicional – sempre recorrido – para dar sentido ao passado e ao presente da cidade. Assim, penso que a constatação e o reconhecimento da diversidade cultural joinvilense se constituiu como processo que antagonizou sujeitos sociais, vivências e relações de estranhamento num contexto marcado por intensos fluxos que colocaram a nu o que não era e o que não poderia mais ser considerado familiar.

Na Festa das Tradições, essas complexas questões que envolveram, desde a década de 1980, conflitos, disputas, enfrentamentos, mediações e cruzamentos, obviamente não importavam. A “diversidade cultural” na vitrine, e exposta como novidade, parecia exprimir, se não uma operação, um desejo pela captura e estabilização dos diferentes no espaço e no tempo da festa e, por que não dizer, no espaço e no tempo da contemporaneidade urbana.

A par do que foi dito, cabe ainda uma digressão sobre outro termo utilizado aleatoriamente e com grande incidência nos documentos analisados: comunidade.

Nas falas dos organizadores da Festa das Tradições, o termo *comunidade* adquire múltiplos sentidos que apenas podem ser apreendidos ao se levar em conta o contexto e os autores que o enunciaram. Para o Sr. Alberto Holderegger, houve um tempo em que Joinville se encontrava nas festas, “a comunidade ia para se divertir”. Era um tempo em que

¹⁹⁴ FALCÃO, Luiz Felipe. Op. cit. p. 250.

a cidade tinha “a cara alemã”. Afinal, eram “festas da comunidade”, festas boas. Quando começou a aumentar a população, as festas viraram mais “exposições do que pontos de encontro”¹⁹⁵.

Filho de um imigrante suíço, seu pai saiu de Joinville para se estabelecer, por alguns anos, em Brusque, onde fundou com mais um sócio a empresa Consul. O Sr. Holderegger contou-nos que tal empresa foi depois incorporada por outros agentes econômicos, sem a devida recompensa – simbólica e material – para a sua família. Ainda na infância, retornou para Joinville. Sobre a cidade naqueles tempos, confessa que era melhor. As crianças tinham de inventar brincadeiras, e os jovens precisavam trabalhar. Atualmente, “a criança nasce e deita na frente a uma televisão. Quando fala alguma coisa você manda ela calar a boca. [...] A evolução ajudou, veio a ajudar, mas prejudicou no outro lado”¹⁹⁶.

Para o entrevistado, se havia um tempo em que as festas faziam parte de um universo de expectativa de encontros e de diversão comunitários, no seu tempo presente isso foi perdido. Na “cara” desfigurada da cidade, as festas teriam se tornado momentos imprevisíveis de esbarrões com estranhos, locais de exibição de produtos, situações não de convivência, mas de ajuntamento de indivíduos, áreas de passagem, de compras e não de paragens. No passado, as festas eram triviais porque eram próprias da comunidade (cidade). Na sua narrativa, com o aumento da população acabaram-se aquelas festas, acabou a comunidade.

Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman, a palavra *comunidade* evoca tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes¹⁹⁷. Como antítese da “dura realidade”, a comunidade que imaginamos produz uma “sensação de aconchego” e não comporta aquilo que dela brota: a perda da liberdade, “também chamada ‘autonomia’, ‘direito à auto-afirmação’ e ‘à identidade’”¹⁹⁸. Quanto mais se fala em comunidade, mais utópica ela se torna. Imaginada como reino da coletividade, as sensações de sua ausência ou perecimento na contemporaneidade incumbem os indivíduos de buscar e estabelecer suas próprias identidades. Segundo o autor:

¹⁹⁵ HOLDEREGGER, Alberto. Op. cit.

¹⁹⁶ Id. Ibid.

¹⁹⁷ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit. p. 9.

¹⁹⁸ Id. Ibid. p. 10.

“Identidade”, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai e as paixões que desperta ao fato de que é a *substituta da comunidade*: do “lar supostamente natural” ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora¹⁹⁹.

Historicamente, “comunidade” foi substituída por “identidade”, como valor e desejo, no processo de emergência da modernidade, na qual passa a conceber o indivíduo como aquele que pode agir no gozo de seu direito e de sua própria determinação, independentemente dos seus vínculos sociais ou familiares. Nesse horizonte, o indivíduo deveria desejar distinguir-se, sabendo que pagaria pelos eventuais fracassos no caminho de se tornar singular. Assim, a superioridade de uns e a inferioridade de outros passam a ser justificadas e aclamadas como referências distintivas²⁰⁰. Contudo a modernidade também trazia uma visão apriorística de um “estado final”, um “ponto culminante dos esforços correntes de construção da ordem, ponto no qual se deteriam – fosse ele um estado de ‘economia estável’, ‘de um sistema em equilíbrio’, de uma ‘sociedade justa’ ou um código de ‘direito e ética racionais’”²⁰¹.

No mundo contemporâneo, a visão de que um dia chegaremos lá, individual ou coletivamente, foi diluída em favor das visões das “forças de mudanças”. Tal mote teria aprofundado o processo de individualização, impondo aos sujeitos a tarefa de encontrar seu próprio destino que, por definição, é sempre transitório, nunca final e irrevogável. Os laços com os outros, além de frágeis e transitórios, também são destituídos de perspectivas: “Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais”²⁰².

¹⁹⁹ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit.

²⁰⁰ Baseando-me no autor, eufemisticamente, tal processo representa a “revolução industrial”: “As ‘massas’ tiradas da velha e rígida rotina (a rede da interação comunitária governada pelo hábito) para serem espremidas na nova e rígida rotina (o chão da fábrica governado pelo desempenho de tarefas) [...]”. O problema não era tanto levar os que não gostavam de trabalhar a habituar-se com o trabalho (ninguém precisava ensinar às futuras mãos da fábrica que a vida significava uma sentença de trabalho duro), mas como torná-los aptos a trabalhar num ambiente novo em folha, pouco familiar e repressivo”. Id. Ibid. p. 30.

²⁰¹ Id. Ibid. p. 69.

²⁰² Id. Ibid. p. 79.

Nessa “dura realidade”, estamos expostos às forças de mudanças da mesma forma que a bolsa de valores, os mercados financeiros, a tecnologia e os movimentos migratórios. As nossas experiências de vida eternamente mutantes, contudo, são o principal manancial por meio do qual podemos livremente atribuir sentidos e valores aos termos *comunidade* e *identidade*. Como diz Bauman, “cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática, como abrigo de segurança e confiança e, por essa razão, desejada com ardor”. É por isso que, na contemporaneidade, a questão da identidade trai a sua origem, ou seja, a de ser “apenas um substituto” da comunidade: “Ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos”²⁰³.

A reflexão desse sociólogo contribuiu para que eu entendesse os sentidos do termo *comunidade* usado pelo nosso entrevistado, sem recorrer à constatação de que tal uso fosse despropositado do ponto de vista histórico e cultural. A leitura dos textos de Bauman mostrou-me que o tom nostálgico e de desapontamento do Sr. Alberto Holderegger, no julgamento das festividades da Joinville contemporânea, se liga à própria cidade contemporânea e às percepções e desejos que também a povoam. As cidades podem estar fisicamente cheias e, no entanto, assustam e repelem os moradores pelos seus vazios imaginados. Lugar onde “ninguém testemunha a vida de ninguém”²⁰⁴, as festas, como todo o resto, não constituiriam momentos de familiarização para aqueles ávidos por comunidade e identidade.

Em segundo lugar, o pensamento de Bauman também me auxiliou no entendimento sobre o uso do termo *comunidade* na narrativa do Sr. Wilmar de Souza. Num tom pragmático, o entrevistado nos informou que, ao promover a Festa das Tradições, o “poder público está pensando em toda a comunidade. A lucratividade de uma festa não está em voga, dando para pagar as contas, está ótimo [...]. Porque se ela, festa, se ela fosse boa para a comunidade, seria boa para o turista”²⁰⁵.

Esse migrante, que quando inquirido sobre a sua origem nos respondeu que era de onde as pessoas quisessem que ele fosse, dada a sua “importância” na condução de políticas governamentais, usou o

²⁰³ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit. p. 20.

²⁰⁴ Id. Ibid. p. 46.

²⁰⁵ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

termo *comunidade* para representar a massa indistinta da população urbana. Isso me levou à questão de como o poder político, sob o postulado da tolerância liberal, conduz suas preocupações com o direito de reconhecimento histórico e cultural dos diferentes.

Seguindo as pistas de Bauman, é possível afirmar que o direito ao reconhecimento público das identidades por escolha é manejado como força essencialmente conservadora: “seu efeito é uma transformação das desigualdades incapazes de obter aceitação pública em ‘diferenças culturais’ – coisa a ser louvada e obedecida”. A beleza estética da diversidade cultural teria como função, então, encobrir a “fealdade moral da privação” vivenciada pelos diferentes²⁰⁶. Comunidade aí é concebida como *locus* de afirmação das identidades culturais para aqueles que têm de aceitar a tarefa de escolhê-las.

Distendendo a explicação do autor, penso que, ao evocar a possível contribuição da Festa das Tradições para o bem da comunidade joinvilense e depois para os turistas, o Sr. Wilmar acredita que o evento poderia ser uma resposta combativa às premissas que ameaçavam a existência coletiva da urbe. Ao fortalecer a ideia de diversidade cultural e de tradições, pensa o entrevistado fortalecer a ideia de uma comunidade de identidades – se assim posso definir – capaz de proporcionar também ao poder público um alento de segurança e poder diante de um presente fugidio e de um futuro que lhe surgia duvidoso. Sua voz é um eco, um ruído já em repetência desde anos anteriores à promoção da festa, identificável nas palavras a seguir:

Tempo houve em que tínhamos uma alma. Um rosto também. Mais que uma geografia, um espírito. O espírito do lugar. Foram tempos passados, e não distantes. Tínhamos identidade. Sabíamos, portanto, o que éramos. [...] Depois, nos deixamos barbarizar pela modernidade. Agora já somos antigos. Precocemente envelhecidos pelo niilismo da novidade. Perdemos o sentido da história [...]. Precisamos, com urgência, de um projeto coletivo. A ponte para o futuro, inapelavelmente, passa pela reinstauração do sentimento de respeito e orgulho pela nossa cidade. [...] O tempo nosso, de hoje, nos impõe o resgate de nossa identidade. Joinville precisa pensar num projeto de auto-apropriação.

²⁰⁶ BAUMAN, Zygmunt. Op. cit. p. 98.

Ou seja, de apropriação de si mesma. Precisamos conhecer o que já fomos e fizemos, justamente para construir o presente com a competência que o futuro nos exige²⁰⁷.

Ao procurar dar sentido aos termos e aos seus lugares no meu discurso historiográfico, busquei esmiuçar a cidade que “subia” ao palco da Festa das Tradições. Seus dilemas, refletidos até aqui por meio de narrativas, análises e teorias, empurraram-me novamente para aquela tarde de 15 de outubro de 2006.

1.4 AROMAS HÍBRIDOS E COMENSALIDADE FESTIVA

O sociólogo Néstor García Canclini destacou, em obras conhecidas²⁰⁸, a importância da ideia de hibridismo para a análise dos processos culturais contemporâneos. Interconexões, cruzamentos e intercâmbios fundamentam a noção de que não é possível pensar, ou mesmo categorizar, cultura como um substantivo, ancorada supostamente numa tradição ou num local. Melhor seria tratá-la como adjetivo, ou seja, como cultural. Essa dimensão nos permite falar da diferença (cultural) como processo e meio pelo qual a relação entre os sujeitos se efetua. O hibridismo seria, nessa perspectiva, um modo de combate às “formas binárias” de pensar a diferença, já que vivê-la envolve interlocuções (com os outros) não apenas marcadas por conflitos, mas também por acordos, interações e combinações. Para Canclini, a expansão urbana é fator de intensificação do hibridismo, já que o crescimento vertiginoso das cidades impulsionou “uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais”²⁰⁹. Dessa forma, as relações interculturais impulsionadas pelos processos globais, incluindo os movimentos migratórios em todas as direções,

²⁰⁷ TERNES, Apolinário. Resgatar a identidade e reconstruir a esperança. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1997. Especial Joinville 146 Anos.

²⁰⁸ Refiro-me às seguintes obras: CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000 e CANCLINI, Néstor García, 2003. Op. cit.

²⁰⁹ CANCLINI, Néstor García, 2000. Op. cit. p. 285.

desafiam o nosso olhar sobre os intercâmbios que, embora assimétricos, misturam o culto, o popular e o massivo naquilo que denomina cultura urbana contemporânea.

Tal discussão ganhou importância quando retomei meus registros sobre a área gastronômica da Festa das Tradições. Alguns hibridismos se insinuavam não apenas pelas fotografias das barracas e informações recolhidas no cardápio disponível naquela ocasião, mas também pelo acionamento de minha memória olfativa e visual. Aromas mesclados e comensais ansiosos ganharam destaque nas minhas lembranças e, com isso, tornaram-se o ponto de partida da descrição que aqui faço.

De acordo com o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, “alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social” e, como tal, envolve atitudes relacionadas “aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações” de determinada época. Sugere ao pesquisador que atente para o fato de que “o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”²¹⁰, pois não há neutralidade e inexistência de historicidade nas sensibilidades gastronômicas tampouco nos alimentos que entram pela nossa boca.

Para degustar as “delícias culinárias”, dispostas por etnias na Festa das Tradições, era preciso que, antes, o comensal se inserisse no mundo financeiro próprio da festa, trocando seus reais por uma moeda peculiar: o *tradição*. Embora divulgada como facilitadora para a comercialização de produtos e atrações, a moeda deveria ser trocada num guichê – denominado banco – que exibia uma longa fila, comprometendo humores e a esperada sustentabilidade da festa. Por falta de patrocinadores, o *tradição* foi criado nessa segunda edição para cobrir despesas que seriam insolúveis. Eram retidas 10% das vendas a título de comissão. Com esse mecanismo ficava salvaguardado o controle sobre o montante captado com as vendas. A longa fila fez com que eu desistisse de me tornar mais uma comensal naquela pequena multidão faminta. No entanto procurei conhecer as opções que as várias barracas ofereciam na forma de “encontro gastronômico das etnias” e também o jeito como as pessoas ingeriam os alimentos.

Na barraca árabe, quibes fritos numa estufa pareciam não atrair os paladares, pois lá estava um balconista de braços cruzados, de turbante,

²¹⁰ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, UFPR, n. 42, p. 11-31, 2005. p. 13.

que gentilmente fez pose para a foto que eu solicitei. Mais adiante, constatei um maior agito. Primeiramente, deparei com um grande *banner*. Tratava-se do anúncio de “comida típica alemã e italiana”.



Figura 5 – *Banner* informativo de comidas típicas

Fonte: Acervo da autora (2006)

Um pouco à frente, outras inusitadas opções em formato *fast-food*. A mais concorrida era a de *big dog*. O espaço era semelhante a qualquer praça de alimentação de *shopping*. Demorei um pouco para identificar as barracas de acarajé/tapioca e de morango com chocolate como representantes típicas das culinárias africana e suíça, respectivamente. Havia ainda a barraca de puchero português. Posteriormente soubemos pelo presidente da Promotur, Sr. Wilmar de Souza, que essa barraca foi objeto de polêmica, pelo fato de oferecer um prato mais conhecido por de origem espanhola e não portuguesa.

Foi também por intermédio do Sr. Wilmar que obtivemos mais detalhes sobre a organização do setor de comidas típicas, bem como sobre a montagem e composição dos cardápios. Ocorre que a Promotur delegou aos organizadores das etnias a seleção do que seria mais apropriado aos visitantes degustarem. A esse órgão coube apenas definir a localização e a denominação do setor como “gastronomia típica”.

Advertindo não ter de explicar para nós, entrevistadores, a coerência entre o que era anunciado como típico e o que era ofertado, o Sr. Wilmar disse:

Quando nós chamamos as etnias, cada um fez o que quis. Nós não temos aqui um grupo de intelectuais que avaliam se o puchero do açoriano é bem açoriano ou se ele é espanhol. Isso não importa. Nós não estávamos fazendo uma festa voltada para esta questão de avaliação. [...] Cada etnia cuidava da sua parte, da sua forma. Então os afros queriam vender o acarajé, problema deles, não é? [...] Cada etnia apresentava a comida que ela achava que era de sua etnia²¹¹.

Por meio de tal liberalidade, penso que os hibridismos gastronômicos transitaram e puderam deslizar pela festa como vestígios de combinações, deslocamentos e traduções feitos ao sabor dos hibridismos culturais urbanos.

O Sr. Wilmar informou-nos que “o baiano lá da esquina que faz acarajé” tornou-se um referencial na festa para que migrantes nordestinos se identificassem com a cidade. Em sua avaliação, “o cara que acha que não tem nada com nada” raciocinaria da seguinte forma: “Eu sou lá do nordeste e estou aqui morando dez anos e nunca comi um acarajé aqui. Só como quando eu vou lá”. Porém a essa experiência degustativa poderiam ser somadas outras que possibilitariam a esse mesmo migrante conhecer “o marreco com repolho roxo”²¹² ou o *hot dog* com chucrute, considerado pelo entrevistado como o verdadeiro cachorro-quente alemão.

Para além da diversidade dos sabores, as combinações culinárias valorizadas e destacadas pelo entrevistado me traziam outras questões que julgo importante analisar. O típico era digerido como *fast-food*. Tal expressão alimentar demonstrava na festa a tendência à padronização globalizada, sob a qual o que, como, onde e com quem se come sofriam alterações profundas. A chamada comida típica não advinha do preparo artesanal, mas era fruto de encadeamentos de redes industriais alimentares que pretendiam responder à velocidade do tempo disponível e aos recursos financeiros dos comensais. Assim, eram transpostos para a festa os modos de viver e comer da cidade contemporânea.

Algumas mesas localizadas na frente das barracas estavam ocupadas, outras não. Um aglomerado de pessoas em pé lentamente se movia para frente. A razão disso é que na mesma área havia

²¹¹ SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

²¹² Id. Ibid.

outras barracas comercializando variadas quinquilharias. O comensal rapidamente era servido e com os alimentos na mão passava a “dar uma olhadinha” nas barracas que vendiam panos de prato pintados a mão, chocolates caseiros e outros artesanatos, misturados com CDs, DVDs e luminosos brinquedinhos feitos na China.

Ao observar as pessoas na ala gastronômica, percebia que se alimentar na Festa das Tradições se assemelhava ao ato de comer cotidianamente pela cidade e em vários pontos dela, ou seja, era uma atividade multissensorial intensa, premida pelo tempo. O comensal festivo podia ingerir alimentos, mirar objetos tateando bolsas e bolsos em busca de *tradições* e cheirar aromas variados ao som de bandas que se revezavam mediante escalas e estilos voltados à satisfação das mais diversificadas preferências musicais. Funcionalidade e mobilidade, o *fast-food* festivo respondia à necessária agilidade, tanto de preparo quanto de ingestão dos alimentos, para que as pessoas pudessem deslocar-se no tempo-espaço da “tradição em festa”.

Analisando o *fast-food*, o antropólogo Renato Ortiz afirma:

[...] quando McDonald’s “migra” para outros países, não devemos compreendê-lo como um “traço cultural” que se impõe à revelia dos valores autóctones. Ele exprime a face interna da modernidade-mundo. Na verdade, o conteúdo da fórmula *fast-food* – hambúrguer, salada, *pizza*, taco, sanduíche – é arbitrário. McDonald’s e Brioche Dorée possuem o mesmo sentido social. Pouco importa se esta última se volte para venda de *croissants* e de tortas. A tradição que se evoca tem apenas um valor simbólico²¹³.

Não teria sido na festa, portanto, que a comida típica ou “tradicional” fora atropelada. As mudanças advindas tanto das transnacionalizações da indústria e dos serviços alimentares como dos novos hábitos dos comensais urbanos, os quais instigados pela compressão do tempo-espaço mudaram gostos, condutas e costumes na cozinha e no ato social de comer, repercutiam na forma e no conteúdo da comensalidade festiva. Alimentos desterritorializados puderam simbolicamente ser evocados em favor do típico e do local. Tal processo de produção local da globalização, eivado por hibridismos em fluxo, demonstravam-me as

²¹³ ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 86.

razões pelas quais o Sr. Wilmar dispensava o crivo intelectualista na seleção e avaliação do que era típico ou não no “encontro gastronômico das etnias”.

Por outro lado, é preciso questionar sobre se o ato de comer na festa poderia ser uma prática de apropriação identitária. O relato da Sra. Nelci Therezinha Seibel sobre a sua experiência gastronômica na festa contradisse tal possibilidade anunciada pelo Sr. Wilmar. Acreditando que a gastronomia é tão importante quanto o museu para as pessoas conhecerem e compartilharem a memória local, sentenciou-nos: “A Festa das Tradições é uma festa meia-boca”²¹⁴. Segundo ela, o que se oferece na festa não condiz com a riqueza culinária típica de Joinville. Jornalista migrante ligada a atividades culturais e turísticas, assinalou a inexistência de iguarias como empadas, tortas e pratos típicos que fazem parte dos hábitos alimentares urbanos, os quais certamente seriam atrativos aos turistas e aos demais participantes. A gastronomia da festa, para ela, não teria apresentado, assim, uma oportunidade para as pessoas se identificarem com a cidade.

O Sr. Moacir Bogo também questionou a relação entre a gastronomia da festa e o seu potencial identitário com a urbanidade. Segundo sua avaliação, a comida não foi “bem trabalhada”. A festa poderia ter exposto “toda a exuberância possível de cores” para que os participantes pudessem valorizar a culinária de Joinville. Quanto à identidade urbana, afirmou: “Bom, nós somos cidade industrial, isso ninguém vai mudar, mas que característica nós queremos? A gastronomia poderia ser o embrião de uma [nova] característica, de um desenho”²¹⁵, já que é muito interessante e peculiar²¹⁶.

Todas essas opiniões me esclareceram o argumento apresentado por Canclini sobre a impossibilidade de a tendência de “macdonaldização” do mundo fazer evaporar as especificidades locais. A afirmação dessas especificidades nos “conduz à inserção no global ou em suas margens de maneiras diferentes que na simples macdonaldização, mas não de

²¹⁴ SEIBEL, Nelci Therezinha. Op. cit.

²¹⁵ BOGO, Moacir. Op. cit.

²¹⁶ Destaco que, na época em que o Sr. Bogo nos concedeu sua entrevista, ele era proprietário do Complexo Piazza Itália: dois restaurantes de “comida italiana”, Museu do Ferro de Passar e salão de festa. Recentemente [2010] tal complexo foi desativado, possivelmente por baixa rentabilidade. Uma nova função está sendo arquitetada para a reocupação de suas instalações, qual seja, a implantação da Escola de Artes de Firenze, fruto de acordo entre o governo estadual e o governo italiano.

um único modo, nem como simples oposição”²¹⁷. Para o autor, há no nosso futuro e presente muitas mais oportunidades e opções.

No contexto desta pesquisa, as palavras de Canclini advertem-me para a importância de redobrar a atenção diante dos fluxos e intercâmbios entre global e local e entre joinvilenses e migrantes. Opções em trânsito, como as propostas insinuadas pelos entrevistados, não poderiam simplesmente ser tratadas e inseridas como itens de um possível catálogo de resistências tradicionais do local perante as conquistas e os triunfos da globalização. Ao contrário, deveriam ser vistas como algumas entre tantas outras manifestações combinatórias, híbridas, astutamente manejadas e significadas pelos sujeitos sociais que se moviam na festa e na cidade. Sobre isso, voltarei a falar quando abordar na parte final do capítulo outras festas que ocorrem nos bairros da cidade.

1.5 LACUNAS INQUIETANTES...

Quem foram os participantes da Festa das Tradições de 2006? O que os teria motivado a ir à festa? Até que ponto se apropriaram dos signos, das mensagens e das “identidades essencializadas” que ali circularam? Os objetivos dos organizadores de que, por meio da festa, os joinvilenses natos ou não festejassem as tradições e se reconhecessem na história da cidade foram alcançados?

Essas questões, embora extremamente relevantes, não puderam ser trabalhadas do ponto de vista dos sujeitos comuns, uma vez que, como esclareci no início do capítulo, a festa se tornou objeto de estudo de forma inusitada quando da minha participação em 2006. Apenas por intermédio de uma pesquisa realizada pela Univille²¹⁸ consegui algumas informações sobre o perfil do público participante. Os dados foram obtidos pela aplicação de formulários, cujas questões almejavam identificar o perfil socioeconômico dos diferentes visitantes que participaram dos dias e das noites da festa.

²¹⁷ CANCLINI, Néstor García, 2003. Op. cit. p. 47.

²¹⁸ UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Economia. **Relatório da pesquisa de demanda turística com os participantes-turistas da 2.ª Festa das Tradições de Joinville**. Joinville, 17 abr. 2007. Mimeografado.

Embora metodologicamente minha análise prescindia de dados quantitativos, mas principalmente de narrativas e significações dos sujeitos sociais sobre processos culturais, o Relatório de Demanda Turística dos Participantes da 2.^a Festa das Tradições de Joinville trouxe-me informações interessantes sobre os anônimos participantes do evento. Eis um perfil abstraído dos dados coletados: a maioria era moradora da cidade. Apenas cerca de 30% residiam em outras cidades brasileiras. Curitiba e Jaraguá do Sul destacaram-se entre os percentuais de participantes que provinham de outras cidades. Cerca de 50% dos participantes tinham entre 21 e 40 anos, e a maioria (55%) era homem. Entre os turistas, o tempo médio de permanência em Joinville previsto pelos respondentes era de até 2 dias.

Quanto ao grau de instrução, a pesquisa indicou que mais da metade possuía superior completo. Empresários e profissionais liberais perfaziam cerca de 30%. A grande maioria era assalariada, empregada na iniciativa pública e privada. A média de renda mensal apurada foi 6,8 salários mínimos. O mesmo percentual de turistas, ou seja, cerca de 30%, coincidiu com o percentual de participantes que declarou não possuir dependentes.

Embora tenha constatado que a festa foi amplamente divulgada por meios de comunicação e peças publicitárias variadas, a maior parte dos participantes declarou que foi motivada a frequentá-la por intermédio de comentários de amigos e parentes. Tal dado ganha sentido quando se verifica que a maioria dos turistas também declarou que se hospedava na casa de amigos e parentes.

O grau de satisfação dos participantes foi também pesquisado. Pelos resultados, 68% avaliaram como ótima e boa a gastronomia da festa e aprovaram o local de realização do evento.

Ao considerar que a maior parte dos respondentes era joinvilense, interessou-me o rol de sugestões elaborado no único campo do formulário aplicado que previa resposta aberta. As sugestões englobaram não apenas melhorias da festa, mas das condições urbanas. Mais opções de lazer, intensificação da limpeza do local e da cidade, aumento do policiamento e até mesmo a construção de viadutos e *shopping center* foram propostos.

Ademais, nenhuma pista sobre como a festa teria se tornado para os participantes, fonte para novas significações da tradição e da história nos intrincados fluxos sociais e culturais joinvilenses da contemporaneidade. Mesmo tentando recontextualizar essa questão nas

duas edições seguintes, um problema metodológico se impôs: eram outras festas e eu não poderia considerar as opiniões e os próprios participantes como referências para as inquietações que permaneciam em aberto em relação à edição de 2006, sob risco de cometer um grosseiro anacronismo. Em que pese esse argumento, penso não ser demais realçar que é a cidade na história do tempo presente e não a singularidade da festa de 2006 que está na centralidade de minhas preocupações.

Embora os resultados da pesquisa quantitativa com os participantes anônimos nos levem a acreditar no relativo sucesso da festa, nas narrativas dos organizadores ela não teria correspondido às expectativas, por várias razões. Além de contar com um número muito abaixo dos 25 mil participantes esperados, o local, por ser amplo demais, acabou se mostrando inadequado.

Quanto aos propósitos de contagiar os joinvilenses pela exposição da diversidade cultural urbana, sob a qual se pretendia incluir todos na memória histórica da cidade, uma curiosa transformação na edição de 2007 responde, ao menos parcialmente, a essa questão: a festa foi transferida para a Sociedade Rio da Prata. Nessa transferência, apenas as etnias alemã e italiana foram convocadas, tanto para a organização quanto para a exposição étnica a ser festejada. As justificativas basearam-se nas dificuldades técnicas e financeiras das demais entidades étnicas, bem como no inapropriado uso político da festa pela Promotur²¹⁹.

Em 2008 a incerteza sobre o destino da festa pairou até o mês de setembro, quando então a considerada competente²²⁰ Associação Joinvilense de Obras Sociais – Ajos – assumiu a sua realização.

Agonizante, a sua sobrevivência ainda é duvidosa. Novas forças políticas se instituem na cidade, indicando um momento de incerteza quanto aos futuros usos culturais e turísticos da festa. O então deputado federal (e atualmente prefeito de Joinville) Carlito Merss, em entrevista realizada em 2007, afirmou:

²¹⁹ Conforme nos relatou o Sr. Alberto Holderegger: “O que adianta eu fazer uma festa para Joinville e eu gasto do meu dinheiro e eu fico batendo palmas para o pessoal da Promotur... nós fizemos a festa! A festa está boa porque nós fizemos! Pára, né!”. HOLDEREGGER, Alberto. Op. cit.

²²⁰ A Ajos é responsável pela realização da Festa da Solidariedade de Joinville, a qual conta com a participação de cerca de 50 entidades não-governamentais que se encarregam da venda de comidas, bebidas e artesanato. O lucro obtido na Festa é dividido entre as entidades participantes que, por sua vez, o utiliza no provimento das despesas advindas do atendimento à população carente da cidade. No ano de 2008 a Festa contou com um público participante de aproximadamente 140 mil pessoas. Cf.: 15.^a FESTA da Solidariedade começa nesta quinta em Joinville. **Diário Catarinense**, Joinville, 28 maio 2008.

Imitação nunca funciona. Nós fomos imitar a Oktoberfest e por isso não deu certo. As outras cidades selecionaram algo presente e familiar e transformaram em tradição festiva. [...] as manifestações culturais [de Joinville] são diversificadas e extremamente festejadas, mas são pisoteadas. [...] Apesar do poder público, há festas populares: a Festa do Bandoneon, a Festa da Polenta no Vila Nova, o Carnaval... é só dar um mínimo. Aquilo que é falso fica ali, mas as pessoas não se apoderam. O desafio na área da cultura é aceitar Joinville como ela é²²¹.

Novas polêmicas ainda em estado de latência pulsam agora no emaranhado de velhas polêmicas sobre a relevância e a conveniência dessa e de outras festas urbanas patrocinadas pelo poder público. As palavras do Sr. Merss explicitam que a insistência em espetacularizar uma suposta originalidade, fruto de tentativas de imitação e conquista de mercado, é agora questionada diante do reconhecimento, mesmo que tímido, da complexidade que envolve as diferenças culturais e as identificações movidas por sentimentos de pertencimento sobre a cidade. É dessa perspectiva que revolvo a cidade a partir do fim da década de 1980 por intermédio de outra festa, a “finada” Fenachopp.

1.6 IMPERTINÊNCIAS DE UM APOLO DESNUDO

Em 2004 foi lançado o 2.º volume da Grande Enciclopédia Catarinense. Na apresentação o governador Luiz Henrique da Silveira assim a definia:

Completa, precisa e ricamente ilustrada, trata-se de importante ferramenta para que o cidadão conheça a sua própria história, o catarinense descubra a riqueza de seu Estado e o turista tenha acesso às múltiplas opções de lazer que Santa Catarina pode lhe proporcionar²²².

²²¹ MERSS, Carlito. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 15 set. 2007.

²²² GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Inovação. **Grande Enciclopédia Catarinense**. v. 2. Guaramirim: Ana Paula, 2004. p. 4.

O secretário de Estado de Educação e Inovação, Jacó Anderle, completava:

A sociedade do consumo e do lucro como medida para todas as coisas matou no ser humano a tendência natural à preservação do seu meio ambiente e de sua cultura, mas nós podemos reacendê-la, produzindo informação e conhecimento encantatórios sobre as coisas da nossa gente. Também é preciso prolongar o estado de encantamento do turista que vem a Santa Catarina, munindo-o de conteúdos que sejam capazes de transformar o prazer pela contemplação e pelo exótico em adoção da terra²²³.

O volume tinha como tema *Joinville*. Ricamente ilustrado, a cidade era exposta pelo seu potencial econômico, paisagístico, turístico e cultural. As “informações e conhecimentos encantatórios” englobavam dados sobre a infraestrutura urbana, as grandes empresas e os equipamentos comerciais. Em destaque, as alternativas de lazer e gastronomia, museus, sociedades culturais, espaços esportivos e festividades. A conclusão exibia os indicadores que colocavam a cidade em quarto lugar no *ranking* estadual de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000. Pequenos textos entremeados com lindas imagens realmente causavam fascínio àqueles que se dispunham a folhear a obra.

A história, organizada em pequenos itens, concedia destaque à biografia dos “nobres” fundadores, a eventos políticos europeus que incidiram sobre a origem da cidade e à saga dos imigrantes de diversas nacionalidades e seus confrontos com os indígenas, proprietários de terras de origem portuguesa e com o ambiente hostil da região. Em seguida, “Os novos tempos” traziam a evolução econômica da cidade e o quanto esta se constituiu como força de atração a outros imigrantes de nacionalidades variadas. Adicionaram-se aos alemães os suíços, os noruegueses, os austríacos, os holandeses, os italianos, os dinamarqueses, os franceses, os russos e os suecos, os quais, segundo o texto, trouxeram suas crenças, costumes e religiões.

Diversidade étnica fictícia ou não, a história enciclopédica procura valorizá-la e dar-lhe a devida visibilidade. Quanto à população na atualidade, informa: “A esses imigrantes juntaram-se centenas de

²²³ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Op. cit. p. 6.

milhares vindos de outras regiões ou mesmo do exterior, atraídos pela pujança econômica deste que é atualmente o maior centro industrial do Estado de Santa Catarina”²²⁴.

A “Manchester Catarinense” (epíteto por várias vezes lembrado no livro) também era apresentada como palco de importantes festas e comemorações. Justificando que as raízes dos vários povos que aportaram em Joinville eram reavivadas anualmente por um calendário de festas temáticas, lá estavam relacionadas com um pequeno resumo a Festa das Flores, a Festa da Solidariedade, o Festival de Dança, a Vinvêneto e a Festa Nacional e Internacional da Cerveja – Fenachopp.

A retórica enciclopédica sugeriu-me novas problematizações. Em primeiro lugar, a história, a diversidade étnica e as festividades constituíam-se, no conjunto da obra, como citações voltadas à intensificação do turismo. Levando isso em conta, quais mudanças projetavam a cidade para um novo perfil, sobrepondo à cidade de “indústria e trabalho” uma cidade de “lazer e turismo”?

Em segundo lugar, ironicamente no mesmo ano em que era lançada a enciclopédia, 2004, a Fenachopp não ocorreria, sob justificativa de que ao optar pelo ecletismo de estilos musicais e artísticos a festa teria deixado de ser uma manifestação “autêntica” da germanidade²²⁵. O que teria ofuscado a percepção dos autores da enciclopédia ao incluir, em meio à evidente crise, a Fenachopp como “festa típica germânica, como as que ocorrem na Bavária, e se estende por cerca de duas semanas, nos pavilhões da Expoville, sempre com grande número de visitantes”? Obviamente, penso não se tratar de miopia autoral. O que me instiga é entender os sentidos sobre os vínculos que o poder público estabelece com a cultura, caracterizando-a pela fixidez territorial urbana. A afirmação e a definição enciclopédica da Fenachopp não poderiam ser um indício a ser desvendado, indício esse revelador de um silenciamento de práticas e gostos um tanto híbridos e uma recusa aos diferentes processos de pertencimentos²²⁶ que passaram a atravessar a festa?

²²⁴ GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Op. cit. p. 16.

²²⁵ Conforme manifestou um colunista do jornal *A Notícia* saudando a Festa das Tradições: “Espero que desta vez não se cometa o pecado de desvirtuar uma festa de costumes e tradições, na qual se apresentam, por exemplo, grupos de pagode ou música eletrônica. O que detonou a maioria das festas de outubro de Santa Catarina foi partir para os modismos e consumo, tentando trazer um público que pouco se importa com a tradição”. A FESTA. *A Notícia*, Joinville, p. 20, 4 maio 2005.

²²⁶ Refiro-me não às apropriações urbanas advindas dos migrantes, mas às apropriações emergentes das sociabilidades que envolvem os relacionamentos e os deslocamentos entre os que ora representam e são representados joinvilenses com os que ora representam e são representados migrantes. Tal ideia será aprofundada no Capítulo III, quando trato, por meio de narrativas orais, dos processos de identificação e apropriação do urbano.

Em que medida tais práticas e gostos populares comprometiam a imagem da cidade, mercadoria de “lazer e turismo” que se objetivava vender pelos seus atributos encantatórios?

A socióloga Fernanda Sánchez, ao discutir a reinvenção das cidades na virada do século XX para o XXI, lembra que “representar a totalidade, o todo social, implica poder: implica construção de hegemonia, capacidade de convencimento, criação de consenso”. Os atores que participam do campo político de construção das imagens-cidade esforçam-se para tornar dominantes as imagens que produzem, utilizando “estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em variadas escalas”²²⁷. Porém, explica a autora, nesse campo político há relações de força também escalares (local-global) que incidem sobre as escolhas econômicas e simbólicas, capazes de produzir “imagens fortes” que são utilizadas como *city marketing*.

Afirmando existir, a partir da década de 1990, um “mercado mundial de cidades”, indica que este é movido e movimenta outros mercados, entre eles o turístico. A reinvenção de cidades a que estaríamos assistindo promove assim a sua espetacularização e molda as representações acerca de sua transformação.

Diante disso, penso que as razões que movem os vínculos entre o poder político (e econômico) e a cultura se ligam às possibilidades de inserir representações culturais nos projetos da cidade que se deseja. No “mercado mundial de cidades”, é preciso que se construa uma autodefinição de cidade incluindo ou desqualificando sentidos de pertencimento urbano. Nessa operação binária, os hibridismos que coexistem em diferentes espaços, caso não concorram à imagem-cidade que se deseja, devem ser depurados.

Isso contribui para o entendimento de como a Joinville cidade de “lazer e turismo” passará a ser defendida pelos agentes políticos e por empresários ligados ao ramo de entretenimento e hospitalidade. A imagem-cidade que se constrói exorta a diversidade étnica e o cultivo às tradições que supostamente advém dela. Tal imagem ainda é projetada a ter força o suficiente para encantar os diferentes consumidores da cidade, sejam eles moradores ou não. A pujança econômica, o prazer de habitar, o conhecer ou o se reconhecer nesse processo de reinvenção atuam como elementos de benefícios genéricos no competitivo mercado de cidades que são reinventadas sob o ímpeto da globalização.

²²⁷ SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001. p. 31.

A Fenachopp, acontecendo ou não, seria mais uma pincelada nessa imagem-cidade. Ao ser divulgada, pouco importavam as polêmicas e tensões que a envolviam. Era mais um item a ser vendido, se não no presente, no futuro da cidade de “lazer e turismo” que era projetada. Todavia penso ser necessário embrenhar-me nos tensos debates travados na imprensa e que envolveram políticos, empresários e pessoas dos mais variados lugares sociais. Neles, não deixaram de convergir as pressões do mercado festivo estadual e dos novos gostos populares urbanos.

A Fenachopp foi criada em 1988 e, como já havia sido observado pela historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, embora o folclorismo germânico estivesse presente, *rock* e chope combinavam-se atraindo um maior público para a Expoville²²⁸.

A jornalista Nelci Arnhold, ao aclamar a festa e defendê-la das acusações de ser cópia da Oktoberfest de Blumenau, criada quatro anos antes, explicava que a cerveja, mote central da festa, “de germânica só tem a origem, porque apreciada ela é por pessoas de qualquer cor ou nacionalidade”. Tal explicação pretendia motivar os joinvilenses que não tinham sobrenome alemão a participar da festa, “pois a alegria é um direito de todos, seja ela manifestada em alemão, japonês, francês ou oriental”. Segundo sua avaliação, o valor da Fenachopp estava na maneira como nasceu: “Um grupo de pessoas que acreditam no futuro turístico de Joinville e acham perfeitamente viável para a cidade uma grande festa que movimente a comunidade e que traga turistas de todo o Brasil e de vários países”²²⁹.

O ecletismo que desde o início marcou a Fenachopp não era o único elemento que a distinguia de suas congêneres. A distinção que considero mais saliente é que a criação, a gestão e a finalização da festa foram impulsionadas pela iniciativa privada e não pela municipalidade, embora a Prefeitura fosse apoiadora em todas as edições. O empreendimento tinha um dono, o empresário Laércio Beckhauser.

Em 1989, intitulado-se “pai da Fenachopp”, “mestre cervejeiro” e “introdutor da cerveja caseira no Brasil”, o Sr. Beckhauser contou ao jornal *A Notícia*²³⁰ que, muito antes da Oktoberfest blumenauense, idealizou o Festival Nacional da Cerveja Caseira – Fenacerca. A ideia, entretanto, só viria a evoluir com o apoio do Lions Clube de Joinville

²²⁸ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Op. cit. p. 30.

²²⁹ ARNHOLD, Nelci. Joinville entra firme na Fenachopp. *A Notícia*, Joinville, 12 out. 1988.

²³⁰ BECKHAUSER, o pai da Fenachopp. *A Notícia*, Joinville, p. 17, 5 out. 1989.

e do Clube de Oratória e Liderança. A cerveja era o principal elemento de autenticidade da Fenachopp, pois, segundo o jornal, o empresário lançava junto com a 2.^a edição da festa o livro “O mundo da cerveja caseira e de outras bebidas”, resultado de 13 anos de pesquisa com famílias de antigos cervejeiros. O seu deleite pela cerveja é herdado e “vem desde o tempo de seus antepassados da Alemanha”. A matéria jornalística ainda anunciava as mudanças da Fenachopp: agora ela invadia a cidade com o desfile do *Bierwagen* em todos os bairros, distribuindo chope gratuitamente pelas ruas.

A intencionalidade de adotar a cerveja como o principal ícone da germanidade da festa trouxe, entretanto, algumas ressacas inconvenientes. Do ponto de vista do negócio, a estratégia reverteu-se em lucro, pois o consumo de chope na edição de 1989 quadruplicou, embora o público tenha acrescido em apenas 30%²³¹. A dor de cabeça ficou por conta das críticas que passaram a ganhar eco nos anos posteriores. A festa estaria induzindo o consumo excessivo de álcool e, por isso, teria deixado de ser “segura” para a família joinvilense. Conforme nos relatou o Sr. Wilmar de Souza, o Poder Judiciário chegou a intervir várias vezes, principalmente quando foi criada a Fenachoppinho, pois entendia que isso “conduzia o jovem e a criança a tomar chopp”²³².

O próprio empresário Laércio Beckhauser, em 1998, quando então presidia a Promotur, destacava que a segurança era um dos principais tópicos trabalhados pela equipe organizadora da festa. Ora, penso ser esse um indício da percepção de que o consumo da cerveja já havia superado o estágio da alegria e estaria incidindo sobre a recorrência de alguns comportamentos inconvenientes, comprometendo até mesmo o perfil desejado do público participante. Não é à toa que o empresário assim convidava os potenciais consumidores festivos: “Queremos que a família se sinta segura para participar da festa sem preocupações com os filhos, esposa ou namorada”²³³.

O ecletismo patente desde a origem da festa foi também sendo alvo de polêmicas acirradas nas páginas de jornal. A matéria intitulada

²³¹ Segundo dados coletados por Ramos, em 1988 162.900 pessoas consumiram 45.500 litros de chope. Em 1989, 211.305 pessoas consumiram 195.000 litros de chope, o maior consumo quando comparado às outras edições até 1995. FLORES, Maria Bernardete Ramos. Op. cit. p. 125.

²³² SOUZA, Wilmar de. Op. cit.

²³³ LOCATELLI, Giovanna. Fenachopp vira ponto de encontro para a família. **A Notícia**, Joinville, 16 out. 1998.

“Descaracterização marca edição da Fenachopp” informa que “músicas sertanejas, cachorros-quentes e modismos dão o tom da festa que para muitos nunca foi tipicamente alemã”²³⁴.

A imagem publicada na matéria é carregada de significados. Um Apolo desnudo desnudava o caráter artificial pelo qual a “tradição germânica” era festejada e, ao mesmo tempo, solapada. Seus encantos exalavam novos modos de entretenimento, novas sensualidades e permissividades que contagiavam a jovem que consentia exhibir em seu corpo uma germanidade estilizada pelas vestes, mas ao mesmo tempo se rendia ao abraço libidinoso do mascarado seminu.

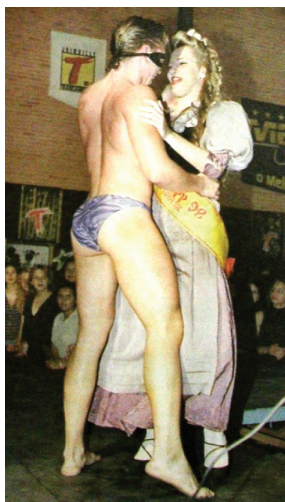


Figura 6 – *Show patético*. Rainha caracterizada dançando com Apolo desnudo
Fonte: BRAGA, Marco Aurélio. Descaracterização marca edição da Fenachopp. **A Notícia**, Joinville, 23 out. 1998.

O “show patético” tinha acontecido na boate especialmente criada no Pavilhão da Expoville. Nele se apresentou também o transformista “Madonna Cover” que, a pedido da Promotur, deixou de circular “montado”²³⁵ pelos camarotes e demais espaços da festa²³⁶.

²³⁴ BRAGA, Marco Aurélio. Descaracterização marca edição da Fenachopp. **A Notícia**, Joinville, 23 out. 1998.

²³⁵ Termo comumente utilizado entre o público GLS para significar parte do processo de encenação estilizada de uma personagem qualquer.

²³⁶ GROTH, Marlise. No térreo, *show* típico tem público reduzido. **A Notícia**, Joinville, 25 out. 1998.

Segundo o jornalista Marco Aurélio Braga, o espaço da boate foi acirradamente disputado por jovens desmotivados com as apresentações musicais das bandinhas alemãs, e lamentava:

Tudo o que um turista, ou mesmo um morador da região querem, é encontrar na Expoville as músicas típicas alemãs – mescladas, esporadicamente, com músicas da moda e não ao contrário –, o chucrute e o marreco e admirar descendentes de alemães arrastando os tamancos pelo chão. Se quisessem axé ou outro gênero musical, teriam procurado outro lugar. Quem sabe um Carnaval fora de época na Bahia, por exemplo²³⁷.

No penúltimo dia da festa, a jornalista Genara Rigotti apresentou no jornal *A Notícia* uma enquete. Intitulada “Miscelânea aprovada”, informava que tinha entrevistado 15 pessoas que circulavam pelo pavilhão da Fenachopp. Todos eram joinvilenses com idade entre 16 e 64 anos, e a maioria de ascendência germânica. A atenção sobre os joinvilenses e não sobre os turistas foi justificada por considerar que a Fenachopp, diferentemente da Oktoberfest, tinha por frequentadores majoritários os moradores da cidade. Obliquamente, discordava de seu colega que quatro dias antes havia feito críticas ao ecletismo da festa, pondo em evidência a opinião de seus entrevistados:

Raquel Bonique, 24 anos, e Clarice Soares, 51, afirmaram que a música alemã é muito cansativa e que misturar vários tipos de música torna a festa mais interessante. Evanil Faggiol, 35 anos, e José Klifss, 44 anos, só reclamaram que estava muito cheio, mas sobre a música foram incisivos: “Está bom assim”. Os adolescentes Fernando Reinert, 18 anos, e Maria Gorete, 16, tem [*sic*] a mesma opinião: “Música alemã é pra velho, tem que misturar”. Os dois dizem que não participariam da festa se fosse só música típica. Fernando ainda reclama: “Está faltando rock, muito rock pra galera”²³⁸.

²³⁷ BRAGA, Marco Aurélio. Op. cit.

²³⁸ RIGOTTI, Genara. Fenachopp registra recorde de público no domingo. *A Notícia*, Joinville, 27 out. 1998.

Além do sutil debate entre os jornalistas, a festa inquietava os espíritos empresariais. Na época, o Sr. Bento dos Santos, responsável pelo evento, rebatia as críticas afirmando que a festa estava respeitando aquilo que o público pedia. Mesmo assim, afirmava: “Vamos discutir com a sociedade se existe realmente a vontade de se transformar a Fenachopp numa festa 100% típica. Por enquanto está agradando e temos conseguido equilibrar as contas, pelo menos”²³⁹.

No término da festa, a situação parecia ser bem preocupante. O ecletismo teria atingido também a gastronomia. Houve queda no consumo dos pratos típicos e um aumento de 40% no consumo de pastéis, cachorros-quentes, sanduíches e espetinhos de frango. O público contabilizado em 119 mil foi abaixo do esperado, porém manteve a média de consumo de cerveja. O negócio estava em risco.

No competitivo mercado festivo, o desnudamento de Apolo expôs algumas contradições que envolveram a reinvenção da cidade-mercado voltada ao lazer e turismo. Mais do que construir uma imagem-síntese diante dos hibridismos despidos, cuja direção me parece ter sido a da espetacularização da diversidade cultural da cidade, os desafios dos construtores da imagem-cidade consistiam em harmonizar e otimizar os diferentes interesses econômicos. Em outras palavras, evocar a imagem-cidade de lazer-turismo representava defrontar-se e negociar com a cidade indústria-trabalho.

Como destaquei anteriormente, o processo de globalização das empresas joinvilenses trouxe alguns déficits. À elevação da produtividade do trabalho e da receita industrial corresponderam o aumento de desemprego e a queda dos níveis salariais no setor. Em função da modernização dos processos produtivos, as inovações tecnológicas e de gestão impulsionaram a tercerização. Pequenas empresas passaram a ocupar um papel estratégico no difícil cenário social urbano. Nesse processo, além do comércio, o turismo passou a despontar como setor potencialmente lucrativo.

Em 2001, por ocasião da passagem do Sesquicentenário de Joinville, o empresário e então presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Moacir G. Thomazi, fez um balanço da “versátil economia joinvilense”. Em que pese o tom laudatório da abordagem, o capítulo da obra, “Joinville – Leituras da cidade”²⁴⁰, traz informações que nos ajudam a entender, sob a ótica empresarial, o processo de

²³⁹ RIGOTTI, Genara. Op. cit.

²⁴⁰ TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

recomposição econômica do município nos anos de 1980 e 1990. Nas entrelinhas de algumas de suas análises e afirmações, sutilmente é possível identificar focos, ou melhor, abreviaturas das disputas que envolveram antigos e emergentes agentes econômicos.

Baseando-se em dados fornecidos pela Prefeitura e pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville, o empresário contabiliza a existência de 10 mil estabelecimentos comerciais. Tal pujança, entretanto, foi resultado da eficiência do setor sob impacto da implantação dos *shopping centers*. Conforme suas palavras:

O comércio tradicional soube reagir, investiu na qualidade de produtos, no aprimoramento do atendimento e manteve sua clientela. Mas este não foi um processo pacífico. Quem não soube enxergar as novas necessidades e as transformações, acabou saindo do mercado e viu seu espaço ocupado por novos agentes, inclusive com organizações de praças maiores instalando-se em Joinville²⁴¹.

Uma curiosa, para não dizer irônica, análise do empresário caracterizou as ondas de desemprego industrial, no fim dos anos 1980 e na década de 1990, como reinos de oportunidades, pelos quais desempregados se transformaram em empregadores. Somente entre 1997 e 2001, 11 mil empresas de serviços teriam sido abertas em Joinville. O crescimento mais expressivo foi nas áreas de limpeza, segurança patrimonial, transportes, consultoria, educação, odontologia, medicina, estética e turismo.

Modernização do comércio e expansão dos serviços teriam sido vetores que convergiram para o crescimento da atividade turística. Os grandes saltos do setor foram perceptíveis com a implantação de hotéis, a realização de grandes eventos e, em destaque, a inauguração do Centro de Eventos Cau Hansen, em 1998, considerado “um grande instrumento propulsor das atividades relacionadas com o turismo de negócios e de cultura”²⁴². Disponibilizando 4 mil leitos por meio da rede hoteleira instalada, a cidade oferecia oportunidades inumeráveis para pequenos empreendedores, prestadores de serviços e comerciantes. Os grandes

²⁴¹ THOMAZI, Moacir G. A versátil economia joinvilense. In: TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001. p. 92.

²⁴² Id. Ibid. p. 93.

eventos, Festival de Dança e Fenachopp, representavam momentos importantes para a alavancagem do setor, e o seu êxito resultava da iniciativa privada em parceria com o poder público.

No diagnóstico econômico final, o empresário afirmava: “Joinville significa bem mais que indústrias. O setor terciário desponta para o futuro. [...] Ainda que subsidiariamente, a economia de Joinville desperta para o turismo”²⁴³. Além do potencial do turismo de negócios e de cultura, o Sr. Moacir G. Thomazi sugeria a integração de esforços com cidades vizinhas para desenvolver o turismo de natureza. Para tanto, além de rever conceitos e aprender a competir globalmente, ele relembrava as “lúcidas” palavras do prefeito Luiz Henrique da Silveira quando de seu discurso em cerimônia comemorativa da Associação Comercial e Industrial de Joinville. Considerando que “já não se requisitam mais administradores que saibam gerir bem as estruturas existentes, mas gestores capazes de mudar essas estruturas, adequando-as aos espantosos eventos que alteram, a cada instante, a fisionomia mundial”, aos empreendedores joinvilenses cabia lembrar que na contemporaneidade “não se exigem administradores que sejam capazes apenas de se moldar às transformações, mas de antecipar-se a elas”²⁴⁴.

A inserção do turismo na recomposição do quadro econômico de Joinville foi um processo marcado por rejeições empresariais até pelo menos a década de 1980. Anedótico ou não, relembro o caso narrado pelo Sr. Wilmar de Souza sobre a ocasião em que um empresário com grande influência política local propôs a contratação de um porteiro na entrada da cidade para fazer uma triagem dos interessados em adentrá-la. O visto de entrada e permanência seria dado àqueles que quisessem fazer negócios ou trabalho, pois fazer turismo era encarado como vagabundagem.

Pela pesquisa que realizei na imprensa, pude constatar ainda que as atividades voltadas ao turismo não partiram de uma política que esquadrihava o setor a fim de incluí-lo no arranjo econômico para o desenvolvimento municipal e regional. O turismo, recorrentemente, foi citado e visibilizado como alternativa, porém de maneira pontual ou ilustrativa, especialmente quando da realização de grandes eventos. Pela fala dos prefeitos, problemas mais urgentes pareciam excluir quaisquer possibilidades de investimentos públicos nessa área. Vejamos como foi

²⁴³ THOMAZI, Moacir G. Op. cit. p. 95.

²⁴⁴ Id. Ibid.

delineado no período em estudo o atrelamento do turismo aos negócios e à cultura.

Em 1983, o prefeito recém-empossado Wittich Freitag anunciava, em entrevista ao jornal *A Notícia*, a criação da Secretaria de Turismo e da Fundação Cultural de Joinville – FCJ²⁴⁵. No entanto destacava que a prioridade do seu governo era solucionar o problema das enchentes, da habitação, da saúde e da educação. Na área cultural, seus esforços voltavam-se à construção de um prédio que serviria para abrigar o Arquivo Histórico de Joinville. Segundo o primeiro presidente da FCJ, Miraci Dereti, o princípio norteador das políticas culturais seria “promoção, preservação e resgate” da cultura, tendo como foco principal os bairros da cidade²⁴⁶.

A aproximação da cultura ao turismo em poucas situações foi aventada pelo Executivo, pelo menos na imprensa. As polêmicas mais acirradas ficaram por conta da “ideologização” que permeava as ações na área cultural e expunham a maneira como os sujeitos polarizaram, naquele contexto, suas posições políticas ao defender o culto ou o popular²⁴⁷.

Um evento, porém, sinalizou em 1983 os caminhos vislumbrados para que a cidade fosse inserida no mercado turístico. Trata-se da criação do Festival de Dança de Joinville. O prefeito, dois anos depois, fazia um balanço da iniciativa²⁴⁸. O evento poderia “auxiliar no surgimento de uma maior consciência turística no município”. Prova disso era a adesão, em forma de patrocínio, das grandes indústrias de Joinville para a realização da 3.^a edição. Para o prefeito, isso demonstrava um “amadurecimento da classe empresarial”. Contudo, para que o Evento tivesse maior projeção, seria preciso que a cidade disponibilizasse mais e melhores equipamentos turísticos. Isso se constituía como uma grande oportunidade para a iniciativa privada. O governo municipal – lamentava – muito pouco dispunha de recursos para investimentos, pois as carências do município em outras áreas eram prioritárias.

²⁴⁵ FREITAG revela seus planos. *A Notícia*, Joinville, p. 20, 13 fev. 1983.

²⁴⁶ CULTURA e ideologia. *A Notícia*, Joinville, p. 2, 18 fev. 1983.

²⁴⁷ A esse respeito ver as reportagens: CULTURA e ideologia. *A Notícia*, Joinville, p. 2, 18 fev. 1983. PAVESI, Odair; BAÇO, José Antônio. Comunidade defende construção de teatro. *A Notícia*, Joinville, p. 24, 3 jul. 1983. CRÍTICAS de Mir são refutadas por Dereti. *A Notícia*, Joinville, p. 5, 27 nov. 1983. LIBERTAR a cultura em Joinville. *A Notícia*, Joinville, p. 2, 23 mar. 1986.

²⁴⁸ FREITAG: Festival projeta cidade. *A Notícia*. Joinville, p. 1 e 5, 7 julho de 1985.

Pelos jornais, os elogios ao empresariado industrial eram intensificados à medida que copatrocinavam alguns eventos. Em editorial de 1986, o jornal *A Notícia*, cujo diretor-presidente era Moacir G. Thomazi, deixava claro que o empresariado estaria disposto a apoiar “manifestações culturais”, desde que não tivessem “cunho populista, com óbvias intenções político-ideológica-eleitoreira” [sic]²⁴⁹.

No mesmo período foi fundada a Associação Joinvilense de Pequenas e Médias Empresas – Ajorpeme. De acordo com o trabalho das historiadoras Sirlei de Souza e Marta R. Heinzelmänn²⁵⁰, a instituição, criada em 1984, teria sido iniciativa de pequenos e médios empresários associados à Acij, descontentes com a pouca atenção e espaço de representação de seus interesses – serviço, turismo e comércio. Entre os dissidentes estava o empresário Laércio Beckhauser, o qual em 1988 criaria a Fenachopp.

Reconhecendo que Joinville não tinha desenvolvido ações efetivas para incluir-se na política turística que então fazia parte das preocupações e ações governamentais no âmbito do Estado²⁵¹, o prefeito eleito Luiz Gomes anunciava pouco antes de sua posse para a gestão de 1989-1992 o projeto e a metodologia a serem adotados:

Vou criar uma Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo que será dirigida por um empresário competente. Com isso já começo a enxugar a máquina e dar ao turismo uma conotação empresarial em busca do lucro. Junto com Amin, na Capital, e com Kleinubing, em Blumenau, podemos fazer um trabalho único no litoral catarinense. Seria algo como: Florianópolis entra com as mulatas e a Joaquina, Blumenau com o chope e nós tendo que cooperar com alguma coisa²⁵².

²⁴⁹ LIBERTAR a cultura em Joinville. *A Notícia*... Op. cit. p. 2.

²⁵⁰ HEINZELMANN, Marta Regina; SOUZA, Sirlei de. **Associativismo** – uma história de sucesso. Joinville: Editora Univille, 2009.

²⁵¹ O processo é discutido por Flores no capítulo intitulado “Economia sob a égide da imagem no estado de festa”. FLORES, Maria Bernardete Ramos. Op. cit. 1997.

²⁵² LUIZ Gomes, administrador e político: o que pensa o prefeito eleito de Joinville. *A Notícia*, Joinville, p. 4 e 5, 20 nov. 1988.

Essa “alguma coisa” esboçava a aproximação do turismo com a cultura, a qual, para o prefeito, seria consagrada com a ampliação do Festival de Dança. Embora outras prioridades tenham marcado o seu governo, tais como falta de água, déficit habitacional, consolidação do projeto de urbanização dos manguezais e “contenção” da migração, eventos de caráter “turístico-cultural” que pretendiam reacender o passado germânico urbano receberam alguns incentivos. Refiro-me às já apresentadas Fenatiro, Fenachopp e Festa das Flores.

No término do mandato do então prefeito, entretanto, o empresário Laércio Beckhauser, insatisfeito com a gestão, explicitou que o governo municipal não teria conseguido divulgar e promover Joinville na mídia. Simultaneamente, “o setor privado não se interessa em investir no turismo e as indústrias não se preocupam em ‘vender’ a imagem da cidade”²⁵³.

Foi na segunda gestão do prefeito Wittich Freitag (1993-1996) que o debate ganhou novos contornos. De acordo com *A Notícia*, “embora sem uma política de ação para o turismo como indústria, Joinville atrai a atenção com eventos de porte”²⁵⁴. Os atrativos inerentes a alguns recantos do município, atrativos esses que combinavam paisagens e “costumes germânicos preservados”, passaram a ser “otimizados” com projetos de turismo rural por iniciativa da Secretaria do Turismo e da Fundação 25 de Julho²⁵⁵.

Com o objetivo de “vender” a cidade foi também criado, em 1996, o *Convention Bureau*. Suas ações, definidas pelo Conselho Municipal de Turismo, deveriam fomentar a adequação e a ampliação da infraestrutura turística e desenvolver “estratégias de *marketing* integrado aos mercados alvo”. Para captar recursos estaduais e federais, os custos de funcionamento do escritório seriam cobertos pelo poder público municipal e por entidades empresariais²⁵⁶. A imagem de cidade a ser vendida deveria utilizar dois componentes: a sua história e as suas belas paisagens²⁵⁷.

²⁵³ A NOTÍCIA. Joinville, 8 mar. 1992. Especial Joinville 141 Anos, p. 17.

²⁵⁴ A NOTÍCIA. Joinville, 9 mar. 1994. Especial Joinville 143 Anos, p. 14.

²⁵⁵ Id. Ibid. p. 9.

²⁵⁶ Trata-se da Associação Brasileira de Agentes de Viagem em Santa Catarina (Abav-SC), da Acij, da Ajorpeme e da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville (CDL).

²⁵⁷ LOETZ, Claudio. Joinville investe em infra-estrutura turística. *A Notícia*, Joinville, 7 jul. 1996. Economia, p. 1 e 4.

Fundamentando-me nessa retrospectiva, penso que a impulsão da imagem-cidade de lazer-turismo, embora seja marcada por disputas entre industriais e pequenos e médios empresários dos setores de serviço e comércio, é resultado de um intenso processo de negociação. Nele se identifica como se vai construindo a complementaridade de interesses, que também revela, de ângulos diferenciados, a produção local da globalização. Nesse quadro, a segunda gestão do prefeito Luiz Henrique da Silveira, entre os anos de 1997 e 2002, foi um momento importante de catalisação dos interesses econômicos que perpassam igualmente o processo de mudança na imagem de cidade germânica para cidade palco da diversidade cultural²⁵⁸.

Em 1999 esse prefeito, ao ser provocado por um jornalista sobre a falta de iniciativas políticas perante a incongruência entre o setor industrial e o setor de serviços e comércio, indicou taxativamente as suas realizações. A criação do Centreventos Cau Hansen e a vinda do Ballet Bolshoi e da rede de supermercados Big Shop estavam em conexão direta com a automação e a crise econômica que assolavam a indústria joinvilense globalizada. Além disso, “as obras públicas, mantidas pela Prefeitura, trazem três mil empregos diretos. Sabe o que isso significa? Mais de 12 mil empregos indiretos. E a Prefeitura é a maior empregadora de Joinville, com 5.300 servidores”²⁵⁹.

No limiar do século XXI, turismo e cultura assim se combinavam, satisfazendo itinerários previstos e espetacularizando a cidade de lazer-turismo. Outra imagem que, virtualmente, acorria e demonstrava seu potencial é a que já procurei apresentar: Joinville, “cidade mosaico” composta por diferentes etnias.

O sociólogo Henri-Pierre Jeudy²⁶⁰, ao discutir a espetacularização das cidades no mundo contemporâneo, trouxe-me importantes questões para que eu pudesse amarrar, mesmo que frouxamente, o vínculo dos desejos dos agentes políticos e econômicos de estetização étnica do urbano e, por extensão, das festas que venho estudando. Em outras palavras, tornado para os moradores de Joinville “pedra de toque”

²⁵⁸ A genialidade atribuída à personalidade do ex-prefeito, que recorrentemente foi lembrada nas entrevistas que realizamos, circunscreve-se à sua disposição em incorporar à política as demandas em disputa, sob a qual se reflete da mesma forma a sua disposição em reconhecer diferentes “tradições” e histórias da cidade no limiar do século XXI.

²⁵⁹ A NOTÍCIA. Joinville, 9 mar. 1999. *Especial Joinville 148 Anos*, parte 8.

²⁶⁰ JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

e também “angular”, o pertencimento étnico parecia se constituir como única possibilidade de reconhecimento e inclusão identitária na propalada diversidade cultural joinvilense. Porém tal direcionamento carrega uma contradição que escapa do domínio desses agentes: para alcançar a legitimidade coletiva que torna a diversidade cultural um valor agregado ao urbano no competitivo mercado de cidades é preciso que ela também possua um valor simbólico para os sujeitos, seja morador ou turista.

Quanto a isso, Jeudy esclareceu-me as razões pelas quais não posso considerar tal processo de etnicização como simples imposição que leva à repulsão ou à adesão cega dos habitantes da cidade contemporânea. Há, nessa imagem de cidade e de identidade marcada pela fixidez étnica, trânsitos e apropriações sociais não presumidas que revelam disputas e negociações, espetacularizações e ocultamentos, afirmações e negações de passados e fluxos.

Ainda baseando-me em Jeudy, as etnicidades joinvilenes tornam-se “marcadores” culturais não com base em uma soberania que lhe seja própria. Como “índices de uma singularidade cultural mantida e exibida”, permitem, na fluidez do vivido, “resolver boa parte da violência das metamorfoses locais, regionais, urbanas” pelas quais suportam o entusiasmo coletivo diante do “prazer de reconhecimento de si mesmo naquilo que estava em vias de desaparecer”²⁶¹.

Se os fluxos migratórios estão no cerne de todo esse processo que marca a cidade contemporânea e motiva a sua espetacularização pelas festas, os migrantes (mas não só eles) são portadores de incongruências, práticas e histórias acidentais que são objetos de ocultamentos, mas também de negociações.

O desnudamento do hibridismo na Fenachopp inspirou a sua substituta, a Festa das Tradições. Como negócio ou referência identitária, foi festejada e avaliada pela sua pertinência simbólica no pavilhão da Expoville. Entretanto outros indícios me empurram para outros ambientes festivos que, à primeira vista e apenas precocemente, expressam variações dessa estetização étnica urbana.

A partir daqui, percorro caminhos cujas ruas não são completamente pavimentadas, e o trajeto – embora dificultado pela escassez de transportes, indefinição de seus pontos de paragem e chuvas continuadas – impele-me a seguir por atalhos que são conhecidos à medida que os percorro, seguindo pegadas repisadas. Tal metáfora

²⁶¹ JEUDY, Henri-Pierre. Op. cit. p. 28.

me auxilia a introduzir a discussão sobre hibridismos margeantes, atravessados por práticas culturais e vivências cotidianas de migrantes joinvilenses e seus descendentes, nas orlas da cidade.

1.7 HIBRIDISMOS MARGEANTES

Qualquer festa é uma festa porque é outra festa. Essa é a melhor definição que consegui elaborar diante das leituras e reflexões sobre o tema. Embora seja bastante discutida no campo da antropologia e da história, baseei-me na abordagem do historiador Norberto Luiz Guarinello para eleger a festa como “porta de entrada”, ou melhor, mote deste primeiro capítulo, o qual tem por objetivo analisar, no campo da História Cultural, os fluxos migratórios na cidade contemporânea.

De acordo com Guarinello, qualquer conceito sobre festa que se pretenda generalizante esbarra nos seus sentidos fluidos, negociáveis e contestáveis, atribuídos por parte tanto daqueles que a estudam como dos que a fazem ou dela participam. Para ele:

Festa, com efeito, não é um termo neutro, mas o centro de uma polêmica; sua definição mexe conosco, com nossos valores, com nossa visão de mundo. Frequentemente julgamos, criticamos, analisamos as festas que nos cercam disputando seu sentido. A própria definição social de festa é, assim, um palco no qual se defrontam diferentes interpretações do viver em sociedade²⁶².

Mais ainda, seus múltiplos sentidos implicam não apenas aspectos históricos, mas também lúdicos e subjetivos, pois uma festa pode ser diversão para alguns e não para outros. Diante disso, a complexidade do tema *festa* é minimizada à medida que as questões sobre suas funções e seus significados são discutidas na sua própria contextualidade.

O posicionamento do autor subsidia a abordagem aqui adotada sobre as festas. Ao defrontar-me inicialmente com alguns trabalhos de antropólogos, tive dificuldade, por inúmeras vezes, em esboçar um paralelo entre as festas por mim estudadas e as categorias de festas que se insinuavam. Não se trata, entretanto, de tomar um caminho que

²⁶² GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit.

eleja por exclusão, mas que fortaleça a aproximação da história com a antropologia, aproximação essa em nada original, visto ser ricamente promovida no campo da História Cultural²⁶³.

Aliás, se o historiador Guarinello me encorajou a tratar a festa como objeto histórico, o antropólogo Magnani sugeriu-me abordá-la como objeto antropológico, já que sua proposta de etnografia insta o pesquisador a olhar o urbano não “de longe e de fora”, mas “de perto e de dentro”²⁶⁴. Como a cidade, a festa poderia ser analisada “a partir dos *arranjos* dos próprios atores sociais”, ou seja, “das formas como eles se avêm” para transitar no seu espaço, usufruir suas atrações, estabelecer encontros ou mesmo desencontros²⁶⁵.

Enquanto objeto histórico, Guarinello suscita algumas “ideias para pensar”²⁶⁶, que foram por mim entendidas como advertências a serem consideradas numa abordagem histórica da festa. Em primeiro lugar, a festa não deveria ser tratada como algo transcendental, que ultrapassa os limites da experiência. Não se deveria também “tomá-la de uma perspectiva ‘evolucionista’ e linear” ou mesmo com base em tipologias rígidas, tais como festa religiosa ou profana. Propõe, então, abordá-la como manifestação do cotidiano das sociedades humanas que expressa uma ação coletiva, envolvendo trabalho, custo e planejamento – conforme as “regras peculiares a cada uma” – e acontecendo,

[...] num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em

²⁶³ Como lembra Lynn Hunt, “quanto mais culturais se tornarem os estudos históricos, e quanto mais históricos se tornarem os estudos culturais, tanto melhor para ambos”. HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 29.

²⁶⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out. 2008.

²⁶⁵ Para Magnani, o olhar “de longe e de fora” é um olhar “de passagem”, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador. Em vez de reduplicar “discurso corrente sobre o decantado caos urbano”, olhar “de perto e de dentro” significa abrir-se para conhecer “arranjos, mecanismos e saídas surpreendentes dos atores sociais e que não são visíveis a um olhar meramente de fora. É dessa forma que a metrópole, na sua diversidade e na sua escala e também nos seus conflitos e problemas específicos, se torna inteligível, pois esse olhar parte das experiências daqueles que nela vivem, abrindo pistas para o entendimento de sua lógica e de sua inserção em contextos mais gerais”. MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003a. p. 93.

²⁶⁶ GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit. p. 970.

torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade²⁶⁷.

Segundo sua análise, a festa pode ser e significar muita coisa. É, sobretudo, um momento marcante para o estabelecimento de elos identitários, mesmo aquelas que têm como polo agregador “uma identidade por vezes fugidia entre participantes díspares e desconectados, como parece ser o caso de muitas festas na chamada sociedade de massas, que muitos rejeitam como negação da festa”. Pode ser mais ou menos cooperativa e consensual ou abertamente competitiva e conflituosa, pondo em risco, neste caso, os sentidos que se propunha produzir. Algumas vezes, ao tentar impor determinada “identidade” ao conjunto da sociedade, “seus sentidos podem ser forçados, manipulados, disfarçados”²⁶⁸.

De maneira abrangente, a festa pode, assim, compreender uma abundância de sentidos. Entretanto, para o autor, permanece o fato de que tais sentidos dependem “dos participantes, eventuais ou desejados, cuja presença e envolvimento determinam o sucesso e o significado último de qualquer festa”. Além disso, mesmo que se tente controlá-la, uma festa é “um ato coletivo por excelência, produzindo identidade, mais ou menos provisória, e em diferentes graus, para seus participantes”²⁶⁹. Por fim, tal qual propõe a etnografia de Magnani, Guarinello chamamos a atenção para o fato de que nenhuma festa pode ser compreendida “plenamente dentro de si”, visto estar inscrita numa rede mais ampla de práticas e significados.

Toda essa discussão, embora para o leitor possa parecer “fora do lugar” – já que a essa altura a minha narrativa histórica já procurou persistentemente construir sentidos às festas que pretendiam espetacularizar uma identidade atribuída aos joinvilenses –, recoloca a importância de estudar outras festas, agora em dois bairros da cidade: Vila Nova e Itinga.

Antes, porém, um parêntese para delimitar a minha compreensão sobre bairro. Mais do que uma divisão territorial da cidade, apoio-me

²⁶⁷ GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit. p. 972.

²⁶⁸ Id. Ibid. p. 973.

²⁶⁹ Id. Ibid. p. 974.

em Magnani identificando o bairro como o “pedaço”²⁷⁰, ou seja, como o domínio intermediário entre o público e o privado, o familiar e o estranho. O “pedaço” é constituído por dois elementos básicos: um de ordem espacial e outro de ordem social. O de ordem espacial abrange lugares comuns a todos, como casas de comércio, igrejas, clubes, bares, campo de futebol, postos de atendimento de serviços públicos, entre outros. São lugares triviais de encontros e de passagens obrigatórias, locais com os quais se convive por se morar perto ou por frequentá-los constantemente. Entretanto “para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência”²⁷¹. Algumas categorias que são estabelecidas nessa rede de relacionamento social podem ser identificadas: “colega”, “chegado”, “irmão”, “tio” ou “tia”. Todas elas supõem relações mais próximas, personalizadas e duradouras, constituindo a base das identificações pelo “pedaço”. Conforme explica o autor,

Essa malha de relações assegura aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção. Onde se tece, enfim, a trama do cotidiano²⁷².

Dessa perspectiva, o bairro é um pedaço ou abrange pedaços que revelam formas de apropriação, uso de espaço e ocasiões em que se está “fora de casa, mas no pedaço”²⁷³. Porém, se Magnani me permite identificar os bairros de Joinville como pedaços, isso não quer dizer que os considero espaços impermeáveis e livres de trânsitos. Entrecruzam-se ali, como no todo da cidade, os fluxos contemporâneos.

Tais fluxos são claramente identificáveis nas festas de bairro, seja pela forma como se apresentam, seja pela narrativa dos organizadores que se colocam como mediadores culturais. Foi por intermédio de duas

²⁷⁰ Magnani associou a ideia de pedaço ao bairro em seu trabalho intitulado “Festa no pedaço”, realizado em 1984. Posteriormente, suas pesquisas levaram-no a outras partes do território urbano, incluindo regiões centrais e áreas não-residenciais. Cf.: MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003b.

²⁷¹ Id. Ibid. p. 115.

²⁷² Id. Ibid. p. 117.

²⁷³ Id. Ibid. p. 120.

festas de bairro que conheci algumas regras e códigos de conduta, redes de expectativas, estetizações étnicas e hibridismos que têm no “pedaço” algumas de suas referências.

O bairro Vila Nova, situado na zona oeste da cidade, registra uma população de aproximadamente 18 mil habitantes. Localizado na bacia hidrográfica do Rio Pirai, possui terrenos planos, mas também baixadas e várzeas. O mapa a seguir localiza o Vila Nova no conjunto do território urbano, bem como o Itinga, para o qual adiante justificarei a pertinência de seu realce.



Figura 7 – Mapa de Joinville. Em destaque os bairros Vila Nova e Itinga

Fonte: Acervo Univille (2006)

A origem do bairro Vila Nova é comumente relacionada ao processo de imigração alemã e à colonização da região a partir de 1851. Tal lugar foi identificado como de terras férteis e de clima não tão úmido e importante para a ampliação dos limites da Colônia Dona Francisca, visto que a ligava ao pé da serra em direção à Curitiba²⁷⁴. Ali, no fim do século XIX, os administradores da Colônia já haviam erigido um rancho e direcionado famílias para a produção agrícola, já que no núcleo central e em suas adjacências os terrenos eram alagadiços. Na localidade, então conhecida como Águas Vermelhas, as famílias de imigrantes passaram a plantar arroz, milho e cana. Com pequenas vendas e armazéns, as atividades comerciais eram feitas por carroças que levavam mantimentos para o centro da Colônia em troca de roupas, farelo e sal. A picada de acesso transformou-se em estrada na década de 1930, quando o local passou a ser denominado Vila Nova.

A vinda de migrantes de origem italiana ocorreu a partir de 1950. Procediam de Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros. Conforme o que relatou o agricultor Abramo Dalfovo ao jornal *A Notícia*²⁷⁵, em função da escassez de terras nos seus locais de origem, as famílias dirigiram-se à Estrada do Sul e, no local, compraram lotes, passando a produzir arroz. Ainda em 1997, o agricultor informou que seus dez filhos, cada qual com seu lote, trabalhavam na lavoura. A produção era vendida para outra família de migrantes de origem italiana da região, os Poffô. O patriarca, também proveniente de Ascurra, montou um sistema de beneficiamento de arroz que passou a absorver toda a produção de pequenos agricultores. O negócio prosperou e a empresa, a maior da região, produzia em 1997 12 mil toneladas/ano. Além disso, segundo o Sr. Alceu Poffô, a família contava com o maior poço artesiano do norte de Santa Catarina. A água servia ao cultivo do produto. A falta de fornecimento de água, aliás, levou a maior parte das famílias a possuir seus próprios poços artesanais.

De acordo com *A Notícia*, o bairro, a partir da década de 1980, passou a atrair a atenção das imobiliárias. O primeiro loteamento trouxe novos moradores, e isso, segundo os mais antigos, colocou em risco a produção do arroz e a tranquilidade do lugar. Opinião contrária teve o Sr. Dario Rudiger, morador do loteamento Parque 15 de Novembro, já que o aumento da população do bairro forçou a Prefeitura a melhorar a infraestrutura da região²⁷⁶.

²⁷⁴ ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Vila Nova: terras férteis atraíram primeiros moradores. *A Notícia*, Joinville, 15 jun. 1997d.

²⁷⁵ Id. Ibid.

²⁷⁶ Id. Ibid.

Essa pequena história da ocupação do bairro foi importante para que eu estudasse a Festa do Arroz. Com pouquíssimos investimentos e instrumentos de divulgação, a festa não faz parte do calendário turístico da cidade nem das colunas de eventos dos jornais de grande circulação. Soube da sua existência por intermédio de dois jornais: *Jornal do Costa e Silva e Região* e *Jornal dos Bairros*²⁷⁷.

Empenhada em conhecer o evento, depois de superar as dificuldades de identificação e contato com seus organizadores, dirigi-me ao galpão da Igreja Cristo Rei com a finalidade de entrevistar a coordenadora da festa de 2008, a Sra. Mareli Terezinha Filipi. Para minha surpresa e de dois outros pesquisadores²⁷⁸ que me acompanhavam, lá estava nos esperando o Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural – GDMR – Cristo Rei.

Não foi propriamente uma entrevista, embora o grupo me permitisse gravar a conversa. Aproveitando a reunião que semanalmente acontecia, a Sra. Mareli avisou às demais sobre o nosso interesse e participação. Documentos preciosos foram previamente reunidos pelo GDMR e, naquele encontro, detalhadamente descritos, expostos, folheados e festejados. Fotografias do grupo e de momentos da festa desde a sua criação, 1995, provocaram lembranças e risos.

Um livro-ata pouco ortodoxo narrava as reuniões das mulheres desde 1998. O registro sobre os preparativos e a realização da festa se perdia entre os relatos de passeios, visita a órgãos públicos, participação de políticos e políticas nas reuniões, promoção de concorridos bingos no bairro, afazeres artesanais e também novidades do “pedaço”, como nascimento de crianças.

²⁷⁷ Em formato de minitabloides, tais jornais são distribuídos, gratuitamente, de porta em porta e/ou em pontos comerciais existentes nos bairros da cidade de Joinville. Em raras exceções as matérias são assinadas. O conteúdo tem como característica a utilização de textos pequenos, impessoais e reportagens sobre temas diversos (com recorrência a denúncias sobre problemas de infraestrutura e violência) entremeadas a anúncios de serviços e produtos oferecidos por estabelecimentos comerciais dos bairros por onde os jornais circulam. Apresentam, ainda, informações sobre eventos e atividades culturais e de lazer. A Festa do Arroz, desde a sua 4.ª edição, conta com o apoio desses órgãos de divulgação.

²⁷⁸ Desde que iniciei a pesquisa, dois ex-alunos do curso de História da Univille envolveram-se junto comigo neste trabalho, desenvolvendo também suas dissertações de mestrado pela Udesc. Desde então, reunimo-nos semanalmente e compartilhamos nossas descobertas sobre a cidade que, a cada dia, nos fascina. A pesquisa nos arquivos e as inusitadas incursões que fiz pelos mais variados territórios urbanos não seriam possíveis sem o apoio de Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai. As reflexões que aqui apresento são de minha inteira responsabilidade, mas tributo aos nossos encontros o que de melhor elas possam exprimir.

A ata de 4 de abril de 2001 anunciava a nova denominação. O então Clube de Mães²⁷⁹, que desde 1992 se reunia, passava a ser denominado GDMR Cristo Rei. Com estilo de escrita nada coloquial, diferentemente das outras atas, o grupo agora era integrado a um programa da Fundação 25 de Julho, cujos objetivos eram:

Atender a melhoria de vida no meio rural, criando oportunidades da geração de renda, valorizando os trabalhos dos grupos comunitários, interferindo positivamente na capacidade de formar lideranças, transformando-as em agentes de mudanças dentro das novas tendências da globalização²⁸⁰.

A partir de então, as atas passaram a registrar, impessoalmente, os preparativos e as finanças da festa. Deixaram de ser registro de fatos do cotidiano para ascender ao *status* de dispositivo comprobatório de pertencimento ao programa então coordenado pela Fundação 25 de Julho.

Na reunião de que participamos, procurei saber as razões pelas quais o grupo se reunia, bem como sobre a criação da festa. A Sra. Mareli ressaltou que era graças às reuniões de quarta-feira que saía de casa e, também, graças ao fruto da festa podia passear uma vez por ano com seu marido, responsável pela tesouraria do evento. Esclareceu que os passeios fazem parte da contrapartida do intenso trabalho realizado pelos casais nos dias da festa. Um percentual do resultado financeiro é aplicado nos passeios coletivos, com excursões para cidades e locais que o grupo deseja conhecer. Outras manifestações justificavam a festa: “porque não é só trabalhar, tem que se divertir também”, e ainda, “é para valorizar o agricultor e o produto que cultiva: o arroz”²⁸¹.

²⁷⁹ Conforme informou-nos a Sra. Mareli, a mudança de nome foi bem-vinda, pois serviu para minimizar a sanha dos mais maldosos do bairro que qualificavam o Clube de Mães como um “grupo de fofocas”. Por várias vezes, utilizei inapropriadamente, na conversa com as mulheres, a denominação Clube de Mães. Fui corrigida repetidamente. Percebi que o que estava em jogo era uma atribuição de sentidos. Clube de Mães significava fofoca. Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural significava, em primeiro lugar, serem designadas como mulheres e não como mães. Em segundo lugar, serem reconhecidas em sua inserção social no espaço público como mulheres rurais que ousaram romper com os limites do espaço doméstico. GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI. Depoimento em grupo. Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho. Joinville, 27 ago. 2008.

²⁸⁰ GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI. **Livro-ata do Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural Cristo Rei**. Joinville, 4 abr. 2001.

²⁸¹ GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI, 2008. Op. cit.

Embora nos apontando que não apenas rizicultores participam da festa, mas também a vizinhança do bairro Vila Nova, as mulheres destacaram que ano a ano a festa vem crescendo e, ao mesmo tempo, o objeto celebrado e comemorado – o arroz – tem ganhado maior respeitabilidade dos participantes.

As idealizadoras lembradas pelo grupo foram: Isaura, Olinda, Odete, Álida, Valdina Abretch, Amália Bertilli, Mareli Terezinha Filipi e Tânia. Desde o início, aos momentos de lazer proporcionados pela festa, outros objetivos foram acrescidos. Com o lucro fizeram melhorias no prédio da Igreja e atenderam a outras prioridades do bairro, as quais são estabelecidas em consenso nas reuniões. Tal empoderamento feminino no “pedaço” foi por nós melhor entendido quando as entrevistadas afirmaram orgulhosamente que, desde 1995, a Festa do Arroz é autossustentável em virtude da metodologia que adotaram. Ocorre que na prestação de contas, depois de apurados os lucros e descontado o recurso para a excursão, há um provisionamento para a realização da festa do ano seguinte. A venda de rifas engrossa o capital, e a venda de votos para eleger a rainha da festa garante recursos para o pagamento antecipado dos ingredientes dos pratos a serem servidos, além de ser um poderoso instrumento de divulgação do evento. São comercializados ainda os artesanatos feitos durante o ano pelas mulheres da comunidade do Cristo Rei.

A festa é, assim, sobretudo uma trama das redes de sociabilidade que a envolvem. Inicialmente ocorria em abril, período da colheita. As dificuldades em organizá-la diante do acúmulo de trabalho fez com que a adiassem para maio. A programação, embora com pequenas alterações anuais, conta com seminário para discutir a situação dos rizicultores e demonstrar novas técnicas de adubação e produção de sementes, entre outros temas. Há também outras atividades, como o futebol na arrozeira (recentemente denominado futilama) e a corrida do saco de arroz, na qual o vencedor é o concorrente que realiza mais rapidamente um percurso determinado carregando um saco de 60 quilos do produto nas costas. Há um momento de devoção: mesmo não tendo um pároco permanente, no início da festa é realizada uma missa especial. O ponto alto dos festejos acontece no galpão da Igreja, com o Baile do Arroz, precedido por um jantar. Nele são servidos pratos variados à base de arroz, preparados pelas mulheres do grupo.

A festa, porém, envolve também o trabalho de familiares e conhecidos que são escalados pelo GDMR Cristo Rei. Nos últimos tempos, o grupo passou a contratar pessoas do bairro para trabalharem como ajudantes de cozinha, segurança e churrasqueiro.

Ao tentar buscar informações sobre as componentes do grupo, a conversa suscitou maior entusiasmo. Cada uma das participantes procurou narrar a história do bairro, invocando lembranças da infância e da juventude. A maioria migrou para Joinville na década de 1950 acompanhando os pais. Embora nos primeiros tempos sobrevivessem do cultivo de arroz, algumas informaram que seus maridos foram trabalhar nas indústrias da cidade, e a maior parte dos filhos edificou suas vidas longe dos arrozais.

Havia, conforme as memórias invocadas, uma divisão bastante acentuada entre os descendentes de alemães e italianos e também entre católicos e protestantes. A regra de tal divisão era cumprida à risca, de modo que, mesmo se alguma moça ou rapaz se apaixonasse por um rival étnico ou religioso, o casamento não saía. Os conflitos mais acirrados surgiam na escola. Contou-nos uma entrevistada: “A gente era tudo criança. Aí eles falavam em alemão e nós em italiano. Aí eles brigavam porque não entendiam”.

O relato sobre a história do “pedaço” trazia fissuras que pareciam despedaçá-lo. Mas um “pedaço” é assim, feito por redes de solidariedades e conflitos. Tanto que, ao perguntar sobre a vitalidade da rivalidade étnica e religiosa, algumas das entrevistadas afirmaram que ela não mais existe, e prova disso é que alguns alemães participam da festa. Reomilde Lucardelli, uma migrante de Chapecó, discordou e fez questão de ilustrar os conflitos e preconceitos que experimentou quando se estabeleceu no bairro. Disse-nos:

Eu já ouvi o pessoal falando assim... tipo assim... uma vez disseram que eu era negra, então o pessoal daqui não queria me aceitar e que era para eu cair fora. Então eu disse não! Negativo! Eu tenho que me aceitar aonde eu tiver... não é, professora? E outra: eu não sou negra! Eu sou italiana! [...] Queriam dizer pra mim, talvez, que eu não era bem-vinda aqui²⁸².

²⁸² GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI, 2008. Op. cit.

Tivemos a sensação de que aquele depoimento havia causado constrangimento no grupo, já que uma voz taxativamente afirmou que Reomilde não era negra, apenas morena, como se o adjetivo a defendesse do ataque preconceituoso. Para os propósitos da minha pesquisa aquela situação desconfortável foi esclarecedora. Reomilde, uma ativa participante do GDMR Cristo Rei, mostrou que, como migrante, assumiu astutamente uma etnicidade italiana no “pedaço” e a utilizou para afirmar-se como pertencente a ele. Além disso, seu depoimento sinalizava os estranhamentos recentes do lugar por força dos fluxos migratórios.

Vi naquele momento também a oportunidade para perguntar ao grupo o que levava aquelas mulheres a preservar a tradição italiana. Sem entender muito a minha pergunta, uma senhora disse alguma coisa em italiano para a outra. Rapidamente essa última se manifestou: “que tradição?”. A “resposta-pergunta” foi ainda mais esclarecedora. Como já procurei refletir em “Os termos e os seus usos”, tradição não precisa ser preservada, ela simplesmente flui no curso de nossas experiências cotidianas.

Como era de costume, o GDMR Cristo Rei finalizava suas reuniões com um café. Naquele dia, coube à aniversariante fazer a oração. Silenciosamente ouvimos o seu agradecimento: “Eu gostaria de agradecer a presença de vocês três. Agradecer por tudo que nós vivemos até hoje. Foi bom que a gente se lembrou um pouquinho do que a gente viveu no passado e o presente de hoje, né?”.

A pesquisa histórica nunca havia me proporcionado lições tão contundentes. Diferentemente dos relatos dos organizadores da Festa das Tradições, para os quais a memória, a história e a tradição de Joinville deveriam ser “resgatadas” para fins de conscientização ou ser “conhecidas” para o estabelecimento de uma identidade urbana, para aquelas mulheres as memórias sobre o passado serviram para lembrar, e nessa fruição o passado foi nostalgicamente aproximado dos sentidos do presente vivido.

Na despedida, fiz ainda uma última pergunta. Quis saber se no bairro aconteciam outras festas. As senhoras entreolharam-se e revelaram que, coincidentemente, a outra comunidade, a da Igreja Católica Santo Antônio, realizaria em poucas semanas a Festa da Polenta²⁸³. Convidaram-nos e lá comparecemos²⁸⁴.

²⁸³ A Igreja Santo Antônio localiza-se a aproximadamente três quilômetros da Igreja Cristo Rei, e junto dela também funciona outro grupo de desenvolvimento de mulheres rurais.

²⁸⁴ A Festa ocorreu nos dias 13 e 14 de setembro de 2008. Optamos por ir à primeira noite da Festa.

Embora a Festa da Polenta do Vila Nova seja outra festa, a nossa participação parecia uma continuação do encontro realizado com o GDMR Cristo Rei. Logo que chegamos, fomos acolhedoramente recepcionados e convidados a sentar à mesa com as mulheres desse grupo e com seus familiares. A expectativa era de que nos divertíssemos conhecendo a festa.

A Sra. Mareli apresentou-me a Sra. Nadir Zermiani, coordenadora geral do evento. Nessa oportunidade, percebi que havia sido acionada uma rede de comunicação comandada pelas mulheres do bairro, pois D. Nadir já sabia quem éramos e, mesmo no frenesi da festa, levou-me à cozinha, ao balcão de artesanatos e ao ponto de vendas de bebidas, lugares inacessíveis para os demais festejadores. Em nosso percurso, duas coisas me chamaram a atenção. Em primeiro lugar, sua amabilidade especialmente se voltava para mim e não para meus dois colegas – homens e bem mais jovens. Penso que ela procurava estabelecer um vínculo baseado no gênero e na geração. Em segundo lugar, por inúmeras vezes D. Nadir foi abordada com pedidos e consultas relativas ao andamento da festa. Respondeu a todos, porém aparentemente para ela era mais importante que eu conhecesse, mesmo que apressadamente, detalhes sobre a organização e a decoração do local. Pareceu-me que mesmo estando lá para se divertir, enquanto historiadora, eu deveria considerar não apenas a Festa do Arroz, mas também a Festa da Polenta. Percebi que havia sido construída uma rede de expectativas em torno do meu trabalho. Convenci-me disso quando voltei a integrar o grupo do Cristo Rei. Uma senhora perguntou se eu havia gostado da minha incursão pela festa com a D. Nadir. Respondi afirmativamente e ela me disse que a Festa do Arroz era bem mais animada e bonita. Porém era na Festa da Polenta que ela mais se divertia. Contou-me que para as mulheres do GDMR Cristo Rei e do GDMR Santo Antônio as festas eram trabalho ou diversão, não havia meio-termo. Assim, ao trabalhar incansavelmente na Festa do Arroz, divertia-se na Festa da Polenta, especialmente por deleitar-se com o trabalho alheio.

Penso que a porosidade do “pedaço”, naquela situação, pôde ser reconhecida. Em primeiro lugar, houve uma articulação identitária entre as mulheres perante o “estrangeiro”, ou seja, ao “outro” que representa outro território (universidade e centro da cidade). Em

segundo lugar, mesmo articuladas, as duas comunidades paroquiais faziam-se representar como diferentes por meio da festa.

A minha discussão sobre diversidade e diferença ganhava com isso novos contornos. O contraste com a Festa das Tradições era gritante. A diversidade não assumia, à primeira vista, um sentido essencializado, ou uma materialidade forjada especialmente para ser espetacularizada e comercializada, embora o desejo por ampliar e diversificar o público participante das festas do Vila Nova foi, por muitas vezes, mencionado pelas mulheres como meio para uma maior arrecadação financeira.

As narrativas das mulheres exprimiam as diferenças como processo, como vivências no “pedaço”. As interlocuções igualmente denotavam alguns dos conflitos, acordos e combinações que permeavam tanto os ambientes festivos como o próprio “pedaço”. E mais, insinuavam a produção de territórios. Em outras palavras, penso que a diversidade exposta pelas falas delas expressava as vivências das diferenças no “pedaço”, visto que as interlocuções marcadas por conflitos, acordos e combinações experimentadas, no ambiente festivo e fora dele, me afastavam da ideia de compartimentação do diverso, mas insinuavam, igualmente, a produção de territorialidades.

A Festa do Arroz poderia ser compreendida como um lugar praticado no bairro pelas mulheres do GDMR Cristo Rei, da mesma forma que a Festa da Polenta pelo GDMR Santo Antônio. Olhando “de fora e de longe”, ambas poderiam assumir a representação do “pedaço” ou território do Vila Nova. Olhando “de perto e de dentro”, no entanto, como lugares praticados interligados, em interação e em disputa, demonstravam-me como os dois grupos tentavam consolidar os seus próprios territórios e com eles as fronteiras que, como produtos e produtoras de sentidos, se revelavam nos mútuos enunciados comparativos e desabonadores²⁸⁵.

²⁸⁵ Segundo o filósofo Gilles Deleuze, “o território só vale em relação a um movimento através do qual se sai dele. [...] A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. Isso ficou evidente por meio dos deslocamentos físicos e simbólicos promovidos pelas mulheres dos dois grupos. DELEUZE, Gilles. **Entrevista concedida a Claire Parnet**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7134415/o-Abcdario-de-Gilles-Deleuze-Transcricao-Completa>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

O “pedaço” insinuou suas porosidades por outra questão por mim observada. Houve ali uma inaudível disputa política. Estávamos, então, em processo eleitoral. Vários candidatos a prefeito e a vereador foram à festa para, quem sabe, fortificar suas bases. A Festa da Polenta, em alguns momentos daquela noite de sábado, tornou-se o centro da polêmica eleitoral urbana. Por certo, não houve quaisquer discursos e apresentações programáticas dos candidatos ali presentes. Eles se movimentavam de forma a não se esbarrarem reciprocamente nas conversas e abordagens. Nesse curioso rodízio, a reação dos moradores em festa foi diversificada e bastante marcante. Alguns recebiam os candidatos em suas mesas com alegres apertos de mão. Outros educadamente exalavam a inoportunidade de seus achegos. A maioria, porém, recebia-os com olhares glaciais e ouvidos moucos. A polêmica consistiu, em meu ponto de vista, no cruzamento dos sentidos da festa. Festejadores/eleitores interagiam com políticos/festejadores. Penso que mais importante do que saber os porquês das reações dos moradores na festa foi constatar aquilo que o historiador Norberto Luiz Guarinello caracterizou como “sentidos fluidos” da festa, tornando-a palco no qual se defrontam diferentes interpretações do viver em sociedade. Usos e abusos, conveniências e inconveniências, divertimento e trabalho, o cultural, o político, as subjetividades: palavras que marcavam os múltiplos sentidos naquela trama festiva.

Por fim, uma última questão a tratar na Festa da Polenta: os hibridismos margeantes urbanos. A estetização étnica da festa aparentemente era simbolizada pelo objeto festivo, a polenta. Também na decoração predominavam as cores e bandeiras da Itália. O olhar estrangeiro, entretanto, facilmente identificava miscelâneas semelhantes a outras observadas nas demais festas. As candidatas a rainha trajavam vestidos que lembravam vestidos de prenda. No bufê estavam dispostas a polenta e o *kless*²⁸⁶. Cerveja e Coca-cola atropelavam o vinho colonial exposto no balcão de bebidas. Outros hibridismos ficaram a cargo das apresentações musicais. O conjunto contratado para animar o baile entusiasmou os participantes ao interpretar em italiano a famosa marchinha alemã conhecida como Barril de Chope, traduzida como *Bottiglia di Vino*.

²⁸⁶ Espécie de nhoque feito com batata-doce e alguns temperos.



Figura 8 – Coral da Festa da Polenta

Fonte: Acervo da autora (2008)

A estetização étnica da festa naquele “pedaço” urbano, embora apresentasse “marcadores” de uma singularidade cultural mantida e exibida, permitia-me ver como na fluidez do vivido os festejadores se moviam nas metamorfoses contemporâneas. O prazer lúdico de reconhecimento individual e coletivo combinava na estetização da italianidade outro componente, qual seja, a ambiência rural que se insinuava nas vestes, na gastronomia e na decoração. Mesmo que tal ambiência correspondesse, em certa medida, às atividades de rizicultura do bairro, o rural era acionado como tradição para, nostalgicamente, afirmar o que de melhor poderia simbolizar em termos de qualidade de vida em meio às turbulências do ambiente urbano. Famílias, vizinhos, moradores de outras regiões da cidade, pessoas de diferentes idades, não importava onde e no que trabalhavam, a estetização étnica da festa desejava oportunizar a todos um “saudável divertimento”.

O festejo à polenta, entretanto, não se restringia àquele “pedaço” da cidade. No Itinga, também por intermédio da imprensa de bairro, soube de outra Festa da Polenta, que em 2008 chegava à 15.^a edição.

Para apresentar o bairro, analiso inicialmente uma reportagem sobre as suas características, elaborada por Luis Fernando Assunção, em 1997. De acordo com esse repórter, o “Itinga está onde Joinville termina”²⁸⁷. De seu texto depreende-se que a expressão carrega um

²⁸⁷ ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Itinga está onde Joinville termina. **A Notícia**, Joinville, 6 abr. 1997a.

sofisma verbal que, aliás, está presente em outras publicações²⁸⁸. Penso que o jornalista não apenas quer aludir à localização do bairro, mas também aos seus moradores.

Situado ao sul da cidade, o bairro faz divisa com o município de Araquari. Segundo Assunção, no Itinga “é possível encontrar muitos paranaenses e gaúchos dividindo espaço com catarinenses. São na maioria trabalhadores que vieram para a cidade à procura de uma vida melhor para si e para família”. Ora, se geograficamente o bairro é limítrofe a outra cidade e seus moradores provêm de outras regiões, por que não designá-lo como bairro que “está onde Joinville começa”? O “estar onde termina”, então, constitui um recurso semântico que o caracteriza como lugar isolado, carente e, numa cidade, onde não se quer estar, um lugar perdido no mapa. Penso que a designação do jornalista ao bairro se ancora em mapas mentais, os quais dizem respeito ao imaginado por aqueles que pouco nele transitam a não ser em suas idas ao litoral próximo²⁸⁹. Como ele mesmo diz, “lá nas paragens onde Joinville termina, onde os viajantes costumam achar que já estão fora da cidade, bem lá, está o bairro Itinga”²⁹⁰.

Em 2000, a história do bairro foi objeto de outra reportagem do jornal. Segundo o texto, no século XIX passavam pelo bairro carroceiros e cavaleiros levando e trazendo mercadorias da Colônia Dona Francisca, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul. Até meados da década de 1980, alguns de seus moradores ainda mantinham criação de animais e plantação de arroz, aipim e cana. O processo de expansão urbana e a migração tornaram o bairro um dos mais populosos e pobres de Joinville²⁹¹. O poder público municipal lentamente promovia melhorias

²⁸⁸ Como em repetidas publicações do IPPUJ. A esse respeito ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2006. Joinville: IPPUJ, 2006.

²⁸⁹ Segundo Amado e Figueiredo, o espaço é social e cultural, na medida em que é pensado, sentido e imaginado segundo diferentes pessoas, grupos e sociedade que com ele interagem. Isso diz respeito à forma como é representado. Os mapas mentais são criações impulsionadas tanto pelas “mentalidades” das pessoas que os elaboram quanto pelos “elementos físicos concretos”. AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **No tempo das caravelas**. São Paulo: Contexto, 1992. Especialmente o capítulo denominado “Da geografia da imaginação à geografia da experiência: mapas europeus dos séculos XV e XVI”.

²⁹⁰ ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Itinga..., 1997a. Op. cit.

²⁹¹ Segundo estimativa do IPPUJ, o bairro em 2005 totalizava 7.659 moradores, dos quais apenas 10% tinham idade igual ou superior a 50 anos. O censo do IBGE de 2000 apontou que cerca de 60% dos moradores ganhavam até cinco salários mínimos e, entre eles, 51% abaixo de três salários mínimos. Cf.: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2006. Op. cit.

de infraestrutura. Para compensar a falta de quase tudo, a reportagem evidenciava as práticas “solidárias”, características do lugar. Segundo entrevista com a migrante paulista Elvira Lindalva, que na época morava já há 20 anos no bairro, um grande número de famílias carentes que nem sequer possuía água encanada tinha de contar com “creches comunitárias mantidas pelos moradores, abrigo a menores, mantido pela contribuição de todos”²⁹².

A imagem de desolação construída na reportagem apenas é contrastada com o prognóstico do jornalista e historiador Apolinário Ternes. Segundo ele, com a implantação de uma grande siderúrgica em São Francisco do Sul e “eventuais novos investimentos industriais no município de Araquari”, o Itinga poderá receber maior atenção do poder público. Pelos seus cálculos, “num futuro de uma ou duas décadas, sua urbanização, com ruas pavimentadas e boa infra-estrutura, deverá transformar o Itinga num dos bairros mais agradáveis de Joinville”²⁹³.

O bairro visto “de longe e de fora” parece ser resultado das forças econômicas, das variáveis demográficas, dos interesses imobiliários e das percepções do poder público. Seus moradores, quando citados, apenas ilustram a imagem de que é possível encontrar ações modelares em local desprovido de sociabilidades urbanas de muita ou pouca relevância, como lazer e diversão. Estudar a Festa da Polenta no Itinga tornou-se, assim, uma oportunidade para olhar o bairro mais “de perto e de dentro”.

Diferentemente das festas até aqui estudadas, a Festa da Polenta não foi criada, apenas começou. Nas nossas incursões pelo bairro, informações bastante fragmentadas sobre a festa foram recolhidas de pequenos comerciantes e moradores do local. Informações comuns subsidiam o percurso da festa e a análise que aqui faço.

Segundo nos informou Jandi Luiz Corrente²⁹⁴, popularmente conhecido no “pedaço” como tio Luizinho, um migrante de Rio dos Cedros que veio para Joinville acompanhando a família em 1958, a festa começou na década de 1980. Em comemoração ao aniversário de seu pai, um italiano de Trento, a família passou a promover um churrasco, convidando familiares, amigos e a vizinhança próxima. Seu aniversário era em 11 de dezembro e a festa sempre ocorria num domingo próximo

²⁹² ITINGA ainda preserva características rurais. **A Notícia**, Joinville, p. A15, 9 jul. 2000.

²⁹³ Id. Ibid.

²⁹⁴ Informação obtida por comunicação pessoal.

à data. Por ser bem-quisto no bairro, Nono Corrente passou a receber cada vez mais convivas. O churrasco foi substituído pela polenta, e a festa, segundo a Sra. Marilene Machado dos Santos²⁹⁵, “transformou-se em festa italiana”. Passou também a ser realizada no galpão da Igreja Menino Jesus, já que a residência dos filhos não comportava mais todos os convidados. Mesmo depois da morte de Nono Corrente, a festa continuou, e há oito anos, a pedido dos festejadores, para os quais a polenta é muito pesada, passou a ser realizada no segundo domingo do mês de julho, período em que o clima é mais ameno.

Com a transferência para o galpão da Igreja Menino Jesus, duas mudanças ocorreram: a família Corrente voltou a comemorar em casa o aniversário do Nono todos os anos, e o Conselho Comunitário do Bairro passou a assumir os preparativos e a realização da Festa da Polenta. A festividade agora tem a “intenção de integrar a comunidade e arrecadar fundos para melhoria do bairro”²⁹⁶.

O Conselho Comunitário é formado por representantes da família Corrente, da Igreja, do Posto de Saúde, das escolas e lideranças comunitárias. A cada três anos os componentes são substituídos e, entre uma festa e outra, há reuniões para organização e distribuição de tarefas, entre outras questões que afetam a festa e o bairro. Uma divergência foi ressaltada por todos aqueles com os quais conversamos. Quando o evento foi transferido para o galpão da Igreja, o padre “implicou” com a venda de bebida alcoólica. Depois de insistentes pedidos e longas discussões, liberou a venda e o consumo. A esse fato corresponde, no meu ponto de vista, a manutenção do seu caráter mais ou menos profano e a afirmação coletiva sobre quem deveria dar-lhe o tom e o conteúdo.

Atualmente, os festejos são iniciados com uma missa. Nela são apresentados o rei e a rainha da festa, eleitos mediante a venda de votos. Em seguida, é servido o almoço, preparado voluntariamente por mulheres do bairro. No cardápio regado a vinho, cerveja e refrigerante, a polenta é acompanhada por queijo, galinha caipira, frango, macarrão, linguiça, salada e arroz. Após o almoço começam as apresentações culturais abertas e diversificadas, de acordo com as inscrições. O baile é um dos pontos altos da festa e serve, segundo nossa entrevistada,

²⁹⁵ SANTOS, Marilene Machado dos. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 10 set. 2008.

²⁹⁶ Id. Ibid.

[...] para as pessoas se divertirem e tem vários tipos de danças. Não tem uma regra específica. Esse ano foi apresentado dança de salão e dança alemã. Ano passado foi dança italiana. Tudo é livre na hora de dançar. As pessoas dançam o que querem e o que a banda da comunidade toca²⁹⁷.

As crianças, “para não ficarem incomodando”, contam com recreação paralela. No decorrer do dia há, ainda, uma “feira de artesanato do bairro”. Os festejos são encerrados quando é servido “o grande café da tarde com cuca e doces”.

Sobre o número de participantes, nossa entrevistada informou que a festa vem crescendo. Embora sua divulgação tenha como principal veículo o “boca-a-boca”, os moradores do Itinga já não são a maioria. Disse-nos: “Vem gente de tudo quanto é canto. Todo tipo de gente: pobre, rica, média... Pessoas de outras comunidades. Pessoas de outras cidades, Curitiba, Criciúma, Barra do Sul, São Paulo. Têm, mais ou menos, 50% da própria comunidade e 50% são de fora”²⁹⁸.

O Sr. Luiz Corrente ainda nos disse que conhece o Sr. Moacir Bogo²⁹⁹ e, numa ocasião, sugeriu-lhe que fosse feito um calendário das festas italianas da cidade que acontecem nos bairros. Seu intuito era que o Circolo Italiano ajudasse a divulgar a festa, já que, em várias ocasiões, alguns dos seus associados estavam presentes.

Embora ainda não tenha tido a oportunidade de participar da festa, as narrativas sobre a sua história e sua organização auxiliaram-me a entender a pertinência da noção de “pedaço” proposta por Magnani. Entre a casa e a rua, a festa reflete aquele domínio intermediário, o lugar dos “chegados”. Porém, ao que me parece, a Festa da Polenta do Itinga está se tornando um ponto de encontro de outros moradores de Joinville e de outras cidades. Dessa forma, é preciso retomar a relação entre os termos bairro e pedaço que acima estabeleci.

Em primeiro lugar, é preciso questionar se um mesmo bairro pode incluir vários “pedaços” e se o contrário também pode ocorrer, uma vez que o componente espacial não reduz a noção de “pedaço”, por esta carrear igualmente práticas compartilhadas e redes de sociabilidades dos sujeitos sociais urbanos. Em segundo lugar, para

²⁹⁷ SANTOS, Marilene Machado dos. Op. cit.

²⁹⁸ Id. Ibid.

²⁹⁹ Reconhecido, conforme tio Luizinho, como a principal liderança étnica da italianidade em Joinville.

não tratar o bairro/pedaço como um fragmento isolado da cidade, entre outros aspectos, é preciso considerá-lo como lugar partilhável não apenas pelos “chegados”.

A discussão de Magnani sobre as noções de “trajeto” e “circuito” ganhou também importância para que eu lidasse com outras formas de apropriação do espaço urbano, as quais ampliam a categoria “pedaço”. Diz ele:

É a extensão e, principalmente, a diversidade do espaço urbano para além do bairro que colocam a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas: [...] na paisagem mais ampla e diversificada da cidade, *trajetos* ligam equipamentos, pontos, manchas³⁰⁰, complementares ou alternativos³⁰¹.

Assim, a ideia de “trajeto” permite considerar as escolhas que movem os sujeitos urbanos e também a abertura e permeabilidade dos “pedaços” no território da cidade. Com isso, afasta-se o risco de cair numa perspectiva reificadora, restritiva e idealizada sobre a festa, o bairro e sobre os que nele habitam, e ao mesmo tempo se questiona, no caso do Itinga, a imagem com que a imprensa o veiculou: como bairro afastado, isolado e desconectado do cultural urbano.

O conceito de “circuito” é assim explicada pelo autor:

Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contigüidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais³⁰².

³⁰⁰ Pelo fato de me servir de categorias propostas por Magnani, é preciso esclarecer que por “mancha” o autor entende uma forma de uso e ordenação do espaço urbano que consiste em áreas contíguas “dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante”. Por exemplo, uma mancha de lazer aglutina bares, restaurantes, cinemas etc. Como “pontos de referência para a prática de determinadas atividades”, suas sociabilidades não se confundem com as do “pedaço”, pois é o “lugar para cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados, para combinatórias mais variadas. Numa determinada *mancha* sabe-se que tipo de pessoas ou serviços se vai encontrar, mas não *quais*, e é esta a expectativa que funciona como motivação para seus frequentadores”. MAGNANI, José Guilherme Cantor, 2002. Op. cit. p. 23.

³⁰¹ Id. Ibid.

³⁰² Id. Ibid.

O “circuito” seria, assim, uma forma de classificação ou recorte que é delineado e construído igualmente por referências simbólicas e práticas compartilhadas. O reconhecimento dele é uma entre outras possibilidades de os sujeitos urbanos estabelecerem seus próprios “trajetos”. Dessa forma, o componente espacial que caracteriza a ideia de “pedaço” pode, por intermédio de “trajetos” e “circuitos”, tornar-se mais transitório, flexível e deslizante.

Ao reivindicar a elaboração de um calendário de festas italianas de Joinville, o Sr. Corrente permite identificar tanto possíveis trajetos como circuitos que imprimem nova dimensão da estetização étnica urbana. Disse-nos que a Festa da Polenta é uma festa italiana. Para ele, não importam as “profanações deformatórias”³⁰³ da italianidade festiva, por força das necessárias “adaptações” que ocorrem na dança, na música ou nas apresentações culturais. O que importa são os sentidos que a festa e o bairro adquirem no contexto urbano como meio e mediação de identificação étnica italiana fortalecida por “trajetos”.

Dessa perspectiva, é também possível estabelecer uma relação entre a Festa do Arroz, a Festa da Polenta do Vila Nova e a Festa da Polenta do Itinga. O reconhecimento que fiz da presença desse circuito de italianidade na cidade contemporânea apenas foi possível por percorrer trajetos já delineados por anônimas pegadas no território urbano.

A par do que foi dito, reafirmo em outras palavras que o desafio que tentei desinquietar foi identificar pelas festas de bairro as práticas e os significados dos sujeitos urbanos no “pedaço” e ao mesmo tempo como a cidade é constituída e se constitui por tais sujeitos. Ao tratar dos hibridismos margeantes, tive por propósito contrapor a ideia de cidade daqueles que se colocaram (e se colocam) no centro da urbanidade e como autores inquestionáveis dos “marcadores” culturais da singularidade joinvilense, por intermédio da sua espetacularização, de que a Festa das Tradições foi um exemplo.

Mosaico, diversidade, multiculturalismo, etnicidade, termos que ao serem aprofundados me possibilitaram conceber a cidade como um

³⁰³ Tal expressão é extraída do trabalho do sociólogo Jesús Martín-Barbero. Ao estudar os meios de comunicação urbana, o autor, que igualmente se inspira em Magnani, afirma que no bairro é possível identificar expressões estéticas que buscam transformar o “folclórico em popular”. O exame delas possibilita identificar as mediações como criações que apenas aparentemente têm caráter de “profanação deformatória do ‘autêntico’”. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 289.

emaranhado de múltiplas escalas e planos que marcam seus tempos-espacos e suas redes de sociabilidade. Sua totalidade, assim, não pode ser definida *a priori*. Deixemos de lado enunciados que caracterizam Joinville como uma cidade que “cresceu demais” e, por isso, se tornou “desordenada”, “confusa”, “desagregada”, “gorda, pesadona e meio triste”. Esse é o principal sentido que procurei edificar na escrita histórica deste capítulo, que buscou inserir e problematizar os processos migratório e “cultural” na cidade a partir da década de 1980.

CAPÍTULO II

2 QUANDO O ASSUNTO É MIGRAÇÃO...

Ser historiador é lidar com a morte de todas as coisas, inclusive de nossas certezas mais queridas.

DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE
JÚNIOR¹

A análise das representações sobre a migração e sobre os migrantes em Joinville leva-me a delinear o debate e a enveredar por ele, abarcando outras questões que, se não diretamente, indiretamente se relacionam com aquelas das quais me ocupei no primeiro capítulo. Até aqui busquei discutir os fluxos contemporâneos que passaram a atravessar a cidade a partir da década de 1980. As festas que estudei constituíram uma opção de trajeto que me levou a analisar, entre outras questões, as formas de apropriação e de criações que exprimiram diferentes práticas e sentimentos de pertencimento sobre o urbano.

Neste capítulo, minha intenção é problematizar o que foi dito sobre o processo migratório com base nos discursos da historiografia e de alguns veiculados pela imprensa. Por conseguinte, procurarei compreender as diferentes perspectivas, aspectos, expressões e designações que buscaram atribuir diferentes lugares, papéis e sentidos aos migrantes na história de Joinville.

É preciso, entretanto, esclarecer meus propósitos nesta trabalhosa empreitada analítica, a fim de não criar expectativas que possam, desde já, provocar certo embaraço à compreensão dos meus argumentos. Não pretendo acreditar ou desacreditar explicações.

Em primeiro lugar, procurarei permear na minha análise a noção de discurso proposta pela linguista Eni P. Orlandi. Diz ela que o “discurso é efeito de sentidos entre locutores”², e portanto, para analisá-lo, é preciso concebê-lo não apenas como transmissor de informação,

¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/o_historiador_naif.pdf> Acesso em: 30 jul. 2009.

² ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999. p. 21.

mas como instância que “põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”, cujos efeitos são “múltiplos e variados”. Por isso, não é possível tratá-lo opondo “o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto”³. Nele (e por ele) mover-se-ia o complexo jogo de relações sociais e simbólicas que articularia, igualmente, processos de identificação e de construções argumentativas sobre o real.

Assim, o discurso, por meio da linguagem, não produz apenas sentidos, mas “está investido de significância para e por sujeitos”⁴ nos contextos históricos em que são produzidos e lidos. Isso quer dizer que me voltando à compreensão dos discursos, tanto os historiográficos quanto os da imprensa, guardadas as especificidades de cada um, não posso lhes retirar a historicidade, sem a qual juízos extemporâneos sobre os seus termos e argumentos comprometeriam sua adoção como fonte de “significância para e por sujeitos”.

Uma leitura que considere os dizeres não apenas como “mensagens a serem decodificadas”, mas como “efeitos de sentidos” que são criados e que de alguma forma estão “presentes no modo como se diz”, ainda requer, segundo Orlandi, compreender a relação do “dizer com a exterioridade”, pois o que é dito no discurso seria uma evidência sobre o que é dito também em outros lugares – ou mesmo sobre “o que não é dito” –, de modo a compreender que “as margens do dizer do texto também fazem parte dele”⁵.

Se a língua é condição de possibilidade do dizer, o dizer do discurso seria edificado por uma “prática discursiva”, ou seja, pelo exercício de relacionar palavras a significados sob “determinadas condições”, incluindo a “memória” e os “esquecimentos” discursivos como elementos da sua produção.

Ao proceder a uma análise de discursos, essas questões, segundo a autora, devem ser consideradas. Todavia são os dispositivos teóricos, interpretativos e de análise adotados pelo próprio pesquisador (na leitura que empreende) que corroboram a noção de que o discurso é fonte permanentemente sujeita a mudanças.

Não vou enveredar pelos campos metodológicos da “análise de discurso”, tal como proposta por Orlandi, pois, além de me faltar

³ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit. p. 22.

⁴ Id. Ibid. p. 26.

⁵ Id. Ibid. p. 30.

repertório para empreender estudos linguísticos, meu interesse é trabalhar o discurso no campo da história. Mesmo considerando os marcos metodológicos que diferenciam o trabalho de linguistas e de historiadores, procuro sustentar a aproximação entre as áreas por meio da ideia de que o discurso, como fonte, pode ser tratado e trabalhado não apenas numa abordagem quantitativa ou serial, mas também numa abordagem qualitativa. Como instância que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, conforme concebe Orlandi, o discurso pode ser analisado para além de sua superfície linguística ou mesmo para além da sua subtração, como unidade ilustrativa, de uma (suposta) totalidade de sentidos históricos.

No campo da história, ganha importância a reflexão do historiador Roger Chartier⁶. Ao discutir a construção dos sentidos que envolvem o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, o autor insere uma ideia que lhe é bastante cara, qual seja a de “apropriação” para esclarecer que um texto (discurso) não encerra dizeres e sentidos unívocos e imutáveis. Ao contrário, ele se afirma como discurso no entrecruzamento desses dois mundos.

Atribui a Michel de Certeau a importância e a centralidade que adquiriu na história cultural a noção de apropriação, segundo a qual enfatiza a “pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo que seja regrada – dos agentes”⁷ em relação aos objetos culturais de que fazem uso. Por isso, analisar os discursos requer concebê-los nesse terreno móvel e dinâmico que os institui como tal e considerá-los sempre abertos a interpretações, adendos e mudanças.

Longe de serem tratados como espelhamento nítido das experiências humanas de uma configuração social, os discursos são instituídos tanto pelas práticas de escrita como pelas práticas de leitura. E ainda, como “não há prática [...] que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo”⁸, atentar para os processos que sustentam as operações de construção de sentidos é reconhecer que “nem

⁶ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002; _____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

⁷ CHARTIER, Roger, 2002. Op. cit. p. 67.

⁸ Id. Ibid. p. 66.

as inteligências nem as idéias são desencarnadas”⁹. Na perspectiva da história, um discurso deve, então, ser concebido não como testemunho de uma realidade, mas como uma representação – nem única, nem universal – que envolve o contexto e os interesses que permeiam a produção dos seus sentidos.

Por um lado, no mundo do texto, a relação estabelecida com o real é edificada com base em modelos e recortes intelectuais adotados pelos próprios escritores em cada situação de escritura. Por outro lado, avistados nas suas estratégias, os discursos, mesmo nas suas sinuosidades, não abarcariam de modo pleno a forma e o conteúdo das representações e das práticas culturais relativas ao destinatário (imaginado pelo autor), aos leitores ou aos usuários. Isso porque a leitura é uma apropriação que não se confunde com a assimilação passiva de literalidades. Se assim fosse teria de considerar que um texto, qualquer que seja, é dotado de significados apriorísticos. Defendo a ideia, abstraída de Chartier, de que a leitura é uma apropriação e como tal todo leitor se torna uma espécie de coautor do texto.

Quais seriam os caminhos metodológicos a serem trilhados para analisar os discursos e, a partir deles, produzir uma escrita histórica?

Primeiramente, penso ser preciso não perder de vista a aproximação teórica que procuro sustentar entre o historiador Roger Chartier e a linguista Eni Orlandi. Isto é, um discurso é carregado de gestos e desejos de significação; um autor escreve seu discurso a partir de um lugar e momento, e isso envolve as regras ligadas ao gênero de escrita que adota e que, de certa maneira, o constrange. O conteúdo do discurso diz respeito não apenas ao lugar/momento do autor, mas à sociedade que atravessa, circula e invade seus dizeres, mesmo que o autor não se dê conta disso. Como sintetiza Chartier, a escrita “é ela própria leitura de uma outra escrita” e “o que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura”¹⁰.

Num segundo momento, como produção de um lugar e de um tempo, o discurso deixa entrever a intencionalidade de interesses de quem o enuncia. Porém, por estar aberto a leituras múltiplas, não possui significações dadas por si mesmo, mas das leituras que também o constroem, e nisso se inclui a leitura do próprio historiador. Dessa perspectiva, ganha importância a reflexão de Michel de Certeau acerca

⁹ CHARTIER, Roger, 2002. Op. cit. p. 68.

¹⁰ Id. Ibid. p. 56.

da operação historiográfica para situar minhas intenções de tratamento metodológico dos discursos de que me ocupei.

Para Certeau, toda a produção historiográfica se articula com um lugar e “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”¹¹. O que a história diz de uma sociedade é tão importante quanto saber como ela funciona na sociedade. Identificar o lugar desse discurso é identificar o jogo e a função que lhe são próprios e que impõem ao historiador as fronteiras entre o que é permitido ou interdito ao seu trabalho. Como diz Certeau: “Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou ‘edificante’), nem a-tópica (sem pertinência)”¹².

A operação historiográfica abarca ainda a prática da investigação e da escrita. Isso impele o historiador à definição de métodos e procedimentos, a qual “começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”¹³, mas também à problematização sobre o que lhe chega como fato ou acontecimento e que pode pôr em relevância as incompreensões e os desvios que, em última instância, singularizam e sustentam o seu próprio trabalho.

Portanto, a história é um discurso instituído a partir de um lugar (institucional e social) e de uma prática que visa produzir um corpo de enunciados, os quais demandaram o acionamento de outros discursos (ou documentos). Por isso, Certeau atribui ao discurso histórico a qualidade de discurso “folheado”, construído com base na análise e em procedimentos que, valendo-se de discursos do passado, se tornam presentes como citações. Explica ele que a história aí se firma e se afirma como possibilidade científica e se deixa ver como conhecimento que “insinua o plural em lugar do unívoco”.

Dessas reflexões, procuro identificar para o leitor o meu lugar como historiadora, bem como os caminhos de que me valho para discutir o passado da cidade migrante que se insinua pelos discursos históricos e da imprensa. Além dos “constrangimentos” próprios do meu lugar como doutoranda na universidade, Joinville, uma cidade contemporânea, é o

¹¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 66.

¹² Id. Ibid. p. 77.

¹³ Id. Ibid. p. 82.

lugar de onde pulsa, lateja e se move a minha investigação, bem como é o lugar de minhas práticas de leitura e de escrita.

Reafirmar tal ideia significa esclarecer que perpassa no meu trabalho, como nos que irei analisar, a complexa questão da “vontade de verdade” discutida pelo filósofo Michel Foucault, em *A ordem do discurso*¹⁴. Ao apresentar como se modificaram historicamente as concepções de verdade e os seus procedimentos de busca, supõe que em toda sociedade a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”¹⁵. O discurso, por isso, estaria submetido a um processo de ordenação e de práticas de exclusão advindas da exterioridade, pelo qual impõe àquele que discursa interdições. Por outro lado, o discurso traduz a luta e o desejo de poder daquele que discursa impulsionado pela “vontade de saber”. Diz ele: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”¹⁶.

Penso que tal ideia é reforçada por Foucault na obra *Microfísica do poder*¹⁷, quando afirma que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”¹⁸. Contudo não se podem ignorar os discursos que “procuraram contornar essa vontade de verdade [amansada pelos procedimentos de interdição] e recolocá-la em questão contra a verdade”¹⁹ ou contra a política geral de verdade.

É preciso justificar por que tal reflexão ganha importância para os meus argumentos. A relação entre discursos – e o interdiscurso – envolve disputas de poder que dizem respeito a como e a que uma

¹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁵ Id. Ibid. p. 4.

¹⁶ Id. Ibid. p. 5.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

¹⁸ Id. Ibid. p. 10.

¹⁹ A sua abordagem sobre poder e saber ganha especial importância. Para o autor, poder não seria algo que se possa ter ou não, ou mesmo ser pensado como instância autônoma ou exclusiva do Estado ou de instituições. O poder é exercido e praticado e “atravessa todo o corpo social”. O saber praticado enquanto discurso seria, portanto, um poder praticado. FOUCAULT, Michel, 2004. Op. cit. p. 9.

sociedade ou contexto valoram e valorizam verdades discursivas; nessas disputas também se colocam em jogo desejos e vontades de saber dos sujeitos. A migração para Joinville, como tema de investigação e de escrita, está nesse jogo. Os discursos ensejados por essa espécie de verso e reverso da vontade de verdade (e de saber) de seus autores parecem-me não procurar demonstrar a existência do fenômeno em si, mas reivindicar ou defender, seja pelo dito, não dito ou interdito, o lugar que a migração e os migrantes devem ocupar na história, na historiografia e no cotidiano da cidade.

Discurso, contexto e interdiscurso: mais do que níveis de abordagem de análise dos documentos – textos escritos – que selecionei, tomo esses termos como referências entrecruzadas para o trabalho de análise que proponho. Discursos tecidos por outros discursos. Dizeres escritos relacionados a outros dizeres. Silêncios discursivos a serem questionados. Lugares a serem perscrutados. Contextos em textos e textos em contextos. Vontades de saber e “desejos de verdades”. Eis o meu desafio: transformar esses enunciados em interrogações, em trilhas um tanto labirínticas para compreender e historicizar a cidade migrante do presente.

2.1 OS HISTORIADORES E SEUS DISCURSOS

Esclareço inicialmente os critérios que considereei pertinentes para selecionar as obras de que me ocupo. São eles: o período de produção e publicação, o tema e o problema expressos pelos autores e sua relação com o objetivo do meu trabalho.

Todas as obras selecionadas foram escritas a partir de 1980, ou seja, no momento em que a questão migratória passa a ganhar importância para as explicações sobre as mudanças urbanas de Joinville. Mesmo que a migração não seja a preocupação central, a questão tangencia a análise do passado e do presente da cidade, e é por essa razão que estabeleço o elo comum entre as obras.

Cumpra ainda uma observação. Embora a minha análise não abarque um volume muito grande de obras, o trabalho demandou a leitura de uma quantidade considerável de textos sobre a história de

Joinville, produzidos em outras épocas e com diferentes propósitos²⁰. No entanto o objetivo primordial foi o de melhor compreender os argumentos e o diálogo que os escritores travam com os autores que referenciam.

De Apolinário Ternes, sirvo-me de três obras publicadas em diferentes períodos: 1981, 1986 e 1993²¹. Publicada em 2003, estudo a obra do historiador Clóvis Gruner²², resultante de sua dissertação de mestrado, que aborda o processo de modernização de Joinville no que ele tem de visível e também no âmbito das mudanças nas sensibilidades e sociabilidades dos joinvilenses a partir da segunda metade do século XX.

Além dos livros, volto minha atenção às dissertações de mestrado defendidas por pesquisadores de Joinville em programas de pós-graduação de diferentes universidades brasileiras. São elas: *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*, de Belini Meurer (1993)²³, *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville*, de Sirlei de Souza (1998)²⁴, e por fim *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*, de Valdete Daufemback Niehues²⁵, único estudo que aborda especificamente o tema.

²⁰ Entre outras, destaco a releitura dos seguintes escritos: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. *Álbum histórico do Centenário de Joinville*. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951; FICKER, Carlos. *História de Joinville*: crônicas da Colônia Dona Francisca. 3 ed. Joinville: Letradágua, 2008; RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil*. Florianópolis/Joinville: UFSC/FCJ, 1992; HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho...* Joinville: Fundação Cultural, 1987; SCHNEIDER, Adolpho Bernardo. *Memórias (I)*. Joinville: Ipiranga, s.d.; OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Integração: estudos sociais e históricos – Joinville, Santa Catarina, Brasil*. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.

²¹ TERNES, Apolinário. *História de Joinville*: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981; _____. *História econômica de Joinville*. Joinville: Meyer, 1986; _____. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

²² GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

²³ MEURER, Belini. *Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville*. 1993. 169 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

²⁴ SOUZA, Sirlei de. *Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville*. 1998. 145 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

²⁵ NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*. 2000. 245 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Buscarei “no mundo do texto” o modo como os historiadores representam os migrantes e a migração na história de Joinville e ainda quais as intencionalidades que ressoam e dizem respeito ao lugar de onde escrevem. Pelas representações da cidade que constroem perscrutarei, também, as expectativas dos autores de interveniência sobre o “mundo do leitor” para o qual eles se dirigem, lembrando que essa destinação, como salienta Chartier, já constitui a “apresentação de um ausente”, de um estranho, dentro de marcos de diferenciação social adotados²⁶.

Ao me apropriar desses discursos pretendo discutir como os fluxos migratórios, a partir da década de 1980, incitam os escritores a olhar a cidade outra vez e, principalmente, como modificam seus olhares. Seja pela forma como explicam o fenômeno migratório, seja pela maneira como não o explicam, aí lhe atribuindo não raras vezes um caráter secundário, somatório ou colateral (e por isso a-histórico) dos acontecimentos que sinalizam a transformação urbana, os autores explicitam-se pelos olhares de estranhamento sobre a cidade que se propõem (re)conhecer.

Provocada pela leitura do artigo do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior²⁷, sinto-me impelida, ainda, a analisar a historiografia de Joinville tomando alguns cuidados.

Refletindo sobre a prática de análise historiográfica no Brasil, Albuquerque Junior chama a atenção para a existência de uma “abusiva adjetivação” na qualificação que os historiadores dão às obras de outros historiadores. Em sua opinião, termos substantivados que poderiam explicitar o diálogo teórico-metodológico raramente são utilizados para qualificar obras e autores. Sob diversos termos generalizantes e pouco discutidos – entre eles, conservadores, ideológicos, ultrapassados, marxistas, pós-modernos –, as análises pouco exploram ou estimulam o conhecimento mais aprofundado das obras de que se valem, dando destaque ao veredicto e não à causa submetida a sua apreciação.

A explicação para esse tão marcante traço da cultura acadêmica e historiográfica no Brasil seria, para o autor, “fruto do enorme peso que a formação jurídica teve na constituição de nossa intelectualidade”, instaurando “uma espécie de lógica inquisitorial em que autores e textos são condenados ou excomungados”²⁸. Decorre também da adjetivação

²⁶ CHARTIER, Roger, 2002. Op. cit. p. 76.

²⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op. cit.

²⁸ Id. Ibid. p. 2.

abusiva a tendência à fixação de maniqueísmos que com frequência motivam afrontamentos pessoais. Como resultado, a pluralidade do campo historiográfico passa a ser tratada como objeto de contenda baseada em categorias que se opõem e se excluem. Em tal tratamento, imperam as marcas históricas da sociedade brasileira, cujas “relações de poder [são] bastante autoritárias e excludentes”²⁹. O debate acadêmico expressa, pois, essa permanência.

Para que o campo da análise historiográfica avance é preciso, na opinião do autor, instaurar outros procedimentos capazes de fortalecer o debate sobre a produção das obras e “das regras que presidiram o seu discurso”³⁰. Mesmo que não concordemos com posicionamentos e formas de pensar, a seu modo os historiadores e as suas obras contribuem para o impulso teórico e metodológico da operação historiográfica no Brasil.

As críticas lançadas por Albuquerque Junior, em maior ou menor medida, são válidas para a historiografia de Joinville, e penso que o tema migração – incluindo a imigração europeia – motiva, direta ou indiretamente, qualificações generalizantes, maniqueísmos analíticos e afrontamentos pessoais entre historiadores locais³¹.

A análise da historiografia joinvilense foi, em 2007, tema de dissertação apresentada pela jornalista e historiadora Alessandra da Mota Mathyas³². Seguindo as trilhas abertas por sua orientadora, Cristina Scheibe Wolff³³, propõe uma classificação segundo a qual a historiografia

²⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op. cit. p. 3.

³⁰ Id. Ibid.

³¹ Essa dimensão pessoal do debate também foi observada por Diego Finder Machado em sua dissertação de mestrado. O autor analisou os afrontamentos que ganharam as páginas dos jornais entre dois historiadores: Apolinário Ternes e Dilney Cunha. A contenda teve como foco a “verdade” sobre a presença e a influência de alemães e suíços no território joinvilense no início da colonização europeia e que se refletia no tempo presente da escrita dos historiadores. MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)**. 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

³² MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville: estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade do estado de Santa Catarina**. 2007. 193 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

³³ WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, n. 2, p. 5-15, 1994.

joinvilense pode ser genericamente abordada e categorizada³⁴ em dois grupos distintos: “abordagem local tradicional” ou “trabalhos temáticos”.

O primeiro inclui as obras que têm por característica comum, conforme sua análise, “a exaltação à coragem dos pioneiros e de seus descendentes, verdadeiros responsáveis pela pujança econômica de Joinville”. No segundo grupo, sob influência dos cursos de graduação e pós-graduação em História, estão os trabalhos que apresentam “múltiplas possibilidades de se ver e escrever a História”, fugindo assim dos “padrões ditos tradicionais”³⁵.

O esquema, segundo Mathyas, é válido não apenas para a classificação da historiografia recente, mas também para obras “emblemáticas” sobre Joinville escritas no século XIX. Assim, a autora faz constar em sua análise o relato do imigrante Rodowicz-Oswiecimsky, escrito no século XIX³⁶. Atribuindo-lhe a autoria do “primeiro texto historiográfico local”³⁷, o imigrante figura ao lado de Carlos Ficker³⁸, Elly Herkenhoff³⁹, Adolpho Bernardo Schneider⁴⁰,

³⁴ Wolff vislumbrou três principais grupos de obras classificáveis pelo “objeto de estudo” dos historiadores. No primeiro, poderiam ser enquadradas as obras de “âmbito estadual” e que, para a autora, “geralmente dão grande importância a eventos políticos”. O segundo grupo englobaria as obras de “âmbito municipal, local” e, por fim, no terceiro poderiam ser situadas as obras “centradas” em “temas e questões-problemas”. A essa classificação, que penso oscilar entre a caracterização do “objeto de estudo” ora relacionado à abrangência espacial, ora relacionado aos campos de domínios e de interesses da pesquisa histórica, Wolff agregaria outro critério de classificação, agora de “cunho teórico-metodológico”. Assim, a historiografia catarinense poderia ser classificável considerando-se o paradigma da “história tradicional” e o paradigma da “nova história”. A combinação desses critérios de classificação culminou em três categorias: abordagem estadual tradicional, abordagem local tradicional e abordagem temática. Apesar de ter chamado a atenção dos leitores para o “caráter provisório e experimental” da sua síntese-proposta, a centralidade que assume tal classificação no trabalho de Mathyas insinua que o seu esquema se mostrou com maior perenidade e mais instrumental do que o previsto em 1994. WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit.

³⁵ MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit. p. 90.

³⁶ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. Op. cit.

³⁷ MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit. p. 36.

³⁸ FICKER, Carlos. Op. cit.

³⁹ HERKENHOFF, Elly. Op. cit.

⁴⁰ SCHNEIDER, Adolpho Bernardo. **Nossa boa terra:** contos e crônicas da Terra dos Príncipes. Joinville: Meyer, 1984.

Carlos Gomes de Oliveira⁴¹ e Apolinário Ternes⁴² no grupo de autores “enquadrados” – para utilizar o termo da autora – na produção da “história local tradicional”. As semelhanças entre eles seriam evidenciadas pela defesa que fazem a favor da hegemonia germânica sobre os destinos da cidade.

Em que pese a aparente fragilidade da justificativa para o agrupamento de autores e de obras produzidas em épocas e com finalidades tão diversas, Mathyas procura classificar a historiografia – se não de forma maniqueísta – utilizando adjetivações generalizantes, cuja função é dar visibilidade a princípios antagônicos que me parecem prevalecer na análise qualificadora das obras e dos autores, opondo-os em vez de, pelo diálogo teórico-metodológico, articulá-los no e ao campo historiográfico. Com isso, penso que existem duas ordens de problemas. A primeira diz respeito às dificuldades que tem em responder às pistas de interdiscurso que ela mesma explicita e que poderiam dar visibilidade à historicidade das obras. A segunda relaciona-se à autopercepção de seu lugar histórico, profissional e social que, por sua vez, incide sobre o que é a operação historiográfica e os seus vínculos com o presente.

Vejamos a primeira ordem de problemas. A sua análise sobre a obra de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky parte do pressuposto de que haveria uma cronologia evolutiva da história tradicional local. Escrito em 1853, Mathyas considera o texto como “o precursor de todo o discurso construído acerca da germanidade e da epopéia vivida pelos primeiros colonizadores de Joinville”, muito embora tenha sido publicado e disponibilizado em português apenas em 1992. Considerando-o “prepotente”, ressalta que o autor teve por preocupação narrar “a verdade” dos acontecimentos. Nisso, minimiza o fato de que Rodowicz-Oswiecimsky se voltava não ao desejo de escrever a história da colônia, mas, do seu lugar de imigrante e colono⁴³ e para os seus contemporâneos, relatar e denunciar as dificuldades da emigração e os descontentamentos perante as precárias condições da então Colônia Dona Francisca, na expectativa de intervir no curso dos acontecimentos.

⁴¹ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Op. cit.

⁴² TERNES, Apolinário. *A Notícia, jornalismo & história: 80 anos, um mundo de informação* (1923-2003). Letradágua: Joinville, 2003; TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit.

⁴³ Conforme o explicitado pelo autor no prefácio do relato. RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. Op. cit.

Entre outras afirmações, é o próprio Rodowicz-Oswiecimsky que explicita esses propósitos. Valho-me exemplarmente das suas palavras que, aliás, são utilizadas como citação por Mathyas. Diz ele: “Eu abordei inúmeros assuntos, no intuito de chamar a atenção daqueles que têm o poder nas mãos, para consertar, remediar, melhorar ou recuperar o que foi negligenciado”⁴⁴.

Mais do que “história tradicional local”, o escrito de Rodowicz-Oswiecimsky não poderia ser compreendido como uma crítica intencional a discursos mais otimistas sobre a emigração e as vivências dos imigrantes do século XIX no Brasil? Eis a historicidade inexplorada do seu discurso e dos discursos de seu tempo que, mesmo silenciados, se deixam ler nele e que foram, no conjunto, deixados de lado por Mathyas.

Há, ainda, outro argumento de que a autora lança mão para reputar o escrito como aquele que inaugura a “história tradicional local”. Segundo ela, pelo fato de Rodowicz-Oswiecimsky ter utilizado como fonte o contrato de fundação da Sociedade de Colonização de Hamburgo, pode-se acreditá-lo como o “fundador da história de Joinville”, pois “usa uma ‘fonte oficial’, descrevendo-a e depois a comentando”⁴⁵.

Estabelece, nesse exemplo, sua ideia de “fonte oficial”. Trata-se não apenas da adjetivação da instituição que a gerou⁴⁶, mas também de como ela foi utilizada. Em outras palavras, a história tradicional seria aquela que, baseada na descrição (mesmo que comentada) de documentos administrativos, teria como ambição (um tanto “prepotente”) dar conta da “verdade” dos fatos.

Dessa imprecisão de fonte oficial, Mathyas qualifica igualmente a obra de Carlos Ficker⁴⁷, embora inclua aí outros tipos de fonte. Ajuíza ela: “O texto é uma descrição detalhada, construída a partir do discurso vigente de então, e reforçado pelos documentos encontrados nos arquivos da Europa, no Arquivo Nacional e por matérias de jornais”⁴⁸. Assim, as fontes oficiais abrangeriam não apenas documentos administrativos, mas documentos de arquivos. Entretanto tornam-se oficiais por força dos vínculos que os historiadores estabelecem com elas e que reverberam em suas narrativas marcadas pelos discursos vigentes.

⁴⁴ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. Op. cit. p. 110.

⁴⁵ MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit. p. 40.

⁴⁶ Neste caso, um contrato produzido pela empresa de imigração e colonização.

⁴⁷ FICKER, Carlos. Op. cit.

⁴⁸ MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit. p. 49.

Há, no meu ponto de vista, questões bem mais complexas em jogo nessas definições aparentemente simplistas e reducionistas presentes no trabalho da autora. Minha hipótese é de que os fluxos migratórios recentes para Joinville estão por trás disso.

A partir de 1980, pelo menos nas obras de que me ocupo, opor e antagonizar escritos e escritores constitui um recurso privilegiado dos historiadores locais para justificar a relevância de seus trabalhos. Porém tal recurso muito pouco se fundamenta na dimensão teórico-metodológica das obras que referenciam, mas nas presumidas posições que os historiadores assumiram em relação ao culto germanista ao escreverem sobre o passado da cidade.

Isso diz respeito à segunda ordem de problemas a que anteriormente me referi em relação às categorizações adotadas por Mathyas e que me parece atravessar o trabalho de outros historiadores de Joinville. Ao promoverem uma espécie de etnicização da crítica historiográfica, penso que os historiadores⁴⁹ reforçaram a centralidade da configuração étnica urbana como pressuposto norteador para contrapor-se à “história tradicional” e incluir novos temas, objetos e sujeitos na história da cidade. Contudo tal etnicização, embora tenha sido eleita como princípio para opor e antagonizar autores, pode ser considerada como elemento de aproximação entre eles. Dessa perspectiva, creio que perscrutar tal centralidade presente tanto na reflexão histórica como na historiográfica a partir dos anos de 1980 pode ser um caminho explicativo e questionador sobre como os estudiosos se valem – e quais as razões para isso – dos termos e argumentos para representar as transformações urbanas provocadas pelos fluxos migratórios que cruzam os seus lugares sociais e latejam nas suas reflexões.

Mathyas considera como “efervescente fase historiográfica” os trabalhos que têm em comum as “fugas dos padrões ditos ‘tradicionais’”.

⁴⁹ Nisso incluo a minha dissertação de mestrado defendida em 1993 pela Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Em 1990, recém-chegada a Joinville, a questão étnica me parecia sobressair de tal forma que convenci o meu orientador, Prof. Fernando de Azevedo, a reestruturar meu projeto de pesquisa, que então se voltava às concepções de cidadania propostas pelos intelectuais durante o Estado Novo. Ao estudar a história da cidade, bem como travar diálogo com alguns historiadores da Univille, entre eles Raquel S. Thiago, Afonso Imhof, Iara Andrade Costa, Antonio Piva e Eleide Abril Gordon Findley, e outros estudiosos que atuavam no Arquivo Histórico de Joinville, tais como Maria Thereza Boebel, Elly Herkenhoff e Apolinário Ternes, percebi que, para além do meu olhar paulistano, a discussão da cidadania no período passava aqui pela Campanha de Nacionalização. COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1993. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1993.

Ao longo do seu trabalho, questionar o discurso do imigrante vencedor e responsável pela pujança econômica de Joinville é o passaporte para desabilitar, de partida, a inclusão dos historiadores no campo inimigo, ou seja, na história tradicional, não importando o que e como trazem à luz suas hipóteses. O critério primordial para pertencer a essa nova corrente é opor-se ao poder de tal versão em favor de “novas” personagens, tais como trabalhadores (grevistas, migrantes e sindicalizados), luso-brasileiros, suíços, indígenas, negros e mulheres e de “novos” temas, tais como, “imaginário local”, “práticas culturais” e “modernidade”⁵⁰. Estar nessa orla amiga é ter se disposto a produzir um antídoto que, extraído do próprio veneno, frustraria os seus efeitos.

Penso, por fim, que a etnicização da história de Joinville também se deixa ver onde ela pretensamente é negada por outras adjetivações discursivas – correntes e recorrentes – que visam explicar a migração recente e o lugar dos migrantes, tais como “cidade cosmopolita”⁵¹, cidade da “diversidade cultural”⁵² ou mesmo “cidade descaracterizada”⁵³. No conjunto esses termos, ao serem enunciados, significados e posteriormente interpretados no campo historiográfico, deixam entrever os constrangimentos, as motivações e os desejos de saber (e de poder) que movem os historiadores em suas práticas historiográficas ao longo das últimas décadas do século XX.

Por isso a questão migratória não é para mim apenas impulsionadora da análise historiográfica das obras, mas também um contexto que, penso eu, desafiou e possibilitou novos olhares sobre a cidade. Olhares estrangeiros de historiadores que fitavam outra vez a cidade que lhes parece eivada por estrangeirices.

⁵⁰ Conforme tópicos e subtópicos organizados pela autora em suas análises. MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit.

⁵¹ Refiro-me à utilização do termo por parte de agentes políticos, entre eles do Sr. Wilmar de Souza, conforme já discutido no Capítulo I. SOUZA, Wilmar. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 30 jan. 2008.

⁵² Pude constatar na pesquisa realizada na imprensa que a expressão “diversidade cultural” começou a ganhar sentido a partir de 1995. Entretanto ela não se referia diretamente ao processo migratório, mas ao reavivamento da “italianidade”, conforme já discutido no Capítulo I.

⁵³ Tal designação é utilizada amplamente nos discursos que analiso. Na maior parte das vezes, ela adquire o sentido de denúncia ante a constatação de “perdas” étnicas.

2.2 O CASO TERNES

No ano em que a cidade comemorava 130 anos (1981), Apolinário Ternes assim significava a obra que publicava: “o primeiro esforço intelectual produzido sob uma nova visão e uma nova metodologia científica”⁵⁴. O autor situava sua obra posicionando-se contra o que chamou “modismos dialéticos da atualidade”⁵⁵.

A obra era fruto de seu trabalho de conclusão do curso de graduação em História pela Fundação Universitária da Região de Joinville, em 1977⁵⁶. Contrapor-se aos “modismos dialéticos” talvez significasse demarcar politicamente o seu lugar, já que naqueles tempos os enfrentamentos acadêmicos, em diferentes e inusitadas situações, tinham como referência polarizações ideológicas fomentadas com base em posicionamentos e avaliações das ideias marxistas, incluindo a dialética materialista. Possivelmente, qualificar como modismo tal princípio epistemológico seria, para o autor, antecipar-se às críticas que a obra suscitaria para alguns dos seus contemporâneos.

Por outro lado, Ternes explica que seu trabalho “abandonou de vez a história factual e descritiva para se aprofundar apenas nos acontecimentos-chaves. Naqueles fatos que têm alto conteúdo histórico, capazes de realmente alterar a vida da comunidade e deflagrarem outras perspectivas e novos rumos”⁵⁷. A relevância de sua obra é justificada por oposição ao livro do historiador Carlos Ficker⁵⁸, publicado em 1965, que até então era, se não o único, o mais lido trabalho sobre a história de Joinville. Ternes intencionalmente se apropria do título “História de Joinville” e agrega-lhe o aposto “uma abordagem crítica”, colocando explicitamente em disputa a “verdade” do discurso histórico.

Para discutir essa pretensão de Ternes, recorro ao já citado historiador Michel de Certeau, para o qual os historiadores (ocidentais), ao distinguirem o passado do presente, bem como “o discurso” do “corpo (social)”, supõem que a inteligibilidade historiográfica se instaura na relação com o outro e “se desloca (ou ‘progride’) modificando aquilo de

⁵⁴ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 12.

⁵⁵ Id. Ibid. p. 13.

⁵⁶ Id. Ibid.

⁵⁷ Id. Ibid. p. 11.

⁵⁸ FICKER, Carlos. Op. cit.

que faz seu ‘outro’ – o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro mundo”⁵⁹. Para ele, o interesse dos historiadores pela “verdade” que se revela nas suas práticas históricas simboliza a “própria relação entre um espaço novo, recortado no tempo e um *modus operandi* que fabrica ‘cenários’ susceptíveis de organizar práticas num discurso hoje inteligível”⁶⁰. Por trás de toda pretensão de “verdade” sobre o passado estaria a “verdade” inteligível sobre o presente. Se ligar ideias a lugares é desafio de importância singular no trabalho do historiador, Ternes, segundo Certeau, desvia-se apressadamente dessa tarefa historiográfica por duas razões.

Em primeiro lugar, a obra de Ficker para ele “é extremamente dispersiva, carregada de detalhes, enfim, rica em considerações menores e, portanto, não valiosas”, o que teria dificultado muito o seu trabalho, “pois exigiu dobrado esforço e concentração”⁶¹. Assim, além de maçante, a obra de Ficker foi um obstáculo, um problema a mais a ser superado na instauração da “verdade” da história de Joinville. Em vez de buscar compreender seu interlocutor em termos de localização e de fontes e segundo o método de pertinência que Ficker adotou e instaurou em seu escrito, Ternes optou por desqualificá-lo em favor de sua empreitada científica.

Para Ternes, superar a empiria é atividade árdua, porém é o que fundamenta um trabalho “assentado em premissas autenticamente verdadeiras”⁶². A observação dos “fatos” e a assimilação de “todas as suas essências são tarefas que exigem disciplina mental e plena agilidade da inteligência”⁶³. Além disso, permite ao historiador arguto lidar com o “difícil caminho da interpretação e da crítica”, evitando as meras comparações entre os acontecimentos. Desse posicionamento penso emergir a segunda razão pela qual se pode explicar a precariedade da crítica historiográfica de Ternes em relação a Ficker.

Afirmando que a cientificidade do seu trabalho seria garantida pela “investigação fenomenológica da história de Joinville”⁶⁴, da análise profunda do que considera “acontecimentos-chaves” poderiam ser

⁵⁹ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 14.

⁶⁰ Id. Ibid. p. 16.

⁶¹ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 14.

⁶² Id. Ibid. p. 15.

⁶³ Id. Ibid. p. 14.

⁶⁴ Id. Ibid. p. 13.

extraídas as essências, permitindo, por sua vez, as “sínteses” que o conhecimento histórico é capaz de edificar⁶⁵. Daí atribuir ao seu próprio discurso um caráter de verdade incontestável, por demonstrar a essência da história da cidade. Embora faça referência ao pensamento do filósofo Edmund Husserl, é das lições do historiador Creso Coimbra⁶⁶ que tributa as bases filosóficas do seu trabalho. Conforme suas palavras, a história seria:

[...] uma ciência *a priori* universal. *A priori* porque descreve essências (isto é, objetos ideais e não empíricos). É universal porque se refere a todas as essências. Como método, leva-nos ao conhecimento das essências. Conhecimento evidente, fundado na intuição; não uma intuição sensível, mas eidética de essências⁶⁷.

Tal método, segundo afirma, foi capaz de levá-lo a edificar “teses” construídas com base na “visão analítica e crítica dos acontecimentos”, que por sua vez norteou a classificação e seleção dos fatos básicos segundo “a dimensão do importante e fundamental”. A partir das “teses” é que “detalhou o texto buscando sínteses” que “explicam o processo histórico e surpreendem o fenômeno cultural, político e econômico”⁶⁸.

A história de Joinville, assim, poderia ser explicada por meio de uma grande tese, qual seja “o esforço colonizador”, cuja essência impulsionou a evolução histórica da cidade até o presente. Até que ponto sua “tese” não se constitui como uma espécie de álibi abstraído do passado para significar a cidade que presenciava e que desejava manter sob jugo dessa ideia essencialista?

⁶⁵ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 15.

⁶⁶ Em 2005, quando Ternes discursou na Câmara dos Vereadores por ocasião do recebimento do título de Cidadão Benemérito de Joinville, rememorou o momento em que conheceu o militar afastado pelo regime de 1964 e autor da obra *Fenomenologia da cultura brasileira*, Creso Coimbra. Disse ele que, mesmo estando no último ano do curso de História, foi Coimbra que mostrou “o caminho das pedras” para que ele produzisse *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Infelizmente, não tive acesso à obra de Coimbra. Entretanto Ternes ilustra em forma de citação o método que aprendeu com o mestre. Cf.: TERNES, Apolinário. **Discurso proferido por ocasião do recebimento do título de Cidadão Benemérito de Joinville**. Joinville, 1.º abr. 2009. Disponível em: <<http://www.colunista.com.br/ater/discurso.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

⁶⁷ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 13.

⁶⁸ Id. Ibid. p. 14.

Curiosamente, poucos dados biográficos de Ternes estão disponíveis, embora suas obras tenham sido analisadas por quase todos os historiadores que escreveram sobre Joinville a partir da década de 1980. Porém é de um discurso por ele proferido em 2005 que retiro subsídios para refletir sobre tal questão. Disse ele:

Política, jornalismo e história constituem a melhor triade de toda a minha carreira profissional. Primeiro porque somos animais políticos, [...] e depois porque não há como isolar jornalismo e história da política. Ela é a essência da História, assim como é o centro vital do jornalismo⁶⁹.

No ano em que publicou o livro, Ternes já era um reconhecido jornalista joinvilense. Havia desempenhado a função de assessor de imprensa da Prefeitura de Joinville na gestão de Pedro Ivo Campos (1973 a 1977) pelo então Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado em 1966. Na gestão seguinte, também do MDB, o prefeito Luiz Henrique da Silveira o nomeou diretor do Arquivo Histórico de Joinville. Nesse mesmo período, Ternes fundou o semanário e posteriormente diário *Extra*. Dessa trajetória é compreensível a importância que o autor atribui à política no seu fazer jornalístico e historiográfico. Como agente governamental, jornalista e historiador, seu olhar sobre a cidade servia-se dessa espécie de lente trifocal iluminado pelo que considerava a essência do real, a política.

Segundo a historiadora Sirlei de Souza, o MDB firmou-se como oposição legalmente reconhecida e consentida pelo Estado ditatorial, alcançando êxito eleitoral graças a sua defesa pela democracia e pelas questões sociais. Contudo em Joinville teria agregado e assim mantido em sua plataforma política a ideia de “cidade progresso”. Ao fazer isso combinou diretrizes políticas oposicionistas com diretrizes econômicas desenvolvimentistas, o que motivou, a um só tempo, a adesão do renovado perfil eleitoral da cidade, composto por migrantes dos anos de 1960 e 1970, e também espaço para engajamento de lideranças industriais e econômicas ciosas por melhorias na infraestrutura urbana⁷⁰.

⁶⁹ TERNES, Apolinário, 2009. Op. cit.

⁷⁰ SOUZA, Sirlei de. Movimentos de resistência em tempos sombrios. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes:** o cotidiano de uma cidade. Joinville: Univille, 2000.

Tais questões ganham significado quando se procede à leitura dessa primeira obra de Ternes. Antecedendo a análise de suas teses para destacar as suas reflexões finais. Anunciando que o futuro seria desenhado pelas experiências de sucesso do passado, informava que a cidade iniciava “um novo período, fascinante, na medida em que reserva grandes desafios a serem vencidos”. Tais desafios advinham das “profundas modificações em toda a estrutura social-política e econômica de Joinville” nas últimas décadas. Porém, mais uma vez, a “comunidade” viveria essa provação “à maneira germânica”⁷¹. O importante seria ter “consciência destes desafios” e seguir os exemplos das “gerações que nos antecederam” e que souberam superar toda a sorte de adversidades “com amor, com trabalho e com inteligência”⁷².

Nessa visão otimista do autor, o passado, desde que devidamente conhecido, serviria para “conscientizar” politicamente a “comunidade” joinvilense de sua “essência” primordial, inabalável e inalterável que impulsiona a cidade a continuar sua “marcha para o progresso”.

Os termos em aspas serão discutidos adiante. Por ora é necessário destacar os imperativos políticos do lugar social e profissional do historiador Ternes. Engajado numa gestão municipal de oposição ao regime militar, seu discurso histórico deixa entrever pelos ditos e não ditos⁷³ outros discursos do seu tempo, bem como as disputas de poder num contexto que, por um lado, lhe parecia desfigurado e pouco familiar, mas por outro protegido pelas predeterminações históricas. As novas e antigas lideranças poderiam com sua obra falar e se deixar falar para a cidade que se transformava e que desejava ser representada e ressignificada outra vez. A disputa historiográfica deflagrada por Ternes em relação à obra de Ficker ganha aí novos elementos.

Entre tantas análises já produzidas sobre essa e outras obras de Ternes, proponho um itinerário que permita estabelecer um diálogo historiográfico “substantivo” com o autor, levando em conta os lugares de onde discursa, as expectativas de destinatários, o que diz e sobre o que silencia. Objetivo compreender as mudanças operadas no seu discurso a partir do tema imigração e migração (interna) e os seus vínculos com o passado e o presente urbano.

⁷¹ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 270.

⁷² Id. Ibid. p. 273.

⁷³ O autor não faz uma única alusão de conteúdo político ao regime militar. Quando o cita (capítulo IX, intitulado “O século XX e a marcha do progresso”), caracteriza-o como “nova configuração econômica” que oportuniza a cidade a destacar-se nacionalmente como “Manchester Catarinense”. Id. Ibid. p. 268.

No escrito de 1981, Ternes busca fundamentar as raízes da grande síntese (essência) da história de Joinville. Como já afirmei anteriormente, trata-se do “esforço colonizador”. Os acontecimentos-chave que antecedem à emergência dessa essência joinvilense remontam à situação da França e da Alemanha na primeira metade do século XIX, os quais incidiram sobre a negociação do dote da Princesa D. Francisca. Tal negociação teria sido o estopim para o empreendimento da colonização e da emigração. Por outro lado, os acontecimentos-chave do Brasil no século XIX (substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, deslocamento do centro econômico do norte para o centro-sul e suas implicações político-sociais) e o panorama catarinense da mesma época também contribuíram para o que chama de “gestação da colônia” ou “o ambiente em que nascerá” Joinville⁷⁴.

O “esforço colonizador” estaria ligado apenas ao “elemento germânico”⁷⁵, cuja substância se nutriu da atitude coletiva perante a migração. Os germânicos assumiram “uma viagem sem retorno”, rompendo com “todos os laços que os uniam às suas respectivas terras de origem”. Dessa autodeterminação irradiaria uma nova comunidade, que transformou um cenário inóspito em paisagem para a realização de um destino. Como rito de passagem, a emigração teria sido um momento de fortalecimento da alma, uma espécie de têmpera espiritual alimentada “em quase noventa e dois dias de viagem, difícil e penosa”⁷⁶, para enfrentar um recomeço a partir do nada.

As migrações do século XX, especialmente as internas, não são tratadas pelo autor nessa dimensão existencial. O verbo *migrar* adquire significado sentimental, quase poético, apenas no trato dos deslocamentos dos “pioneiros”. Penso concorrerem aí dois pressupostos considerados pelo autor que dizem respeito ao seu olhar sobre o presente, às diferenciações sociais que estabelece e às representações do passado que fundamentam sua pretensão de verdade historiográfica.

O primeiro pressuposto consiste em atribuir aos pioneiros o protagonismo do “processo civilizatório” da cidade, pelo qual se justificaria historicamente a legitimidade do poder dominante de seus descendentes. Porém me parece que esse pressuposto expressa também

⁷⁴ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 74.

⁷⁵ Explica o autor que as várias tentativas de colonização com açorianos e franceses “minguaram”, embora tenham contribuído para formar “parte do mosaico psico-social da gente catarinense”. Id. Ibid. p. 69.

⁷⁶ Id. Ibid. p. 100.

a intenção do autor em incluir e estabelecer os vínculos da história local com uma história universal, eurocentricamente concebida. Como unidade de sentido, embora bastante imprecisa, o termo “processo civilizatório” tem por função conectar espaços e tempos distintos, bem como exaltar e positivar a marcha evolutiva, progressiva e ascendente do destino urbano sob liderança dos imigrantes germânicos.

A isso se relaciona o segundo pressuposto de Ternes, qual seja a ideia de que as terras conquistadas pelos imigrantes se caracterizavam pelo “vazio demográfico” e pela “inóspita mataria tropical”. Tal primitivismo paisagístico serve para ilustrar o atraso do lugar e, ao mesmo tempo, ressaltar que, pelas mãos dos pioneiros, foi possível “plantar uma cidade” do nada, superando-se assim um suposto estágio inferior de existência⁷⁷.

Nessa perspectiva, as migrações internas em nada se assemelhariam a tais propósitos civilizatórios, já que, por um lado, teriam sido resultado do empreendedorismo “quase incontrolável”, próprio da “personalidade coletiva” dos pioneiros civilizadores – por extensão, da cidade que plantaram –, e, por outro lado, os migrantes internos culturalmente se distinguem do perfil psicossocial do “elemento joinvilense”. Diz o autor: “A constituição racial do Brasil, formada em sua essência pelo elemento indígena, pelo negro africano e pelo branco europeu, notadamente os portugueses, [...] têm profundas e oceânicas diferenças do elemento anglo-saxão, do elemento germânico, prussiano, tenaz, obstinado”⁷⁸. Diante disso, insiste que “o que temos que entender é que a comunidade joinvilense se estruturou segundo as bases das comunidades anglo-saxônicas, as quais diferem, diametralmente, do municipalismo brasileiro”⁷⁹.

Joinville se destacaria “quer pela formação cultural, quer pelas perspectivas que motivaram sua implantação”. Essas seriam as “bases” que explicam “toda a estrutura e o processo civilizatório joinvilense”⁸⁰. Assim, segundo o autor, a compreensão histórica colocaria como imperativo não apenas o trabalho com documentos, mas também o estudo sobre a “psicologia”, a “cultura” e “os efeitos biológicos” do grupo de imigrantes que, originalmente, aqui se estabeleceu para dar

⁷⁷ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 103.

⁷⁸ Id. Ibid. p. 163.

⁷⁹ Id. Ibid. p. 165.

⁸⁰ Id. Ibid. p. 163.

continuidade a sua missão civilizatória. Nesse ponto, Ternes reafirma sua intenção de combater com sua escrita uma história meramente factual, “estritamente rígida, e por isto mesmo limitada, interrompida, congestionadora”⁸¹. Somente conhecendo profundamente as experiências dos imigrantes do passado, pelas quais se podem intuir as essências manifestas em cada um dos fenômenos ou acontecimentos-chave daí decorrentes, seria possível entender por que a cidade “mantém e se sustenta por si mesma” e ainda “conserva este sentimento de auto-suficiência, de liderança que é efetiva e não irreal”⁸², apesar de possuir uma população cuja origem é predominantemente brasileira.

Os capítulos finais de sua obra, intitulados “A gênese do poderio econômico da cidade” e “O século XX e a marcha do progresso”, evidenciam o esforço do autor em estabelecer com base em sua abordagem fenomenológica a “verdade” histórica do presente, tanto nos seus aspectos essenciais como naqueles evidenciados pela aparência urbana.

Do passado agrícola, artesanal e comercial a cidade se transformara na “Manchester Catarinense” e para isso estaria pagando um preço alto: a acelerada e desordenada expansão urbana e o aparente enfraquecimento das influências culturais germânicas. Porém não haveria razões para desacreditar ou duvidar do seu destino. Mesmo advertindo para o leitor que não desejava “fazer futurologia”, Ternes diz ser “fácil” prever que Joinville continuaria sua marcha ao progresso industrial, graças ao “espírito empresarial da nossa gente, legítima herança da cultura germânica que absorvemos, assimilamos e que por muitas décadas ainda influenciará no processo histórico”⁸³.

Ao realizar a “radiografia” da cidade “em plena década de 1970”, anuncia para os mais incautos que, mesmo diante da alteração das “feições” urbanas, o elemento joinvilense triunfaria sobre quaisquer conjunturas adversas, transformando problemas em oportunidades.

Outros acontecimentos-chave de cunho político teriam anteriormente sido vivenciados como provações e deles retiradas as forças para que a “comunidade joinvilense intensificasse a sua marcha para o progresso”. Numa perspectiva linear, Ternes situa três fatos exemplares: Proclamação da República, a Primeira Grande Guerra e a Campanha de Nacionalização.

⁸¹ TERNES, Apolinário, 1981. Op. cit. p. 168.

⁸² Id. Ibid. p. 182.

⁸³ Id. Ibid. p. 218.

A Proclamação da República teria desafiado as lideranças locais a firmarem uma unidade de representação que gerou “uma automática união de forças econômicas, até então divergentes”⁸⁴. Graças a isso a cidade recebeu no começo do século XX energia elétrica, deu início à construção da estrada de ferro, inaugurou o Hospital de Caridade e o Mercado Público. Cada vez mais conscientes de que Joinville já representava no cenário nacional papel de destaque, as lideranças, segundo o autor, puderam “manobrar”, “tirar proveito” e “barganhar” com o governo republicano o potencial eleitoral da cidade. A vinda do presidente Afonso Pena, o qual alcunhou a cidade de “Jardim do Brasil”, teria sido exemplo de astúcia política das lideranças da época.

Já os outros dois acontecimentos – a Primeira Grande Guerra e a Campanha de Nacionalização – são analisados pelo autor por meio do que considera “aspectos culturais” da vida urbana. Segundo ele, embora Joinville já tivesse superado o ciclo colonial, “laços com a terra de Goethe” até 1938 foram fortemente cultivados pela população. Uma espécie de saudade atávica materializava-se nas associações culturais e recreativas de inspiração germânica, nas escolas, na imprensa e no uso do idioma da pátria dos pioneiros. A Primeira Grande Guerra expôs nacionalmente essa especificidade cultural. Vista como problema, entretanto, não chegou a abalar a “estrutura da sociedade, que continuaria fechada, germanizada, não integrada ao todo que constitui a verdadeira nacionalidade brasileira”⁸⁵. A Campanha de Nacionalização, ao contrário, ao proibir tais manifestações culturais provocou “ressentimentos, mágoas e rancores”. De forma “radical e cirúrgica”⁸⁶ ela teria sido necessária para incorporar e integrar nacionalmente Joinville. Todavia, mais uma vez, a “comunidade” viveria essa provação e responderia “à maneira germânica”, ou seja, “pelo trabalho”, aos imperativos nacionais, “colaborando decisivamente para que todo o País obtivesse novo estatus, como Nação economicamente mais evoluída”⁸⁷.

As transformações culturais urbanas sob impulso da migração a partir dos anos de 1960, portanto, não abalaram para o autor, pelo menos nesta obra, a visão de futuro que tem sobre a cidade. Ao tratar a migração recente como mais um fator ou variante de um processo

⁸⁴ TERNES, Apolinário, 1981. p. 231.

⁸⁵ Id. Ibid. p. 251.

⁸⁶ Id. Ibid. p. 265.

⁸⁷ Id. Ibid. p. 270.

histórico que lhe parece linear e progressivo, diz pelo não dito o papel e a posição que considera que tenham e na qual estejam os migrantes no início da década de 1980, ou seja, coadjuvantes indistintos, estrangeiros descontextualizados, sujeitos inscientes de suas escolhas, culturalmente subalternos e socialmente inferiores. A pujança das empresas joinvilenses seria o motor para civilizar essa massa que, ciosa por empregos, produzia efeitos colaterais indesejáveis, mas ao mesmo tempo não comprometia a realização do vitorioso destino urbano.

Do ponto de vista teórico, penso que nesse primeiro trabalho o autor apresenta uma linha argumentativa bastante coesa. Mesmo discordando de seus pressupostos, de sua interpretação e, principalmente, de seus posicionamentos sobre a operação historiográfica, considero a sua “abordagem crítica” um documento singular no debate historiográfico. Especialmente no que diz respeito à problematização do olhar “etnicizado” da produção histórica local, as intencionalidades que moveram as representações de passado que o autor desejou tornar “verdades” se transformaram, desde então, em objetos de ácidas disputas pessoais e intelectuais. No campo da história, passou a servir de referência para qualificar exemplarmente a categoria de trabalhos de “história tradicional”⁸⁸. Procuro, no entanto, ressaltar sua importância para as minhas reflexões, já que me valho dessa obra para discutir os imperativos, de toda ordem, que começam a ganhar visibilidade naquele contexto quando o assunto era migração.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, cabe ainda uma observação. Na escrita do autor, praticamente inexitem referências documentais e bibliográficas. Transcreve a “Lei Fundamental da Colônia” e alguns trechos do antigo jornal da cidade, o *Kolonie-Zeitung*. Insere algumas imagens como mera ilustração. Penso aí também manifestar-se o desejo de poder do autor. Dito de outra forma, o ocultamento das fontes exprime a intenção de tornar o seu discurso histórico em discurso autorreferente, já que não importariam as fontes, apenas os seus argumentos e conclusões, por meio dos quais ganha sentido a prática investigativa e analítica da história. A síntese e o sentido último de quaisquer acontecimentos ou fatos estariam, com sua obra, sendo

⁸⁸ A historiadora Janice Gonçalves, em sua tese de doutorado, alerta para a necessidade de analisar a denominada “história tradicional” com base nos pressupostos teórico-metodológicos adotados pelos autores em suas obras, precavendo-se da cilada de sentenças homogeneizantes. GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

devidamente enunciados. Ao leitor, penso, caberia o aprendizado das lições. Com menor intensidade, as duas outras obras que passo a analisar a seguir apresentam essa operação de ocultamento das fontes.

Cinco anos depois de sua “abordagem crítica”, Ternes publica *História econômica de Joinville*⁸⁹. No prefácio, o então presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), o empresário Nivaldo Nass, explicita o lugar da obra e o seu significado. O livro seria um presente que a associação, aos 75 anos de existência, entregava à cidade pela passagem dos seus 135 anos. A dupla comemoração, que se tornava pública pelo livro, deixava clara a intencionalidade dos envolvidos em selecionar e fazer uso da memória relativa à história urbana.

Como afirma a historiadora Helenice Rodrigues da Silva, as comemorações são objetos de interesse em jogo acerca do que deve ser lembrado e esquecido. Há nisso certa perversão, pois opera-se para apagar situações e experiências sociais constrangedoras e privilegiar os mitos fundadores e as utopias de futuros. Diz ela que, “consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente”⁹⁰. Tal operação é perceptível no caso dessa obra de Ternes.

O prefaciador reforça a tese/síntese de Ternes defendida na obra anterior. A essência histórica de Joinville, anunciava, iria “manter-se fiel” no futuro. Ler o livro e dar-lhe a devida importância seria comemorar “o trabalho e o espírito comunitário”, próprios não apenas dos acontecimentos-chave, mas da trajetória dos empresários, cujos ideais se afirmavam, desde sempre, na “defesa dos superiores interesses de Joinville e de sua gente”⁹¹.

Dessa perspectiva, comemorar o aniversário da cidade significava, para Nivaldo Nass, comemorar o aniversário da ACIJ. Há nisso um uso deliberado da memória, porém me parece ser mais significativo o fato de o empresário procurar estabelecer essa simbiose histórica entre ACIJ e Joinville e desejar com a obra de Ternes conscientizar os destinatários do discurso.

Também para Ternes era pertinente a comemoração dupla. Teria sido graças aos esforços da entidade e especialmente à mobilização

⁸⁹ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit.

⁹⁰ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, dez. 2002.

⁹¹ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit. p. 3.

do empresário Nass, “que hipotecou apoio e solidariedade ao projeto”, que a finalização e a publicação da obra alcançaram bom êxito. Em contrapartida, a parte V do trabalho, intitulada “Subsídios para a história da Associação Comercial e Industrial de Joinville – 1911/1986”, era dedicada à trajetória da entidade que se transformou na “imponente” e mais importante representação do poder econômico de Joinville e de Santa Catarina. Sua essência, explica o autor, mantém-se nos dias atuais: “entidade de classe sim, mas com preocupações comunitárias”⁹², operando de forma política, “sem conotações partidárias” em favor das necessidades da população, “o que indiretamente também atende aos interesses dos empresários e sócios”⁹³.

A comemoração era encarada pelo autor como uma oportunidade para celebrar o seu próprio discurso histórico. Seus interlocutores agora não advinham da historiografia, mas do campo produtivo. Dirigia-se àqueles que imaginava deter, em 1986, a responsabilidade de perpetuar o progresso econômico da cidade. Daí sua escrita assumir um caráter mais pragmático. Conforme suas palavras, a história “é a compreensão do todo pelo particular”, que tem como finalidade “a compreensão racional do presente e facilitar a construção de futuros mais produtivos”⁹⁴.

De maneira objetiva, explica sua abordagem teórico-metodológica:

Não é a abordagem limitada pelo paroquialismo provinciano⁹⁵, nem tampouco um estudo estatístico, carregado de economês [...], trata-se de uma abordagem mais sociológica do que econômica, mais interpretativa ao nível das realizações das gerações passadas, do que o levantamento numérico de produções, orçamentos, impostos, etc.⁹⁶.

⁹² TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit. p. 255.

⁹³ Id. Ibid. p. 271.

⁹⁴ Id. Ibid. p. 7.

⁹⁵ Talvez a alusão se refira ao trabalho que estava sendo desenvolvido pela escritora Elly Herkenhoff, o qual foi publicado meses depois, sob o título *Era uma vez um simples caminho...* A obra contou com o apoio da Prefeitura de Joinville, da Fundação Cultural e do Arquivo Histórico. Foi prefaciada pelo prefeito Wittich Freitag. HERKENHOFF, Elly. Op. cit.

⁹⁶ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit. p. 8.

O pragmatismo do trabalho insinua-se igualmente nos questionamentos que faz: “Por que afinal acabamos uma cidade industrial? [...] Quais as razões e conseqüências desta industrialização?”⁹⁷.

Considerando os fatores econômicos como os mais “decisivos” na história dos povos, qualifica o trabalho como audacioso, pois o encadeamento de “causas e conseqüências, profundamente integradas e inter-relacionadas”⁹⁸, teria lhe exigido um esforço concentrado de decodificação e inúmeras interpretações para demonstrar os fundamentos do processo econômico joinvilense.

Desse esforço, o autor apresenta algumas singularidades interpretativas, retoma ideias lançadas na obra anterior e repisa sua versão sobre a formação do “elemento joinvilense”, agora procurando identificar nos empresários locais as características comportamentais primordiais, tais como visão de futuro, eficiência, comunitarismo e “espírito superiormente refinado e, por isto mesmo, culturalmente evoluídos”. Diz ele: “O que os analistas de empresas dos anos atuais exemplificam como condições básicas para o sucesso empresarial [...] isto os primeiros homens de negócios de Joinville tinham em quantidades generosas”⁹⁹.

A relação entre industrialização, crescimento populacional e expansão urbana é objeto de discussão original. Argumenta ele que, a partir da década de 1950, os empresários não se deixaram levar pelas “ostentações mundanas”¹⁰⁰ que passaram a influir no “metabolismo da cidade”¹⁰¹, pois a “explosão demográfica” teria trazido consigo uma ameaça à “comunidade”, a de “poluir-se na promiscuidade do moderno e do cosmopolitismo”¹⁰². No entanto será nesse momento que a cidade terá “definitivamente deflagrado o estágio de forte industrialização”¹⁰³.

Tratando a migração interna como fonte para o “estoque humano em abundância”¹⁰⁴, a consolidação econômica joinvilense contou ainda

⁹⁷ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit.

⁹⁸ Id. Ibid. p. 7.

⁹⁹ Id. Ibid. p. 30.

¹⁰⁰ Id. Ibid. p. 91.

¹⁰¹ Id. Ibid. p. 126.

¹⁰² Id. Ibid.

¹⁰³ Id. Ibid. p. 137.

¹⁰⁴ Id. Ibid. p. 146.

com outras vantagens, tais como fornecimento de energia elétrica, adequados meios de comunicação com centros consumidores nacionais e vocação para acolher indústrias do setor metal-mecânico.

No capítulo intitulado “Os novos personagens da Economia”, o autor informa que, sob o domínio eloquente dos números, a população que em 1950 registrava o total de 43.334 habitantes teria alcançado a expressiva marca de 320 mil pessoas¹⁰⁵. Todavia os “novos personagens” anunciados no título nada tinham a ver com essa população, mas com os empresários que então assumiriam a vanguarda dessa nova fase: Tupy, Hansen, Consul e Embraco, quatro grandes empresas presididas por homens que encarnariam “a cultura joinvilense voltada para o trabalho, para o risco do empreendimento, para a certeza de que, com o trabalho e a disciplina, era possível”¹⁰⁶. Para Ternes,

a economia joinvilense será então um autêntico modelo de permanente evolução, ainda que isto implique em subprodutos nada invejáveis, como favelização, aumento do índice de criminalidade, poluição ambiental desenfreada, carência de áreas de lazer, déficit residencial, etc.¹⁰⁷.

É perceptível aí a inclusão de novas questões e termos agregados à migração, aspecto singular em relação à obra anterior. Porém o futuro da cidade não estaria ameaçado, pois na visão do autor o empresariado local, movido pelo “espírito comunitário”, saberia retirar do passado as lições para equacionar os problemas do presente.

Como na obra anterior, busca rememorar as provas do elemento joinvilense nos acontecimentos-chave. Contudo há uma sutil alteração de seus argumentos, perceptível apenas pela análise das margens de seu discurso. Diz ele que, no fim do século XIX, houve uma perda de poder político da elite germânica sobre a cidade. Tal perda estaria relacionada à emergência de uma liderança de luso-brasileiros envolvidos com as atividades ervateiras. No entanto esse processo não poderia ser entendido propriamente como uma perda ou enfraquecimento da elite germânica, mas um fenômeno de duplo sentido: “O cansaço natural de uma geração inteira que praticamente construiu Joinville a partir

¹⁰⁵ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit. p. 150.

¹⁰⁶ Id. Ibid. p. 164.

¹⁰⁷ Id. Ibid. p. 152.

dos mangues; o atingimento de um *status* econômico e conseqüente acomodação para o desfrute da situação alcançada”¹⁰⁸.

O indizível em seu discurso, ou seja, as rupturas que se insinuam carregadas por disputas e conflitos, é traduzido como concessão diante de um suposto cansaço histórico e de acomodação econômica. Exaltando o espírito comunitário e harmônico sobre o social, o discurso histórico do autor não comportaria, no meu ponto de vista, nenhum indício que pudesse vulnerar os elementos teórico-metodológicos que sustentam sua veracidade interpretativa, a qual pretende tornar inteligível para seus destinatários, mesmo que aparentemente constatem alterações na feição urbana decorrentes da migração.

A fé quase inabalável sobre a predominância da essência do elemento joinvilense na edificação do presente e do futuro urbanos mostra-se um tanto fragilizada na obra que Ternes publica em 1993¹⁰⁹. Apenas sete anos depois, *Joinville, a construção da cidade* expressa as incertezas e, de certa maneira, os desencantos do autor sobre uma realidade urbana que lhe parece confusa demais, esteticamente feia e desalmada. A migração agora não mais será tratada como mero “fator” vantajoso (com leve desvantagem) na soma dos termos industrialização e urbanização com o resultado “marcha do progresso”. Pela primeira vez, os migrantes parecem ser o “x” que vulnera e indetermina a operação de sua interpretação histórica.

Na “Introdução”, anuncia em tom preocupante que é chegado o momento de a cidade “discutir o seu destino”, pois “do corte da primeira árvore, em 1851, à construção, ontem, do último barraco, na periferia, a cidade foi se construindo sobre si mesma, repetindo aqui a mesma aventura de milhares de outras cidades, filhas todas, nos últimos 150 anos, da era industrial”¹¹⁰. Sua abordagem não seria nem urbanística, nem sociológica, nem econômica, nem “histórica tradicional”¹¹¹. Dessa vez, a originalidade de seu trabalho consistiria na interpretação sobre “a força e a presença do homem na construção da cidade”. Empreendendo “um novo mergulho nas águas do tempo”, valer-se-ia do seu conhecimento acumulado para produzir, com e a partir dele mesmo, um novo caminho de “abordagem mista e múltipla”.

¹⁰⁸ TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit. p. 83.

¹⁰⁹ TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit.

¹¹⁰ Id. Ibid. p. 11.

¹¹¹ Id. Ibid. p. 11.

Mais uma vez, Ternes investe no ocultamento de suas fontes e no fim do trabalho referencia obras de outros autores apenas como “bibliografia de apoio”. Deixa claro o lugar de onde fala. A obra teria sido encomendada pelo Centro de Engenheiros e Arquitetos de Joinville (CEAJ), entidade que contava, em seus quadros, com profissionais preocupados em “reconquistar o domínio do crescimento urbano humanizando-o”¹¹².

Nessa nova empreitada, optou por organizar os capítulos em cinco grandes unidades. Na primeira – “Paisagem” – descreve as condições ambientais de Joinville (relevo, hidrografia, clima, fauna, flora) e, curiosamente, inclui o “homem pré-histórico” (“do Sambaqui”), viajantes europeus e carijós contrapondo-se à ideia de “vazio demográfico” no momento da chegada dos imigrantes germânicos no século XIX.

Nas unidades seguintes – “O povoamento” e “O urbanismo no século XIX” –, procura apresentar o nascimento do “espírito do lugar” a partir da “aventura”, imbuída pelo desejo de “humanizar espaços”, dos imigrantes germânicos. Na unidade “O urbanismo no século XX”, ao contrário, discute, segundo uma lógica cronológica, a perda do “espírito do lugar”.

Nos primeiros 50 anos, a urbanização de Joinville manteria ainda uma aura comunitária. Entretanto o período de 1950 a 1965 caracteriza-se, para o autor, como o momento em que Joinville “rompe suas amarras” e caminha numa “nova direção”. Aparentemente com um “cotidiano ‘típico de interior’”, mudanças emblemáticas anunciariam profundas transformações. A “multiplicação dos bairros” remete à “explosão demográfica”, e a proliferação das indústrias expõe os “efeitos” de “retomada do desenvolvimento do país”¹¹³. Exprimindo-se por meio de metáforas, explica que tais mudanças estariam “metabolicamente” associadas e passariam a influir na “anatomia da cidade”¹¹⁴.

Em tom saudosista, lamenta que “a aventura da modernidade cobra um preço a todos os que se lançam à sua conquista”¹¹⁵. Diz o autor que às vésperas da década de 1960

[...] o Rio Cachoeira ainda está limpo. As tardes de domingo são calmas. Os passeios são feitos de bicicleta, ou mesmo a pé. Não há qualquer

¹¹² TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit. p. 12.

¹¹³ Id. Ibid. p. 160

¹¹⁴ Id. Ibid. p. 161.

¹¹⁵ Id. Ibid. p. 166.

tipo de preocupação com índices de violência ou marginalidade, e o delegado de polícia é apenas um. A cadeia é pequena e só um modesto “jeep” constitui a “frota” da polícia civil. Joinville, no entanto, se despede da “belle époque”. Fecha-se um ciclo na história¹¹⁶.

A partir de então, Ternes remete-se à Revolução Industrial para explicar as razões pelas quais as cidades foram, historicamente, sendo transformadas. Em que pese a sua opinião sobre as melhorias incontáveis “em todas as áreas do cotidiano humano”, Joinville apresentaria alguns sintomas que denunciariam os efeitos perniciosos desse processo, tais como “desumanização da cidade” e “sistemática perda de qualidade de vida”¹¹⁷. Na origem de tais efeitos estaria o “problema” da migração. Os migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego e fascinados pelos benefícios da cidade seriam, segundo o autor, responsáveis, embora sem dolo, pelo quadro descontrolado de expansão urbana.

A partir de 1970 a “periferia de Joinville passou a ser ocupada, sem controle, por imigrantes empobrecidos que [...] acabaram por encurrular o poder público”¹¹⁸. A situação seria intensificada ao longo dos anos de 1980. Em outras palavras, para o autor a origem do problema não estaria nem no sistema capitalista nem na sua gestão pública estatal.

Informa ao leitor que “a recessão [...] promoverá uma segunda onda migratória, agravando ainda mais uma situação já dramática”¹¹⁹. A “estagnação da economia, simultaneamente a um processo de inflação de saltos históricos, [...] a partir de 1986”, contribuiu “ainda mais para tornar **explosiva** [grifo meu] a questão social de Joinville”¹²⁰. Nesse quadro, aos desempregados joinvilenses viriam se somar os “desempregados de fora”.

A cidade invadida, estrangeira, desumanizada e “sem alma” havia desperdiçado as lições do passado e, por isso, a continuar assim, o desencantamento diante do futuro invadiria ainda mais o pouco que restava de primordial na paisagem urbana.

Para Ternes, tornava-se agora mister questionar o “modelo industrial”, cujo desdobramento poderia levar à desconcentração

¹¹⁶ TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit. p. 162.

¹¹⁷ Id. Ibid. p. 167.

¹¹⁸ Id. Ibid. p. 168.

¹¹⁹ Id. Ibid. p. 189.

¹²⁰ Id. Ibid. p. 192.

espacial das fábricas e, por extensão, à desconcentração populacional. Com isso, surgiriam novas oportunidades para os mais pobres e atrasados municípios vizinhos, bem como aliviar as pressões sociais sobre a infraestrutura e os serviços públicos. Joinville talvez assim pudesse vir a se tornar um centro não apenas “cultural e tecnológico”, mas “fornecedor de mão-de-obra”¹²¹ para outras regiões. Portanto, o problema da migração poderia se tornar solução.

Cabe aqui uma reflexão sobre as representações de migração e de migrantes que permearam as três obras de Ternes. Elas estão entrelaçadas, em certa medida, com as explicações propostas pelos estudos sobre o tema empreendidos desde fins do século XIX e que emergiram (e permearam) dos debates políticos sobre as transformações de cidades e países com forte presença de imigrantes.

O sociólogo português João Peixoto¹²² afirma que a trajetória das teorias sobre as migrações é bastante atribulada. O tema praticamente teria sido ignorado pelos autores clássicos (século XIX) das ciências sociais, embora já no contexto desses autores os fluxos migratórios adquirissem importância, quer na forma de movimentos internos do campo para a cidade, quer nos deslocamentos transoceânicos.

Em sua opinião, ao longo do século XX o interesse crescente pelo fenômeno migratório dispersou-se por várias disciplinas, o que explicaria o caráter interdisciplinar dos estudos, transformando-se em problemática para a demografia, a economia, a geografia, a sociologia e demais áreas das ciências sociais. Dois textos do geógrafo e cartógrafo inglês Ernest G. Ravenstein¹²³ tornaram-se, contudo, assíduas referências nos trabalhos desses estudiosos.

Para Peixoto, Ravenstein está na base das teorias posteriores que estudaram a migração dentro do modelo “atração-repulsão”. Conforme suas palavras,

A filiação paradigmática destes modelos é, como se sabe, clara. Eles consideram que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação

¹²¹ TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit. p. 197.

¹²² PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Socius, 2004.

¹²³ Trata-se de dois textos sobre as “Leis da migração” publicados em 1885 e 1889. Peixoto transcreve as sete leis, bem como outros trechos das obras para dar visibilidade ao caráter precursor do trabalho de Ravenstein.

sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração¹²⁴.

As cientistas sociais Elisa Massae Sasaki e Gláucia de Oliveira Assis¹²⁵, ao realizarem igualmente um balanço sobre como os migrantes foram apreendidos pelos estudiosos, indicam que dos clássicos do século XIX também ganharia bastante aderência a ideia de migração como efeito do processo de industrialização e de expansão urbana, sob impulso do desenvolvimento do capitalismo.

Contudo somente a partir do início do século XX a migração se torna problema sociológico específico. Notadamente nos Estados Unidos, tal autonomia temática emerge das polémicas e preocupações em torno da constituição de sociedades receptoras de diferentes grupos de imigrantes. As autoras chamam a atenção para o estudo pioneiro de Thomas e Znaniecki, *The polish peasant in Europe and America*, publicado em 1918. Conforme dizem,

Esta obra é considerada importante porque, embora tratasse de um objeto específico – os cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910 – também demonstrou como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar¹²⁶.

A partir de então, estudiosos da Escola de Chicago¹²⁷ desenvolveriam reflexões focando, entre outros aspectos relacionados aos problemas que afligiam as grandes cidades americanas, os “processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes”. Acreditavam que as sociedades receptoras, estrutural e culturalmente, tenderiam a assimilar completamente os diferentes imigrantes.

¹²⁴ PEIXOTO, João. Op. cit. p. 5.

¹²⁵ ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: Brasil, 500 Anos – mudanças e continuidades, 12. Caxambu: ABEP, 2000.

¹²⁶ Id. Ibid. p. 3.

¹²⁷ Sobre a história da Escola de Chicago, ver: BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana*, v. 2, n. 2, 1996.

O conceito de *melting pot*, atribuído a esse processo, passa a ser questionado no período após a Segunda Guerra Mundial. Por um lado, as etnicidades persistentes ou emergentes frustravam o pressuposto assimilacionista. Por outro, a recomposição do exército de reserva de trabalhadores nas sociedades industriais avançadas tornava-se argumento para os teóricos marxistas criticarem o mesmo pressuposto, pois os empregadores, ao se valerem de imigrantes de países periféricos, encorajavam a imigração temporária para satisfazer a necessidade de preenchimento de empregos subalternos dentro da lógica de menor remuneração e de privação de direitos de cidadania nos seus países. É desse viés econômico da crítica do *melting pot* que outras questões sobre a migração serão estudadas e propostas, tais como crises dos mercados de trabalho (como fator decisivo para empregadores induzirem e imigrantes experienciarem a migração) e capital humano (como elemento definidor de êxito e permanência de imigrantes nos países receptores).

Sasaki e Assis destacam que nos anos 1970 as investigações começam a dar importância para o papel das redes sociais no processo migratório. Parentes, amigos, conhecidos, conhecidos de conhecidos, enfim, relações sociais mediadas por laços familiares, de amizade e de trabalho seriam aspectos que passariam a ser vistos como intervenientes sobre o ato de migrar. Tal abordagem traria à tona o fato de que “as migrações recentes resultariam também de um momento do desenvolvimento das redes sociais, mais do que apenas decorrência de crises econômicas”¹²⁸. Se as redes sociais configuram os fluxos migratórios, elas configurariam também as transformações dos locais de origem e de estabelecimento dos migrantes.

Penso aí ganhar importância a reflexão teórica apresentada pelas autoras sobre a migração no denominado campo analítico da transnacionalização. As migrações, mesmo de curta distância (inter-regionais), poderiam ser repensadas na articulação global e local, articulação essa configurada por disjunções, superposições e complexidades de fluxos não apenas de pessoas, mas de tecnologias, finanças, imagens e informações¹²⁹. Dizem as autoras que os “novos migrantes”,

¹²⁸ ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae, 2000. Op. cit. p. 10.

¹²⁹ Conforme procurei discutir no Capítulo I.

[...] ao viverem entre dois campos sociais que envolvem múltiplas relações e conexões entre a sociedade hospedeira e a sociedade de origem, não estão sendo forçados a abandonar velhos padrões e se adaptarem a novas circunstâncias, mas criando um singular campo social que só é possível dentro de um mundo globalizado¹³⁰.

Na cidade contemporânea, portanto, os cidadãos, migrantes ou não, vivem e promovem entrecruzamentos, mediações e hibridismos, desenrolando jogos entre semelhanças e diferenças, bem como sentimentos de pertencimentos baseados em processos identitários fluidos e deslizantes.

Dessa digressão procuro, em síntese, expressar que as próprias explicações sobre a migração são contextuais e dizem respeito a como as sociedades a praticam e a representam. Os cientistas sociais, reconhecendo o fato de que o tema apenas recentemente despertou interesse de maneira “autônoma” no campo, ressaltam a importância do caráter interdisciplinar dos estudos empreendidos. As inúmeras questões e problemáticas daí emergentes, no conjunto, corroboram os avanços nos diversos domínios do conhecimento e, ao mesmo tempo, são animadas e animam os debates políticos travados acerca do papel e do lugar dos migrantes nas denominadas sociedades de origem e hospedeiras. Aproprio-me dessa perspectiva para analisar as questões teóricas que cruzam os discursos da historiografia local.

Quando o assunto é imigração germânica, Apolinário Ternes trabalha com ideias ligadas ao “modelo” repulsão-atração. Imputa ao desenvolvimento do capitalismo europeu as razões pelas quais os pioneiros foram levados a principiar uma “viagem sem retorno”. Entretanto, por suas “superiores” características “psicossociais” e culturais, bem como pelo “vazio demográfico” ou ausência de civilização na região receptora¹³¹, livremente e sem constrangimentos políticos “plantaram” uma cidade que, a partir do século XX, foi percebida pelos nacionais como uma ínsula benéfica. Ao constatar a predominância do elemento

¹³⁰ ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae, 2000. Op. cit. p. 14.

¹³¹ Refiro-me às mudanças do olhar do autor sobre as condições prévias encontradas pelos imigrantes germânicos. Na obra de 1981 caracterizava o lugar como “vazio demográfico”. Em 1993, ao contrário, dava a entender que não se tratava de um vazio demográfico. Na “pré-história”, o local já havia sido ocupado pelo “homem do Sambaqui”. No século XVI, foram os carijós, povos “nativos” da região, que receberam os primeiros batizantes civilizatórios. A passagem de viajantes e navegadores e as tentativas de colonização de franceses são pelo autor indicadas como primeiros “batismos europeus na região”.

germânico na criação das instituições “comunitárias” e nas práticas urbanas do passado, considera, nesse caso, a experiência migratória imiscuída numa teia complexa e dinâmica de relações sociais e culturais.

Por outro lado, quando o assunto é migração interna, sua explicação recorre de forma restrita ao modelo repulsão-atração, representando a migração como resposta quase mecânica de indivíduos desfavorecidos. Esse pressuposto também direciona o olhar que tem sobre os migrantes no contexto urbano.

Como procurei destacar na análise das três obras, sob o olhar do autor as explicações sobre as transformações de Joinville sofrem alterações significativas. Ao reduzir os migrantes a empregados (ou desempregados em potencial) das empresas locais ou a corpos que respondem às suas necessidades de sobrevivência, os vê no “cotidiano” da cidade não como sujeitos, mas como indivíduos “despossuídos”, desintegrados das sociabilidades culturais e, por isso, sequestrados e amarrados a um “não lugar” próprio. Penso por isso que, juntamente com sua tese histórica essencialista, Ternes apenas percebe e explica a presença dos migrantes “fora das fábricas”¹³², atribuindo-lhes o papel de agentes de favelização, de criminalidade ou de descaracterização da cidade, a qual pensa conhecer profunda e verdadeiramente.

Por outro lado, o fato de o autor retratar repetida e afirmativamente a “essência” joinvilense, procurando traduzir sua imanência nas trajetórias dos “pioneiros” imigrantes germânicos (1981), dos empresários da ACIJ (1986) ou mesmo nas preocupações dos urbanistas do CEAJ (1993), deixa entrever seu desejo de dotar a história de autoridade não apenas para explicar (legitimando) o poder social e simbólico desses grupos e se fazer reconhecer neles, mas também de autoridade pedagógica para ensinar (aclorando) aos subalternos (diferentes e desiguais) sobre seus lugares e suas restritas possibilidades na história de Joinville.

2.3 TENSÕES HISTORIOGRÁFICAS NOS ANOS DE 1990

As críticas às obras de Apolinário Ternes começaram a ganhar visibilidade no debate historiográfico local por meio de dissertações

¹³² Aqui faço alusão ao trabalho da professora Maria Auxiliadora Guzzo Decca (**A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). Voltando-se ao estudo do cotidiano operário fora das fábricas, a autora aborda, entre outros aspectos, as práticas de lazer na cidade de São Paulo considerando-as como narrativas sobre as experiências dos trabalhadores do período.

e teses defendidas por egressos e professores do curso de História da Univille em diferentes universidades do país a partir dos anos 1990¹³³.

Em 1993, Belini Meurer apresentou sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História pela PUC-SP, sob o título *Entre flores e manguezais – a construção do real em Joinville*. O autor explicita suas intenções partindo de uma problemática que, a meu ver, enuncia respostas teoricamente por ele já resolvidas. Afirmando existir uma “noção” um tanto “distorcida da realidade prática da cidade” que atravessa “qualquer trabalho historiográfico de Joinville, ou mesmo publicações periódicas de empresas, artigos jornalísticos e editoriais”, pretende analisar “sob uma luz crítica histórica” a constituição do que chama “imaginário distorcido do dia-a-dia da cidade”, cujo papel é encobrir “uma estrutura econômica tão exploradora quanto qualquer outra de um sistema capitalista de produção”¹³⁴.

Equivaler gêneros textuais por um suposto propósito comum entre os autores é o caminho para Meurer dar destaque à pertinência e validade de seus pressupostos teóricos, nos quais fundamenta igualmente sua hipótese. Considerando que a sociedade capitalista se reproduz por meio de um “distanciamento entre prática e discurso”, distanciamento esse que “serve” para legitimar a “estrutura” político-econômica, bem como a “dominação social”¹³⁵, busca verificar como e por que isso acontece em Joinville.

Anunciando que Joinville se forjou, historicamente, a partir de uma contradição, ou seja, “a profunda distância entre o que se faz e o que diz do que faz”, a cidade “real” divergiria profundamente da cidade “imaginada” pelos símbolos que a representam. Em 1993, flores, bicicletas, festas típicas e desfiles continuariam a retratar “uma sociedade onde os membros são ordeiros, pacíficos, retos”. Porém, diz ele:

O que mais se percebe nos dias de hoje é a formação de um real joinvilense, constituído de miseráveis – moradores de palafitas sobre o pântano de manguezais. Entre flores construídas

¹³³ Outros autores também são objeto de crítica, tais como: FICKER, Carlos. Op. cit.; HERKENHOFF, Ely. Op. cit.; SCHNEIDER, Adolpho Bernardo. Op. cit.

¹³⁴ MEURER, Belini. Op. cit. p. 9.

¹³⁵ Id. Ibid. p. 10.

e o mundo concreto dos manguezais, invadidos por seres humanos famintos, muita coisa tem para ser escrita¹³⁶.

Pressupõe, assim, a existência de dois mundos paralelos e quase independentes, pois aquele formado pela “concretude” das relações sociais seria moldado pelo outro, constituído por representações simbólicas.

Mesmo constatando certa imprecisão conceitual dos termos “imaginário”, “ideologia” e “real”, operados em diversas passagens do seu discurso, Meurer apresenta uma abordagem bastante inovadora, pois até então a memória histórica da cidade não tinha ainda sido problematizada nesses termos. Outras noções, tais como “luta de classes” e “representações”, sinalizam o desejo de desestabilizar as versões de passado que, segundo ele, exaltariam a “harmonia e progresso” social de inspiração étnica (germânica).

O fato de o autor não se preocupar em aclarar (teórico-metodologicamente) esses termos à luz dos documentos¹³⁷ que utiliza na operação historiográfica coloca, por outro lado, questões que penso ser importantes para analisar não apenas o seu discurso, mas também para perscrutar o lugar de onde fala e para quem o destina.

Justifica que seu objetivo é explicar a “linearidade histórica”¹³⁸ que instituiu o “mundo fantástico”, a “história ideal” e o seu distanciamento do real. Tal distanciamento teria sido movido pelos interesses de uma “elite burguesa” para manter sob seu jugo as classes dominadas, em especial os operários migrantes que passaram a viver na cidade “entre flores e manguezais a procura de sua identidade”¹³⁹.

Portanto, mesmo que pelas “práticas” dos migrantes a cidade “real” seja transformada, segundo o autor, elas não são capazes de mudar os índices simbólicos que sustentam o seu “imaginário”. Aí se nota a fragilidade de seus argumentos, pois concebe tais índices, no tempo presente, como elementos apriorísticos, dotados de uma força essencial,

¹³⁶ MEURER, Belini. Op. cit. p. 6.

¹³⁷ O autor utiliza, predominantemente, os jornais editados em Joinville como fonte documental. Embora faça referência às obras de Max Weber, Karl Marx e Michel Foucault, não esclarece ao leitor como se apropriou das contribuições teóricas desses autores para sua própria interpretação histórica.

¹³⁸ MEURER, Belini. Op. cit. p. 2.

¹³⁹ Id. Ibid. p. 5.

permanente e sem nenhum vínculo com os processos de significação dos dominados migrantes.

Por outro lado, o ocultamento do real seria alimentado especialmente pela produção da “história oficial”, cujo principal representante seria Apolinário Ternes¹⁴⁰. Para Meurer, “aparentemente consciente de que o distanciamento, entre o real e o imaginário local, favorece um determinado segmento social”, Ternes intencionalmente justifica as desigualdades sociais e promove a alienação dos dominados por intermédio de suas obras.

Não se trataria de uma mera falsificação do passado. Ao contrário, a narrativa da “história oficial” teria se fartado das ideias produzidas, de forma “sincronizada”, pelas instituições originárias da colônia. No século XX, Maçonaria, Igreja (Católica e Protestante) e as inúmeras agremiações de cunho artístico e esportivo seriam expressões de “desolamento”¹⁴¹ e de saudade dos imigrantes e dos seus primeiros descendentes em relação à pátria de origem. Diz Meurer que “essas origens traçaram, indubitavelmente, os destinos da população”¹⁴².

Por mais que deseje, Meurer não consegue se desvencilhar do pressuposto teórico de Ternes, pois não problematiza a historicidade da ideia de “destino” urbano, encilhado etnicamente. Ao contrário, como herança do passado, a crítica à predominância da germanidade deveria ser feita com base na face de sua dominação e não da sua incontestável “realidade”¹⁴³. Sob outra ordem argumentativa, aí está o “acontecimento-chave” – o elemento germânico – para explicar agora a luta de classes, as formas de dominação e a exploração capitalista sobre os operários migrantes.

Segundo Meurer, pelas mãos da burguesia, o que no passado correspondia em certa medida ao mundo real fora transformado em ideologia coercitiva e autônoma quando, “em meados do século XX, Joinville começava a receber migrantes de várias regiões do país”¹⁴⁴ para fomentar o seu crescimento industrial. Proletarizados, os migrantes

¹⁴⁰ Refere-se às duas obras de Ternes, *História de Joinville: uma abordagem crítica e História econômica de Joinville*.

¹⁴¹ MEURER, Belini. Op. cit. p. 2.

¹⁴² Id. Ibid. p. 4.

¹⁴³ Eis aí, do meu ponto de vista, a aproximação (e distanciamento) que pode ser identificada entre os discursos históricos de Meurer e Ternes.

¹⁴⁴ MEURER, Belini. Op. cit. p. 3.

passariam a ser coagidos a “incorporar” o discurso dominante, reproduzindo-o. Ao mesmo tempo em que transformam a “sociedade local”, não conseguem mediante uma “consciência de si”¹⁴⁵ libertar o real das amarras do imaginário.

Operário “passivo na sua existência dentro da praticabilidade divergente”¹⁴⁶, “miseráveis”, “humanos famintos”, enfim, sujeitos “assimilados” pelo capital e seduzidos pelas ilusões são expressões e sentidos construídos por Meurer que podem dar pistas sobre o seu lugar social (e profissional), bem como sobre para quem dirige seu discurso e o que move seu desejo de verdade.

Migrante criciumense, Meurer graduou-se em História em Joinville (1989) depois de ter concluído Arte Cênica pela Fundação Teatro Guaíra (1983) no Paraná. Com uma trajetória acadêmico-profissional bastante eclética, trabalhou como jornalista, instrutor de cultura popular e professor da educação básica antes do seu ingresso na Univille em 1993, mesmo período de conclusão do seu mestrado.

Essa trajetória é também marcada por seu envolvimento, desde 1989, em disputas por cargos na política local. Além de candidato a reitor de sua universidade, foi candidato a vereador e a vice-prefeito de Joinville. Em 2009, assumiu a vaga de vereador¹⁴⁷ e, conforme informado em seu perfil no sítio eletrônico da Câmara dos Vereadores, atua há 30 anos em defesa “da comunidade da região oeste da cidade, que há muito tempo carece de atenção por parte do poder público municipal”¹⁴⁸.

A “comunidade” a que se refere é o bairro Morro do Meio. Primeiro presidente da Associação dos Moradores, o olhar de Meurer sobre a cidade se vale das vivências que, segundo diz, o levaram a fundar a entidade e a envolver-se em “diversos eventos”, em especial os promovidos pela Igreja.

Meurer demonstra disposição não apenas política, mas para discorrer sobre o seu conhecimento histórico acerca da formação do bairro e das questões que o atingem. Como colaborador do livro *História dos bairros de Joinville*¹⁴⁹, destaca que em 1958 o local, embora bastante

¹⁴⁵ MEURER, Belini. Op. cit. p. 127.

¹⁴⁶ Id. Ibid. p. 136.

¹⁴⁷ Como terceiro suplente, ocupa o lugar do vereador eleito Marcos Aurélio Fernandes, licenciado para assumir o cargo de Secretário de Educação do município.

¹⁴⁸ CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE. **Vereador Belini Meurer**. Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/index.php?goto=vereadores_view&cd=42>. Acesso em: 2 nov. 2009.

¹⁴⁹ CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros em Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992.

povoado, não constava na planta da cidade¹⁵⁰. Migrantes descendentes de alemães e italianos lá se instalaram a partir de 1930 para plantar milho, aipim e arroz. Na década de 1960 o bairro passaria também a ser habitado por operários. É nesse momento que situa “o início do choque cultural entre a população local”. Para as autoras do livro, Meurer informa que, de um lado, “estavam os caboclos brasileiros como foram denominados, um tanto despreocupados e pouco religiosos”, e, de outro, os agricultores “bastante religiosos e laboriosos”¹⁵¹. O choque cultural teria sido agravado nos anos de 1970, quando ali também se formou “uma verdadeira colônia” de migrantes paranaenses. Porém, por força da integração entre os mais jovens, previa que os “confrontos” terminariam. Em contrapartida, sugeria que o abandono e as desigualdades sociais passariam a atingir cada vez mais a vida da população do local.

Embora sem fazer referência ao livro, o jornalista Luiz Fernando Assunção, numa longa reportagem do jornal *A Notícia*, em fevereiro de 1997, qualifica o bairro como “mescla insólita do urbano e do rural”¹⁵². Dando destaque às rixas entre os moradores, o Morro do Meio, “sem esgoto, sem infra-estrutura”, sofria com a “indiferença” dos políticos. À falta de transporte, assistência médica e escolas, somavam-se os loteamentos clandestinos. Informa que os moradores antigos “reclamam que a violência do bairro chegou com a fornada de imigrantes à procura de emprego”. Entretanto, em sua opinião, “com ou sem desavenças raciais ou sociais”, agricultores, operários e comerciantes, “todos esperam melhoria para o bairro, mais infra-estrutura, mais crescimento”¹⁵³.

No discurso do jornalista cruzam-se outros discursos, incluindo o do historiador, pois, a seu jeito, Luiz Fernando Assunção acredita que, para a população empobrecida e abandonada à espera de mudanças, seria necessário “lideranças políticas” menos indiferentes aos problemas do Morro do Meio.

Tal crença é corroborada em outro artigo, agora de autoria de Meurer, publicado alguns meses depois no mesmo jornal.

¹⁵⁰ A denominação Morro do Meio é atribuída às características geográficas no período de estabelecimento dos primeiros moradores. Além de ser cercado por dois rios (Lagoinha e Pirai), o principal caminho culminava num morro ladeado por outros dois. CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). Op. cit. p. 111.

¹⁵¹ Id. Ibid. p. 112.

¹⁵² ASSUNÇÃO, Luiz Fernando. Morro do Meio e seus arrozais. *A Notícia*, Joinville, 9 fev. 1997b.

¹⁵³ Id. Ibid.

Intitulado “Joinville, cidade de formação conservadora”¹⁵⁴, diz Meurer que, “no sentido cultural e político (vamos ser realistas!), a cidade vive uma situação de penúria”. As razões disso deveriam ser buscadas na história e na sociologia. O êxodo rural, resultado de uma “péssima política agrária” nacional, teria provocado o “inchamento” de Joinville por “camponeses” e, como “sociologicamente se prova que o homem do campo é mais conservador em sua essência”, a esse “espírito” camponês “agregou-se o dos antigos moradores de uma vila interiorana e germanófila”. Assim, segundo ele, o conservadorismo reinante em Joinville faz “com que tenhamos uma população facilmente manipulável, que prefere não abrir os olhos diante das ações de suas elites”¹⁵⁵. Encorajadas lideranças deveriam conduzir os dominados, a fim de romper com o estado de penúria política e cultural da cidade.

O distanciamento entre o “real” e o “fantástico” apresenta com esse artigo de Meurer outros elementos elucidativos: a pequenez “das idéias que fervilham nas mentalidades urbanas” e a falta de “ímpeto de luta para combater” as elites dominantes.

A par disso, penso ser possível melhor explicar as aproximações, os distanciamentos, as confrontações e as reciprocidades, explícitas ou implícitas, entre os próprios discursos e que dizem respeito aos contextos sob o olhar dos seus autores.

Por certo, os destinatários imaginados por Meurer para o seu artigo jornalístico não são os mesmos para a sua dissertação. Entretanto o artigo para a reflexão sobre o seu “desejo de saber” histórico e sobre para quem, possivelmente, dirigia o trabalho defendido em 1993¹⁵⁶. Ao debruçar-se sobre a história da cidade, penso que se debruça sobre a sua própria história na cidade.

Para além dos “constrangimentos” do seu lugar na academia, na sua visagem, Meurer procurava com sua dissertação remeter-se aos seus pares, historiadores locais, identificados numa espécie de missão de desmascaramento do que chamava “história oficial” da cidade.

¹⁵⁴ MEURER, Belini. Joinville, cidade de formação conservadora. *A Notícia*, Joinville, 20 fev. 1998.

¹⁵⁵ Id. *Ibid.*

¹⁵⁶ É preciso destacar que Meurer, mesmo após a conclusão do seu doutorado, pouco produziu escritas voltadas à academia. Constam em seu currículo vários artigos publicados em jornais e nenhum em revista científica. A sua tese de doutorado foi defendida em 2000, também na PUC-SP, no Programa de Pós-graduação em Sociologia, sob o título *A ética protestante revisitada: germanismo no sul do Brasil*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6744262111545811>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

Ao mesmo tempo, insinuava falar em nome dos dominados, já que, conforme explicitou, estes não conseguiam discernir sobre as razões de sua própria condição de dominados. Por fim, parece-me que, ao buscar aclarar historicamente os mecanismos de dominação burguesa, Meurer era movido pelo desejo de transformar o exercício intelectual em produção de evidências, por meio das quais tornaria o próprio intelectual (vinculado a algum tipo de institucionalidade) em liderança política esclarecida e empoderada, capaz de converter o “real” em espelho do “imaginário” e vice-versa.

Ora, penso ser possível, por isso, refletir sobre o seu discurso relacionando-o não apenas à questão migratória de Joinville, ou mesmo aos intensos debates ligados ao movimento de renovação teórico-metodológica da historiografia brasileira a partir dos anos 1980. As práticas e representações de caráter político num país que recentemente se livrara de uma ditadura militar manifestavam-se na historiografia e na imprensa local, incitando a imaginação daqueles que estudavam ou analisavam o urbano e os caminhos para sua transformação.

Assim, se Meurer põe em destaque a imprescindibilidade de lideranças na cidade migrante, outros discursos historiográficos contrastantes passam a ser produzidos. É o caso da historiadora Sirlei de Souza em sua dissertação de mestrado, *Ecos da resistência na desconstrução da ordem: uma análise da Revolução de 64 em Joinville*¹⁵⁷. Para além da ideia de “passividade” histórica e política, os migrantes e a migração no meio urbano são analisados por Souza sob outra abordagem que penso estar vinculada ao “retorno à história política”.

É preciso lembrar que tal retorno, conforme explica Ângela de Castro Gomes, se traduziu como “recusa de explicações determinísticas, metodologicamente quantitativistas e marcadas pela ‘presença’ de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço”. No Brasil, os historiadores foram desafiados a responder a “uma demanda social” por “explicações sobre o que estava ocorrendo (e iria ocorrer)” após a experiência ditatorial, fato que corroborou uma mudança de suas “posições públicas” e os aproximou de outros intérpretes do presente, forçando-os, ao mesmo tempo, a rever “suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas”, bem como a incorporar o “tempo presente à história” e a rediscutir as “relações política-cultura”¹⁵⁸.

¹⁵⁷ SOUZA, Sirlei de, 1998. Op. cit.

¹⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, n. 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004.

Outro historiador, José D'Assunção Barros, lembra que o “retorno à história política” teria ainda promovido estudos que enfocam o “poder” não apenas estatal ou institucional, mas também os “micropoderes” emergentes na vida cotidiana e o “uso político das representações”¹⁵⁹.

Todas essas questões atravessam o discurso de Sirlei de Souza. A rejeição à ideia de dar visibilidade histórica apenas a personagens políticas excepcionais, valorizando as “resistências” e o papel dos “movimentos populares”, parece-me estar na base das suas preocupações. Mesmo com uma percepção um tanto homogeneizante dos migrantes, os trata como sujeitos que serão alvo de disputas partidárias e ideológicas a partir da década de 1960.

De maneira inovadora, Souza entende que as narrativas sobre o passado germânico da cidade, veiculadas pelos jornais e pela historiografia¹⁶⁰, tiveram um caráter pedagógico cuja função era mostrar aos novos moradores como deveriam se comportar: “aprender a colaborar” e cultivar “valores” ligados à ordem e ao trabalho¹⁶¹. Afinal, teriam vindo para compor a massa de trabalhadores para as indústrias joinvillenses que se valiam dos efeitos do “milagre econômico” no âmbito local¹⁶².

Entretanto, mesmo diante das orquestrações discursivas produzidas pela ACIJ e por outras instituições locais (62.º Batalhão de Infantaria de Joinville, União Cívica Feminina, Igreja, Lions Clube, Câmara dos Vereadores e Prefeitura), seria primordial para a autora o questionamento da ideia de “conservadorismo” e de passividade da população.

Para tanto, além de documentos impressos, vale-se de fontes orais. Assim, no conjunto de documentos selecionados pela autora, constam jornais (1964 a 1978), coletâneas de leis municipais, biografias, depoimentos transcritos de políticos¹⁶³ e Livro Tombo da Paróquia Cristo Ressuscitado, do bairro Floresta, da década de 1970. Destacam-se entre os documentos escritos aqueles sobre o Partido Comunista Brasileiro de Santa Catarina pesquisados no Acervo DOPS do Arquivo Público

¹⁵⁹ BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 107.

¹⁶⁰ Refere-se às obras de Ternes, *História econômica de Joinville* (1986) e *História do jornal A Notícia: 1923-1983* (1983).

¹⁶¹ SOUZA, Sirlei de, 1998. Op. cit. p. 39.

¹⁶² Id. Ibid. p. 36.

¹⁶³ Trata-se de transcrições de entrevistas orais produzidas para outras finalidades doadas ao Arquivo Histórico de Joinville.

do Paraná. As fontes orais reúnem oito entrevistas feitas pela autora com militantes comunistas que atuaram em Joinville nos anos 1960 e 1970.

Penso que, do ponto de vista teórico-metodológico, estabelece, pelas fontes, as polarizações necessárias para fundamentar sua hipótese: não se tratava de uma cidade conservadora, e pelas histórias silenciadas pelos vencedores iria demonstrar que “nem tudo no passado de Joinville foi ‘príncipe, princesa e flores’ e que a resistência existiu”¹⁶⁴.

Mesmo buscando trazer à discussão as reflexões sobre poder de Michel Foucault, a autora não identifica as “resistências” populares como manifestações de exercício de poder ou “micropoderes”. Parece-me que, para ela, o efetivo exercício de poder é prerrogativa apenas da “rede de relações” das instituições atreladas à elite local. As resistências seriam uma espécie de manifestações desautorizadas, movidas por “mentes e corações que acreditavam no sonho, alguns de um mundo diferente”¹⁶⁵.

Com base nessas polarizações levanta e interpreta as práticas e representações sem estabelecer relações ou contradiscursos em alguns documentos, julgando-os como expressões literais restritas ao exercício de poder das elites sobre os migrantes. Assim, qualifica as narrativas dos jornais como orquestração literária da dominação, afirmando não haver nenhum “indício” capaz de levá-la à percepção das resistências populares nesses discursos. Seria pelas narrativas orais, mesmo pela problematização dos não ditos, que sua hipótese alcançaria êxito, ou seja, apenas por elas seria possível representar politicamente os oprimidos.

Diz ela que, “ao folhear os documentos ligados ao DOPS”, sentiu “calafrios”, pois teve a impressão de estar submergindo na confidencialidade do poder. Tratava-se do “mundo do repressor, aquele que serviu como argumento para prisões, torturas, desaparecimentos e mortes”¹⁶⁶. Mais uma vez, seu olhar sobre tais documentos a leva a reforçar a ideia de que “os registros das resistências só existem na memória daqueles que resistiram”¹⁶⁷, pelo menos durante a ditadura militar.

Há duas questões a considerar que permeiam a análise da autora. A primeira diz respeito ao seu trato com as fontes orais, e a segunda, interligada à primeira, abarca como ela procurou expressar-se politicamente pela dissertação, demarcando sua crítica à medida que

¹⁶⁴ SOUZA, Sirlei de, 1998. Op. cit. p. 140.

¹⁶⁵ Id. Ibid. p. 108.

¹⁶⁶ Id. Ibid. p. 111.

¹⁶⁷ Id. Ibid. p. 112.

interpretava o passado com base no presente urbano que vivenciava e que movia sua escrita.

Beatriz Sarlo chama atenção para as dificuldades que a “guinada subjetiva” abriu para os historiadores e para o campo da história oral. Considera que a intensa valorização da “verdade testemunhal”, direta ou indiretamente, tem concedido aos testemunhos peso superior em relação aos outros documentos, o que, por sua vez, se traduz numa “confiança ingênua na primazia da pessoa e na lembrança do vivido”¹⁶⁸. Mesmo que Sarlo se refira à emergência dos relatos pessoais daqueles que sofreram as violências da ditadura militar na Argentina, suas observações são valiosas para análise do trabalho de Souza, especialmente pelo fato de que, a meu ver, esta última autora atribuiu aos relatos de seus entrevistados um caráter redentor perante os esquecimentos promovidos e resultantes do “mundo repressor”, da imprensa e dos demais agentes de poder a serviço das elites joinvilenses. Com isso, deixou de considerar que o campo da memória é um campo de conflitos, tal qual o campo historiográfico, onde identificou os combates que travava com os demais historiadores.

Problematizar a historicidade de sua escrita seria um desdobramento dessa questão. Lembremos que Souza iniciou sua pesquisa em 1996. Nos jornais é possível deparar com várias reportagens que procuravam discutir a expansão da cidade trazendo não apenas temas ligados às carências de infraestrutura, mas apresentar trajetórias de migrantes que, vivendo entre “sonho e realidade”¹⁶⁹, criavam redes de “solidariedade e de ajuda mútua” como exemplo de superação das dificuldades.

O jornalista João Francisco da Silva, numa matéria intitulada “Cidade generosa e de muitos sotaques”, dizia que, apesar da “diversidade de sotaques” presentes nos bairros de Joinville, não havia “à semelhança dos núcleos nordestinos existentes em São Paulo” nenhum indício de “guetos” ou comportamentos “discriminatórios”¹⁷⁰. Com base nos relatos colhidos de moradores de vários bairros, justificava que, mesmo diante de “alguns espíritos ruins”, os paranaenses e outros migrantes seriam

¹⁶⁸ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁶⁹ ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Profipo: sonho e realidade dos novos migrantes. **A Notícia**, Joinville, 25 maio 1997c.

¹⁷⁰ SILVA, João Francisco da. Cidade generosa e de muitos sotaques. **A Notícia**, Joinville, 1.º set. 1996.

“gente boa e trabalhadora”. Seu discurso parece querer combater ideias negativas acerca da migração e dos migrantes dando destaque aos bons exemplos para com isso produzir, para essas pessoas, um lugar de reconhecimento público no presente e no passado de Joinville.

A insistência em prol dessa visibilidade pública que reconhecesse a contribuição dos migrantes no “crescimento” urbano parece margear não apenas alguns discursos do jornal mais lido na cidade. O *Jornal O Vizinho* (JOV), com tiragem de cem mil exemplares, distribuídos gratuitamente de “porta em porta” pelos bairros da cidade, corroborava, à sua maneira, tal reconhecimento.

Segundo o proprietário do JOV, Altamir Antônio Andrade, o informativo, mais do que empreender uma nova forma de comunicação social em Joinville, buscava dar publicidade a novas personagens, “moradores que se destacam nos seus respectivos bairros com atividades comunitárias e filantrópicas”, e, é claro, fazer propaganda de produtos e serviços mais localizados. Confessando que “para muitos” poderia parecer uma “questão pouco nobre”, Andrade justifica a publicação de “uma seção de piadas com personagens ícones [...], os casais Fritz e Frida; Heinz e Helga; e Harry e Hilda”, buscando combater a imagem de que Joinville “só existira a partir da colonização alemã”¹⁷¹. Assim, as piadas ridicularizando personagens caricaturizadas serviam, para ele, como “represália à soberba germânica”, uma espécie de desforra diante de alguns antigos moradores ainda pouco convencidos de que o presente e o futuro joinvilense seriam de empreendedores migrantes.

Portanto, percepções binárias de caráter moralista, além de insinuar novas práticas de intolerância cotidiana, margeiam o desejo de subjetivar a história da cidade. Não busco com isso estabelecer uma relação direta entre o discurso da historiadora Sirlei de Souza e os dos jornalistas. Porém parece-me que os textos exprimem um contexto de busca de afirmação positivada dos migrantes e da migração.

É possível que, ao lidar com a história oral, Souza respondesse aos desafios da “guinada subjetiva”, dialogando com a historiografia, com os discursos do seu tempo e com as tensas questões que atravessam seu lugar social e profissional.

Em entrevista realizada em 2009, perguntei à historiadora se a migração teria pesado para a escolha e a problematização do tema de

¹⁷¹ ANDRADE, Altamir Antônio. **A prática do jornalismo científico em jornal comunitário e seus tensionamentos**. 2007. 70 p. Monografia (Comunicação Social / Jornalismo) – Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus/Ielusc, Joinville, 2007. p. 28.

sua dissertação. Sem hesitar, respondeu-me que sim, lembrando que havia, na época, uma espécie de jogo de busca para a constituição de um lugar próprio e singular aos migrantes. Disse ela: “A linearidade na cidade que se sustentava por um discurso coeso, étnico estava sendo desconstruída. [...] A cidade em 1998 estava toda misturada”. Na sua avaliação, uns sabiam o que estava acontecendo, “outros resistiam a reconhecer a mistura”¹⁷².

Buscar conhecer as várias cidades do passado que se acumulavam no presente vivenciado exprimia, por outro lado, uma espécie de esgotamento perante as representações que as elites insistiam em reproduzir. O seu trabalho era imbuído de um desejo de “conscientização histórica”¹⁷³, desejo esse estreitamente ligado a sua própria trajetória.

Souza chegou à cidade em 1983 e, em 1986, a convite do pároco do seu bairro passou a militar na Pastoral Operária, “motivada pelas possibilidades de discutir a política sindical e os movimentos reivindicatórios”. Posteriormente, colaborou com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Foi lá que, desenvolvendo atividades de assessoria política, passou a conviver com “lideranças oposicionistas, comunitárias e partidárias, incluindo aqueles que lutavam em movimentos pela moradia”. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1988 a convite do então professor Carlito Merss, candidato pela primeira vez a prefeito de Joinville. Relata que o *slogan* da campanha “1988: construímos Joinville, vamos governá-la” tinha como mote a “ideia de mostrar que os moradores [migrantes] tinham o direito à memória, porque, mesmo silenciados no passado, agora estavam mais presentes do que nunca”. Confessa que pairava uma percepção um tanto maniqueísta e simplista das forças em luta: “germânicos *versus* migrantes”¹⁷⁴.

Lembra que a discussão nos grupos de que participava apontava também para a necessidade de as lideranças se qualificarem academicamente, ou seja, “tinha que militar e se intelectualizar” e vice-versa. Em 1991, entrou no curso de História da Univille, passando a conviver e discutir com professores “que vieram de fora”. Lembra que alguns deles “conseguiram enxergar outra cidade e as contradições dela”¹⁷⁵.

¹⁷² SOUZA, Sirlei de. Depoimento. *Entrevista concedida a Ilanil Coelho e Fernando Cesar Sossai*. Joinville, 6 nov. 2009.

¹⁷³ Id. Ibid.

¹⁷⁴ Id. Ibid.

¹⁷⁵ Id. Ibid.

Entretanto nem tudo era política. Como funcionária de uma empresa prestadora de serviços para a Caixa Econômica Federal, recebeu uma promoção ao concluir sua graduação. Duas inconveniências do novo cargo desafiaram a historiadora. Teria de residir em Florianópolis e representar os interesses da empresa. Já na nova cidade e na nova função, uma inusitada demanda pôs fim a sua ascensão empregatícia: teria de conter a greve dos funcionários que gerenciava. Decidiu abdicar de seu salário e recolher-se à vida acadêmica. Lembra que durante os anos do curso de mestrado não militou e confessa que experimentou, pela primeira vez, a solidão, levando-a a encarar a operação historiográfica como um compromisso para homenagear as personagens conhecidas e anônimas que haviam partilhado “os anseios por mudanças urbanas”. Disse-me: “O trabalho era uma homenagem, voltado não apenas para os movimentos organizados, mas para todos aqueles que teriam ousado resistir de todas as formas”¹⁷⁶.

Também teria escrito para (antigos) professores, militantes partidários e dos movimentos sociais. Motivada pelo desejo de qualificar suas posições, pela dissertação, poderia galgar respeitabilidade política fundamentada no trabalho acadêmico. Poderia deixar-se reconhecer. Mas não apenas isso. Desejava que eles, os seus destinatários, se reconhecessem na sua escrita.

Nesse declarado jogo de intersubjetividades, a historiadora fez uma interessante autocrítica: “Acho que há fragilidade teórica... não dá pra botar culpa no orientador... mas penso que até hoje o meu trabalho tem um lugar, embora muitas daquelas minhas ideias já não valham mais”. Souza refere-se a uma espécie de vencimento do prazo de validade de seu trabalho, também a partir da reflexão sobre sua trajetória posterior. A experiência de ter sido assessora parlamentar mostrou-lhe que o “poder do Estado e o do partido político são apenas pedaços de poder”, como também o são as “redes de movimentos sociais” que, na maioria das vezes, “são reivindicatórias, imediatistas, não pensam na transformação da estrutura social. A luta que travam é por satisfação de carências imediatas e não por direitos próprios de uma sociedade democrática”. Por outro lado, embora tenha alcançado o reconhecimento enquanto “fala autorizada” para os movimentos populares, em sua opinião “a migração dos anos de 1990, de classe média, profissional com capital cultural, elevou o nível de exigências frente ao poder”, tornando agora mais complexo o estudo sobre as resistências urbanas. Conclui: “Hoje eles [moradores] querem novos lugares”¹⁷⁷.

¹⁷⁶ SOUZA, Sirlei de. Depoimento... 2009. Op. cit.

¹⁷⁷ Id. Ibid.

2.4 “RAÍZES PARTIDAS” NA “CIDADE DAS FLORES”

Desenraizados: desajustados, excluídos, sofridos, agricultores, desempregados, operários, desorientados, disponíveis, deslocados, segregados, favelados, solitários, amedrontados, angustiados, oprimidos, tristes, adoentados, cansados e silenciados; migrantes.

Extraída das ideias ou retirada do texto de apresentação do trabalho da historiadora Valdete Daufemback Niehues, essa espécie de glossário submete à apreciação os termos e as representações que a autora erige sobre os migrantes que, na história da cidade, viveriam atormentados, a partir do final da década de 1980, pela pergunta: “Como retornar sem ter para onde ir?”¹⁷⁸.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, por desenraizamento entende-se o “ato de desarraigar”, ou “arrancar pela raiz ou com raízes; tirar inteiramente”¹⁷⁹. Na escrita da autora, o termo está na base de sua problematização que abarca a transição do migrante “de agricultor a operário”. Quem e quais fatores teriam sido sujeitos e objetos do fenômeno? Quais seriam as raízes que ao serem transplantadas não teriam encontrado terreno propício e fértil para (re)arraigar-se?

Pela primeira vez na historiografia local, os migrantes emergem como objetos/sujeitos da operação historiográfica. Além da autonomia temática, a autora buscava superar a superficialidade dos índices e taxas demográficas que, com frequência, eram usados pelos pesquisadores para explicar, ou mesmo incluir, genericamente, a migração como fator de transformação urbana. Niehues informa em nota de rodapé:

Em 1970, havia, em Joinville, 42.937 migrantes oriundos principalmente de vários municípios de Santa Catarina. Em 1980, 113.091 migrantes, dos quais, 57.640 procedentes da área rural, entre os quais, 13.509 oriundos do Paraná. Em 1991, o total de migrantes era de 166.607¹⁸⁰.

¹⁷⁸ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 219.

¹⁷⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁸⁰ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 1.

Porém o seu objetivo era “investigar as formas de ajustamento do migrante rural na cidade de Joinville”. Segundo ela, ao chegarem à cidade, os migrantes “vivenciaram com muito sofrimento a necessidade de reelaborar os valores culturais, tendo que se adaptar à estranha vida urbana”¹⁸¹.

Além da bibliografia acadêmica para fundamentar teoricamente sua abordagem, utilizou como fontes jornais de grande circulação na cidade, periódicos de empresas e depoimentos de migrantes, cujas histórias seriam “de luta, de sofrimento, de trabalho e de resignação”¹⁸².

A dissertação, organizada em cinco capítulos, busca inicialmente analisar “o modo de viver nas comunidades rurais em algumas regiões de Santa Catarina e do Paraná, sob a ótica do migrante”. Para tanto, Niehues, entre fragmentos de narrativas e imagens ilustrativas¹⁸³, procura, como um álbum de memórias, retratar o que considera aspectos comuns das comunidades rurais: “os costumes, os preceitos religiosos, o trabalho, o lazer e as dificuldades de sobrevivência na lavoura”¹⁸⁴.

Entre todos os aspectos, aquele que segundo ela assume maior importância para a manutenção dos valores e que melhor traduz as raízes camponesas é a religiosidade: “A religiosidade era sentida nas manifestações culturais, no ensino formal, no interior das casas. Em qualquer espaço onde ocorriam as relações sociais, havia marcas de religiosidade, ou eram determinadas por ela”¹⁸⁵.

Tal percepção, ao lado da discussão sobre o “tempo” e a lida na rotina camponesa, leva a autora a uma interpretação bastante rígida do mundo rural e do mundo urbano. Não haveria circularidade entre eles. Trechos extraídos das transcrições das narrativas dos migrantes, mesmo suscitando o trabalho subjetivo de seleção da memória, serviram, para ela, como evidência das fronteiras que contrastavam e distanciavam o passado rural e o presente urbano.

¹⁸¹ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit.

¹⁸² Id. Ibid. p. 11.

¹⁸³ Trata-se de fotografias de lugares, pessoas, quadros religiosos, momentos solenes como a primeira comunhão e o casamento, que parecem sair de caixas de recordação vasculhadas pela autora e por seus entrevistados, alguns deles seus próprios parentes, para ilustrar os temas que vão sendo abordados pela escrita. As imagens não têm referência, mas são acompanhadas por legendas que explicam a sua relação com a escrita.

¹⁸⁴ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 11.

¹⁸⁵ Id. Ibid. p. 20.

A meu ver, duas razões de caráter teórico-metodológico possibilitam a Niehues essa rigidez interpretativa. Em primeiro lugar, acredita que para o historiador que trabalha com história oral “o risco é constante porque não se tem como saber até que ponto a visibilidade do cenário apresentado é real ou imaginário”. Por isso, seria preciso ter “cautela ao interpretar os dados fornecidos pelos informantes, [...], podendo haver distorções devido à valorização ou à simplificação do passado”¹⁸⁶. Extrair da memória a verdade incontestável, precavendo-se das artimanhas da imaginação, seria o meio possível para atribuir ao relato oral, devidamente transcrito, um “valor documental”¹⁸⁷. Talvez por isso as histórias de vida de que a autora faz uso não são tratadas como histórias de vida. Inicialmente as citações literais extraídas das transcrições não aludem a dados biográficos sobre quem fala. É necessário recorrer à parte final do trabalho para obter alguns dados dos migrantes entrevistados. A busca da autora pela objetividade histórica conflita com a sua opção metodológica, qual seja, as subjetividades emergentes no processo de produção das narrativas de memórias. Em segundo lugar, pelo fato de Niehues não problematizar as representações e as práticas rememoradas, sua preocupação recai para a historicização do “real” que, segundo pensa, mesmo envolto pela falibilidade da memória, é passível (e possível) de ser apreendido em quaisquer narrativas. Perscrutar os lugares sociais e a multiplicidade de sentidos que os sujeitos imprimiriam na rememoração de suas trajetórias como camponeses (agricultores) ou como operários não faria nenhum sentido, pois uma realidade superior às suas existências determinaria, de partida, seus lugares como seres de pouca influência sobre o contexto de suas experiências narradas. Assim, o rural parece atravessar a vida dos entrevistados, e não há, para a autora, evidências para também se pensar o contrário.

As determinações históricas que atravessam o campo a partir da década de 1960, às quais se impuseram a “mecanização da lavoura”, a introdução de novos padrões de consumo e a emergência de uma nova “divisão social” do trabalho, teriam culminado na “vitória da cidade sobre o campo”. No conjunto, tais transformações desencadeariam o “processo migratório principalmente de jovens atraídos pelo conhecimento de novas formas de convivência social e de trabalho”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 11.

¹⁸⁷ Conforme indica na discussão teórica elaborada na introdução do trabalho. Id. Ibid. p. 11.

¹⁸⁸ Id. Ibid. p. 57.

Aliás, para Niehues, a busca por trabalho torna-se o principal motivo de interpelação (individual e coletiva), de quebra, de cisão, de rearranjo das unidades (familiares e morais) e das instituições (religiosas e educativas) que agenciavam a vida no campo. Diante dos fatores econômicos de repulsão, para os agricultores restaria apenas um caminho: rumar para as cidades.

Niehues defende a ideia de que os migrantes nas décadas de 1970 e 1980 foram submetidos a uma “expulsão voluntária”¹⁸⁹, ou seja, impulsionado pelas condições conjunturais e estruturais do campo, o deslocamento espacial, embora de iniciativa de indivíduos e grupos, estava estreitamente ligado às necessidades de sobrevivência e de expectativa de ascensão social. Para complementar o argumento, busca compreender as razões que teriam levado Joinville a se transformar no destino preferencial dos migrantes.

As indústrias da cidade, na década de 1970, teriam sido beneficiadas pelas políticas desenvolvimentistas empreendidas pelo governo militar. Com recursos, aproveitaram (especialmente a Tupy) para expandir suas capacidades produtivas, entrando com grande força no mercado nacional automobilístico. Diante de “um desequilíbrio entre a oferta de emprego e a quantidade de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho”¹⁹⁰, quem chegava à cidade, além do apoio de parentes e amigos já instalados, contava com oferta de emprego, auxílio para hospedagem e transporte proporcionados pelas empresas.

Várias “campanhas de recrutamento e seleção”, associadas à “influência dos meios de comunicação”, dando publicidade para a oferta de empregos e para as benesses do mundo urbano, tornaram-se fatores adicionais de estímulo/atração para migrantes das cidades vizinhas e do Paraná. Nesse ponto, considero bastante originais a investigação e a análise feitas por Niehues sobre a estratégia de propaganda em rádio e por meio de panfletos, então levada a cabo pelas empresas e pelo poder público municipal.

Durante a década de 1980, entretanto, os fatores de atração para Joinville esvaíram-se. Conforme suas palavras:

¹⁸⁹ NIEHUES, Valdete Daufemback. *Op. cit.* p. 63.

¹⁹⁰ Id. *Ibid.* p. 92.

As empresas sofreram uma retração no seu desenvolvimento por conta da política econômica brasileira, não conseguindo absorver a mão-de-obra disponível. Aos poucos, o desemprego foi tomando uma proporção alarmante e as empresas tornaram-se mais exigentes no processo de seleção de pessoal. Se até então “fechavam-se os olhos” para contratar os trabalhadores, criou-se uma situação inversa¹⁹¹.

Associa-se a esse efeito o fato de que “a cidade continuou recebendo diariamente migrantes que desembarcavam, na rodoviária, esperançosos em melhorar a qualidade de vida”¹⁹².

Segundo a autora, foi nesse momento que, para o poder público municipal, a migração deixou de ser solução para se tornar um problema, pois “teria que agenciar de alguma forma os problemas da população ociosa na cidade”¹⁹³. Assim, “excluídos da roça, seduzidos pela cidade e excluídos da fábrica, esses migrantes perderam toda e qualquer referência e noções de direitos, restando a conformidade de acreditar que se tratava de um fracasso pessoal por força do ‘destino’”¹⁹⁴.

Penso ser necessário fazer aqui uma digressão com o intuito de refletir sobre os caminhos teóricos que a autora buscou trilhar para construir representações um tanto vitimadas sobre a migração e os migrantes em Joinville. Lembro, mais uma vez, que sua significativa contribuição historiográfica foi trazer à tona um conhecimento sobre o tema que ultrapassou a superficialidade dos índices populacionais e dos níveis de emprego e desemprego, optando por construir padrões gerais para a compreensão do fenômeno migratório no âmbito local.

Niehues não concentra suas explicações apenas nos fatores estruturais de “repulsão-atração” que impulsionaram a migração. Discute a migração e o migrante inserindo questões relacionadas aos padrões de comportamento, hábitos, valores e aos arranjos sociais que interferem no deslocamento/desenraizamento e na adaptação/

¹⁹¹ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 113.

¹⁹² Id. Ibid.

¹⁹³ Id. Ibid. p. 114.

¹⁹⁴ Id. Ibid.

ajustamento no novo local. Baseia-se em escritos da década de 1980 e início dos anos 1990, entre eles a obra da antropóloga Eunice Durham (1984)¹⁹⁵, *A caminho da cidade*.

Niehues concorda com Durham ao destacar que o deslocamento no espaço geográfico está no mesmo plano do deslocamento social. Ao serem movidos por relações de parentesco, vizinhança, amizade ou outras, os migrantes granjeiam informações para reduzir os riscos próprios à migração, obter um mínimo de auxílio à adaptação na cidade e procurar, com êxito, efetivar os objetivos traçados nos seus projetos migratórios. Por isso, migrar, ainda que resulte num ato individual, é um processo social envolvido e que envolve o contexto onde se insere. Todavia para Niehues a questão que assume uma proporção bastante dramática é o que chama de “ajustamento” dos migrantes no espaço urbano, especialmente quando Joinville deixa de apresentar facilidades de acesso ao emprego industrial.

É desse posicionamento de Niehues que procuro, nesta digressão, aprofundar o diálogo a fim de melhor aclarar as aproximações e as diferenças entre a sua e a minha interpretação e abordagem sobre o tema, respeitando, obviamente, os recortes temporais e sociais que estabeleceu: as vivências dos migrantes rurais das décadas de 1970 e 1980 em Joinville.

A primeira questão que ponho em causa consiste em refletir sobre a representação vitimada que levou Niehues a relacionar motivos, consequências e dilemas dos migrantes numa perspectiva histórico-estrutural e objetiva.

¹⁹⁵ Segundo Durham, o fenômeno migratório é expressão das “transformações na própria sociedade brasileira”. Por isso, não pode ser compreendido isoladamente. Porém cabe esclarecer os mecanismos sociais que envolvem o processo de migração e de integração da população de origem rural nos centros urbanos. Considera simplista a concepção dualista entre rural (agrário-tradicional) e urbano (industrial-moderno). Em primeiro lugar, porque não se trata de duas realidades que se excluem ou se opõem. Ao contrário, tanto uma quanto outra dependem da integração “como elemento necessário de desenvolvimento” mútuo. Em segundo lugar, “a migração é justamente um dos fenômenos que apontam para essa inter-relação necessária”, ou seja, é um processo manifesto dos vínculos entre economia agrário-tradicional e “economia competitiva”, suscitando nos indivíduos o desejo de melhorar de vida e ascender socialmente. Os indivíduos deslocam-se a partir do cálculo que fazem entre o que deixam para trás e o que esperam conquistar. Por isso, afirma que “nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico”. Especificamente no Brasil, ela é parte integrante da cultura, significando para os indivíduos caminho para a mobilidade social. Disso resulta sua compreensão, sob a qual apresenta a migração não apenas como expressão da racionalidade econômica, mas também como produto da racionalidade social. DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984. p. 7, 9 e 136.

O demógrafo Fausto Brito, num ensaio sobre os recentes desafios teóricos abertos pela migração interna no Brasil, afirma que, das teorias econômicas e sociológicas, prevaleceu a ideia de que “a migração era racional e necessária para o indivíduo que migrava, em particular, e positiva e funcional para o desenvolvimento da economia e modernização da sociedade”. No entanto os estudos mostraram que muitos migrantes não conseguiram “transformar a sua esperança em realidade, apesar do dinamismo da economia e da abertura propiciada pelas mudanças em direção à modernização social”¹⁹⁶.

Do ponto de vista do capital, as migrações perderam o seu papel positivo e necessário. Por outro lado, os migrantes e os não migrantes cada vez mais se tornaram indiferenciados em relação ao acesso a empregos, serviços públicos básicos e moradia. A “externalidade positiva” das cidades que atraía migrantes passou a ser aniquilada pela “externalidade negativa” da vida na cidade. Por conseguinte, a mobilidade espacial “se descolou” da mobilidade social. Diz o autor:

[...] a sociedade urbana, mais competitiva e cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, aumentou os seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. Conseqüentemente, as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido freqüentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural. A racionalidade econômica que, segundo o velho paradigma¹⁹⁷, era a bússola necessária para o migrante encontrar o seu caminho, no novo padrão migratório torna-se, mais ainda, obsoleta diante dos riscos envolvidos¹⁹⁸.

Nos anos 1990, portanto, a própria face do fenômeno migratório começaria a fazer ruir a ideia de que haveria uma articulação entre mobilidade espacial e mobilidade social, tese defendida por Durham

¹⁹⁶ BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. p. 14.

¹⁹⁷ Por paradigma Fausto entende “os modelos, ou as idéias que durante um certo período orientam a atividade científica e sobre os quais há um certo consenso”. Id. *Ibid.* p. 6.

¹⁹⁸ Id. *Ibid.* p. 16.

nos anos 1980, na qual Niehues fundamenta a sua interpretação. Por conseguinte, a explicação do fenômeno como resultante da combinação entre fatores de repulsão e atração perde também vigor à medida que a “integração” dos migrantes na cidade não se efetiva conforme as previsões teóricas. Em tempos de intensificação dos fluxos globais, outras questões passam a desafiar o olhar dos estudiosos.

Para Brito, o que se põe em jogo agora é a dimensão política que a própria migração instituiu, visto que os migrantes no meio urbano, ao se tornarem dispensáveis, se transformaram em “mero objeto das políticas de transferência de renda do governo” e, ao mesmo tempo, alvo de crescentes barreiras econômicas e sociais voltadas ao tolhimento da liberdade de movimento. A necessidade de politizar a questão, segundo pensa, passou a ser um imperativo para elaborar um novo paradigma que deve levar em conta “o direito à liberdade de se mover no território” e o “direito à não mobilidade, à recusa a mobilidade forçada, fruto da violência do Estado ou do capital”¹⁹⁹.

A problematização do conteúdo da liberdade de movimento, circunscrito à liberdade de venda de força de trabalho, também deslocou a migração do plano econômico para o plano político. Para Brito, além da isonomia no direito à mobilidade espacial, como fundamento do novo paradigma de explicação das migrações internas recentes no Brasil, é preciso “avançar em direção ao futuro e pensar sob que condições econômicas e sociais a mobilidade espacial pode voltar a se articular com a mobilidade social”. Porém não se trata de “pensar políticas migratórias, mas de entender [...] a dimensão política das migrações internas no plano do direito e da justiça social”²⁰⁰.

Niehues desenvolve sua investigação entre os anos de 1998 e 2000. Embora pouco discuta essa nova dimensão política, a sua escrita deixa transbordar as inquietações perante as inconveniências da migração rural-urbana. Olhando de fora e de longe²⁰¹, opta por produzir representações que revelam o quanto personagens silenciosas foram coagidas por condições históricas alheias às suas vontades. Denuncia ela, em tom perturbador, na conclusão do seu trabalho:

¹⁹⁹ BRITO, Fausto. Op. cit. p. 19.

²⁰⁰ Id. Ibid.

²⁰¹ Retomo a expressão de Magnani utilizada no Capítulo I. MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out. 2008.

Joinville é uma cidade constituída, em sua maioria, de migrantes oriundos principalmente do campo. No entanto, a diversidade cultural parece não ser reconhecida pelos formadores de opinião que continuam divulgando o caráter germânico de seus habitantes²⁰².

O direito ao justo reconhecimento histórico e cultural, defendido pela autora, a mim soa como uma reivindicação sobre os direitos de pertencimento à cidade, os quais pensa não poderem ser cobrados pelos migrantes, mas pela escrita histórica ante os “algozes” que germanizaram, no conjunto, a população. Entende a germanização como processo de opressão, exploração e exclusão do sistema no âmbito local que transformou o migrante rural em operário.

É oportuno retomar aqui a ideia que venho procurando defender acerca da etnicização historiográfica como pressuposto norteador dos historiadores para se contraporem à “história tradicional” e incluírem novos sujeitos na história da cidade. Penso que a dimensão política da questão migratória palpita nas linhas e entrelinhas do discurso histórico de Niehues quando este se refere ao reconhecimento da diversidade cultural e também das desigualdades sociais do passado e do presente germânico da cidade.

Sobre as evidências apresentadas pela autora acerca dos problemas acarretados pela migração para Joinville – ocupações de manguezais, desemprego e pauperismo –, há outro aspecto a considerar. Penso que Niehues faz ressoar no campo historiográfico a representação da migração e dos migrantes como problema. Os migrantes seriam “corpos fora do lugar”²⁰³, uma espécie de fatos vivos distorcidos da cidade. Desintegrados, estão (não estando) nela. A migração, por extensão, constitui um problema para a cidade, para os migrantes e para a historiografia. É importante

²⁰² NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 228.

²⁰³ Refiro-me à ideia desenvolvida por Abdelmalek Sayad sobre o que é o imigrante. Ao considerar a imigração como objeto de investigação, os pesquisadores devem questionar o pressuposto, bastante recorrente nos estudos, de que se trata de um “objeto social e politicamente dominado”. SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 299.

destacar que tal representação generaliza e, de certa maneira, deixa de lado a multiplicidade e a complexidade do fenômeno migratório em Joinville a partir dos anos 1980²⁰⁴.

“Raízes partidas”²⁰⁵ é uma expressão que retirei do último capítulo, denominado “Vidas transplantadas”. Nele, a ideia de desenraizamento ganha vigor argumentativo. Niehues insinua que os sujeitos, como as plantas, possuem raízes sólidas e que ao serem arrancadas de um terreno poderiam ser cravadas em outro, desde que pudessem retirar os nutrientes necessários para mantê-las vivas, tal como sempre foram. Penso que, metaforicamente, por raízes a autora concebe a identidade, a migração, o processo de quebra e transplantação da identidade, e a cidade, como terreno impróprio para sua (re)fertilização.

Haveria aí marcações um tanto idealizadas para fundamentar o conceito de perda da identidade dos migrantes no mundo urbano (igualmente idealizado), representado como solo das angústias, dos medos, da melancolia, da exclusão e do silêncio. Parece-me que a identidade para a autora é marca do sujeito, adquirida pelos padrões de comportamento, valores e hábitos no meio rural. Soterrada pelas novas experiências, emerge a sensação de perda e desnaturação.

Ademais, a cidade para Niehues é aquela esquadrinhada pela fábrica, pelo capital. Suas sociabilidades são determinadas pela lógica do espaço fabril. Não haveria fronteira entre fábrica e cidade, e os migrantes seriam vítimas de ambas. A ilusão simbólica das flores deveria, assim, ser quebrada tal como as raízes dos migrantes.

Referindo-se a Bosi, destaca que, “ao perder as referências, [o migrante] obriga-se a encontrar formas que lhe dêem o direito de pertencer a um grupo, para dar sentido à vida”. Contudo encontra inúmeras dificuldades. Como operário, “é tomado pela fadiga porque é obrigado acompanhar o ritmo da produção”, o que o leva, “inevitavelmente, à alienação”. Nos finais de semana, “inconscientemente, continua exercendo atividades que requerem esforços físicos, repetitivos, às

²⁰⁴ Em primeiro lugar, como já discuti no Capítulo I, migrantes oriundos de outros centros urbanos brasileiros, escolarizados e qualificados, não são vistos, pelo menos sob a ótica empresarial e de alguns segmentos políticos, como problema, haja vista as vantagens empregatícias que lhes são colocadas. Em segundo lugar, no processo de recomposição econômica da cidade nos anos 1980 e 1990 (a qual inclui a reestruturação industrial com vistas à inserção das empresas no mercado global, bem como a terceirização e o projeto para tornar Joinville polo de turismo de eventos e negócios), a representação da migração por meio de um jogo de vocábulos que se excluem parece-me alimentar e inspirar as caracterizações sobre quem são ou se tornam sujeitos problemas ou soluções para o presente e o futuro urbano.

²⁰⁵ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 186.

vezes sob a vigilância do relógio, como se fosse o prolongamento do trabalho na fábrica”²⁰⁶. Adaptar-se ao “universo urbano” levou muitos ao adoecimento.

Na interpretação de Niehues, o enraizamento assume a função de restabelecer a dimensão humana do migrante. Porém não se trata de um processo de apropriação da cidade, mas de certo ajustamento em relação aos seus padrões de comportamento. Para tanto, os migrantes valeram-se “das relações pessoais para ajustar-se aos padrões culturais da cidade que foram assimilados em parte, mas sem esquecer os costumes adquiridos no local de origem”²⁰⁷.

Entende que a “Manchester Catarinense” disponibilizou aos migrantes a base de sua nova identidade, ou seja, a de operário. Essa nova identidade incidiu sobre os caminhos de sua integração nas mais variadas e corriqueiras situações. Entretanto a identidade de operário causou, àqueles que essencialmente são agricultores, desajustamentos que apenas seriam amenizados pela ideia “de um dia poder voltar ao campo” e pela “continuidade da observação dos preceitos religiosos cultivados [...] no local de origem”²⁰⁸. Por isso, assujeitados pela mobilidade espacial, os migrantes estariam condenados a ser migrantes.

A autora não vê as transformações da cidade a partir das práticas e representações vinculadas à migração. Eis outra dimensão vitimada desses sujeitos no espaço urbano, a qual procurarei, no Capítulo III, aprofundar. Concebo a cidade como obra humana, ou seja, a materialidade de suas formas (perfil e silhueta do espaço construído) comporta as marcas das suas sociabilidades (relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos), bem como as percepções e os sentimentos do “viver urbano”²⁰⁹.

Não contesto o fato de que o migrante rural que abandonou seu lugar de origem não teria vivenciado sentimentos de perda. Porém penso não ser possível, por meio dos conceitos de desenraizamento

²⁰⁶ NIEHUES, Valdete Daufemback. Op. cit. p. 189.

²⁰⁷ Id. Ibid. p. 225.

²⁰⁸ Id. Ibid. p. 194. Além disso, conforme suas palavras no final da dissertação, a Igreja, “enquanto espaço socializador, ocupou uma posição estratégica na vida dos migrantes, tanto no sentido de reuni-los, confortá-los e/ou aliená-los”. Id. Ibid. p. 231.

²⁰⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. p. 12.

e enraizamento, explicar genericamente os processos de migração e de identidades urbanas, ainda mais quando se utilizam como fonte relatos orais²¹⁰.

Em primeiro lugar, migrar pode ser uma “maneira de fazer”, uma “atividade tática” de enfrentamento diante das condições instituídas por outros²¹¹. Se aparentemente é ação extraordinária, a iniciativa de migrar, assim, não poderia ser concebida como uma resistência dos sujeitos à reprodução uniformizadora (de caráter econômico e sociológico) que vem do campo e da cidade? Não se trataria nesse caso de considerar o ato de migrar como uma “(re)invenção do cotidiano” de sujeitos e grupos? Penso que sim. Nesse caso, a minha hipótese é que a ideia de desenraizamento é muito mais significada pela historiadora do que pelos migrantes que entrevistou. Sua operação historiográfica “folheada” expressa, a meu ver, uma espécie de aprisionamento da categorização teórica que ela atribui ao ato de migrar, momento crucial de desenraizamento.

Em segundo lugar, há o trato interpretativo da autora, que considera o desenraizamento como a transplantação de uma identidade rural e o seu ajustamento adaptativo a uma identidade impositiva da cidade. Em ambos, identidade é concebida como atributo fixado por padrões culturais específicos.

Tomaz Tadeu da Silva, ao discutir a produção social da identidade e da diferença, aponta que recorrentemente, no discurso da diversidade, tanto uma quanto outra “tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posições”²¹². Aparentemente a identidade se esgotaria a si mesma ao afirmar uma posição. Entretanto, enquanto afirmação, ela só pode existir como negação, ou seja, diante da diferença. Nisso me parece residir a dificuldade de Niehues, pois, ainda me valendo das palavras de Silva, “seria preciso considerar a diferença não simplesmente como **resultado** [grifo meu] de um processo, mas como o **processo mesmo** pelo qual tanto a

²¹⁰ Lembremos que as construções narrativas expressam não o que de fato ocorreu, como busca Niehues, mas os significados de quem narra, nas situações específicas de narração, incluindo as expectativas do entrevistador.

²¹¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 10. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 79.

²¹² SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 73.

identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas”²¹³.

Ao não percebê-las como relações sociais, permeadas por relações de poder e disputas e sim como resultados, identidade e diferença são vislumbradas por Niehues de forma binária e excludente. Mesmo que afirme que sob a representação da identidade de Joinville, enquanto “cidade das flores”, há uma construção ideológica de falseamento, penso que ela acaba por normalizar e hierarquizar arbitrariamente uma identidade – “cidade-trabalho” ou “cidade-fábrica” – como a identidade de Joinville. Eis no fundo o que aproxima a sua interpretação das de outros historiadores.

Segundo Silva, seria preciso problematizar as bases dos binarismos em torno dos quais se organizam a identidade e a diferença, para perceber que a “força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade”²¹⁴.

Se “todos os essencialismos nascem do movimento de fixação”²¹⁵, seria preciso precaver-se da armadilha de criticar uma identidade essencializada, valendo-se dos mesmos pressupostos, instrumentos e objetivos. No caso de Niehues, penso que o vigor da sua crítica se esvai à medida que opta por produzir, pelo próprio punho, uma identidade tão essencializada aos migrantes e à cidade quanto aquelas que busca achacar.

Ao não considerar o movimento fluido e móvel das relações que produzem tanto a diferença quanto a identidade dos moradores (migrantes ou não) da cidade, não consegue visualizar os movimentos que conspiram contra a fixação de uma identidade que lhe aparece como normalizada, por meio da qual também lhe permite defender a ideia de “desenraizamento”, “raízes partidas”, “perda de identidade” e “desajustamento” do migrante.

Já me referi no Capítulo I à importância da ideia de hibridismo para a análise dos processos culturais contemporâneos. Em relação à identidade e à diferença, penso que o hibridismo permite apreender Joinville e os itinerários dos migrantes joinvilenses como processos (e não resultado) marcados por conflitos, interações, interlocuções, combinações e intercâmbios que, mesmo assimétricos, põem em causa

²¹³ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op. cit. p. 76.

²¹⁴ Id. Ibid. p. 83.

²¹⁵ Id. Ibid. p. 86.

as múltiplas e plurais vivências de diferenças e de identificações urbanas.

Há outra dimensão da ideia de hibridismo, agora proposta em Silva, que permite evidenciar o que caracteriza toda a identidade: “a experiência do ‘não sentir-se em casa’”. Os migrantes, ao exporem a diferença como processo não determinado “unilateralmente, pela identidade hegemônica” (naturalizada), acabam por instar e desafiar ainda mais os sentimentos de pertencimento urbano. Cruzar fronteiras ou “estar na fronteira” englobaria não apenas a mobilidade espacial, mas também o “mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades”²¹⁶.

Nesse ponto, ganham também importância as palavras de Zygmunt Bauman, para o qual “o campo de batalha é o lar natural da identidade”, pois para os sujeitos se trata sempre “de luta simultânea entre a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado”²¹⁷.

Por estarem estreitamente ligadas a sistemas de significação, é necessário questionar, por outro lado, os suportes que sustentam as representações das identidades. No que tange aos processos discursivos, não bastaria descrever como as identidades são fixadas. Adverte Silva: “O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos lingüísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo”²¹⁸. Descrever seria uma forma não apenas de traçar, mas de fortalecer o que pode ou não continuar sendo.

Chamando atenção para as questões que envolvem “recorte” e uso das citações, Silva destaca ainda que as repetições narrativas são eficazes para a vitalidade das identidades hegemônicas e também para a sua contestação: “A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes”²¹⁹. Interromper um processo de repetição, mesmo que se lance mão de novas repetições, seria uma possibilidade para “pensar a produção de novas e renovadas identidades”²²⁰.

As questões que envolvem os discursos sobre a identidade e a diferença têm implicações que considero muito pertinentes para a análise

²¹⁶ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op. cit. p. 73.

²¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Identidades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 83.

²¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op. cit. p. 93.

²¹⁹ Id. Ibid. p. 95.

²²⁰ Id. Ibid. p. 96.

historiográfica da obra de Niehues. Para justificar tal pertinência, valho-me de dois outros atos narrativos: uma reportagem da jornalista Marlise Groth, de julho de 1999²²¹, e uma entrevista que fiz com Niehues, em 2009²²².

No clima que antecedeu as comemorações pela passagem dos 150 anos de Joinville, Groth propôs esclarecer a seus leitores um problema que considerava palpitante: “Desemprego, migração e um intenso trabalho em prol do resgate histórico se misturam com a apatia, o *marketing* e a dúvida – Joinville preserva suas raízes?”²²³.

Na sua percepção, na cidade existiriam dois grupos distintos:

O de pessoas que nasceram aqui, são descendentes dos imigrantes (o que, segundo o presidente do Instituto Joinville 150 anos, Udo Döhler, representa apenas 7% da atual população) e os migrantes, aqueles que deixaram suas cidades de origem e vieram a Joinville em busca da tão sonhada oferta de emprego²²⁴.

Referindo-se à entrevista que fizera com Niehues, afirmava que a migração expunha para a cidade muitas histórias de desenraizamentos, pelas quais se explicava o aumento do número de bares e de igrejas nas comunidades pobres. Essa “crise social” acarretava outros problemas. Para saná-los, a jornalista faz uso de outra citação de Niehues: “Faltam centros de lazer para as famílias, falta valorização da cultura do bairro e de centros comunitários ativos, que promovam o crescimento da população como um todo”²²⁵.

Na chamada “Do manguê para a rua asfaltada”, a jornalista reúne depoimentos de migrantes objetivando reforçar a descrição de migrante que Niehues construía em sua entrevista: ex-agricultor, pobre e apático diante da vida urbana. Escreve a jornalista:

Arcanjo, Jerônimo, Vanderley e Antônia vêm uma Joinville diferente daquela vivida pelos

²²¹ GROTH, Marlise. Cidade vive conflito social e cultural. **A Notícia**, Joinville, 5 set. 1999b.

²²² NIEHUES, Valdete Daufemback. Depoimento. **Entrevista concedida a Ilanil Coelho e Fernando Cesar Sossai**. Joinville. 18 nov. 2009.

²²³ GROTH, Marlise. Op. cit.

²²⁴ Id. Ibid.

²²⁵ Id. Ibid.

moradores do centro. Uma cidade bonita que, ao mesmo tempo, lhes oferece um dia-a-dia amargo e onde o centro aparece como área privilegiada. Vivem uma realidade que muito joinvilense não conhece. “Uma periferia empobrecida que estava mascarada e que agora começa a aparecer próxima da rodovia”, destaca a historiadora Valdete Daufemback²²⁶.

Nos “bairros de migrantes”, “costumes” próprios existiriam, porém bastante distantes das tradições dos moradores com “raízes” [entenda-se aí as raízes normalizadas, quer pela história da cidade, quer pelo seu próprio discurso jornalístico]. Afirma que, da mesma forma que na Estrada Bonita²²⁷ os moradores ensinam os filhos e os netos a produzir o queijo e o melado e a cuidar dos animais, no loteamento Estevão de Mattos²²⁸ os costumes também são ensinados, porém são bem diferentes. O exemplo esclarecedor era o do menino Alissom (filho de um migrante caminhoneiro), que, aos “dois anos, já tem noções de como segurar o taco de bilhar e qual bola deve acertar entre as coloridas que estão na mesa”²²⁹.

Parece-me que o seu discurso jornalístico procura, de um lado, interromper a fixidez, suportada nesse caso pela descrição de uma identidade representada nas tradições da Estrada Bonita, e, por outro lado, expor a diferença como fato constatado a ser devidamente reconhecido (fixado), enquanto evidência inquestionável da diversidade urbana. Metaforicamente, é possível dizer que na musicalidade de sua descrição sobre a diferença, protagonizada pelos desenraizados migrantes, busca produzir uma espécie de nova letra para uma velha e harmônica melodia a ser ouvida²³⁰.

²²⁶ GROTH, Marlise. Op. cit.

²²⁷ Trata-se de uma região voltada ao turismo rural que se situa a 23 quilômetros do centro de Joinville.

²²⁸ Loteamento integrante do bairro Paranaguamirim, localizado na zona sudeste da cidade. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2006. Joinville: IPPUJ, 2006.

²²⁹ GROTH, Marlise. Op. cit.

²³⁰ O recurso a essa metáfora não é original. Alguns meses antes, Groth, ao fazer a cobertura do lançamento do projeto de comemoração do sesquicentenário da cidade, destacou as palavras do presidente da comissão organizadora, empresário Udo Döhler. Ao explicitar a importância dos eventos, programados para 2001, para o os cidadãos joinvilenses dizia: “Queremos que a canção do aniversário da cidade seja cantada por 400 mil pessoas”. GROTH, Marlise. Cidade abre a programação dos 150 anos. **A Notícia**, Joinville, 10 mar. 1999a. **AN Cidade**, p. 1.

Recortando e fazendo uso de outra citação de Niehues, Groth conclui a reportagem:

O povo local tem um semblante triste, fruto da cultura de fábrica. “Quando os imigrantes chegaram à Joinville buscaram refúgio na alegria da cultura, das danças, do teatro, canto e música. Por que não fomentar isso nos bairros por meio de centros permanentes de cultura? Locais onde as crianças tenham acesso a boas bibliotecas e criem o hábito da pesquisa e da leitura, onde possam ampliar os horizontes e não ficar à mercê da ignorância?”²³¹.

Como se vê, o campo de batalha no qual se colocam em jogo os discursos sobre a identidade e a diferença na cidade é contraditório e hesitante, pois explicita a intenção de interromper repetições que trazem consigo a fixidez da identidade joinvilense, legitimada pelo passado imigrantista, e ao mesmo tempo busca referenciar o vir a ser de uma identidade a ser talhada de forma benevolente e não menos carregada por desejos de normalização.

Alissom e seu pai, em vez de jogar bilhar, deveriam ser livrados da ignorância. Nesse caso, não é posta em causa a irredutível diferença que os migrantes protagonizam. Ao contrário, as citações que a jornalista usa em movimentos de repetição discursiva a auxiliam na empreitada de (re)produzir, em sintonia, os novos e emergentes termos de Niehues e de outros do seu tempo.

Além disso, a concepção de cultura como letramento e artes que atravessa o discurso vitima duplamente os “desenraizados”, agora considerados os “sem cultura”; além disso, qualificando genérica e negativamente a população da periferia, delega ao poder público o papel de fomentar e estabelecer as bases para uma nova identidade urbana, mais condizente com a imagem positiva da identidade interrompida.

Em entrevista que realizei com Niehues, perguntei-lhe como e por que os discursos sobre a comemoração do sesquicentenário da cidade afetaram suas interpretações historiográficas. Disse-me que, naquele contexto, lhe causava indignação o fato de que as discussões sobre a diversidade cultural de Joinville eram vazias, pois se restringiam às características étnicas dos pioneiros e não consideravam o “real”

²³¹ GROTH, Marlise, 1999b. Op. cit.

da cidade. Recordando-se da contenda entre dois historiadores que consistiu numa disputa sobre a “verdadeira” nacionalidade da maioria dos primeiros imigrantes (alemães ou suíços), ficavam de lado os problemas da “cidade-trabalho”, da “cidade-indústria”, desprovida da vivacidade das cores, “fechada” e “silenciosa”. O “real” joinvilense exigia outra história, uma “história vista por baixo”, que denunciasses o sofrimento dos “vencidos”, trabalhadores migrantes²³².

A escolha do tema de sua pesquisa fora motivada pelos questionamentos abertos desde sua chegada a Joinville, em 1971. Veio sozinha, “com a cara e com a coragem”. Trouxe apenas o endereço de uma conhecida de sua mãe, proprietária de uma pensão. As primeiras impressões contradiziam o que ouvira falar por parte do pároco da Igreja de sua cidade de origem. Dizia ele em seus sermões que São Ludgero não deveria se industrializar, pois onde há indústria há pobreza e feiúra. Não era isso que ela constatava nas suas primeiras incursões pela cidade. Com receio de se perder, elegia alguns pontos de referência. Entre as casas bonitas, o primeiro ponto memorizado foi o Museu Nacional de Imigração. Foi lá que, pela primeira vez, encontrou a história da cidade. Porém explica ela que era uma “história oficial”, ou seja, aquela produzida sob encomenda, financiada por empresas, cuja finalidade também era encomendada²³³.

Depois de um mês conseguiu emprego. Trabalhou como costureira em duas empresas e confessa que foi uma experiência bastante dolorosa. Lembra que não podia conversar ou mesmo ir ao banheiro quando desejasse²³⁴.

A lembrança daqueles dias foi narrada pela historiadora com detalhes, levando-me a problematizar algumas questões que atravessavam o lugar social de onde partia sua escrita histórica. Disse-me que apenas quem vive ou viveu o “chão de fábrica” tem a dimensão do quão desumanas são as relações de trabalho na indústria. O espaço fabril é um espaço fechado, sem janelas, opressor, e as relações que se estabelecem são mediadas pelo medo, pelo silêncio, pela ausência de cordialidade entre os próprios trabalhadores. Lá, ainda segundo ela, não se sonha ou pensa. Busca-se apenas a meta da produção. Em

²³² NIEHUES, Valdete Daufemback, 2009. Op. cit.

²³³ Id. Ibid.

²³⁴ Id. Ibid.

sua fala, a degradação parece não ser objeto de reflexão crítica dos próprios trabalhadores.

Optou por libertar-se do espaço fabril, abrindo uma sala de costura própria. Teve filhos, cuidou deles e da casa. Anos mais tarde, decidiu retomar os estudos. Graduou-se em História e fez um curso de especialização em Itajaí. Foi nesse momento que iniciou academicamente sua investigação, pois o envolvimento com movimentos sociais de bairros e sua atuação no Centro de Direitos Humanos já lhe haviam permitido conhecer as “pegadas”²³⁵ deixadas pela migração.

Em que pese o fato de Niehues desejar “dar voz aos vencidos”, a sua escrita, contrastando com sua intenção, parece reforçar a voz (vitoriosa) dos vencedores sobre os vencidos. No meu ponto de vista, na interpretação que faz das narrativas de seus entrevistados, ruídos de suas próprias lembranças tornam quase inaudíveis as subjetividades das vozes dos migrantes que ouve²³⁶. Isso porque a operação historiográfica de Niehues traz consigo o compromisso de descrever e evidenciar os ressentimentos que obstaram o (re)enraizamento do migrante no meio urbano, incluindo, penso eu, especialmente os seus próprios ressentimentos e sentidos de pertencimento em relação à cidade. O leitor pode questionar sobre as razões dessa minha observação: até que ponto isso teria ficado explícito?

No parágrafo final da dissertação, Niehues assim se expressa:

Ao elaborar este trabalho, uma página da história da autora foi virada. Nas memórias vivas dos migrantes, nas histórias dos simples, foi tocada pelas lembranças de seu próprio passado de sonhos e de labuta, de experiências vividas no campo e na cidade. A proposta de dar voz ao trabalhador e devolver a sua história, significou dar visibilidade às contradições no mundo do trabalho encobertas pelos cânones da história tradicional²³⁷.

²³⁵ NIEHUES, Valdete Daufemback, 2009. Op. cit.

²³⁶ Ou seja, como lembranças sobre trajetórias, táticas de sobrevivência, processos de identificação e percepções diante das diferenças enfrentadas no meio urbano. Não busca nem explica pela voz do que considera vencidos seus papéis de protagonistas ou mesmo de coadjuvantes da história da cidade. São, ao contrário, pela inescapabilidade de suas determinações históricas, sujeitos passivos, assujeitados pelo sistema, por isso desajustados e desenraizados no espaço urbano.

²³⁷ NIEHUES, Valdete Daufemback, 2000. Op. cit. p. 233.

Na entrevista retomei a passagem, indagando-lhe sobre a inusitada quebra da “objetividade” histórica que permeou intencionalmente a escrita das duzentas e trinta e duas páginas anteriores de sua dissertação. Niehues confessou que foi extremamente doloroso se encontrar nos relatos dos seus entrevistados. Teve de parar o trabalho por dois meses a fim de recuperar a necessária distância exigida ao historiador para a interpretação dos fatos. As transcrições teriam provocado audições repetitivas e revelariam detalhes que se misturavam com as suas próprias lembranças de migrante²³⁸.

Ao indagar-lhe também sobre o seu desejo de saber e sobre para quem destinava o seu trabalho, Niehues explicitou que, além de buscar contrapor-se à “história oficial”, teria escrito para ela mesma, para tentar pôr termo à intensidade de seus próprios questionamentos sobre o mundo do trabalho e sobre os desajustamentos dos migrantes na cidade. Afirmando que, embora não se questione mais a migração como fato histórico, há perguntas que devem ser respondidas, pois “a diversidade é ainda só discurso... não é aceita pelo poder”²³⁹. Lembrei-a, nessa altura, que vários migrantes passaram a ocupar, desde meados dos anos 1980, postos da administração direta e indireta do município²⁴⁰. Enfaticamente respondeu que o poder continuava na mão de quem sempre o teve, ou seja, dos empresários “germanizados” não pela história, mas pela economia, pela indústria²⁴¹.

Para além das explicações que espraiam percepções essencialistas ou mesmo afirmações enredadas no que chamo de movimento de etnicização da historiografia local, Niehues tem, no meu ponto de vista, o mérito de discutir a migração e os migrantes como problemática que desestabiliza discursos de uma história linear e progressista. Insta as representações historiográficas que imputam aos imigrantes europeus do século XIX o sentido primordial dos deslocamentos espaciais que atravessam a sociedade joinvilense. Promove, por fim, com seus questionamentos, lacunas que motivam,

²³⁸ NIEHUES, Valdete Daufemback, 2009. Op. cit.

²³⁹ Id. Ibid.

²⁴⁰ Niehues ocupa atualmente o cargo de coordenadora do Arquivo Histórico de Joinville. Além dessa função, é professora universitária e, durante 2008, manteve semanalmente uma coluna de opinião no jornal *A Notícia*.

²⁴¹ NIEHUES, Valdete Daufemback, 2009. Op. cit.

quer no contexto acadêmico, quer no debate pela imprensa, o reconhecimento da migração, a partir dos anos 1970, como vetor que articula múltiplas interpretações sobre as transformações da cidade do presente.

2.5 AS MARGENS DA CIDADE MIGRANTE

Ao revisitar a historiografia joinvilense produzida a partir dos anos 1990, é possível afirmar que os fluxos migratórios e as vivências dos migrantes no espaço urbano incitaram os historiadores não apenas a olhar a cidade outra vez, mas e principalmente a modificar seus olhares sobre as transformações urbanas. Seja pela forma como explicam o fenômeno migratório, seja pela forma como o inserem como elemento interveniente, aí lhe atribuindo não raras vezes um caráter secundário, somatório ou colateral aos acontecimentos e temas por eles pesquisados, os autores explicitam seus olhares de estranhamento sobre a cidade que se propõem (re)conhecer.

No mesmo período, alguns geógrafos como Mauri Janning²⁴², Isa de Oliveira Rocha²⁴³, Naum Santana²⁴⁴, Wilson Roberto Barbosa e Fabiano Antonio Oliveira²⁴⁵ produzem análises que abarcam a evolução demográfica da população joinvilense, desenvolvendo estudos comparativos com base em dados estatísticos, associando-os ao desenvolvimento industrial e à expansão urbana. Tais análises são utilizadas pelos historiadores. Porém o que me parece mais significativo é que a objetivação estatística da demografia é tratada por eles como pressuposto de caracterização urbana, bem como motivo para

²⁴² JANNING, Mauri. **As correntes migratórias à Joinville na década de 80**. 1988. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana) – FEPEVI, Itajaí, 1988. Mimeo.

²⁴³ ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: [s.n.], 1997; _____. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. 416 p. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

²⁴⁴ SANTANA, Naum A. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. 232 p. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

²⁴⁵ BARBOSA, Wilson Roberto; OLIVEIRA, Fabiano Antonio. A evolução demográfica de Joinville: 1970-2000. **Revista Univille**, v. 8, n. 2, p. 72-85, dez. 2003.

elaboração de problemas e divulgação de seus “trabalhos temáticos”²⁴⁶ historiográficos²⁴⁷.

Assim, a migração, a partir do início dos anos 1990, torna-se um fato/acontecimento histórico irrefutável, recorrente e instigante, mesmo que envolto nas abordagens e problematizações de diferentes assuntos, tais como movimento operário, políticas públicas de saúde, vivências das mulheres, educação, religiosidades e práticas políticas²⁴⁸. O presente da cidade migrante parece atravessar a discussão desses assuntos, nos mais diferentes períodos.

Como lembram Flores e Campos²⁴⁹, a cidade, enquanto foco de estudo, é a instância onde a “vida acontece”. Porém é necessário referir-se à historicidade dessa instância tão antiga, mas ao mesmo tempo enigmática e inquietante, principalmente na contemporaneidade. Os autores destacam que a partir do século XIX foi inventada “uma maneira própria de conhecer, abordar, olhar, dominar e construir a cidade”. A

²⁴⁶ Conforme designação de MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit.

²⁴⁷ A título de ilustração, destaco das minhas próprias lembranças a série de encontros de que participei em 1997 com vistas a produzir uma obra que reunisse a produção dos historiadores que haviam concluído dissertações e teses sobre a cidade. Sob coordenação da professora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, as acaloradas discussões para definir o título da obra chegaram a bom termo quando os envolvidos no trabalho concluíram que “Histórias de (i)migrantes” explicitaria, de partida, o desejo de oferecer ao diversificado e ampliado público leitor de Joinville interpretações que contestavam a supremacia germânica sobre o passado e o presente da cidade. Ver GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2000. Em que pese o fato de todos os autores serem migrantes, parece-me que havia o desejo de reconhecimento de que a cidade migrante se encontrasse na obra.

²⁴⁸ Além das obras que já foram analisadas, refiro-me, entre outros, aos trabalhos de COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle** (Joinville 1917-1943). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996; GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; FINDLAY, Eleide Abril Gordon. **Hospital público é assim mesmo!** Joinville: Editora Univille, 2003; GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville – 1852-1971**. Joinville: Movimento & Arte, 1996; SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. 2004. 307 p. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004; SOUZA, Giane Maria de. **Educação para o trabalho: sindicatos amarelos e a pedagogia estadonovista**. 2006. 136 p. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

²⁴⁹ CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 267-296, jan.-jun 2007.

modernidade teria feito dela um sistema racional, “objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade”. Os principais construtores desse modelo teriam sido os higienistas, médicos e engenheiros que científica e tecnicamente “esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos [...], seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo”²⁵⁰.

Todavia esse modelo concebido e praticado entra em crise à medida que os fluxos globais (não apenas de pessoas, mas também de informações e de mercadorias) das últimas décadas do século XX colocam em xeque a fixidez das cartografias do espaço e dos mapeamentos culturais urbanos, entre os quais se pressupunham haver uma relação de interdependência. Citando Akil Gupta e James Ferguson, os autores afirmam que “as manifestações culturais perderam suas amarras a lugares definidos” e, nessa fluidez, as diferenças e as identidades já “não podem ser analisadas tendo-se como referência a distância, quase sempre apresentada em metros, ou quilômetros”²⁵¹. Diante de tempos e espaços entrecruzados nas práticas cidadinas, “amplia-se a demanda de novas referências”²⁵² para se pensar a cidade.

No meu ponto de vista, o livro de Clóvis Gruner²⁵³, publicado em 2003, é emblemático nessa discussão, pois vai à cata da lógica e das intenções que estão por trás dos projetos e discursos dos planejadores urbanos que visam ordenar e disciplinar a cidade, povoada por forasteiros e migrantes, os quais por sua vez são, pelas páginas dos jornais, representados por meio de adjetivações vocabulares e imagens um tanto negativas. Sob o olhar de Gruner, entretanto, as práticas do que considera sujeitos “marginais” sinalizam as resistências perante o poder das elites que estão no “centro” e que detêm a posse sobre o processo de modernização, sobre o presente e futuro urbanos.

Parece-me que a cidade, para Gruner, emerge como território muito mais sob vigilância e como objeto controlável pelas elites e menos como lugar onde a “vida acontece”, não apenas sob a estratégia dos dominadores, mas também sob as táticas ordinárias dos dominados, ou seja, como apropriação daqueles que, mesmo desconhecendo as

²⁵⁰ CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Op. cit.* p. 269.

²⁵¹ *Id.* *Ibid.* p. 272.

²⁵² *Id.* *Ibid.* p. 271.

²⁵³ GRUNER, Clóvis. *Op. cit.*

estratégias, reinventam e questionam cotidianamente o projeto moderno de cidade²⁵⁴. Vejamos as razões dos meus argumentos mediante a análise de sua escrita histórica.

Se for possível estabelecer uma diferença de abordagem, para além do período estudado, entre o trabalho de Gruner e o que empreendo, penso que o foco incide sobre as fontes adotadas que, por sua vez, nos levam a interpretações ora próximas ora distantes sobre a cidade enquanto “lugar onde as coisas acontecem”²⁵⁵, enquanto “um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”²⁵⁶, e, por fim, enquanto fonte de desejos de pertencimento social.

Historiador e jornalista, o joinvilense Clóvis Gruner olha como estrangeiro a cidade que, mesmo tendo nela nascido e vivido, lhe parece pouco familiar, dada a intensidade de seus questionamentos. Com uma escrita densa e envolvente, dialoga criticamente com a historiografia joinvilense, considerando-a como um conjunto de construções discursivas historicamente criadas e legitimadas e, por isso, um conjunto de interpretações a serem interpretadas.

No prefácio, a historiadora Margareth Rago destaca que a obra de Gruner inaugurava uma nova maneira de pensar o passado e de problematizar o presente de Joinville. Anuncia ainda que Gruner optava por partir da perspectiva dos excluídos para conhecer a cidade

²⁵⁴ Apoio-me aqui na reflexão de Luce Giard sobre o pensamento de Michel de Certeau. Diz ela que Certeau acredita na “liberdade gazeteira das práticas”; enfatiza a “cultura comum cotidiana enquanto apropriação (ou reapropriação)” e o consumo ou recepção como “uma maneira de praticar”. Daí a necessidade de o historiador estudar as “práticas cotidianas” como ruídos das “maneiras de fazer” que, mesmo majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de “resistências” ou de inércias em relação ao desenvolvimento da produção “sócio-cultural”. Aponta que Certeau estabelece uma “antiafinidade eletiva” em relação a Foucault, com base numa “confiança depositada no outro, de sorte que nenhuma situação lhe parece *a priori* fixa ou desesperadora”. Mais ainda, para Certeau, “sob a realidade maciça dos poderes e das instituições e sem alimentar ilusões quanto a seu funcionamento”, é necessário discernir um movimento de “micro-resistências” que institui “microliberdades” a partir da mobilização de “recursos insuspeitos” que, por sua vez, “deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima”. Ou seja, sob a “confiança posta na inteligência e na inventividade do mais fraco, na atenção extrema à sua mobilidade tática, no respeito dado ao fraco, sem eira nem beira, móvel por ser assim desarmado em face das estratégias do forte, [...], se esboça uma concepção política do agir e das relações não igualitárias entre um poder qualquer e seus súditos”. GIARD, Luce. Introdução. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. 5. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 16-20.

²⁵⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 12.

²⁵⁶ Id. Ibid.

não pelo centro, mas pelas suas margens, sob as quais surgia um “universo inexplorado de experiências sociais conflitantes, trazidas pelo progresso”²⁵⁷.

Na introdução, o próprio Gruner explicita que as transformações da historiografia desde a década de 1980 teriam sido seu passaporte para propor novos caminhos para entender a história recente de Joinville. Para ele, pelo fato de a história estar sendo repensada como “um dentre uma série de discursos a respeito do mundo”²⁵⁸, abria-se uma infinidade de possibilidades de questionar pelo passado as significações do presente. E mais, considerando vivermos num “tempo ‘pós-utópico’, mais que pós-moderno”, pois sobre os escombros do “muro de Berlim” estariam os escombros de “um projeto de futuro comum”, o qual na sua ausência “fragmentou a própria ação política”, ao historiador caberia responder: “por que e como conhecer o passado?”²⁵⁹. Diz ele:

As questões colocadas a partir de agora aos historiadores apontam a urgência de uma crítica ao conceito de *progresso*, para investigar no interior mesmo dessa noção o que foi negado, excluído da história. É preciso deslocar-se do centro para as margens e, nesse movimento, construir uma outra relação possível com o passado²⁶⁰.

Sua opção é fazer “uma história dessas margens, portanto uma história dos marginais”²⁶¹. Mas como se propõe produzi-la?

Baseando-se em Foucault, afirma que não se trata mais de “explicar o ‘real’, mas desconstruí-lo enquanto discurso”²⁶². As fontes, também nessa perspectiva, não são registros fiéis de como no passado uma dada sociedade viveu ou foi, mas representações criadas delas e nelas. Porém, “ainda que os grupos marginais criem, deliberadamente ou não, seus próprios códigos de sociabilidades, [...] os registros de **sua passagem** [grifo meu] não raro nos chegam por meio das fontes

²⁵⁷ RAGO, Margareth. Prefácio. In: GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 14.

²⁵⁸ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 1.

²⁵⁹ Id. Ibid. p. 2.

²⁶⁰ Id. Ibid. p. 3.

²⁶¹ Id. Ibid. p. 5.

²⁶² Id. Ibid. p. 3.

oficiais”²⁶³. São esses registros produzidos por instituições normativas que Gruner impõe como tarefa investigar.

Mesmo privilegiando escritos da imprensa, as suas fontes congregam documentos do poder público (executivo e legislativo), depoimentos disponibilizados no Núcleo de História Oral do Arquivo Histórico de Joinville²⁶⁴ e obras literárias, cuja leitura lhe permitiu apreender manifestações perante um presente esvaziado de sentidos de utopia. O tratamento das fontes consistiu na leitura cuidadosa dos documentos, buscando por um lado os indícios pelos quais a modernidade foi percebida e significada por uma parcela da população e, por outro, a contrapelo, os “indícios de rupturas e dissonâncias ao projeto de modernização”, que permitiram, segundo Gruner, encontrar-se com as “heterotopias”.

Conceito que extrai também de Foucault, por “heterotopias”²⁶⁵ compreende não apenas as contestações manifestas à ordem, como por exemplo ocupações dos espaços promovidas por grupos marginais (neles incluídos os migrantes), mas também manifestações de espanto, de contradições e de desencanto ante a modernidade, que perpassam outras experiências e discursos sobre o urbano.

Margem, assim, adquire para o autor um duplo sentido teórico-metodológico, referindo-se às ideias de espaço e localização territorial da população na cidade e também aos não-ditos e interditos dos discursos que busca interpretar. Disso também se explicitam os objetivos de estudo. Em primeiro lugar, busca

acompanhar [...] [o] processo de modernização, e não apenas no que ele tem de visível – a presença do poder público agindo na e sobre a cidade, ampliando ruas e avenidas, construindo praças, mapeando-a e delimitando os espaços de trabalho e de lazer, urbanizando-as, enfim. Mas também, e principalmente, as mudanças provocadas a partir dele nas sensibilidades e sociabilidades dos joinvilenses²⁶⁶.

²⁶³ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 5.

²⁶⁴ Trata-se dos depoimentos de três ex-prefeitos (Helmuth Fallgater, Nilson Wilson Bender e Pedro Ivo Campos) e de três entrevistas doadas por Niehues resultantes de sua pesquisa (Marlene Silveira Custódio, Verner Lemke e Moacir José Floriani, todos funcionários de empresas responsáveis por recursos humanos e assistência social).

²⁶⁵ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 9.

²⁶⁶ Id. Ibid. p. 6.

Em segundo lugar, objetiva “onde, no interior mesmo do projeto de modernização levado a cabo em Joinville, instaurou-se a face da barbárie”²⁶⁷.

Por certo pela leitura de sua obra se tem conta da originalidade de sua análise. Partindo do evento de comemoração do primeiro centenário da cidade (9 de março de 1951), Gruner discute os discursos da imprensa e da historiografia, focalizando neles os movimentos de (re)composição da “memória oficial”, norteados pelos esforços em afirmar e atribuir uma identidade étnica à cidade que a elite desejava disciplinar²⁶⁸. Em seguida, faz uma análise do processo de industrialização e urbanização, com destaque aos anos de 1960, que, segundo sua avaliação, constituiu um momento decisivo de impulso ao projeto de modernização.

Na “cidade menina”, como então é denominada pela imprensa, o planejamento da ordenação espacial revela como vão sendo construídas fronteiras simbólicas que nomeiam novos padrões morais e de comportamento: “Estabelece-se, a partir do ‘centro’, aquilo que está à sua margem e que é preciso integrar – ou simplesmente excluir”²⁶⁹.

Baseando-se em Marshall Berman, Gruner diz que a “aventura da modernidade [...] revela as duas faces de um sonho: é agradável devaneio e fantasia, mas também pesadelo; é a um só tempo fortuna e vertigem”²⁷⁰. Dessa perspectiva, aborda a migração e afirma que a partir da década de 1960 os migrantes começam a movimentar a cidade no ritmo da modernidade, sinalizando que a relação com o tempo não é mais com o passado e sim com o sonho de um “imprevisível amanhã”²⁷¹. No centro do sonho: o trabalho – passaporte para o futuro, para o progresso. Segundo suas palavras:

No imaginário local, o trabalho, conjugado a uma identidade originária, fixada em algum lugar do passado, mas presente na memória oficial da cidade foi parte da constituição e legitimação de

²⁶⁷ GRUNER, Clóvis. Op. cit.

²⁶⁸ Uma crítica em tom bastante ácido é dirigida aos historiadores (seja àqueles por ofício, seja aos acadêmicos e profissionais) pela forma como não romperam o circuito da reprodução da memória oficial em seus trabalhos. Ao contrário, direta ou indiretamente legitimaram tal memória e como consequência o próprio exercício de poder da elite local.

²⁶⁹ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 65.

²⁷⁰ Id. Ibid.

²⁷¹ Id. Ibid. p. 66.

um habitus que internalizou, como subjetividade, produções objetivas que são parte das relações de poder e de dominação²⁷².

Note-se que tal afirmação de Gruner se baseia na interpretação que faz das entrelinhas dos discursos do poder normativo. Não há outras referências documentais ou interpretativas que assegurem que tal representação e prática foram dessa forma apropriadas pelos grupos marginais.

Sugere Gruner que para a elite era imprescindível assegurar a ordem ameaçada, agora com a presença de novas personagens urbanas. Os sinais de fratura deixam-se ver nos registros e ocorrências que circulam nos jornais: o trânsito, o ócio, o jogo, a criminalidade e a mendicância. A reação surge da administração municipal, que estabelece a necessidade de ordenar o crescimento urbano de Joinville.

Em 1972, na gestão do prefeito Harald Karmann é contratada uma empresa paulista para elaborar o Plano Básico de Urbanismo, com o propósito de subsidiar a implantação planejada do transporte coletivo. Gruner destaca que tal plano teria servido de inspiração para a elaboração do Plano Diretor do município, tornado lei em abril de 1973. Seus objetivos oficiais eram assim descritos: “Propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico do município bem como o bem estar da comunidade no exercício das funções de: HABITAR, TRABALHAR, REPOUSAR, CIRCULAR, RECREAR e COMUNICAR”²⁷³. Entretanto, segundo o autor, o Plano Diretor

[...] fornece os subsídios para que se concretize o projeto de transformar a cidade em um mundo espacial e socialmente segmentado, ocultando a miséria e lançando luz sobre a sua face “sadia”. O planejamento e a nova paisagem e geografia têm a intenção de consolidar os aspectos positivos da visão moderna de racionalização do espaço urbano²⁷⁴.

²⁷² GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 72.

²⁷³ Id. Ibid. p. 110.

²⁷⁴ Id. Ibid. p. 111.

É desse planejamento racional que a um só tempo se pode apreender, segundo Gruner, “parte das relações de poder que constroem territórios e delimitam suas fronteiras”²⁷⁵.

O questionamento sobre uma anunciada vocação industrial, quase natural, da antiga Colônia Dona Francisca (versão que circula pelas páginas de obras de vários historiadores, geógrafos e economistas²⁷⁶) é empreendido no capítulo denominado “A outra margem”, o qual, segundo penso, possibilita a compreensão inicial de sua abordagem sobre a migração e os migrantes.

Concorda com as análises “dissonantes”, elaboradas por Vilmar Vidor²⁷⁷ e Ido Luiz Michels²⁷⁸. Assim, o desenvolvimento industrial de Santa Catarina nos anos de 1960 a 1980 e, por extensão, de Joinville não teria sido resultado de uma evolução linear, como creem alguns, que englobou a superação dos “sucessivos estágios de subsistência, do comércio, da oficina ou pequena manufatura, de formação do mercado interno, etc.”, culminando nos “grandes conglomerados industriais”. O espírito germânico e o caráter empreendedor do empresariado local também pouco teriam fundamentação para explicar sua lógica. Tal desenvolvimento expressa, de um lado, uma veemente ação estatal que beneficiou os empresários e, de outro lado, a “superexploração do trabalho”²⁷⁹.

Dessa perspectiva, Gruner explica os fluxos migratórios e, reunindo dados e índices estatísticos, procura representar de maneira bastante genérica as novas personagens no espaço urbano. Assim, a urbanidade desses sujeitos torna-se visível pelos índices de crescimento populacional, pelas deficiências dos serviços de saúde, de abastecimento de água, de coleta de lixo e rede de esgoto, pelo déficit habitacional (com

²⁷⁵ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 111.

²⁷⁶ Entre as obras e os autores analisados constam: TERNES, Apolinário, 1986. Op. cit.; TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit.; HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da Furb, 1987; ROCHA, Isa de Oliveira, 1997. Op. cit.; SOUTO, Américo Augusto da Costa. **Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional**. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

²⁷⁷ VIDOR, Vilmar. **Indústria e urbanização no nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Editora da Furb, 1995.

²⁷⁸ MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

²⁷⁹ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 127.

a decorrente favelização das margens da cidade), pela carência de áreas de lazer na periferia, pelas ondas de emprego e de desemprego (com o aumento do exército industrial de reserva) e pelo perfil estabelecido como ideal pelas empresas, razão última dos fluxos e dos deslocamentos dos migrantes.

A sua interpretação, com base nos escritos dos jornais e do poder público, permite-lhe apresentar, no meu ponto de vista, apenas uma perspectiva de como os migrantes se apropriam do espaço urbano, levando por isso, de forma não intencional, a uma percepção um tanto vitimada de suas vivências cotidianas, as quais ganham visibilidade pelas resistências, extraídas da leitura a contrapelo dos documentos que utiliza.

Não ponho em dúvida a “realidade” que o seu olhar perspicaz constrói. Porém, se o seu objetivo era acompanhar o processo de modernização “não apenas no que ele tem de visível”, mas ainda “e principalmente as mudanças provocadas a partir dele nas sensibilidades e sociabilidades dos joinvilenses”, penso que o contemplou parcialmente, deixando lacunas que me permitem propor, se não um novo caminho, um retorno àquele que ele traçou.

Buscarei, nas arestas que vislumbrei de sua operação historiográfica, pôr em causa as sensibilidades e as maneiras de apropriação da cidade, interpretadas agora com base nas plurais e múltiplas narrativas dos próprios migrantes, questionando a representação que leva a uma compreensão generalizada dessas personagens, bem como da cidade que se transforma por força não apenas das resistências que emergem diante das aspirações modernizantes e disciplinadoras da elite, mas também perante as novas sociabilidades tecidas pelas redes de solidariedade, lazer, religiosidade estreitamente ligadas aos projetos de migração individuais e coletivos.

A minha expectativa, ainda, é contribuir historiograficamente para o debate acerca dos usos, da composição e da recomposição do que Gruner denomina memória oficial de Joinville.

Segundo ele, a migração abre uma “ferida narcísica”, pois “provoca uma ruptura em uma identidade que, fixa no tempo, oferece um certo grau de estabilidade e coesão aos joinvilenses – principalmente àqueles descendentes de germânicos²⁸⁰. O problema que se abre – para o qual as “armas da história” serão mobilizadas – é a reconstrução dessa pretensa identidade monolítica, bem como a delimitação de novos

²⁸⁰ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 142.

territórios e fronteiras que, diferenciando os joinvilenses dos migrantes, criam, ao mesmo tempo, critérios para a inclusão dos segundos²⁸¹.

Numa análise bastante instigante, Gruner desenreda os estigmas sobre o migrante que vão sendo construídos pelas linhas e entrelinhas dos discursos da imprensa. Aponta que os temas relacionados a delinquência, violência e criminalidade imputam como causa principal os “forasteiros”, especialmente os paranaenses, que chegam e vagueiam pela cidade. Mas, ao mesmo tempo, tais estigmas servem para estabelecer a “positividade” pela qual os migrantes poderiam ser integrados à história e à tradição local. Trata-se dos “valores normativos” voltados à identidade que se quer fixar no tempo e no espaço e à incorporação do “*habitus* do ‘povo trabalhador, alegre e feliz’”²⁸².

Afirma que os migrantes teriam internalizado esses “valores normativos” e lança a seguinte indagação: “uma estratégia inconsciente de sobrevivência ou, tão simplesmente, uma adesão voluntária, [...], que traduz uma tentativa de aceitação e desestigmatização?”. Sua hipótese é de que nenhuma das alternativas está correta, pois, “se o poder é operacional, microfísico, pode-se dizer o mesmo das transgressões e das resistências”. Segundo pensa, “**integrar-se** à cidade e, ao mesmo tempo, imprimir nela seus traços, talvez tenha sido uma **forma que alguns** [grifos meus] encontraram para tentar equilibrar o jogo de forças”²⁸³.

Embora sua resposta possa suscitar interpretações diversas acerca do que, de fato, significaria “integrar-se”, procuro aí explorar outra dimensão que, mesmo não sendo discordante, permite colocar em causa as práticas e representações dos próprios migrantes sobre seu passado e presente que, penso, também atravessam o cotidiano e a história da cidade. Práticas e representações não apenas ligadas – concordando com Gruner –, que se dão a ler como resistências, transgressões e também como criações, invenções e hibridismos que se desenrolam nos espaços (físicos ou simbólicos) onde, mais uma vez lembrando Flores e Campos, a “vida acontece”²⁸⁴.

²⁸¹ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 146.

²⁸² Id. Ibid. p. 148.

²⁸³ Id. Ibid.

²⁸⁴ Não me proponho a produzir, no capítulo III, uma escrita histórica com a intenção de falar em nome dos migrantes, sujeitos cujas práticas, segundo a interpretação de Gruner, parecem-me ficar enevoadas pelo poder normativo ou submetidas à lógica de modernização imposta, de modo que surjam como sujeitos transgressores e resistentes. Motivada pelas palavras de Canevacci, procuro a polifonia da cidade, aí incluindo a minha própria voz como historiadora. CANEVACCI, Massimo. **Entrevista concedida para Júlia Aguiar**. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-pensador-massimo-canevacci>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

É pertinente indagar como vão sendo tecidas as redes de sociabilidades que escapam do poder normativo e do projeto modernizador e disciplinador da elite, assim como discutir os significados dessas sociabilidades que considero também exprimirem desejos de poder, trânsitos, maneiras de fazer e consumir e outras expressões do viver urbano, cujas narrativas, de certa maneira, pressionam e empurram os pesquisadores (e não apenas os historiadores) a ampliar objetos, temas e problemas de pesquisa sobre a cidade contemporânea.

2.6 HISTORIADORES E JORNALISTAS: DISCURSOS E DESLOCAMENTOS DA QUESTÃO MIGRATÓRIA

Os historiadores de Joinville, na sua grande maioria, serviram-se fartamente em suas operações historiográficas dos escritos da imprensa local. Tal afirmação é respaldada não apenas pela leitura de suas obras, mas também pela análise que Mathyas empreendeu acerca da historiografia de Joinville. A autora discute como os historiadores, ao selecionarem as suas fontes, deram destaque a reportagens, editoriais e artigos opinativos que circularam pelos jornais nos mais diversos períodos.

Uma indagação, entretanto, reabre o diálogo com a autora. Segundo ela, a imprensa privilegiou, mesmo diante da intensa produção historiográfica desde os anos de 1990, uma determinada escrita histórica “oficial” para fundamentar temas relacionados ao passado da cidade. A pesquisa que empreendi na imprensa sobre o assunto migração permite-me, se não discordar, relativizar seu ponto vista.

Mathyas tem razão sobre a recorrência de escritas históricas de Ternes no principal jornal da cidade, *A Notícia*. Porém não se pode esquecer que o historiador-jornalista é “colaborador” dessa empresa desde 1968, tendo ocupado vários cargos, inclusive o de editorialista²⁸⁵. Por outro lado, como procurei destacar na análise de três de suas obras, sob o olhar do autor as explicações a respeito das transformações de Joinville sofrem alterações significativas e com elas as suas percepções sobre a migração e os migrantes. Isso também é apreensível dos seus escritos jornalísticos.

²⁸⁵ Conforme discurso de Apolinário Ternes que consta no Anexo A da obra de MATHYAS, Alessandra da Mota. Op. cit.

Se os discursos são tecidos por outros discursos e, como lembra Orlandi²⁸⁶, a leitura deles requer considerar os dizeres não apenas como “mensagens a serem decodificadas”, mas como “efeitos de sentidos” que são criados e que de alguma forma estão “presentes no modo como se diz”, é preciso não perder de vista a relação do discurso de Ternes com outros discursos que vão sendo produzidos sobre a história de Joinville. Assim, nos anos de 1990, à medida que os historiadores desenvolvem suas pesquisas, elaboram críticas e opiniões – incluindo aí também calorosas polêmicas –, as quais ganham espaço, ainda que reduzido, nas páginas dos jornais²⁸⁷.

A compreensão dessa circularidade discursiva, ou melhor, do interdiscurso, abre a possibilidade ainda de problematizar outra dimensão da relação entre contextos e textos (históricos e jornalísticos) sob a perspectiva temática da migração. Em outras palavras, é possível perscrutar nessa circularidade os significados que vão sendo (re)construídos por meio do cruzamento de olhares sobre a realidade que os autores descrevem e defendem, mediados igualmente por disputas, desejo de saber, desejo de poder, os quais igualmente cruzam a cidade que analisam.

Retomo a obra de Gruner. Já destaquei que em sua análise interpretativa, cujas fontes englobaram escritos da imprensa das décadas de 1970 e 1980, os migrantes são vistos como uma espécie de “mal necessário”. Os efeitos colaterais de sua presença demandaram “práticas discursivas” capazes de incorporá-los, eliminando, ao mesmo tempo, o que neles era identificado como “elemento desestabilizador”²⁸⁸. Disso, segundo o autor, se explica como nesses discursos, por um lado, o passado da cidade se firma como “tradição”, ambos acionados pelos “dispositivos étnicos teuto-brasileiros”²⁸⁹, e por outro lado se constroem os sentidos estigmatizantes da presença migrante.

²⁸⁶ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op. cit. p. 30.

²⁸⁷ Para fundamentar a afirmação, recorro à polêmica entre Dilney Cunha e Apolinário Ternes, conforme estudado por MACHADO, Diego Finder. Op. cit. Outros historiadores, além de Niehues e Meurer, conforme já destaquei, possuem artigos publicados no jornal *A Notícia*, explicitando seus posicionamentos sobre temas variados. Nas duas décadas que pesquisei encontrei reportagens que citaram trabalhos recentes e artigos escritos pelos próprios historiadores, entre os quais Afonso Imhof, Raquel S. Thiago, Sandra Guedes, Janine Gomes da Silva etc.

²⁸⁸ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 144.

²⁸⁹ Conforme suas palavras, trata-se de “discurso sobre a história – embora não, necessariamente, um discurso histórico”. Id. Ibid.

Conforme a pesquisa que realizei, no decorrer dos anos 1980 outras reportagens que não apenas as selecionadas por Gruner corroboram a compreensão dessas práticas discursivas.

Os jornalistas Marlene Eggert e Adilson Borges, na reportagem “As tradições estão desaparecendo”²⁹⁰, fazem um balanço sobre a situação das marcas da “tradição” na cidade. O idioma alemão utilizado pelos moradores na tradicional Rua XV estaria desaparecendo e, junto com ele, os primorosos jardins, as casas de enxaimel, os fazeres gastronômicos, como o pão caseiro, a geleia e as conservas; enfim, hábitos e comportamentos mantidos desde “remotos” tempos coloniais.

No enredo dos jornalistas, a migração seria causa e consequência das perdas e ameaças à dita germanidade de Joinville, a qual, concebida como algo imanente das sociabilidades e da própria urbe, parecia estar entrando em estado de inconsciência coletiva. Contra isso, apelavam para que os joinvilenses não se rendessem diante da situação e persistissem, até mesmo restaurando na comunicação urbana o uso do idioma alemão. Especialmente os jovens deveriam se conscientizar e assumir o principal papel na preservação da tradição de seus antepassados.

A afirmação do passado como “tradição” e, ao mesmo tempo, o movimento estigmatizante que atravessa os discursos chegam ao ponto de colocar sob suspeita a própria humanidade dos migrantes. As péssimas condições de saúde e higiene das habitações, resultantes da expansão desordenada da “periferia”²⁹¹, são temas recorrentes associados a outros, como miséria, alimentação precária, crenças populares²⁹², imoralidades e maus hábitos²⁹³.

Um fragmento estigmatizante chama atenção, dispensando maiores análises acerca das representações carregadas de preconceito. O *Jornal Extra*, ao informar que dentre os 300 mil habitantes 30 mil moravam em condições precárias, põe em destaque o que o então prefeito de

²⁹⁰ EGGERT, Marlene; BORGES, Adilson. As tradições estão desaparecendo. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 20, 27 jul. 1980.

²⁹¹ FAMÍLIAS vivem sobre manguês no Espinheiro. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 2 out. 1980; FAVELA do Fátima será integrada ao Profipo. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 12 out. 1980; A FAVELA do Espinheiros. **A Notícia**, Joinville, 8 maio 1981; AMANHECE na favela do Casqueiro. **A Notícia**, Joinville, p. 16, 20 jul. 1981.

²⁹² BORGES, Sérgio. Aventuras e folclore no mangue. **A Notícia**, Joinville, p. 20, 6 out. 1981.

²⁹³ AMILO, Albertina. (Sobre) viver no mangue: o desafio dos humildes. **A Notícia**, Joinville, p. 24, 17 jan. 1987.

Joinville, Wittich Freitag, teria declarado numa reunião com prefeitos da região norte e nordeste de Santa Catarina: “Estamos criando uma sub-raça que dificilmente poderá ser útil à sociedade”²⁹⁴.

Numa série de reportagens do ano de 1988, o jornal *A Notícia* realça ainda mais o quadro caótico urbano. O prefeito, que concluía seu primeiro mandato²⁹⁵, foi alvo de críticas, mesmo quando eram noticiadas as ações da prefeitura para conter a migração e combater o déficit habitacional²⁹⁶.

Todas as reportagens que analisei não são assinadas, o que sugere que o jornal, ao envolver-se na disputa eleitoral²⁹⁷, amplificava a questão migratória como “problema social” a ser resolvido pelo poder público, reforçando os estigmas sobre os migrantes.

Concordando com a expressão de Gruner, ao longo da década de 1980 e até meados dos anos 1990 os discursos que circulam nos jornais²⁹⁸ instituem outra relação com o passado. Diz ele: “Rejeita-se um ‘futuro perfeito’ em nome de um ‘pretérito mais que perfeito’”²⁹⁹.

Desviantes, iludidos, sub-raça, perigosos e violentos. Como invasores de espaços e lugares (físicos e simbólicos), os migrantes parecem pôr em risco o futuro e o “passado presente”³⁰⁰ da cidade.

²⁹⁴ SUB-RAÇA está surgindo nos mangues de Joinville. **Jornal Extra**, Joinville, 28 abr. 1984.

²⁹⁵ Wittich Freitag foi por duas ocasiões prefeito de Joinville: 1983-1988 e 1993-1996.

²⁹⁶ JARIVATUBA é abandonado pelo poder público. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 8 jul. 1988; NO JARDIM Iririú, vida em condições subumanas. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 9 jul. 1988; PODER público omisso. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 9 jul. 1988; CARÊNCIA de infra-estrutura também no Fátima. **A Notícia**, Joinville, p. 5, 10 jul. 1988.

²⁹⁷ Pelo fato de o jornal repetidamente imputar ao poder municipal o agravamento dos problemas relacionados à migração, o prefeito (sócio minoritário do jornal e de partido político oposto ao do diretor presidente) decide boicotar *A Notícia*, cancelando a entrega do *Boletim Informativo* da assessoria de imprensa, distribuído a todos os órgãos de comunicação de Joinville. Isso provocou uma resposta ácida da direção do jornal, que num editorial, em tom acusatório, destaca que a atitude do prefeito atinge a toda a “comunidade joinvilense” e “revela um ranço de autoritarismo paroquiano, à medida que pretende se arvorar o chefe do executivo em censor da imprensa e em juiz de um ‘jornalismo bonzinho’, que talvez deseje a serviço do aplauso e do elogio fácil”. CULPA da Imprensa (1). **A Notícia**, Joinville, p. 2, 15 jul. 1988; CULPA da Imprensa (2). **A Notícia**, Joinville, p. 2, 16 jul. 1988.

²⁹⁸ E também, como procurei destacar anteriormente, na própria historiografia.

²⁹⁹ GRUNER, Clóvis. Op. cit. p. 162.

³⁰⁰ Como no Capítulo I, novamente me valho da expressão utilizada por HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Paradoxalmente, no fim dos anos 1990 e início do século XXI, houve uma mudança substancial dos discursos. A afirmação do “passado como tradição” procurou recompor o lugar da migração, abrandando (para não dizer buscando extinguir) os estigmas³⁰¹ sobre os migrantes. Essas personagens passaram a ser consideradas “continuadores” do progresso econômico e reverenciadores da tradição joinvilense.

Em março de 1996, sob o título “Comunidade respeita costumes e tradições”, o jornal *A Notícia* dava destaque às palavras do mesmo prefeito que, 22 anos antes, profetizara o aparecimento de uma sub-raça em Joinville. Dizia ele agora:

Uma comunidade que respeita os seus costumes e preserva suas tradições [...]. Estão todos de parabéns – migrantes e imigrantes, pioneiros e continuadores, responsáveis cada um e cada qual, por um pouquinho de grandeza que aqui foi construída. Ao completar 145 anos, a nossa Joinville está cada vez mais forte, pujante, bonita e alegre³⁰².

A esse discurso reformador do passado se associam outros, de várias autorias, abordando a paisagem privilegiada, a beleza estética urbana³⁰³ e o potencial turístico da cidade. Além disso, a “história como tradição” será estendida e extensiva como valor joinvilense que abrange os bairros. Longas reportagens misturam trajetórias de migrantes como exemplos coletivos de solidariedade e participação “comunitária”³⁰⁴.

³⁰¹ Cabe aqui citar a obra de Irving Goffman. Para esse autor, o processo estigmatizante não se refere apenas às atribuições externas ao indivíduo/grupo. Ele está no cerne das identificações e da vivência da diferença. Goffman acredita que a produção do estigma também é uma possibilidade de os sujeitos desenvolverem sentimentos de pertença junto a grupos estigmatizadores. Em outras palavras, a atribuição e a manipulação do estigma transitam não apenas em espaços que os sujeitos estigmatizados não controlam e dos quais não participam, mas também são impulsionadas pelas apropriações e desejos de poder daqueles que supostamente são depositários passivos do estigma. GOFFMAN, Irving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathyas Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

³⁰² ESPECIAL Joinville 145 anos. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1996.

³⁰³ LOETZ, Claudio. Joinville investe em infra-estrutura turística. **A Notícia**, Joinville, 7 jul. 1996. Economia. p. 1 e 4.

³⁰⁴ A esse respeito, ver: ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Um pedaço do Paraná em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 15 set. 1996.

Uma reportagem, feita por Maria Cristina Dias³⁰⁵, especialmente chama atenção para os novos e emergentes desejos, sensibilidades e projetos de cidade. Ao retratar o bairro América, o qual até 1977 pertencia à região central³⁰⁶, a jornalista destaca a mobilização dos moradores para evitar a verticalização da área. A Associação de Moradores e Amigos da Zona Residencial e Exclusivamente Unifamiliar do Bairro América, criada em 1994, teria encaminhado abaixo-assinado à Câmara dos Vereadores para que a reivindicação fosse contemplada no Plano de Uso e Ocupação do Solo. Antigos e novos moradores³⁰⁷, migrantes bem-sucedidos, estariam também preocupados com a instalação de indústrias, casas comerciais e do Hospital Infantil (voltado ao atendimento de toda a população), por estes constituírem uma ameaça à preservação das “características do local”. Tais características, em nada remotas, eram ilustradas pela jornalista como exóticas reminiscências da gastronomia e do lazer³⁰⁸.

A preocupação com o futuro da cidade e as mobilizações para torná-la esteticamente atrativa repetem-se, ainda que diferentes pressupostos e argumentos sejam desenvolvidos discursivamente.

A então presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema), Maria Andreis Cadorin, como uma espécie de resposta a essas inquietações, explicava: “Existe a necessidade de contextualizar as cidades no panorama mundial da globalização e das profundas mudanças tecnológicas, apontando para futuros cenários sócio-econômicos e ambientais”. Segundo ela, os gestores públicos deveriam ser sensibilizados, pois a cidade estava passando por alterações na sua “vocação produtiva”. Com a automatização e a desconcentração industrial, aliadas à terceirização de serviços, o setor terciário, que

³⁰⁵ DIAS, Maria Cristina. América, sinônimo de tradição. **A Notícia**, Joinville, 29 set. 1996.

³⁰⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2006. Joinville: IPPUJ, 2006. p. 9.

³⁰⁷ Conforme dados pesquisados, o bairro concentra habitantes com elevada renda em relação aos demais. Em 2000, 78% dos habitantes possuíam renda maior que 5 salários mínimos. Dentre estes, 29% registravam mais que 20 salários mínimos. Id. Ibid. p.10.

³⁰⁸ Para se ter uma ideia, a jornalista sugere como remota referência de lazer o Centro de Patinação Artística, criado em 1989. As referências gastronômicas restringiram-se a dois restaurantes: o Sopp, inaugurado em 1986, e o Zeppelin, instalado em 1977 no bairro, o qual mantinha um “antigo” hábito comercial, a “caderneta” para seus frequentadores mais conhecidos. Para além dessa ilustração tangível da “tradição”, haveria ainda os laços de amizade reinantes entre jogadores de dominó e vizinhança. DIAS, Maria Cristina. Op. cit.

passou a adensar cada vez mais atividades, não estaria preparado para “absorver” o grande contingente da população trabalhadora da cidade. Diante desse e de outros desequilíbrios, incluindo o ambiental, seria mister a “conscientização ecológica”. Perseguindo a “solidariedade” humana, tal conscientização, segundo Cadorin, teria “poder de reorganizar as cidades e o mundo”³⁰⁹.

O jornalista-historiador Apolinário Ternes, poucos dias depois, exprimia também suas angústias, agora diante da cidade cujas vivências a haviam tornado célere demais, global demais. Fazendo alusões a internet, televisão a cabo, fax, celular como elementos do “altar do efêmero” que estaria nos empurrando para o “lugar-nenhum da contemporaneidade”, seria preciso “recuperar a esperança” pelo “conhecimento das lentidões de antigamente”. Considerando que “a descontinuidade e ruptura de hoje impõem um tal nível de incertezas, que as cidades se transformaram em aglomerações urbanas de neuróticos e enlouquecidos”, seria preciso ainda o “reaprendizado dos valores que permitiram a nossa própria evolução”³¹⁰.

Suas ideias sobre a cidade contemporânea, três anos após ter publicado “Joinville, a construção da cidade”, exprimem, sob o impulso das mesmas forças que denuncia, deslizamentos um tanto acelerados. Inevitável foi para mim buscar nos seus escritos jornalísticos novos possíveis significados sobre a história, a migração e os migrantes de Joinville.

Assim, no acervo *on-line* disponibilizado por *A Notícia* aos internautas que abrange as edições diárias a partir de 1997, encontram-se, ainda que fragmentados, artigos de sua autoria que dão a conhecer as suas novas interpretações e versões sobre o passado joinvilense³¹¹.

Em 1999, sob o título “A pátria de tantas gentes”, Ternes parece remanejar a tese do “espírito pioneiro” enquanto referência imanente da evolução histórica da cidade, modificando os elementos que lhe

³⁰⁹ CADORIN, Maria Andreis. O urbano no século 21. *A Notícia*, Joinville, p. A2, 10 nov. 1996.

³¹⁰ TERNES, Apolinário. Rupturas e continuidades. *A Notícia*, Joinville, p. A3, 29 dez. 1996.

³¹¹ Mais do que os artigos esparsos, as edições comemorativas ao aniversário da cidade são fontes valiosíssimas para acompanhar o movimento de recomposição do passado empreendido por Ternes. A esse respeito ver: TERNES, Apolinário. Resgatar a identidade e reconstruir a esperança. Especial Joinville 146 Anos. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1997; _____. A pátria de tantas gentes. Especial Joinville 148 Anos. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1999; _____. Especial Joinville 150 Anos. *A Notícia*, Joinville, 9 mar. 2001.

animam. Não se trata agora do primado da “essência germânica”. Surpreendentemente, destaca que “Joinville cumpre em silêncio, há quase um século e meio, o destino de acolher gentes de todas as longitudes”, pois o “espírito do lugar”, predominante “desde o momento inaugural”, é “marcado pela diversidade e pela multiplicidade de homens e mulheres de terras distantes e línguas estranhas”. E vai mais longe, afirmando que Joinville, assim como o Brasil, “continua sendo um caldeirão de raças e credos, o berço esplêndido da ‘democracia racial’ tão decantada por estrangeiros que nos visitam”. Conforme suas palavras:

Terra de tantas gentes, o cosmopolitismo de Joinville transforma-se como o instrumento adequado para que a cidade redesenhe sua configuração, se modernize, avance, reinstale o espírito de flores e cultura que tanto bem já fizeram àquela que continua, sempre, a “cidade dos príncipes”³¹².

Penso que os termos diversidade e cosmopolitismo são, na sua reinterpretação do passado, categorias que lhe permitem (re)encaixar a cidade contemporânea numa narrativa capaz de reacender a “esperança” com base na ideia de “destino coletivo de todos os joinvilenses, nascidos aqui ou não”. Trata-se, pois, de viabilizar o futuro diante da inevitabilidade de um presente angustiante e, ainda, extrair do passado não apenas as lições para o presente, mas outros elementos que pudessem imprimir um lugar ao “lugar-nenhum da contemporaneidade”³¹³.

Em seu escrito de 1993³¹⁴ a identidade joinvilense aparece como uma questão atribulada e aflitiva. Lembremos que o caos e a desumanização urbana por força da migração promoviam, segundo pensava, um descolamento da fixidez dessa identidade. Agora, o retrato era pintado com cores mais fortes, porém harmônicas, de forma a oferecer aos cidadãos novos atributos e referências distintas.

Nessa recomposição, os migrantes passam a ocupar outros lugares e são representados por novas designações. De agentes da desordem, transformam-se em “novos colonizadores”, “ousados Quixotes” que, instalados “em todos os lugares, em todos os bairros, vindos de quase

³¹² TERNES, Apolinário. A pátria de tantas gentes. Op. cit.

³¹³ Id. Ibid.

³¹⁴ TERNES, Apolinário, 1993. Op. cit.

todas as lonjuras do mundo”, avizinham-se “com a mesma expectativa de melhor qualidade de vida, a mesmíssima razão que motivou os colonizadores do século passado [XIX] a atravessarem o Atlântico e a enfrentarem o desconhecido, a mata e a saudade”³¹⁵.

Esses novos sentidos de coesão histórica, voltados a traçar o “destino coletivo de todos os joinvilenses”, permitem-me problematizar os termos que vão, a partir dessa época, inspirar, mover, aclamar e questionar a propalada “diversidade cultural de Joinville” e os movimentos para a fixação de passados étnicos inventados, como aqueles que procurei discutir no Capítulo I.

Para se ter uma ideia, na edição de comemoração de aniversário de Joinville na qual Ternes sugere essa nova versão do passado para explicar o “espírito cosmopolita” do local, são incluídas histórias de migrantes internos. Porém o que parece é que a equipe de jornalistas foi incumbida de trazer essas histórias, desde que os migrantes selecionados pudessem ser performatizados por meio de uma origem étnica ou nacional. Os exemplos são vários: um engenheiro italiano que migrou para Joinville nos anos de 1970, proveniente de São Paulo; um executivo mexicano que fixou residência em 1995 em Joinville após ter casado com uma executiva joinvilense; uma russa poliglota com passagem por Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná que “chegou para ficar” em Joinville em 1977; uma profissional de comércio exterior dinamarquesa que fixou residência inicialmente em São Francisco do Sul em 1987; uma família de origem japonesa proveniente de São Paulo que recentemente se firmara no ramo da gastronomia; um arquiteto argentino que, de Florianópolis, chegou em 1994 para trabalhar; um empresário holandês que, antes de fixar residência em Joinville, conhecera 160 países; um *playboy* egípcio proveniente de São Paulo; uma empresária australiana com passagens por Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás. Outros tantos³¹⁶ que eram apresentados como peças do “mosaico de raças”. Em comum, migrantes que advieram de outras cidades brasileiras, a maior parte de capitais, e ainda pessoas que no decorrer dos anos de 1980 e 1990 tinham firmado negócios ou feito carreira na cidade³¹⁷.

³¹⁵ TERNES, Apolinário, 1999. Op. cit.

³¹⁶ É uma longa reportagem que traz ainda outras histórias pessoais deslindadas por meio de subtítulos com os nomes dos países que se fazem representantes: Líbano, Irã, Israel, Irlanda, Cuba, Inglaterra, Bélgica, Espanha, Iugoslávia, Suíça e Alemanha. Id. Ibid.

³¹⁷ Id. Ibid.

Acredito não ser relevante, na análise que empreendo, questionar o caráter cosmopolita de Joinville em relação a outras cidades contemporâneas. Para tanto, relembro as palavras de Pesavento para justificar a importância que adquirem os discursos que exprimem sensibilidades sobre a cidade e suas vivências. Diz ela:

Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma³¹⁸.

Assim, quando Ternes qualifica Joinville como “cidade cosmopolita” e “caldeirão de raças”, quando o prefeito Freitag reconhece a pujança da cidade como resultado de “todos”, quando moradores de classe média, na sua maioria migrantes, reivindicam a preservação do patrimônio cultural e da “tradição” da cidade ou quando Cadorin conclama o poder público para promover a “solidariedade”, única força propulsora capaz de inserir Joinville no processo de globalização, tem-se à frente um enigmático jogo de sentidos, dado à problematização e que diz respeito à produção local da globalização e à globalização local.

O sociólogo Boaventura Santos explica que os processos globalizantes produzem “fenômenos de múltiplas faces” que ligam “dimensões políticas, econômicas, culturais, religiosas e jurídicas de modo complexo”. Mas é preciso não perder de vista a “natureza hierárquica do sistema mundial” sem, contudo, recair na ideia de que estaríamos diante de um processo “linear, monolítico e inequívoco”. Assim, como produções sociais, os processos de globalização manifestam diferentes formas de articulação entre global e local, produzindo ao mesmo tempo diferentes mecanismos de inclusão e exclusão econômica, cultural, política e social. Aí a importância, segundo o autor, de considerar que “não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo”. As ideias de localismos globalizados e globalismos localizados carregam

³¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. p. 11.

consigo as intenções que movem as estratégias por parte daqueles que, segundo Santos, sob condições desiguais, buscam transformar as condições locais inserindo-as nos fluxos contemporâneos³¹⁹.

Ora, contextualizando a reflexão do autor nesta discussão, penso que os novos sentidos que atravessam os escritos da imprensa anteriormente destacados insinuam, para além das angústias e da benevolência em relação aos agora pouco estigmatizados “forasteiros”, cada um a seu modo e do lugar social (e de poder) dos autores, os planos de futuro para a cidade³²⁰.

Parece-me que a diferença não é mais narrada (e de certa forma sequestrada) pelos estigmas sobre os genéricos “forasteiros” que, com suas vivências, teriam promovido o caos paisagístico, a violência e a “perda das tradições”.

A compressão do tempo e do espaço que tornou a cidade lugar de deslizantes vivências e identificações parece desassossegar o presumido controle sobre as práticas culturais e sobre as explicações delas nas transformações urbanas em diferentes tempos e espaços. Cabe aqui relembrar que, na mesma época, os “ecletismos” da Fenachopp são alvo de calorosos debates pela mesma imprensa, por exporem “Apolos desnudos” ao som de pagode, *rock* e outras musicalidades de “gosto duvidoso”³²¹.

A cultura com “a cara e o RG de Joinville” impõe-se por passados étnicos inventados, mas também por outros mecanismos capazes de recolocar Joinville nos trilhos do mundo globalizado. É o que pode ser apreendido do balanço que o jornal *A Notícia* publicou com o encerramento do 5.º Fórum Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura³²².

Com o subtítulo “A trama em que se tece o essencial de nossa existência”, a matéria destaca que, além das indústrias, o novo cartão-postal da cidade passaria a ser a cultura. Afora o Festival de Dança, a “ação cultural para Joinville” englobaria: promoção de cursos temáticos

³¹⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: _____ (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-104.

³²⁰ Lembro aqui a discussão empreendida no Capítulo I acerca dos esforços do poder público para o estabelecimento de um novo perfil econômico para a cidade.

³²¹ Também no Capítulo I já procurei analisar as reportagens em que me baseei para discutir os posicionamentos dos jornalistas e frequentadores da festa.

³²² CULTURA em Joinville. 5.º Fórum Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura. *A Notícia*, Joinville, 23 abr. 1998.

de história da arte, escultura e videoarte, criação da Oficina da Palavra, unindo poetas e escritores de diferentes locais, promoção de concertos líricos e reconstituição da Orquestra Filarmônica de Joinville. Na linha “Memória e referência”, destacava-se o necessário incremento à atividade museológica. Para o Museu de Arte estavam previstas exposições “de fôlego” de artistas nacionais e internacionais e uma política de “fazer o museu viajar através de seu acervo, levando o nome da cidade a outras plagas”. O Museu do Sambaqui e o mais visitado, Museu Nacional de Imigração e Colonização, seriam também importantes alvos da “ação cultural”³²³.

A justificativa para a iniciativa consistia no desejo de “desenvolver as manifestações mais genuínas da cidade”. Tratava-se de não apenas “resgatar a cultura germânica, preservar o que resta de uma arquitetura étnica e de época”, mas, e principalmente, “enxergar e acolher uma cultura mais cosmopolita”, “amálgama desse complexo tecido social joinvilense”. A Fundação Cultural, dessa forma, buscava “sondar e revelar as vocações intrínsecas da urbe, apontar suas carências e capacitar seus cidadãos para produzir e consumir cultura [...]. Ser para o cidadão o espelho que vai mostrar o seu rosto e possibilitar a transformação do casulo ao vôo”³²⁴.

Parece-me que o texto não insinua, mas exprime claramente o que o poder público concebe e espera da cultura para projetar Joinville nos tempos e espaços globais. Ao pretender ser “espelho do cidadão”, oferecer-lhe-ia cosméticos e acessórios para incluí-lo e excluí-lo simultaneamente na cidade contemporânea. Cultura cosmopolita, pragmaticamente concebida como dimensão capaz de “elevar” o “nível” artístico, literário e histórico daqueles que deveriam desempenhar papéis mais condizentes com as necessidades “sondadas”.

Encontro também nesse escrito movimentos explícitos que almejam novamente fixar uma identidade para Joinville, nos quais também se enredam as narrativas que procuram reformar e positivar os fluxos migratórios e a presença dos migrantes no passado e no presente.

“Multiculturalismo conservador”, eis o termo proposto por Santos, do qual faço uso para interpretar alguns dos discursos que, pela imprensa, a partir do fim dos anos 1990, intentam “tolerantemente” criar um novo receituário para submeter as diferenças que parecem pulsar

³²³ CULTURA em Joinville... Op. cit.

³²⁴ Id. Ibid.

de forma intransigente e inusitada na cidade. A ideia de diversidade cultural é, no meu ponto de vista, uma invenção que objetiva compendiar a diferença.

Por fim, cabe-me ainda retomar, a título de conclusão, a reflexão inicial desse item: os entrelaçamentos entre a historiografia produzida na época com essa espécie de enredo jornalístico.

Os historiadores, a partir dos anos 1990, ao lançar seus olhares, também buscam explicitar os seus questionamentos sobre a Joinville do presente no curso de suas transformações, ainda que, para alguns deles, o passado seja o pressuposto e a base sobre as quais as transformações operam.

O “real” e o “imaginário”, as “resistências esquecidas e silenciadas”, os “desenraizamentos”, o “poder normativo” e as “transgressões” são não apenas problemas, sobre os quais procurei estabelecer um diálogo teórico-metodológico transbordante de aprendizagem a respeito do tema migração e da operação historiográfica, mas também “feridas” abertas por força de críticas *folheadas* que passam a interferir nas práticas e nas representações da cidade.

Homi Bhabha, no escrito “O compromisso com a teoria”, exprime sua inquietação perante o estabelecimento de “binarismos” para distinguir a “crítica acadêmica” dos escritos produzidos a partir de e em outros lugares sociais³²⁵. Para ele, todos “são formas de discurso e, nessa medida, produzem, mais do que refletem seus objetos de referência”³²⁶. Haveria, ainda, um “processo pelo qual as afirmações de uma instituição podem ser transcritas no discurso de outra”³²⁷. Isso porque as afirmações se estabelecem como “verdade” pública a partir de um processo de dissenso, de negação que, por sua vez, abarca um diálogo nos termos de uma “negociação” com outras verdades. Por outro lado, apesar dos esquemas de uso e aplicação que constituem um campo de estabilização para uma verdade, qualquer mudança nas condições de seu uso, qualquer alteração em seu “campo de experiência” ou comprovação ou mesmo qualquer diferença nos problemas a serem resolvidos podem levar à emergência de uma nova verdade. Uma “verdade” seria, então, um constructo híbrido.

³²⁵ BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 10-29.

³²⁶ Id. Ibid. p. 14.

³²⁷ Id. Ibid. p. 16.

Com isso quero dizer que, pelas palavras, discursos, ditos e não-ditos que procurei analisar, é apreensível esse movimento dialógico movido por ambivalências, negociações e contradições que envolveram historiadores, jornalistas e historiadores-jornalistas.

É ainda Bhabha que destaca a importância de considerar e abordar as práticas de escritura na perspectiva de uma “política de interpelação”³²⁸, a qual permite focar os deslocamentos dos significantes, bem como concebê-los como referências que são produzidas e produzem fronteiras. Tal ideia reforça a afirmação de que não se pode considerar como termos excludentes teoria *versus* prática, ciência *versus* política, historiografia *versus* jornalismo ou outras relações binárias, sob as quais fica obscurecida a diferença que instituiu os discursos, quaisquer que sejam.

As mudanças de narrativas sobre a história de Joinville e de representações sobre a migração e os migrantes levaram-me a explorar os discursos como fronteiras. A etnicização da história da cidade é uma delas. Os historiadores, ao defender ou se contrapor – com base em suas opções teórico-metodológicas – ao protagonismo étnico como princípio explicativo das transformações urbanas, exploraram as fronteiras e se arriscaram por entre elas, contribuindo para o debate desafiador sobre a diferença, enquanto processo que permeia as vivências urbanas na contemporaneidade.

Mesmo que a recente representação discursiva da “diversidade cultural” insinue os desejos de sequestro (ou fixação) da diferença, tal representação, carregada de hibridismo, abre novas zonas de fronteira que se deixarão ver pelas novas interpelações não apenas dos historiadores, mas também dos sujeitos que vivem e significam a cidade nesses nossos tempos e espaços globais.

³²⁸ BHABHA, Homi K. Op. cit. p. 14.

CAPÍTULO III

3 MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS ENREDADAS DA CIDADE MIGRANTE

Porque minha mãe dizia assim: não existem pessoas, são as pessoas. Você tem que ir lá e conversar com as pessoas e ver o que elas são.

LUIZ CARLOS DE MEDEIROS CARDOSO¹

Eu dou o recado. Sem problemas. A gente *deleta* a entrevista.

FERNANDO CESAR SOSSAI²

A análise da “diversidade como espetáculo festivo” e dos escritos da historiografia e da imprensa, temas abordados nos capítulos anteriores, procurou expor a complexidade que envolve os discursos sobre os fluxos migratórios e as vivências urbanas contemporâneas. Cabe agora discutir como as narrativas de memórias indiciam outras maneiras de fazer e de explicar o passado e o presente da cidade. Em outras palavras, pelas narrativas buscarei refletir sobre como a diferença e a produção de lugares, de territórios e de fronteiras movem e são movidas pelos sujeitos a partir de seus complexos e múltiplos processos de identificação. Com isso, minha expectativa é trilhar mais uma vez esse caminho um tanto labiríntico de compreensão das transformações de Joinville desde os anos de 1980, sob impulso dos fluxos migratórios.

As epígrafes de que faço uso constituem referências iniciais para que eu demonstre a importância das narrativas de memória no meu estudo, bem como para ilustrar sinteticamente os desafios abertos pela metodologia da história oral nesse processo investigativo.

Durante o período focalizado neste trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou três censos: de 1980, de 1991 e de 2000. A tabela a seguir permite ao leitor constatar, do ponto de vista quantitativo, a relação entre a migração e o crescimento demográfico da cidade.

¹ CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 28 ago. 2009.

² Frase obtida por intermédio de comunicação pessoal.

Tabela 1 – População residente em Joinville

| Ano | População total | | Pessoas residentes naturais de Joinville | | Pessoas residentes não naturais de Joinville | |
|------|----------------------|------|--|-------|--|-------|
| | | | | | | |
| 1980 | 235.803 | 100% | 117.062 | 49,6% | 118.741 | 50,4% |
| 1991 | 347.153 | 100% | 180.543 | 52% | 166.607 | 48% |
| 2000 | 429.604 ³ | 100% | 227.391 | 53% | 202.213 | 47% |

Fonte: BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico:** dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade. Rio de Janeiro, 1982; _____. **Censo demográfico:** migração – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1991; _____. **Censo demográfico 2000:** migração e deslocamento – resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2000

Como se vê, a objetividade quantitativa possibilita pensar Joinville como uma cidade migrante, não apenas porque em 1980 nela residia uma maioria de não naturais, mas porque o crescimento populacional das três décadas destacadas está diretamente relacionado com a migração.

Para se ter uma ideia dos locais de origem dos migrantes, a tabela a seguir demonstra a evolução dos números relativos às regiões geográficas de naturalidade dos residentes.

Tabela 2 – População residente conforme região geográfica de naturalidade

| Ano | Norte | Nordeste | Centro-Oeste | Sudeste | Sul |
|------|-------|----------|--------------|---------|---------|
| 1980 | 132 | 966 | 529 | 4.248 | 228.949 |
| 1991 | 273 | 2.344 | 639 | 8.231 | 334.708 |
| 2000 | 640 | 4.259 | 1.368 | 13.027 | 408.704 |

Fonte: BRASIL, 1982. Op. cit.; BRASIL, 1991. Op. cit.; BRASIL, 2000. Op. cit.

³ Os dados referentes ao Censo de 2000 foram obtidos no Escritório Regional do IBGE em Florianópolis. O coordenador da Base Territorial UE/SC, o geógrafo Antonio Guarda, foi quem analisou, sistematizou e me disponibilizou os dados, esclarecendo que “a variável V0417 nasceu neste Município e é oriunda do questionário da amostra do censo 2000. No município de Joinville esta amostra foi de 10% [...]. Para expandir a amostra para o universo de Joinville foi utilizada a relação de proporcionalidade (regra de três simples), ou seja, se a amostra entrevistou 42.641 habitantes, dos quais 1.055 responderam sim, 20.071 não e 21.515 em branco, no universo de 429.604 habitantes, teremos 10.629 que responderam sim, 202.213 não e 216.672 em branco. Entenda-se que o **Sim** são aquelas pessoas que nasceram em Joinville, migraram, mas retornaram a Joinville. O **Não** são aquelas pessoas que emigraram para Joinville. E o **Em branco** são aquelas pessoas que nunca deixaram Joinville”. QUESITO sobre migração – microdado censo 2000: V0417 nasceu neste município Joinville. Acervo IBGE, Florianópolis, 2010.

Como desdobramento das informações relativas à região Sul, sob a qual se constata a maior concentração populacional em relação à naturalidade dos residentes, a tabela a seguir fornece outras informações que podem ser cruzadas com as da tabela 1.

Tabela 3 – População residente conforme naturalidade (região Sul)

| Ano | Paraná | Santa Catarina | Rio Grande do Sul |
|------|--------|----------------|-------------------|
| 1980 | 13.509 | 212.271 | 3.169 |
| 1991 | 38.045 | 289.295 | 7.368 |
| 2000 | 53.766 | 344.352 | 10.856 |

Fonte: BRASIL, 1982. Op. cit.; BRASIL, 1991. Op. cit.; BRASIL, 2000. Op. cit.

Abaixo do estado de Santa Catarina, o Paraná é a unidade da Federação de onde provem a maioria dos migrantes. Não foi possível obter informações seriadas relativas aos fluxos migratórios internos no próprio estado de Santa Catarina, ou seja, os municípios de proveniência dos migrantes catarinenses de Joinville. Também não foi possível verificar comparativamente pelos dados dos três censos a situação de domicílio anterior dos não naturais. Apenas no censo de 1980 a informação sobre o total da população residente proveniente da zona rural e urbana é apresentada⁴.

A grande maioria dos migrantes da região Sudeste é proveniente de São Paulo. Em seguida estão cariocas, mineiros e capixabas. Em relação à região Nordeste, o censo de 1990 indica uma maioria de baianos, cearenses e pernambucanos.

⁴Em 1980, do total de 118.741 residentes não naturais de Joinville, menos da metade (56.483) era proveniente da zona urbana. Como a categorização de rural e urbano é conceituada pelos três censos com base nas leis municipais então vigentes, compreende-se por que a informação sobre a situação de domicílio nas décadas de 1990 e 2000 não se traduza numa categoria específica dada à comparação. Como salienta o economista José Eli da Veiga, “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. [...] De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000”. VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71-93, abr. 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso em: 22 maio 2009.

Acredito que todas essas informações sejam valiosas para entender como quantitativamente Joinville se constitui numa cidade migrante. Porém é preciso refletir sobre esse “enclave demográfico em terras historiográficas”, conforme expressão do historiador francês Paul-André Rosental⁵.

Em artigo publicado em português, em 2009, esse autor explica que, desde a metade do século XIX, quando então foi forjado o termo, “a demografia tem por propriedade compreender a população em suas dinâmicas internas”, reduzindo-a “a um jogo de variáveis, tais como a natalidade, as núpcias e a mortalidade”⁶. As migrações são aí tidas como variáveis exógenas, podendo ou não interferir nessas dinâmicas. Segundo suas palavras, para a demografia,

a população é compreendida como uma entidade orgânica e dinâmica que contém de maneira endógena o princípio da sua própria evolução. Os outros aspectos – sociais, econômicos, políticos, institucionais – são secundários em relação a este esquema⁷.

Teria sido a partir dessa “construção cognitiva” que a demografia histórica⁸ empreendeu não apenas seus estudos, mas também guarneceu, até os anos 1980, o trabalho de vários historiadores que procuravam responder aos imperativos de “produzir um saber sobre os grupos sociais os mais vastos e os mais anônimos, [bem como] promover a história como ciência graças à quantificação”⁹.

Quando os desejos de generalizações históricas começam a ser colocados em xeque e, ao mesmo tempo, quando novas ferramentas estatísticas permitem problematizar “pequenas amostras” e processos, os historiadores passam a se distanciar da “construção cognitiva”, baseada no “objetivismo” demográfico.

Sob alerta, tal “objetivismo” passou a ser entendido, a partir da década de 1980, como uma construção da realidade social. As categorias

⁵ ROSENTAL, Paul-André. Por uma história política das populações. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 176-200, jan./jul. 2009.

⁶ Id. Ibid. p. 183.

⁷ Id. Ibid.

⁸ Segundo Rosental, “a demografia histórica conquistou rapidamente seu monopólio ao longo do terceiro quarto do século XX. Pela unidade de suas fontes (os registros de estado civil), de seus métodos (codificados, em 1956, pelo demógrafo Louis Henry e pelo arquivista Michel Fleury), e mesmo de suas problemáticas, ela é provavelmente a especialidade mais cumulativa que as ciências históricas conheceram”. Id. Ibid. p. 178-179.

⁹ Id. Ibid. p. 179.

que o sustentavam são cada vez mais discutidas e historicizadas, à luz de suas imbricações com o desejo de poder das instituições que as produziram. Lembra Rosental que os historiadores interessados nos objetos da demografia acompanharam, naquela época, o movimento do próprio campo da história, no qual se empreendia o “questionamento em relação a uma quantificação descontextualizada, paralisante e que negligencia a construção narrativa que é central para a atividade histórica”¹⁰.

Assim, na contemporaneidade, a reconstrução do objeto população transitou do debate que inicialmente o considerava como “produto de uma fabricação política e jurídica” para outro mais complexo que propôs “compreender a população no seio de uma rede de relações políticas e sociais mais rica”¹¹. Com isso, rumou-se para um programa de “história política das populações”. Diz o autor:

Os historiadores contemporâneos [...] tomam por objeto as modalidades de produção dos dados objetivados no registro administrativo e estatístico. Eles privilegiam o estudo das interações entre as populações e as instituições sobre as quais se debruçam, interações entendidas ao mesmo tempo como um objeto historiográfico em si e como uma dimensão indispensável à crítica das fontes¹².

Em relação à migração, Rosental esclarece as mudanças operadas. Se para a demografia a definição de migrante consiste em levantar as fronteiras administrativas, a distância e a duração do deslocamento, a história política das populações dá importância às construções jurídicas sobre o *status* das pessoas que migram. Assim, a desnaturalização do fenômeno migratório permite ampliar e complexificar os estudos. Por extensão, a própria ideia de população é uma questão a ser desnaturalizada.

Penso ser importante ressaltar esses posicionamentos de um pesquisador¹³ cujo objeto de interesse engloba a demografia, mas não

¹⁰ ROSENTAL, Paul-André. Op. cit. p. 185.

¹¹ Id. Ibid. p. 190.

¹² Id. Ibid. p. 192.

¹³ Paul-André Rosental é doutor em História e professor da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: *Histoire des politiques et des institutions consacrées à la population et à la protection sociale; Histoire de l'expertise et des savoirs; Histoire des migrations et de la parenté; Histoire de la santé au travail*. Disponível em: <<http://esopp.ehess.fr/document.php?id=67>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

se confunde com ela. Ao defender o programa de uma “história política das populações”, defende ao mesmo tempo a pertinência de estudos que ponham em causa as definições e os delineamentos que as próprias populações dão a si mesmas, bem como as análises sobre suas práticas sociais e culturais. Se as abordagens desse programa se fundamentam na “dialética do tratamento de massa e individualização de casos”, do diálogo no campo historiográfico geral e dele com as outras ciências sociais, é que se pode cada vez mais refletir sobre a complexidade da “pré-definição da população de estudo por critérios objetivistas”¹⁴.

Os dados demográficos sobre a população de Joinville constituem, assim, uma (e não a única) referência de pesquisa sobre o urbano. Ao analisá-los, é preciso considerar a interação, situada historicamente, entre as categorias, os procedimentos estatísticos, as instituições e a própria população. Contudo não enveredarei por esse caminho, ainda que ao analisar os três censos vislumbasse problemas de pesquisa bastante instigantes. Volto minhas atenções aqui propondo uma abordagem baseada na metodologia da história oral e, por isso, os dados demográficos, as estatísticas e as percentagens são tomadas como entradas para buscar as subjetividades e as narrativas de memória.

A historiadora espanhola Mercedes Vilanova, embora seja reconhecida no campo historiográfico pelas pesquisas que realizou com a história oral, afirma que as estatísticas foram fontes imprescindíveis para o seu trabalho. A “porcentagem da porcentagem”, por ela denominada “estatística qualitativa fina”, teria lhe colocado “perguntas que só a fonte oral pode[ria] responder”¹⁵. Acredita que, pelo fato de a fonte oral constituir uma fonte viva, sua face inacabada corrobora o caráter inacabado da própria história. Além disso, a gravação de narrativas teria permitido ao campo historiográfico, pela primeira vez, “diferenciar o coletivo do pessoal”¹⁶.

Dessa perspectiva, valho-me das reflexões de dois historiadores sobre seus objetos de investigação que, embora distintos, ressaltam a importância dos diálogos que põem em causa as diferenças como referência para o fortalecimento da própria operação historiográfica. As suas semelhantes conclusões permitem-me reforçar a pertinência

¹⁴ ROSENAL, Paul-André. Op. cit. p. 192.

¹⁵ VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994. p. 52.

¹⁶ Id. Ibid. p. 48.

da história oral neste estudo, levando em consideração as discussões acerca do estado atual da arte dessa metodologia.

Vilanova explica que, em história oral, a subjetividade e a parcialidade dizem respeito não apenas ao entrevistado, pois a entrevista consiste num encontro entre sujeitos que dialogam, ouvem e se olham. Diz ela que, enquanto historiadores, queremos saber “quem são e como são” os nossos entrevistados, mas, sobretudo, “falando com eles, queremos saber quem somos nós”¹⁷. Por isso, o roteiro preparado de antemão não garante uma boa entrevista. É o diálogo que permite o seu desabrochar até o limite do possível, limite esse carregado de riscos para os envolvidos, ainda que aqueles que mais arrisquem sejam os entrevistados.

Diferença na experimentação da igualdade e igualdade na experimentação da diferença – tal diretriz impõe não apenas dominar procedimentos metodológicos específicos, mas principalmente se traduz como compromisso obrigatório do historiador nos momentos em que faz e interpreta as entrevistas ou delas tira conclusões. O professor italiano de Literatura Alessandro Portelli¹⁸ lembra também que nas sociedades desiguais como as do mundo contemporâneo a maioria das entrevistas não é feita com indivíduos que estejam em condições de igualdade com os entrevistadores. O esclarecimento dos objetivos e o estabelecimento de iguais condições para tomadas de decisão sobre o que e como significar o lembrado pressupõem entender a diferença como possibilidade de aprendizado compartilhado e mutuamente respeitado. Por isso, penso que, em história oral, o delineamento das fronteiras implica o respeito às subjetividades em jogo.

Nessa direção, exponho a minha própria experiência. No decorrer da pesquisa tive de aprender a lidar com os silêncios deliberados pelos entrevistados no momento das entrevistas e as autointerdições produzidas nos dias seguintes. Vários apertos na tecla *pause* de meu gravador digital e edições com borrões foram feitas por solicitação dos entrevistados. Uma interdição desafiou especialmente o cumprimento de meus compromissos. Inicialmente detive duas horas e dezessete minutos de uma narrativa rica em detalhes e significados. Alguns dias depois, a pedido, a entrevista foi reduzida a pouco mais de uma hora.

¹⁷ VILANOVA, Mercedes. Op. cit. p. 54.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

Semanas mais tarde, um fatídico telefonema interditou completamente a narrativa, sob a promessa de produzir outra, menos contundente e em tom menos altivo em relação aos juízos sobre Joinville, seus habitantes e suas redes de sociabilidade. Não a refiz, explicitando novamente o que havíamos firmado no início do processo. Ocorre que, posteriormente, o meu interlocutor criara outras expectativas para o seu relato. Esperava que seus familiares e descendentes não soubessem dos seus reais sentimentos sobre a cidade. Ao contrário, queria entrar na história exprimindo avaliações mais positivas e afetuosas. Para tanto, contava com a minha compreensão.

O fato somou-se a outros tantos que exigiram, no processo da investigação, contínuas reflexões, negociações com entrevistados, diálogos com outros pesquisadores e revisitações aos estudos¹⁹ empreendidos que propuseram possíveis respostas aos desafios teórico-metodológicos que envolvem o fazer história oral. O caso relatado, especialmente, ilustra as inúmeras questões que se avizinham sobre a “ética na história oral”²⁰ e a “crítica do testemunho”²¹.

Sob o crivo da reflexividade interdisciplinar, as subjetividades que inundam as narrativas de memória, inicialmente concebidas como problemas, passaram a realçar a importância da história oral para obter outras visões e versões acerca dos acontecimentos, para conhecer o desconhecido, fissurar as generalizações e para aprofundar a parcialidade que igualmente inunda outras fontes de pesquisa histórica²².

Para Portelli, a subjetividade consiste no “trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência”. O paradoxo da história oral seria que, diante do entrevistador, nenhuma pessoa “aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que

¹⁹ Destaco aqui a importância de duas disciplinas cursadas no decorrer do doutorado. Além de constituírem oportunidades singulares para que eu aprendesse, compartilhando com colegas e professores, pois o que eu pensava conhecer sobre a história oral era bem menos do que ainda persigo conhecer, a vasta bibliografia proposta pelos professores foi retomada à medida que a minha experiência investigativa reabria problemas discutidos. As disciplinas a que me refiro são “Memória e identidade na perspectiva da etno-história”, sob responsabilidade da Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold, e “História oral – instrumental e teórica”, sob responsabilidade do Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma.

²⁰ Cf. PORTELLI, Alessandro. Op. cit. p. 19.

²¹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. Cap. 2.

²² A esse respeito ver PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita na História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 166.

possam estar à disposição da filosofia de outros”, o que transforma a narração na memória de um “ato interpretativo”²³, sinalizando tanto a subjetividade do narrador como as subjetividades daqueles que ele referencia. A tarefa do historiador consistiria em discernir as regras e os procedimentos de forma a compreender e utilizar tais subjetividades à luz das questões éticas que atravessam o trabalho de campo, a interpretação e a prática da restituição.

A “ética do trabalho de campo” envolve o saber ouvir o que o entrevistado considera importante dizer, ainda que não seja o que se quer ouvir. A explicitação, quando necessária, de discordância entre pontos de vista e a disposição em também falar algo sobre si ou sobre o próprio trabalho são aspectos que contribuem para delinear e promover a igualdade na diferença (e vice-versa) no encontro entre pessoas que buscam aprender e compartilhar suas experiências.

A “ética da interpretação” invoca a responsabilidade dos historiadores nos momentos em que analisam e utilizam as narrativas de memória. O uso de citações deve promover uma “espiral de interpretações”²⁴ capaz de levar à compreensão dos sentidos das escolhas manifestados na escrita historiográfica. Aí reside a dimensão dialógica intrínseca, na qual, segundo Portelli, “nossas interpretações e explicações coexistem com as interpretações contidas nas palavras que reproduzimos de nossas fontes e, ainda, com as interpretações que os leitores delas fazem”²⁵.

Diante do pluralismo de enunciados e significados, entendo que o que Portelli propõe coincide com o preconizado por Michel de Certeau acerca dos desdobramentos do discurso histórico. A autoridade desse discurso se sustentaria ao representar as relações de coexistência como relações de coerência, ou seja, “combina no singular do saber, *citando* o plural dos documentos *citados*”²⁶. Ao compreender os seus outros, transforma explicações em interpretações, instituídas no processo que, por sua vez, tem como principal característica a relação do lugar do conhecimento com a sua exterioridade.

²³ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. p. 60.

²⁴ PORTELLI, Alessandro, 1997. *Op. cit.* p. 29.

²⁵ Id. *Ibid.* p. 27.

²⁶ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 100.

No entanto situações como aquela que relatei anteriormente expõem uma dificuldade bastante específica no processo de construção do discurso histórico desdobrado. Tal dificuldade diz respeito ao que Portelli denomina “ética da restituição”. Diz ele que restituir implica indagar sobre as finalidades da história oral. Ao lidar com pessoas, sua relevância não estaria apenas na disponibilização de gravações, transcrições e publicações, mas principalmente em favorecer “uma oportunidade para as pessoas com que conversamos organizarem seus conhecimentos” e produzirem discursos sobre si mesmas e sobre os outros, mesmo que tais discursos sejam encarados experimentos passíveis de interdição. Lembra que “a restituição não é neutra”²⁷, tendo em vista que ela enseja uma intervenção social efetiva, proporcionando uma gama de interpretações capazes de mudar as concepções de e sobre pessoas, acontecimentos e lugares. Eis a principal lição que tirei sobre a importância da restituição das narrativas não apenas para aqueles que se dispuseram a expô-las e autorizaram integralmente o seu uso, mas também àqueles cujas interdições exprimiram igualmente o valor do encontro como possibilidade de intervir no discurso historiográfico e interromper o isolamento de suas percepções.

Nesse ponto, é preciso esclarecer ainda de que modo as narrativas de memória podem ser consideradas como instâncias que põem em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história²⁸. Portelli diz que numa entrevista há significados e procedimentos narrativos que vão além do individual. De um lado, o ato interpretativo “parte de comportamentos visíveis, códigos expressivos socialmente reconhecidos”, permitindo ao narrador formular hipóteses sobre o que narra. Por outro lado, a interpretação que produz “constitui um ato fundamental na construção da narrativa em si”. Por isso, a oralidade manifesta o “fatigante trabalho da palavra”²⁹, que pelas interrupções, digressões, repetições e correções explicita o caráter processual, construtivista e social da narrativa e da memória.

Situar aí as narrativas de memórias dos migrantes de Joinville significa explicitar, inicialmente, a minha intenção de buscar nelas novas possibilidades para compreender os enredos sobre a cidade que dizem respeito tanto às subjetividades dos narradores quanto àquelas que eles

²⁷ PORTELLI, Alessandro, 1997. Op. cit. p. 31.

²⁸ Conforme discutido no Capítulo II.

²⁹ PORTELLI, Alessandro, 1996. Op. cit. p. 65.

referenciam, bem como aos acontecimentos e lugares ressignificados nos próprios atos narrativos.

Diferentes tempos e espaços, processos de identificação, desejos e projetos de cidade são algumas das dimensões que pretendo interpretar, levando em conta os lugares bastante movediços que os narradores demarcam à medida que, no percurso da entrevista, âncoras simbólicas vão sendo fundeadas para o relato de suas experiências. Explicando-me melhor, alguns dos entrevistados, a partir de seus lugares profissionais ou empregatícios, falaram da “cidade trabalho”. Em outros momentos, como moradores de bairro, falaram sobre os limites da “Cidade das Flores”. Houve ainda aqueles que explicaram a “cidade germânica” com base em suas filiações ou orfandades étnicas.

Religiosidades, lazeres e diagnósticos sobre a migração e as transformações das vivências cotidianas igualmente suscitam análises não apenas sobre o que é definido como real do passado e do presente urbanos, mas também sobre as possibilidades visadas de outros passados e presentes. A título de exemplo, alguns dos entrevistados, ao narrar sobre movimentos reivindicatórios, de ocupação territorial ou de orientação sexual, substituíram a primeira pessoa do singular pela primeira pessoa do plural, procurando dar visibilidade e importância social às suas escolhas, às suas verdades e às suas ações para a história da cidade.

O historiador Michael Pollak, em artigo publicado em 1992, ensina que pessoas, acontecimentos e lugares são elementos constitutivos da memória individual (e também coletiva). Porém tais elementos são organizados pelo trabalho de seleção, submetido a flutuações, transformações e mudanças, ligado ao presente em que é estruturado. Pelas narrativas, as pessoas buscariam construir representações para si próprias e, principalmente, para serem percebidas da maneira como querem ser percebidas pelos outros. Ou seja, as narrativas de memórias são atravessadas por disputas e negociações, impondo ao historiador “levar ainda mais a sério a crítica das fontes”³⁰.

No meu ponto de vista, a reflexão de Beatriz Sarlo sobre a questão aberta por Pollak é extremamente valiosa, sob dois aspectos. Durante os anos 1990 as críticas acerca da validade das fontes orais foram respondidas na forma de publicações de inúmeros artigos e livros e pelo acentuado desenvolvimento de pesquisas que utilizaram

³⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. p. 207.

tal metodologia³¹. A publicação do livro de Sarlo³² reabriu o debate sobre questões a respeito das quais parte da historiografia já havia lançado bases, de certa maneira, consensuais. Sarlo retoma a discussão sobre as relações entre memória e história, passado e presente, subjetividades e valor do testemunho, confrontando teoria e prática, sob a égide dessa expansão da história oral nas últimas décadas. Em segundo lugar, a autora situa o debate no contexto contemporâneo da “sedução pela memória”³³, ampliando o seu olhar para além da historiografia. Dessa forma, suas problemáticas articulam os usos da memória e o valor do testemunho em outros campos, tais como o da política, o jurídico, o literário, o midiático e o do mercado. Diz ela:

A dimensão intensamente subjetiva (um verdadeiro renascimento do sujeito, que nos anos 1960 e 1970 se imaginou estar morto) caracteriza o presente. [...] Todos os gêneros testemunhais parecem capazes de dar sentido à experiência. Um movimento de devolução da palavra, de conquista da palavra e de direito à palavra se expande, reduplicado por uma ideologia da “cura” identitária por meio da memória social ou pessoal³⁴.

Haveria alguns problemas enevoados nesse superlativo testemunhal e subjetivo. Por um lado, tal superlativo se apresenta como uma reconquista do direito das pessoas à memória para curar as feridas abertas pela suposta perda de sua identidade e, por outro lado, se torna recurso para o alcance da verdade, agora filosoficamente concebida no plural. Para Sarlo, esses problemas, ainda que possam ser considerados como chagas da intervenção capitalista sobre as

³¹ A história da história oral, incluindo sua expansão no Brasil, foi abordada por vários historiadores. A esse respeito ver: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. _____. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004a. JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³² O trabalho foi publicado originalmente em espanhol em 2005. A edição em português é de 2007. SARLO, Beatriz. Op. cit.

³³ Expressão de Andreas Huyssen discutida no Capítulo I deste trabalho. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

³⁴ SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 38-39.

subjetividades, acabaram imprimindo aos relatos de memória um papel duplamente redentor e, ao mesmo tempo, contraditório: achacar as ideias de coisificação e alienação do sujeito, construindo “Sujeitos Múltiplos”, e, na impossibilidade de “sustentar uma Verdade”, abstrair verdades identitárias dos discursos desses sujeitos múltiplos.

Vou me deter em algumas questões levantadas por Sarlo que considero importantes para a problemática e a abordagem das narrativas de migrantes.

Primeiramente, acredito que Sarlo está certa quando afirma ser necessária “a crítica da verdade da voz e de sua ligação com uma verdade da experiência que [supostamente] afloraria no testemunho”³⁵, levando em conta as regras que se aplicam a outros discursos.

Em história oral, a condição dialógica entre historiador e fontes impõe ao primeiro o exercício da imaginação que, como diz Sarlo, “abandonando o próprio território”, o leve a procurar interpretações desconhecidas, as quais fazem emergir um sentido diante de “experiências desordenadas, contraditórias e, em especial, resistentes a se render à idéia simples demais que elas são conhecidas porque foram suportadas”³⁶.

Acredito que a autora não quer dizer que o historiador, ao exercitar sua imaginação, deva renunciar ao seu desejo de saber, movido pela busca de inteligibilidade do passado. Pelo contrário, encoraja-o a enfrentar os dilemas dessa busca. Na contemporaneidade, seria preciso problematizar radicalmente o “dever de memória” e o “direito à identidade”, reivindicados pelos narradores, por mais dolorosos que sejam os acontecimentos por eles relatados. A memória poderia ser tomada no impulso moral de restituir publicamente experiências soterradas, tornando-se por isso fonte privilegiada para o conhecimento do passado. Porém em que medida a operação historiográfica suportaria a contradição de ter de isolar e afirmar como verdade o que é desejado pelas artimanhas do discurso oral em detrimento de outros discursos?

Isso ganha relevância especial para os meus propósitos. Respondendo a tal questionamento, procuro escrever uma história em três capítulos e não o contrário. As narrativas de migrantes, por mais que reivindiquem o direito à memória e o direito a Joinville, não são por mim tomadas como um contraponto moral à memória organizada pelas festas ou mesmo pelos discursos historiográficos que as deixaram de

³⁵ SARLO, Beatriz. *Op. cit.* p. 38.

³⁶ *Id.* Ibid. p. 41.

lado. Não é possível ao historiador falar “em nome de”, mas, dialogando com discursos que se suportam pelas assinaturas³⁷, procurar construir uma inteligibilidade sobre o passado que chega pelo presente, ainda que essa inteligibilidade lance muito mais dúvidas do que respostas e suscite novas hipóteses em detrimento da confirmação de outras. Não há verdades nem mentiras; há sim desejos de verdade (e de poder) agenciados pelo tempo presente, e eles atravessam as fontes escritas, orais e o discurso do próprio historiador.

Sarlo destaca que “o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*”³⁸. Isso significa que é preciso considerar na análise das narrativas de memória “em que presente se narra, em que presente se rememora e qual é o passado que se recupera”³⁹. As palavras da autora remetem mais uma vez às reflexões propostas por Michel de Certeau, pois até que ponto a narração não se constitui como uma das maneiras de fazer do narrador, cujas astúcias têm como visagem persuadir seus interlocutores sobre o significado que ele (o narrador) ocupa no presente e quer assegurar no futuro?

Por mais repetitiva que possa parecer a afirmação dessa ideia na minha escrita, nela me apoio para esclarecer mais alguns pontos no meu itinerário metodológico: de quais lugares fala o sujeito? Qual a relação que se pode estabelecer entre esses lugares com aquilo que narra? Qual o presente que ele olha para fabricar o passado como narrativa, incluindo suas memórias sobre a migração?

Se a narrativa da memória é marcada pelo desejo “realista-romântico”⁴⁰ de coerência entre presente e passado e se, ainda, por ela se move a pretensão de reparar as ausências (de personagens e

³⁷ Sarlo, ao trazer as críticas de vários autores acerca das verdades subjetivas que supostamente estariam presentes nos relatos autobiográficos, afirma que “não há relato capaz de dar unidade ao eu ou valor de verdade ao empírico”. Assim, “o sujeito que fala é uma máscara ou uma assinatura”, por mais que busque persuadir o ouvinte ou o leitor. Fundamentando-se em Paul Ricoeur, observa: “Não é só no caso do Holocausto que o testemunho exige que seus leitores ou ouvintes contemporâneos aceitem sua veracidade referencial, pondo em primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala. Todo testemunho quer ser acreditado, mas nem sempre traz em si mesmo as provas pelas quais se pode comprovar sua veracidade; elas devem vir de fora”. SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 32-37.

³⁸ Id. Ibid. p. 10.

³⁹ Id. Ibid. p. 48.

⁴⁰ Id. Ibid. p. 51.

acontecimentos), com as quais indiciam elementos para forjar novas identidades, assim como para fazer emergir “outras histórias”, o caminho certamente não pode culminar numa espécie de lançar fora a água do banho com aquele que se banha. Desse modo, embora as narrativas de memória se façam sob a primazia da primeira pessoa, elas permitem adentrar nos meandros do individual para apreender, problematizando, não o indivíduo em sua generalidade, mas o específico como traço significativo de sua generalidade.

É preciso esclarecer melhor essa questão situando-a num exemplo. Com o objetivo de fissurar as representações generalizantes sobre os migrantes de Joinville, entrevistei vários deles que provinham de diferentes regiões e cidades brasileiras. O Sr. Luiz Vicente é pernambucano nascido em Timbaúba (zona da mata do estado do Pernambuco). Chegou a Joinville em 1994 depois de ter passado por São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse percurso, aprendeu a cozinhar e em Joinville abriu o “Ponto de Acarajé” nas imediações do Mercado Público Municipal. Sua narrativa é dotada de uma coerência autobiográfica surpreendente que permitiria facilmente considerá-lo como um ícone da odisseia nordestina para Joinville ou mesmo um signo da diversidade da população urbana, cuja ausência (ou desprezo) poderia ser agora reparada por um impulso moral emblematizado pela minha escrita histórica. Contudo não busco transformar as narrativas dos sujeitos em ilustração de uma diversidade migrante; se assim fosse, colocaria esta tese numa cilada terrível, visto que até aqui, a cada linha, procuro me contrapor às práticas e representações que sustentam a ideia de diversidade cultural joinvilense, na qual se mobilizam a migração e os migrantes como argumento seguro.

Importa-me discutir o que de específico pode ser perscrutado na narrativa construída pelo próprio sujeito Luiz Vicente, capaz de a um só tempo problematizar a representação generalista dos migrantes e os elementos que ele astutamente mobiliza para encadear suas próprias experiências e sensibilidades como referência para o reconhecimento histórico de uma identidade nordestina de Joinville. Disse ele: “Aqui no Acarajé é um ponto de encontro. Aqui tem que ser feita uma associação dos migrantes nordestinos. Creio que aqui é o alicerce, é a cara do nordestino”⁴¹. Há que se considerar nessa proposição, além de seus óbvios interesses comerciais e o seu explícito desejo de encarnar uma

⁴¹ VICENTE, Luiz. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernanda Ozório da Conceição, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 10 dez. 2009.

nordestinidade simbólica joinvilense, vestígios do tempo presente que lhe permitem reivindicar e invocar uma memória nordestina na cidade. A sua narrativa, assim, é por mim analisada como um novo elemento na intriga histórica que está entrelaçada com outras narrativas, incluindo a do Sr. Luiz Carlos de Medeiros Cardoso, migrante de Guatá (sul de Santa Catarina) que, entre tantas experiências, me relatou sua participação na organização de uma festa nordestina no Parque Joinville⁴², fato esse que será abordado mais adiante no texto.

Trata-se, então, de lidar com as narrativas num movimento em forma de eclipse, confrontando “a idéia ingênua de que **todo** [grifo meu] o narrável é importante” e que governa o específico da história. O específico histórico, explica Sarlo, “é o que pode compor a intriga [histórica], não como simples detalhe verossímil, mas como traço significativo; não é uma expansão descritiva da intriga, mas um elemento constitutivo submetido à sua lógica”⁴³.

Narrativa como memória de um ato interpretativo; temporalidades, espaços e lugares movediços; subjetividades e a procura pelo específico; enredos em eclipse e a intriga da história – ideias de que me aproprio como candeeiros para o trajeto de interpretação das narrativas de memória sobre a migração e o urbano das últimas décadas do século XX.

3.1 O CAMINHO E O TRAJETO

Motivada pelos objetivos da pesquisa, a definição das personagens que foram entrevistadas foi sendo processualmente estabelecida, à medida que eu fazia contatos, sondava disposições pessoais e vislumbrava a importância da narrativa diante das discussões engatilhadas. Assim, as festas me levaram às lideranças étnicas, aos organizadores, aos políticos e aos gestores públicos. Mesmo que meu interesse naquele momento não fosse buscar narrativas de migrantes, todos que entrevistei são migrantes, com exceção da presidente da Afroville, Sra. Maria Laura

⁴² Trata-se de um entre nove loteamentos que integram o perímetro do bairro Aventureiro, zona norte/nordeste de Joinville. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2008. Joinville: IPPUJ, 2008.

⁴³ Sarlo, Beatriz. Op. cit. p. 51.

Cardoso, e da presidente do Movimento de Consciência Negra Brasil Nagô, Sra. Alessandra Cristina Bernardino⁴⁴.

Na realização desse primeiro conjunto de entrevistas e, paralelamente, na pesquisa em jornais angariei novos contatos, ainda motivada pelo tema das festas urbanas. Neles vislumbrei novas redes ou entrelaces de redes de práticas religiosas, assistenciais e de outros lares que se moviam pelos mais diversos territórios. Tive algumas dificuldades para definir quem entrevistar, pois, de indicação em indicação, vi-me diante da necessidade de resolver uma espécie de operação exponencial. Os critérios iniciais estabelecidos para selecionar os migrantes a serem entrevistados consistiam em diferenças de gênero, de procedências, de endereços e de situação econômica. Porém isso não bastou. Recorri a outras fontes, capazes de subsidiar as escolhas diante da extensa lista dos potenciais entrevistados. Isso exigiu um trabalho de campo adicional.

Por ora, a título de exemplo, relato uma das dificuldades que encontrei para a seleção de entrevistados. Há em Joinville a Igreja Nossa Senhora dos Migrantes, criada em 1989. Fui a campo para esclarecer as razões de sua denominação. O Sr. Rosalino A. Santos⁴⁵, morador do bairro Jardim Paraíso⁴⁶, foi quem primeiro forneceu as informações. Disponibilizou-me as atas de fundação da comunidade da paróquia, os registros fotográficos e uma lista daqueles que julgava serem entrevistados em potencial, mais importantes que ele. Embora tenha contatado algumas pessoas de sua lista, percebi que estava sendo criada uma expectativa para que eu, enquanto historiadora, escrevesse uma história da igreja, capaz de instituí-la como marco fundador e princípio explicativo das transformações do bairro. Decidi, então, retomar o contato com o Sr. Rosalino a fim de entrevistá-lo, pois não se colocava como representante ou mesmo liderança leiga, apenas

⁴⁴ No Capítulo I, procurei discutir certas ambiguidades e contradições entre a condição migrante dos entrevistados e alguns ditos e posições assumidos diante das condições migrantes de outros. Alguns desses narradores lançaram enunciados intrigantes sobre o presente urbano, especialmente em sua configuração política e cultural, nos quais, numa linha teleológica de explicação, defenderam suas opiniões sobre o passado que pensam ter aberto as feridas para as agruras contemporâneas.

⁴⁵ SANTOS, Rosalino A. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 16 jun. 2009.

⁴⁶ Bairro localizado na zona norte/nordeste de Joinville, composto pelos loteamentos Paraíso I, II, III e IV. A população estimada gira em torno de 16.000 habitantes. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit.

como um morador que chegou em 1980 e participou episodicamente da fundação da igreja, do movimento de anexação do bairro a Joinville⁴⁷ e de outros acontecimentos por ele considerados relevantes (pavimentação das principais vias, construção de uma ponte sobre o Rio Cubatão e de um posto policial).

Outra moradora, a Sra. Ana Rosa Sennes, foi entrevistada não por seus vínculos com a igreja, que apenas na entrevista foram conhecidos, mas pelo fato de ser uma mulher migrante que se instalou no Jardim Paraíso também em 1980 e, a distância, vivenciou os movimentos relatados pelo Sr. Rosalino. Outra rede de sociabilidade – a de vizinhança – levou-me a conhecer a Sra. Ana Rosa. Conversando com alguns moradores, solicitei indicação de possíveis entrevistados com base no critério de gênero e período de migração. Uma lista tão rápida quanto extensa foi providenciada. Assim, os dois entrevistados foram selecionados pelas possibilidades que vislumbrei para, com base em suas narrativas, refletir e discutir a complexidade que envolve as representações e vivências da migração e as diferenças e identidades urbanas circunscritas na geografia de um mesmo bairro.

Ao todo foram realizadas 26 entrevistas⁴⁸, das quais apenas uma foi interditada e, conseqüentemente, devolvida ao entrevistado⁴⁹. Difícil também foi o enquadramento do roteiro geral que elaborei, tendo em vista as definições mais comuns sobre os tipos de entrevistas realizáveis pela história oral: temáticas ou de história de vida⁵⁰. Tendo como foco os temas migração e transformações urbanas, o roteiro foi organizado de forma a suscitar, em primeiro lugar, as memórias sobre as travessias. Assim, as perguntas referem-se às trajetórias de vida até o estabelecimento em Joinville, as razões de escolha, as condições e as

⁴⁷ A região que engloba o Jardim Paraíso era pertencente ao município de São Francisco do Sul. Rosalino adota o ano de 1987 como marco histórico de desmembramento e anexação do bairro a Joinville, embora a Lei Estadual 8.563, relativa à anexação, tenha sido sancionada apenas em 1992. O ano de 1987 é carregado de importância para o Sr. Rosalino, porque foi nessa época que os moradores começaram a se mobilizar e, atuando de maneira mais efetiva, já passaram a vislumbrar o bairro não como fronteira pertencente a São Francisco do Sul, mas lugar de Joinville.

⁴⁸ Estão aí totalizadas as entrevistas que realizei e interpretei nos capítulos anteriores.

⁴⁹ Além disso, um problema da cidade contemporânea obrigou-me a refazer uma entrevista e a retrabalhos de sínteses e de transcrições. Um urbano turbulento, em sua lamentável gatunagem, levou meu gravador, a câmera e o computador de meu transcritor. Embora o fato tenha provocado atrasos, todas as entrevistas estão em processo de doação e disponibilização ao conhecimento público no Laboratório de História Oral da Univille.

⁵⁰ A esse respeito ver ALBERTI, Verena, 2004a. Op. cit. p. 36.

redes de apoio à migração e às memórias de chegada. Na segunda parte, as questões procuram suscitar memórias sobre as vivências urbanas, os processos de identificação, as opiniões sobre o significado da migração no presente e as mudanças acerca das representações históricas e culturais sobre Joinville.

Como se vê, embora o roteiro tenha por base um tema específico, ele provoca a rememoração de histórias de vida, o que acabou resultando em narrativas de até quatro horas. O maior tempo dispensado às audições e transcrições foi, por outro lado, compensado pela facilitação para a análise comparativa e interpretação dos assuntos abordados nas narrativas. Por isso, não é o todo narrado que procuro extenuar por citações, mas passagens significativas que me permitem compor historiograficamente a intriga histórica focalizada no tema da pesquisa.

É preciso destacar que foram feitas várias adaptações do roteiro geral, à medida que os primeiros contatos com os entrevistados forneciam elementos para abordagem de assuntos específicos. O roteiro da entrevista com o Sr. Silvestre Ferreira é um exemplo. Migrante de Apiúna (médio Vale do Itajaí)⁵¹, o Sr. Silvestre escreveu e dirigiu uma peça teatral exibida em diferentes espaços da cidade a partir de 2007. *Migrantes* traz personagens com características fortemente inspiradas no processo migratório recente e, à altura da metade do espetáculo, interrompe-se a encenação para estabelecer um diálogo com os espectadores, com base nas possíveis memórias de migração que estes possuem. Nas duas apresentações de que tive oportunidade de participar, várias pessoas se manifestaram e, ao evocarem suas memórias, procuravam imprimir uma verossimilhança ao texto teatral. O roteiro da entrevista do Sr. Silvestre foi cuidadosamente adaptado para explorar a sua trajetória de migrante e o significado dela na produção da peça.

Por fim, é preciso explicitar algumas questões, carregadas de aprendizado, que emergiram quando da análise e interpretação das narrativas, e elas dizem respeito ao próprio título escolhido para o capítulo.

Ao finalizar cada entrevista, julgava de maneira precoce e descuidada a sua pertinência para o estudo. As “mais pertinentes” eram aquelas cujos narradores, no trabalho da palavra, produziam enredos coesos e cadenciados, com poucas lacunas, intensos em detalhes

⁵¹ Apiúna foi emancipada de Indaial em 4 de janeiro de 1988, pela Lei Municipal n.º 1.100, e o município foi instalado em 1.º de junho de 1989. Conforme informações extraídas do sítio eletrônico da prefeitura, possui uma população de 10.720 habitantes. Disponível em: <<http://www.apiuna.sc.gov.br/conteudo/?item=21694&fa=114>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

e em que, a cada assunto abordado, os significados e os trânsitos das subjetividades se davam a ler de maneira explícita. As “pouco pertinentes”, por outro lado, eram aquelas que, no final, confrontavam tais critérios. Os enredos, difusos e lacunares demais, pareciam frustrar as minhas expectativas em torná-las interpretáveis.

A historiadora Verena Alberti lembra que, numa entrevista, o entrevistado precisa dar conta de transformar lembranças, personagens e acontecimentos em linguagem: “Conhecimentos e idéias tornam-se realidade à medida que, e porque, se fala. O sentido se constrói na própria narrativa; por isso se diz que ela constitui (no sentido de produzir) racionalidades”. A possibilidade de aprender com uma narrativa emerge quando ela “vai além do caso particular”, fornecendo elementos para a compreensão desse “além do caso particular”⁵². A relevância de uma narrativa estaria, pois, no cuidado interpretativo diante dos sinais emitidos pelos movimentos do trabalho da linguagem empreendido pelo entrevistado. Quão enganosas foram as avaliações prematuras que fiz de algumas entrevistas... Foi justamente nas explicações difusas, nas lacunas audíveis e nos descompassos de significados e conceitos que pude compreender o árduo trabalho da linguagem que move os entrevistados. Faltava-me ir além da superfície da narrativa e lidar, no conjunto, com enredos em elipses.

“Memórias e vivências enredadas da cidade migrante” busca exprimir a intenção de entrelaçar “A diversidade como espetáculo” e “Quando o assunto é migração...” com as narrativas orais enredadas. Em outras palavras, ao atentar para como “o aqui e o lá” e “o agora e o antes” deslizam nas e pelas narrativas de memória, objetivo ampliar o debate e confrontar ideias, pretensões, práticas e discursos voltados a enunciações históricas coesas e homogêneas, em que a diferença, sob impulso dos fluxos migratórios, é sequestrada e exposta como um mosaico inerte, bastante disponível, para deleite ou aflição.

3.2 TRAVESSIAS

Quais sentidos e categorias podem ser apreendidos pela interpretação histórica, presentes nas narrativas sobre as memórias de

⁵² ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004b. p. 79.

travessias, que a um só tempo subsidiam os narradores a compor suas próprias memórias de migração e a significar a história da migração e de outros migrantes na cidade? Obviamente não se trata de conceber tais sentidos e categorias como criações apriorísticas ou restritas à entrevista, pois nesse caso negaria o que venho afirmando, baseando-me na bibliografia especializada.

Início a discussão com a narrativa do Sr. Mauro de Souza Leite Pinho⁵³, carioca, 56 anos, médico. Procurei-o explicitando o meu interesse em entrevistá-lo: ele é migrante que chegou a Joinville em 1994. O motivo do encontro foi flexibilizado, ou melhor, ressignificado à medida que narrava sobre as razões e as condições de seu deslocamento. Disse ele:

A palavra migrante, para mim, vem com essa carga de quem vai ganhar a vida na cidade, e eu não vim para ganhar a vida em Joinville. Eu não vim para cá para ganhar dinheiro [...] e isso para mim descaracteriza o conceito de migrante. [...] Mas é claro que eu sou... eu... eu sou um migrante em busca de qualidade de vida⁵⁴.

O “ganhar a vida na cidade” explicita uma representação pública de migrante da qual, inicialmente, o Sr. Mauro deseja distinguir-se e com a qual não quer ser confundido. Ele não é o migrante sem profissão, de baixa escolaridade, interiorano e sem ocupação garantida no mercado formal de trabalho. Ele teria vindo em busca de qualidade de vida para a família⁵⁵, e essa é a singularidade que, segundo pensa, o descaracteriza, mas ao mesmo tempo justifica a sua reivindicação para uma nova conceituação de migrante joinvilense. Do seu lugar social, lança outros argumentos para elucidar a questão.

Filho de um médico da Aeronáutica, “muito mais médico do que militar”, teve uma infância e juventude “típica da classe média carioca”. Formou-se em Medicina em 1977 e concluiu mestrado em 1984. Nunca havia imaginado sair do Rio de Janeiro até partir para a Inglaterra (Birmingham) para doutorar-se. Anos depois, retornou. Trabalhou em

⁵³ PINHO, Mauro de Souza. Depoimento. *Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho*. Joinville, 8 dez. 2009.

⁵⁴ Id. Ibid.

⁵⁵ É casado com Nélvia Pinheiro, com quem tem uma filha, Emanuela Pinho, de 21 anos.

hospitais renomados e tornou-se professor universitário. Porém, com o tempo, percebeu que quanto mais se aprimorava profissionalmente pior ficava sua qualidade de vida. Em certa ocasião, reencontrou um colega de turma que havia se transferido para Joinville. Veio visitá-lo, gostou da cidade e, ao reafirmar “eu não sou um migrante no sentido de... eu não sou um migrante que veio começar a carreira aqui. Eu estava bem no Rio”, teria passado a alimentar o dilema entre ficar e partir. Havia um medo. Ao descrevê-lo, o Sr. Mauro procura relacionar as subjetividades urbanas instadas pelo desejo de migrar. Disse ele:

O grande medo de quem está numa cidade grande é o de se enterrar! Quando a gente está numa cidade grande a gente tem a impressão de que está dividindo aquela vibração toda. Todos estão ali por conta disso. Porque acham que têm parte naquilo ali e acham que quem está fora quer ir para lá⁵⁶.

Porém teria descoberto que “quem está fora, a última coisa que quer, é ir para lá [cidade grande]. Você começa a ficar um pouco abalado em suas convicções”. Além disso, em tempos de internet e barateamento de passagens aéreas, continua, “o peso da migração é quase um luxo. É... ‘eu vou morar em um lugar mais tranquilo e acabou!’”.

Ao buscar comparar genericamente as subjetividades presentes nas grandes e médias cidades, o Sr. Mauro procura valorizar os sentimentos e sentidos existenciais imbricados na sua escolha, os quais colocam em xeque quaisquer tentativas em qualificá-lo como um migrante comum. Tal operação de sentidos lhe possibilita atribuir àqueles que continuam na “cidade grande” certa ignorância sobre a importância que pensam ter para a vibração da metrópole, bem como uma pretensão enganosa sobre o que representam para os outros que não vivem nela e dela. Por outro lado, a facilidade de deslocar-se, seja pela internet, seja de avião, favorece-lhe estabelecer e reafirmar as desigualdades que estão em jogo quando se pretende explicar a história da migração e dos migrantes joinvilenses. Seus medos e dilemas situam-se em outra dimensão que não a econômica, a qual pensa determinar essencialmente a migração. A resolução desses medos e dilemas acabou por transformar as suas angústias nos seus mais prazerosos alentos: morar “num lugar onde gostaria de passar férias”.

⁵⁶ PINHO, Mauro de Souza. Op. cit.

A percepção que tem da cidade contemporânea serve-lhe não apenas para sustentar suas memórias de travessia, mas também para deixar-se conhecer no presente urbano no momento em que narra. O seu trabalho da palavra sinaliza o esforço para edificar sentido às ambiguidades que, emergindo pelo trabalho da memória, se colocam como novos dilemas. O vai e vem de temporalidades e espaços suscitam nele uma necessidade: situar-se num lugar mais ou menos estável que lhe garanta falar de “raízes” no processo de desterritorialização e reterritorialização. Afirmando que de casa, com o seu *notebook*, conversa com quem quiser no planeta, diz: “Eu tenho *sites* e etc. Isso faz com que eu possa brincar e dizer que eu moro num bairro afastado do Rio”. Para o migrante, essa “é a solução de continuidade de suas raízes. É o tempo todo!”.

O Sr. Mauro foi um dos poucos migrantes que entrevistei que, no processo de construção da narrativa, produziu argumentos para justificar que nem a migração nem os seus 15 anos de história na cidade o fazem sentir-se joinvilense:

Eu não sou joinvilense, eu sou um carioca, e dá para entender isso melhor agora; essa coisa do que as pessoas são. Eu estou aqui agora. Eu estou joinvilense... nem isso eu diria. Eu sou carioca, a minha história está lá. Eu tenho quarenta anos de história no Rio e quinze anos de história em Joinville. Não sei se vou ficar sempre aqui. [...] Eu não me obrigo a... Não existe muito o conceito de migrante nesse aspecto mais... Você não troca... você não perde a sua origem! Eu não vou torcer pelo JEC [Joinville Esporte Clube]! Eu não estou interessado muito na política de Santa Catarina. A gente não adquire, a gente não muda, a gente não deixa de ser o que é⁵⁷.

Considero essa passagem extremamente importante para analisar uma contradição estabelecida em relação às suas práticas e vivências entrelaçadas nas suas memórias de travessia. Utiliza a negação para afirmar uma espécie de não pertencimento à cidade que, mesmo lhe proporcionando “qualidade de vida”, não o seduz completamente, ou melhor, não quer por ela ser seduzido, visto que, segundo diz, “não

⁵⁷ PINHO, Mauro de Souza. Op. cit.

quero que um passado feliz represente uma âncora que me impeça de fazer coisas novas”.

Não seria, pois, o caso de interpretar tal recusa como restrito apego afetivo à cidade de origem, tampouco como alusões estritamente desqualificadoras sobre certos provincianismos cotidianos que identifica. O que penso estar aí imbricado são as reflexões sobre as escalas de tempo e de espaço que instam os significados de suas experiências do passado e do presente e o pressionam no próprio processo de produção da sua narrativa de memória. No presente vivenciado também estaria em jogo um futuro tão deslizante quanto aquele que experimenta, mas que precisa de uma estabilidade mínima para ação (incluindo a de migrar), ainda que tal estabilidade se manifeste numa negação categórica da ancoragem em tempos passados e em lugares geograficamente definidos. Fortalecer seu desprendimento e nomadismo poderia ser encarado como o lugar que constituiu, na própria narrativa, para governar suas relações com os outros, próximos e distantes, e ordenar as diferenças e as desigualdades que apenas ganham sentido quando sua subjetividade em relação ao urbano está submetida à avaliação de outrem.

Néstor Canclini destaca que a “globalização apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las”⁵⁸. Não é possível, por isso, na complexidade da contemporaneidade, tratar isoladamente tais diferenças e desigualdades, bem como as assimetrias instituídas quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista social. Não se trata de defender a identidade ou nos globalizar; de isolar, opondo, o local ao global; de dar voz aos silenciados e calar os que silenciaram a voz; de desconectar experiências aparentemente desconexas, incluindo as de migração e de vivências em diferentes cidades.

Seguindo as pistas de Canclini, não me cabe, na interpretação da narrativa do Sr. Mauro, contradizer, inverter ou flexibilizar o conceito de migrante, no qual se apreende o eixo explicativo de suas memórias de travessia. É preciso buscar uma compreensão que permita ver do seu lugar o dos outros migrantes (e vice-versa), ou, como sugere Canclini, buscar nas interseções das narrativas o modo como os sujeitos representam seus lugares e suas possibilidades de ação diante daquilo que eles sentem não controlar.

⁵⁸ CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 44-45.

Os processos migratórios dos anos 1980 e 1990 para Joinville trazem consigo fissuras que desafiam as conceituações e os esquemas teóricos que serviram, não raras vezes, para explicar a migração e as transformações culturais urbanas. A narrativa do Sr. Mauro é um desafio para entender a migração recente e a própria cidade contemporânea. Estão em xeque aí as representações que ligam de forma restrita a migração e o urbano joinvilense com a indústria, o rural, a busca de trabalho e o desenraizamento, ainda que não seja possível esvaziar totalmente esses sentidos de suas memórias de travessia.

Embora tenha se estabelecido na cidade mediante sua rede de relacionamento profissional e tenha afirmado que foi o “responsável por duas famílias a mais aqui em Joinville”, as sociabilidades do Sr. Mauro restringem-se “cem por cento ao Hospital São José e ao curso de Medicina”, no qual é professor – portanto, ao trabalho. Para ele, “Joinville é uma cidade do interior clássica”, isto é, “um local por onde passa, de repente, uma peça de teatro de um atorzinho da Globo que resolveu ganhar algum dinheiro fazendo isso. É onde não passa filme decente”. É onde se escuta nas banquinhas de jornal nos domingos de manhã músicas alemãs que não têm nada a ver “com a minha história”. Por outro lado, é uma cidade onde “não existe o abismo social que lá [no Rio de Janeiro] tem. O meu maior prazer é sentar no McDonalds e a auxiliar de enfermagem que me ajuda na cirurgia está ao lado com o filho. Isso inexiste no Rio. O abismo social inexiste”⁵⁹.

Ora, a qualidade de vida do Sr. Mauro não consistiria nos lazeres aceitáveis e disponíveis na cidade. Em pouquíssimas ocasiões se reúne com colegas e, quando quer se divertir, se desloca para Curitiba, onde respira o ar de Rio, de metrópole. A qualidade de vida, além de poder olhar a cidade que senta à mesa ao lado na lanchonete – causando-lhe a impressão de que todos estão dispostos numa superfície plana –, é ter uma casa em forma de chalé, um quintal com um cachorro e aproveitá-la reclusamente com a família em dias e horários de folga e, penso eu, com seu *laptop* ligado.

Em que pese o fato de a narrativa do Sr. Mauro sugerir condições socioculturais e sociabilidades bastante singulares em relação a outros migrantes e à própria cidade, o específico que serve à intriga histórica é que ela, a narrativa do Sr. Mauro, submetida à interpretação, não constitui uma ilustração da diferença. Pelo contrário, a diferença encontra aí sinais constitutivos e significativos, possibilitando-me relacioná-los e

⁵⁹ PINHO, Mauro de Souza. Op. cit.

pô-los em causa para análise de outros enredos que, no conjunto, estão submetidos à problematização na minha escrita histórica.

A Sra. Ana Rosa Sennes⁶⁰ percorreu uma distância bem menor que a do Sr. Mauro. Diferentes também foram o período de migração e as características da cidade de origem. Proveniente de São Bento do Sul (norte de Santa Catarina), firmou moradia definitiva em Joinville no início da década de 1980. Já havia tentado a sorte na década de 1970. Entretanto sua sorte dependia da do marido joinvilense e da família dele. Nessa primeira tentativa não teve êxito. Precisou morar “de favor” num terreno no bairro Bom Retiro⁶¹, enfrentou desavenças familiares e um calor excessivo. O marido, “que já era meio ruim”, decidiu retornar a São Bento do Sul. Não havia escolha, pois, lembra ela, “meu pai e a mãe [...] sempre diziam: você fez juramento no altar, você tem que cumprir até a hora de morrer”. Dez anos depois, novamente não teve escolha. O marido perdeu o emprego que tinha numa empresa de móveis de São Bento do Sul e decidiu retornar a Joinville. A Sra. Ana Rosa teve de migrar, e o jeito era “agüentar porque não tinha volta”.

A Sra. Ana Rosa cursou até a 3.^a série do primário e em 1980 era mãe de quatro filhos, dona de casa e esposa de um homem violento que, cotidianamente, marcava com agressões físicas o convívio familiar. Após uma estada na casa da sua sogra, no bairro Costa e Silva⁶², a família mudou para o bairro Jardim Paraíso. Ela decidiu trabalhar como faxineira após o nascimento de sua quinta filha. Só saiu do emprego pelo constrangimento de exibir, em certa ocasião, os hematomas formados no ambiente doméstico.

A narrativa da Sra. Ana Rosa sobre o seu passado é bastante escorregadia. Pessoas, acontecimentos e lugares surgem e desaparecem como *flashes*. Dizeres fragmentados e informações desconexas exigiram audições repetidas da entrevista e atenção redobrada às lacunas de silêncio intervalares aos seus dizeres. Embora isso possa

⁶⁰ SENNES, Ana Rosa. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernanda Ozório da Conceição, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 17 dez. 2009.

⁶¹ Zona norte/nordeste de Joinville, região onde se situava a Estrada Dona Francisca, principal caminho de acesso ao planalto até meados do século XX. CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros em Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992. p. 36 e 124.

⁶² O bairro situa-se na zona norte/noroeste da cidade. Dista cerca de 4 km do centro e é muito conhecido por abrigar várias indústrias do setor metal-mecânico, o que o caracteriza como espaço de circulação de trabalhadores que moram em outras regiões da cidade, incluindo a zona rural. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit.

suscitar avaliações vitimadas de sua história, não é assim que, no decorrer da entrevista, ela procura significar sua trajetória. Penso que o conforto emocional que confessou⁶³ gozar no presente condenou ao esquecimento essas experiências traumáticas de travessia, como também dos primeiros tempos na cidade. O seu trabalho de memória é marcado pelo estabelecimento de ambivalências para lidar com as agruras da lembrança. Assim, por exemplo, o fato do suicídio do marido em 1990 é narrado como uma perda compensada pelo ganho de solidariedade da vizinhança e com a “ajuda de todo lado”. Vida e morte, alegria e tristeza, bondade e maldade, ambivalências transversais que pude apreender em sua sinuosa narrativa.

Quando chegou ao bairro tinha poucos vizinhos. Depois foi aparecendo “gente de tudo quanto é lugar”. Não apenas de cidades vizinhas, mas do Paraná, São Paulo e Bahia. Faltava tudo: posto de saúde, linhas de ônibus, escola, asfalto e comércio. Mas hoje, lembra ela, “é muito bom”.

As negociações entre “sim e não” exprimem os acordos que vão sendo produzidos pela narradora para esvaecer possíveis interpretações rígidas de suas declarações sobre o que sente, pensa, foi e é. Em outra passagem exemplar, diz que, dos locais em que trabalhou até aposentar-se, nunca percebeu diferença de tratamento pelo fato de ser migrante sem muitas condições. Ao contrário, “tinham um respeito pela gente”. Contudo algumas vezes, “como eu morava aqui no Paraíso e eles moravam na cidade... eu chegava lá com o pé lameado de barro e eles riam de mim”.

Atualmente, sente-se realizada quando é chamada para se ocupar de rituais fúnebres. É ministra da Comunhão e da Consolação e Esperança na Igreja Nossa Senhora dos Migrantes. Diz ela: “Eu faço os enterros. [...] Era uma coisa que eu sempre queria fazer... ser ministra de fazer enterro e velório... Parece que era o meu dom... porque para tudo você tem que ter... e para isso precisa ter dom para fazer”⁶⁴.

O realce ao “dom” parece-me sinalizar um sentido organizador de fundo da sua narrativa pelo qual se pode estabelecer, mais ou menos, o encadeamento dos fatos e das experiências por ela relatados. Se o dom é uma qualidade inata que depende da vida para desenvolver-se, a morte,

⁶³ Após a viuvez casou-se com Osvaldo Koentopp. Segundo suas palavras, ele “é o pai que os meus filhos não tiveram. [...] Então o marido que eu não tive eu tenho agora”. SENNES, Ana Rosa. Op. cit.

⁶⁴ Id. Ibid.

ou melhor, os rituais que ocorrem para dar-lhe concretude constituem a dimensão de onde a Sra. Ana Rosa dá sentido à sua própria vida. Nesse limiar, estão imbricadas as questões sempre encaradas pela entrevistada como inevitáveis para serem taticamente resolvidas.

Pois bem, em que medida as narrativas do Sr. Mauro e da Sra. Ana Rosa se aproximam ou se distanciam quando o assunto é migração e cidade contemporânea?

O passado narrado pela Sra. Ana Rosa traz também fissuras para a intriga histórica. A entrevistada não escolheu migrar. Não veio em busca de emprego. A ideia de qualidade de vida nem sequer foi lembrada. Pela sua narrativa, migrou para responder a uma demanda de sua rede familiar e, principalmente, submetida à violência doméstica, para continuar desempenhando o inevitável papel de mãe, dona de casa e esposa, prescrito em 1970. O presente de cidade narrado pela entrevistada não alude aos trânsitos físicos e virtuais. A cidade é o seu bairro. Raramente vai ao centro, mas, como o Sr. Mauro, tem seus reclamos e suas admirações.

No Jardim Paraíso, haveria graves problemas de “jovens que estão nas drogas”, de adultos alcoólatras e de brigas que, às vezes, acabavam “em matanças”. Ainda que “hoje melhorou”, considera ser preciso combater o abandono afetivo que atinge a maior parte dos moradores. Talvez a solução pudesse ser um trabalho da Associação dos Moradores e da Igreja, apesar de que “porta de Igreja não salva ninguém”. Outros lazeres que não os bailes que ocorriam num “salãozinho”, agora fechado por falta de alvará, poderiam ser promovidos.

O “abismo social” em Joinville, ainda que inexistia na visagem do Sr. Mauro, é problema que a Sra. Ana Rosa considera como um dos mais graves no bairro. Há muitas pessoas carentes e sem trabalho que são acorridas pela Cozinha Comunitária⁶⁵, com a qual

⁶⁵ Projeto criado em 1994 e mantido pela Fundação Pauli-Madi. Liderado pelo Pe. Luiz Facchini, o projeto combate a fome em Joinville. Conforme reportagem, “em cada uma das cozinhas espalhadas por vários bairros da cidade, a comunidade local é motivada a participar do projeto: quem prepara as refeições e serve para a criançada são mães voluntárias que recebem, quinzenalmente, a provisão dos gêneros alimentícios necessários. ‘A idéia não é apenas suprir a fome física, embora seja muito importante, claro. Mas queremos mais, queremos ajudar construir nas pessoas o espírito de cidadania e solidariedade, fundamental para a idéia dar certo’, diz Facchini. Além de cuidar das tarefas da cozinha em si, os voluntários também se dedicam à arrecadação de doações para as famílias. E atuam em parceria com a fundação, diagnosticando necessidades e sugerindo soluções para problemas das comunidades em que estão inseridos”. FOME quase zero: Fundação Pauli-Madi mapeia as regiões carentes e alimenta quem precisa. **Revista Dohler**. Disponível em: <<http://www.dohler.com.br/revistadohler14/cidadania.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ela colabora voluntariamente por estar em melhores condições. Assim, sugestivamente, a sua percepção é que, entre o fogão que prepara as refeições e a mesa onde são consumidas, há um abismo social percorrido diariamente, graças aos degraus construídos pelos voluntários do projeto comunitário. Há aí escalas diferenciadas de percepção entre os dois narradores. Constatações e estranhamentos contraditórios. Todavia eles dizem respeito a um mesmo objeto, a cidade do presente. É aí que o olhar metropolitano do narrador, migrante que conhece e ao mesmo tempo desconhece as mazelas das desigualdades contemporâneas, se cruza com o olhar da narradora, migrante interiorana que desconhece e ao mesmo tempo conhece as mesmas desigualdades. Da assimetria dos e entre seus lugares, abrem-se as possibilidades para a análise das práticas e representações sobre o passado recente da migração que reclamam e recusam pertencimentos sobre a cidade, bem como sobre os mapeamentos que redefinem simbolicamente o que são desigualdades sociais ou mesmo centro-periferia e meio-margem.

A Sra. Ana Rosa diz: “Eu não troco o Paraíso; falam muito do Paraíso, mas os outros bairros estão a mesma coisa que nem aqui. [...] No centro há muita poluição. Aqueles prédios um do lado do outro. Eu fico aqui mesmo”⁶⁶. Parece-me que ela tem a impressão de morar não num bairro afastado de quaisquer cidades (grande ou média), mas no centro da própria cidade que significa.

Ao contrário do Sr. Mauro, o futuro para a Sra. Ana Rosa dispensa o nomadismo. Provavelmente seus conhecimentos e acessos à informática não ultrapassam o posto bancário mais próximo a sua casa, haja vista os olhares curiosos que lançou sobre os equipamentos utilizados para fazer a entrevista. Deslocar-se virtualmente talvez seja unimaginável para ela. O presente e o futuro parecem-lhe estar ancorados no Jardim Paraíso. A única possibilidade de quebra da inevitabilidade desse futuro é o retorno à origem, ao melhor de seu passado, anterior ao momento em que o pai e a mãe lhe mandaram “aguentar” e “seguir, pois não tinha volta”. Caso tivesse oportunidade de migrar novamente, disse haver apenas um destino: “Se for para mim embora daqui é ir para São Bento do Sul”.

Ao fazer um balanço das últimas décadas do século XX sobre a contribuição da história oral para os estudos migratórios, o historiador

⁶⁶ SENNES, Ana Rosa. Op. cit.

Alistair Thomson⁶⁷ indica que pelas narrativas foi possível descortinar papéis diferenciados em termos de gênero, sutilezas da vida familiar, redes de conexões específicas, como também maneiras diferentes de significar as motivações e as mudanças operadas nos locais de destino. A abordagem baseada no protagonismo dos homens e das condições econômicas como aspectos propulsores dos deslocamentos e das reterritorializações cedeu espaço à medida que histórias de mulheres migrantes sinalizaram que, para além do papel de acompanhar seus maridos, questões antes silenciosas e silenciadas foram postas em debate.

A abertura reflexiva mencionada por Thomson emergiu na análise da narrativa da Sra. Ana Rosa. Os significados que ela construiu desviaram-se daquilo que aparentemente correspondia aos padrões gerais explicativos de sua trajetória como migrante. Ainda que o fato de ter de acompanhar a decisão do marido tenha motivado seu deslocamento, as relações familiares e as suas redes de convivência no meio urbano foram os aspectos mais relevantes para atribuir sentido ao seu passado.

Thomson lembra também que, “nas narrativas dos migrantes, as redes de solidariedade são mostradas como um aspecto crucial da experiência da migração. [...] redes de relação entre as pessoas que não deixam vestígio escrito atrás delas”. Entretanto tais redes proporcionam não apenas um círculo social de apoio. Por elas, os migrantes também podem “conseguir um emprego melhor, um lugar melhor para viver, e até mesmo uma esposa ou um marido”⁶⁸.

As memórias de travessia da Sra. Maria Raquel Migliorini de Mattos⁶⁹ demonstram o papel desempenhado por essas redes na decisão de migrar para Joinville.

Natural de Campinas⁷⁰ (São Paulo), 42 anos, professora, em 1992 veio visitar o casal Ana Paula e Renato, amigos campineiros que

⁶⁷ THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

⁶⁸ Id. Ibid. p. 346.

⁶⁹ MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 26 ago. 2009.

⁷⁰ Cidade situada a noroeste da capital paulista. Possui população estimada de 1.064.669. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 24 fev. 2010. Segundo informações do *site* da Prefeitura de Campinas, “entre as décadas de 1970/1980, os fluxos migratórios levaram a população a praticamente duplicar de tamanho”. Campinas é um importante polo industrial, acadêmico e tecnológico. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/prefeitura/link3.html>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

moravam havia um ano em Joinville. Durante sua estada, acompanhou Renato a uma escola do centro para entregar o currículo dele. Qual não foi a sua surpresa quando o coordenador pedagógico lhe indagou se também não estava interessada em dar aula. O “casamento não estava indo bem” e havia o desejo de sair de Campinas. Por isso, diz ela, “ter vindo para cá foi uma forma de se separar e ficar bem financeiramente”. Os amigos lhe deram o apoio que podiam. Com o filho⁷¹, recomeçou a vida. Conheceu muitos outros migrantes.

Os joinvilenses, diz ela, “eram muito fechados”. Amizade entre uma família de migrante com uma joinvilense, “só se arrumasse um namorado, uma namorada ou alguma coisa assim”, pois tinha a nítida impressão de que os joinvilenses impunham cotidianamente uma distância: “Eu acho que era bem claro que era assim, ‘você não faz parte da nossa cultura; você não come o que a gente come, não sabe nem o que é um *chineque*’⁷². Quer participar do nosso grupo de que jeito?”.

Além disso, havia a indagação recorrente sobre o seu sobrenome e origem étnica. O comércio fechava na hora do almoço e aos domingos, “se você deitasse no meio da rua de manhã, à tarde você ainda não tinha sido atropelada”. Lembra que fechava os olhos e “imaginava um rolo de feno passando... tamanho era o deserto”. Em pouco tempo, “adaptou-se aos horários e clima” da cidade. Alguns deslizes comportamentais foram inevitáveis até que pudesse decodificar algumas práticas cotidianas. Diz:

Alguns “foras” do tipo falar demais, conversar demais, ir à casa das pessoas e ficar um pouco além do horário... porque até entender que eles tinham essa rigidez... “eu te convidei para tomar café, você toma café e vai embora”... porque, lá em São Paulo, você vai para tomar café, toma café, emenda a janta e sai da casa às três da manhã⁷³.

Nas horas de lazer, a música teria servido, nos primeiros tempos, como uma espécie de cognato para estabelecer uma nova parentela. Com os amigos migrantes, o divertimento preferido consistia em encontros na

⁷¹ Rafael Migliorini Puzzilli, nascido em 24 de agosto de 1989.

⁷² Espécie de pão doce muito apreciado na região.

⁷³ MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Op. cit.

casa de alguns deles para uma roda de violão ou em bares com MPB, o que culminou na fundação do Coral Boca da Noite. O coral ensaiava repertórios e os apresentava em locais variados⁷⁴.

A narrativa da Sra. Maria Raquel é pontuada por detalhes que procuram significar seus estranhamentos para, então, desenvolver seus argumentos sobre as transformações da cidade. Casou-se novamente com um migrante paulista⁷⁵ e juntos decidiram retornar a São Paulo em 1997, pela vontade de rever os parentes e pela possibilidade de transferência do emprego do marido. Lá, encontrou dificuldades para trabalhar e, mesmo estando perto da família, já “não era a mesma coisa”.

Retornou a Joinville em 2003. Tudo lhe pareceu muito estranho. Joinville “não era mais pacata como antes”. Em sua avaliação, a cidade tinha crescido demais e “se descaracterizado”. A especulação imobiliária havia encarecido os imóveis, o comércio estava mudado, o “trânsito horrível”, e constatava uma “queda na qualidade de vida”. Deparou com a “devastação do verde no centro da cidade” e com a degradação da Baía da Babitonga. Nas suas caminhadas matinais, que se iniciavam no bairro Saguauçu⁷⁶, já não encontrava mais “duas ou três velhinhas conversando tudo em alemão”, nem mesmo “casinhas bem cuidadinhas” e “lixeirinhas bonitinhas”. No seu ponto de vista, “boa parte do estrago foi feita pela [expressiva] quantidade de paulistas e cariocas que vieram para cá”.

Nesse ponto da narrativa, o olhar metropolitano da Sra. Maria Raquel é bastante distinto daquele lançado pelo Sr. Mauro, o qual caracterizou Joinville como “uma cidade do interior clássica”. Obviamente que tal distinção está ligada às diferenças de lugares sociais e subjetividades. Porém penso que ter retornado a São Paulo e (re)migrado em 2003 permitiu à entrevistada construir outros juízos sobre o que denominou “descaracterização de Joinville”. A cidade descaracterizada estaria a caminho de se tornar uma “selva” como São Paulo, “sem cultura... sem identidade”, marcada por “uma mistura”.

⁷⁴ Durante anos, na época de Natal, saíam em serenata pela cidade entoando canções natalinas sob as janelas de outros conhecidos.

⁷⁵ Ruben Coutinho Anacleto. Teve com ele mais uma filha, Beatriz Migliorini Anacleto, nascida em 9 de março de 1998.

⁷⁶ Criado em 1977 pela Lei Municipal 1.526, o Saguauçu é um bairro de classe média situado na zona leste da cidade, a menos de 2 km do centro. Possui uma população de aproximadamente doze mil habitantes. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit.

Não que, continua ela, “a mistura em si” seja ruim, mas “se tivesse mantido as características da cidade para atrair turismo ou mesmo em respeito à fundação... em respeito à colonização... isso aí foi perdido... depois que misturou tudo não tem o que achar”.

Identidade e cultura seriam, portanto, perdas urbanas inestimáveis. Atribuindo um caráter essencialista e fixo aos termos, a entrevistada reivindica o respeito que os migrantes das grandes metrópoles devem ter ao que “a cidade tem de único, de original”.

Segundo pensa, os paulistas e cariocas quando chegaram começaram a impor as características deles. Joinville foi e é encarada como o “eldorado brasileiro”, já que, “se você tiver vontade de trabalhar, tiver capacitação, é formado em alguma coisa, aqui é o lugar. O que você chegar disposto a fazer você consegue”. Explica que, nos primeiros tempos,

o joinvilense supervalorizava quem vinha de São Paulo. Era como dizer que no século XVIII que uma pessoa foi estudar em Paris, era dizer, na década de 1990, que alguém foi estudar em São Paulo. Eles achavam que quem vinha de São Paulo sabia mais, era melhor em algumas coisas. Eu achava até esquisito isso. Então eu dizia, por exemplo, que havia feito faculdade em Campinas: Ah! Está empregada! Não interessava se eu tinha feito a faculdade nas coxas ou não. Eu achava até um desmerecimento das pessoas daqui⁷⁷.

Há um interessante jogo de sentidos presente em sua narrativa. Em primeiro lugar, a Sra. Maria Raquel corrobora a ideia encontrada em parte da historiografia de que a migração teria descaracterizado a cidade. No entanto tal descaracterização não teria sido motivada pela submissão econômica massificada dos migrantes, por força do quase incontrolável empreendedorismo, próprio da “personalidade coletiva” dos joinvilenses, herdada dos “pioneiros civilizadores”⁷⁸. Ao contrário, sugere que, em lugar da submissão aos designios históricos locais, foram os migrantes – em sua marcha de conquista do “eldorado brasileiro” – que subordinaram os joinvilenses, graças à ingênua representação

⁷⁷ MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Op. cit.

⁷⁸ Aqui me refiro à explicação do historiador Apolinário Ternes, conforme discutido no Capítulo II.

de inferioridade que estes últimos tinham em relação ao outro que chegava à cidade. Nesse processo, paulistas e cariocas desrespeitaram as especificidades locais, imprimindo suas próprias marcas culturais, qual seja, a “mistureba” de culturas.

Em segundo lugar, a sua narrativa permite refletir sobre como as diferenças nas diferenças podem ser concebidas e reconhecidas num jogo de representações hierarquizadas. Referindo-se aos migrantes paranaenses, explica que “o paranaense e o joinvilense acabaram virando a mesma coisa, porque é muito tempo de migração”. Tal fusão foi possível porque, ao contrário dos migrantes que vieram das metrópoles, os paranaenses foram assimilados. Conforme suas palavras:

Eu não vejo mais diferença. Eu já tinha dificuldade de ver isso na década de 1990. Eu acho que o paranaense se incorporou de tal forma aqui que Joinville também é deles. Eu não vejo o paranaense tão diferente do povo de Joinville. Eu acho que eles vieram para cá... eles são como os tijolos da parede: eles estão ali, ninguém nota e estão incorporados àquele estilo de vida⁷⁹.

Penso aí residir a *pregnância*⁸⁰ de sua narrativa. Ao atribuir a qualidade de “tijolos da parede” aos paranaenses, exprime, a seu modo, como vê as relações que invisibilizam tanto os migrantes como os locais. A ideia de “incorporação” aproxima-se com a de assimilação. Ou seja, trata-se de um processo pelo qual um grupo é absorvido por outro, maior ou mais poderoso. De certa forma, há também um critério valorativo que determina o poder de assimilação. Quanto maiores e mais “misturadas” as “culturas” das cidades de onde proveem, maior poder terão os migrantes ou os locais para submeter ou incorporar os outros. O resultado do jogo entre caracterização e descaracterização urbana depende, então, do poder de assimilação dos sujeitos que estão em campo. Penso residirem aí os sentidos que a um só tempo significam no conjunto as memórias de travessia e de vivências urbanas da Sra.

⁷⁹ MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Op. cit.

⁸⁰ Por *pregnância* considero o expresso por Alberti. Diz ela: “Podemos dizer que a entrevista oral se torna mais *pregnante* quando o fluxo dos acontecimentos está ordenado por, e ao mesmo tempo ordena, um sentido”. Assim, “quando a relação entre acontecimentos e sentido se condensa, ou se imobiliza”, identifica-se o momento, ou melhor, as passagens e citações da entrevista que são *pregnantes*. ALBERTI, Verena, 2004b. Op. cit. p. 84.

Maria Raquel e as suas reivindicações para reparar os “estragos” feitos pelos menos ingênuos e mais dominadores, cujas presenças fizeram com que Joinville “perdesse” sua “identidade” e “cultura”.

“Valorizar o lugar”, “cuidar da cidade” e respeitá-la é “sentir-se parte dela” nos mínimos detalhes. Eis o direito de memória e de identidade que, segundo a entrevistada, deve direcionar os migrantes e os pertencimentos urbanos. Ao falar de tradições, faz uma crítica aos modismos das festas gauchescas, que considera que “não têm nada a ver”. Menciona a Festa das Tradições, que acredita ser “uma jogada política para dizer que Joinville tem festa também, não é só Blumenau”. É em outras festas, as quais costuma frequentar, que a cidade parece ainda “ter tradição”. Refere-se à Festa do Pato⁸¹, à Festa do Arroz e à Festa do Pescador⁸².

Não importa aqui discutir o caráter tradicional das festas atribuído pela entrevistada, mas a importância por ela dada aos vestígios cotidianos que lhe parecem exprimir as tradições de Joinville. Supostamente longe de uma ingerência artificial, tais sociabilidades poderiam ser fortalecidas e apropriadas pelos migrantes para, com isso, ajudar Joinville a suportar suas peculiaridades.

Parece-me que o trabalho da memória e da palavra na narrativa da Sra. Maria Raquel transformou a rememoração dos seus passados na metrópole como não desejos de futuro. Disse que “mesmo tendo que cavar o meu lugarzinho ao sol [...] a cidade me deu condições de me desenvolver economicamente, emocionalmente. Aqui eu casei de novo e

⁸¹ Em 2009 ocorreu a 8.ª edição da Festa do Pato. O evento é realizado na Sociedade Esportiva e Recreativa União Mildau, na Estrada Mildau, em Pirabeiraba. Embora o lazer tenha sido o principal motivo para os moradores da região promoverem a festa, ao longo das edições ela passou a ser divulgada como “exemplo de preservação dos costumes dos imigrantes germânicos, cuja simplicidade e tradições são delegadas de pais para filhos”. São servidos pratos à base de carne de pato, pães e cucas. Na programação constam “coroação da Boneca Frida e Kinder Fritz”, danças folclóricas e a “corrida do pato”, em que, para ganhar, o pato competidor “não pode voar e o atleta que o conduz não pode tocá-lo, apenas stressá-lo ao extremo. No levantamento de informações que realizei sobre a festa, podem-se ler declarações que reverenciam a festa como tradição, bem como rumorosas críticas à violência e aos maus tratos aos animais. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446606.shtml>>; <<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2009/04/29/Humor-e-tradicao-na-8a-Festa-do-Pato-em-Joinville-4805.html>>; <<http://andersonluizweb.com/voltamundo.cfm?vm=1273&cod=1273>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

⁸² A 1.ª edição da Festa do Pescador foi em 2005. Organizada pela Associação de Moradores e Colônia de Pesca do Morro do Amaral, o objetivo foi assim divulgado: “Contribuir para transformar a localidade em ponto turístico e de degustação, com destaque para a gastronomia açoriana, fortalecer a pesca artesanal e melhorar a renda das famílias”. FESTA do Pescador. **Jornal do Boa Vista**, Joinville, p. 2, jul. 2005.

já faz quatorze anos. Encontrei o meu amor e criei os meus filhos”. Por outro lado, ao se situar no presente de Joinville evocou a necessidade de os seus semelhantes migrantes se situarem da mesma forma. Deixar-se assimilar pelas peculiaridades joinvilenses é uma maneira pela qual a entrevistada negou e ao mesmo tempo reafirmou os lugares desiguais instituídos pela migração recente. Seu olhar “realista-romântico”⁸³ projeta uma espécie de Cozinha Comunitária do Jardim Paraíso. Não se trata de inserir-se numa rede de sociabilidade para preparar e servir refeições aos mais necessitados, mas metaforicamente deixar que as refeições (preparadas com ingredientes e de forma original) sejam servidas à mesa para degustação e deleite de todos (mais e menos inocentes) e, sobretudo, para nutrir o seu desejo de futuro de cidade.

3.3 EM REDES

As redes de sociabilidade que moveram os fluxos migratórios recentes, assim como outras criadas ou apropriadas pelos migrantes no contexto urbano, sugerem práticas enredadas no passado e no presente. As narrativas trazem-nas, acionando-as para dar significado ao próprio ato de migrar e, principalmente, para exprimir os pertencimentos à cidade.

Duas personagens com o mesmo nome, porém com histórias bastante diferentes, foram entrevistadas porque ambas estão engajadas na organização de lazeres urbanos, e a princípio um lugar me parecia comum às duas: a indústria, a fábrica. Entretanto os significados desses lugares para suas trajetórias e para suas práticas no presente, ao serem subjetivamente construídos, exprimiram diferenças tão acentuadas que os objetivos iniciais das entrevistas, se não derrocados, exigiram esforços redobrados para, por meio da interpretação historiográfica, contemplá-los na composição dessa intriga histórica.

Essas pessoas são Luis Carlos Guedes⁸⁴, 55 anos, paulistano, engenheiro metalúrgico, atual vice-presidente de operações e

⁸³ Conforme Sarlo, o modo realista-romântico é aquele “em que o sujeito que narra atribui sentidos a todo detalhe pelo próprio fato de que ele o inclui em seu relato; e, em contrapartida, não se crê obrigado a atribuir sentidos nem explicar as ausências” ou as invisibilidades. SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 51.

⁸⁴ GUEDES, Luis Carlos. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 24 jun. 2009.

engenharia da empresa Tupy⁸⁵, e Luiz Carlos de Medeiros Cardoso⁸⁶, 44 anos, catarinense de Guatá (distrito de Lauro Müller⁸⁷), técnico em eletrotécnica, operador de máquinas da empresa Embraco⁸⁸. Para evitar confusão, utilizarei o sobrenome dos entrevistados e começo analisando a narrativa do primeiro, Sr. Guedes.

Migrou para Joinville em 1984 “a convite” de antigos professores que haviam fundado o Centro de Pesquisas da Tupy. Como estava bem empregado em São Paulo, hesitou migrar, pois tinha ambições pessoais focadas na academia. As possibilidades de “pesquisar de maneira mais rápida”, de maior “valorização do trabalho de pesquisador” e da educação formal e por trabalhar numa empresa cujas pesquisas não estariam submetidas às flutuações de mudanças de governo foram aspectos que pesaram em sua escolha.

No novo ambiente fabril, deparou com alguns estranhamentos. Ainda que no Centro de Pesquisas fosse diferente, pois nele trabalhavam migrantes qualificados, cujas relações eram mais próximas às estabelecidas numa universidade, lembra que teve de lidar com uma rotina fabril “dura e autoritária”, com um “comando forte” e com pessoas extremamente disciplinadas. Chamava-lhe também atenção o fato de pessoas com sobrenome alemão terem maiores facilidades tanto para contratação como para ascensão hierárquica.

Ao lembrar que o relacionamento funcional com a fábrica “era esporádico”, às vezes, por iniciativa própria, lá circulava para conhecer melhor as pessoas e os próprios processos de produção. Nessas ocasiões, tinha impressão de que era alvo “exótico” e extravagante exposto para pontaria. Os olhares sobre ele pareciam denunciar sentimentos que misturavam desgosto e insatisfação com a sua presença, como “lá vem o pessoal de fora... pesquisadores... da universidade”. Havia ainda uma maioria que questionava o fato de a Tupy “trazer pessoas de fora”, dificultando as oportunidades que poderiam ser abertas para “os da

⁸⁵ Segundo Guedes, “a Tupy é a maior empresa de fundição da América Latina” e, em termos de parque fabril, “é a maior fundição do mundo”. GUEDES, Luis Carlos. Op. cit.

⁸⁶ CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Op. cit.

⁸⁷ Cidade catarinense situada na região da Serra do Rio do Rastro. O IBGE estimou em 2001 uma população de 13.604. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 fev. 2010.

⁸⁸ De acordo com o entrevistado, a Embraco, “empresa do setor metal-mecânico [...], é a maior fabricante de compressores do mundo”. CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Op. cit.

casa”, professores e técnicos da Escola Técnica Tupy⁸⁹. Algumas vezes, chegavam a ligar para ele para resolver problemas triviais da fábrica “só para testá-lo” e comprovar seus conhecimentos práticos. Teve de aprender a lidar “com vários profissionais que se achavam os melhores do mundo” e, ainda por cima, com a insatisfação daqueles que julgavam que ele e seus colegas do Centro de Pesquisas “ganhavam muito” para o que faziam.

Nos primeiros tempos, ele e sua família⁹⁰ se relacionavam apenas com o grupo de engenheiros migrantes. Não raras vezes, teve vontade de voltar para São Paulo, principalmente vendo que outros colegas retornavam. As suas redes de sociabilidade não lhe proporcionavam uma integração mais ampliada com as pessoas. Foi com o esporte, o futebol⁹¹, que encontrou o caminho para angariar novas amizades. O Sr. Guedes lembra as viagens que passou a fazer com o time da empresa para jogar em outras cidades próximas. Todos ficavam em alojamentos simples, “dormindo no chão”, e comiam a mesma comida no “bandeirão”. Isso serviu para que tanto uns como outros refizessem juízos sobre quem era estranho e quem era da casa. Diz ele: “Eu comecei a fazer amizade com o pessoal da fábrica, e aí era de todos os níveis, [...] e aí sim eu comecei a me integrar e a conhecer um pouco mais de Joinville, dos joinvilenses”.

Em 1997 o Centro de Pesquisas foi desativado. A diretoria ofereceu a ele e aos demais pesquisadores a opção de permanência, transferindo-os para outras áreas. Ocupou vários cargos e desempenhou as mais variadas funções.

Várias passagens da narrativa de memória do Sr. Guedes exprimem, explícita ou implicitamente, a sua intenção de que as comparações que faz entre os diferentes tempos e espaços da fábrica sejam devidamente compreendidas por seus interlocutores. Do seu lugar social, profissional

⁸⁹ A Escola Técnica Tupy iniciou suas atividades em 1959 “com a oferta do curso técnico em Metalurgia. Em 1965 construiu o primeiro laboratório de mecânica, dando-se início à formação do Técnico em Mecânica”. A partir de 1973 “ampliou suas atividades na oferta de cursos técnicos para suprir, principalmente, o setor produtivo da região onde atua”. Atualmente, além de 22 cursos técnicos, oferece também o ensino fundamental e o médio. Cf.: ESCOLA Técnica Tupy – Campus Joinville (Boa Vista). Disponível em: <<http://sociesc.org.br/pt/ensino-tecnico/conteudo.php?id=546&lng=2&mnu=1287&top=15>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

⁹⁰ É casado com Sandra P. L. C. Guedes, com quem tem dois filhos: Carlos Eduardo C. Guedes (14/12/1982) e Luiz Fernando C. Guedes (11/12/1984). O mais novo nasceu em Joinville, no ano em que a família migrou.

⁹¹ O entrevistado confessou a exagerada paixão que nutre desde a infância pelo esporte e por seu time, S. C. Corinthians Paulista.

e institucional, procura significar positivamente as mudanças operadas e as adjetivações da empresa do presente. Destaca que o legado dos administradores do passado foi a “cultura da inovação” e não o estilo de gestão autoritária e que o regime de competência substituiu o regime de apadrinhamento étnico. A sua narrativa alude a disputas e negociações intrigantes e até então pouco conhecidas, permitindo problematizar o que está além do Sr. Guedes como sujeito e da fábrica como referência de sua subjetividade e de suas sociabilidades.

Constata que as grandes empresas joinvilenses não são mais controladas por joinvilenses. Lembrando que o atual presidente da Tupy é “estrangeiro”, ou seja, migrante como ele, e que “Joinville é o que é hoje por causa dos migrantes”, sugere que algumas entidades empresariais e assistenciais representam, sobretudo, o passado de Joinville. Nelas e por elas, alguns empresários se envaidecem e são envaidecidos muito mais pelo sobrenome que ostentam e menos pela expressividade e abrangência econômica dos seus negócios. Parece-me, pela narrativa do Sr. Guedes, que o que também está em jogo são as facilidades de aproximação e articulação entre empresários e políticos da região. Nesse jogo, alguns poderiam obter benefícios em projetos voltados mais aos interesses próprios e menos ao “bem comum”.

Afirma que a “globalização das empresas locais”, o desenvolvimento tecnológico delas e o fomento à competitividade entre as pessoas com base na formação e qualificação profissional continuada foram lógicas introduzidas pelos gestores migrantes. Fundamenta sua defesa ressaltando a implantação de um regime de competência na própria Tupy. Na época que chegou era

uma empresa sólida, cinco vezes menor do que ela é hoje [...]. Tinha, talvez, vinte vezes mais executivos do que tem hoje [...], uma frota só de carros e motoristas particulares para diretores. Quando ela deixou de ser familiar, ela se profissionalizou, as coisas foram mudando. As cobranças que vieram dos gestores, dos acionistas, as metas passaram a ser mais arrojadas⁹².

As avaliações e os posicionamentos do Sr. Guedes sinalizam questões que considero extremamente importantes. Em primeiro lugar, permitem recolocar a etnicidade como referência ainda acionada para

⁹² GUEDES, Luis Carlos. Op. cit.

estabelecer distintividades e para nutrir conflitos e disputas pulsantes em Joinville. A germanidade para o entrevistado, embora exaurida do poder econômico, simboliza um poder ainda capaz de mobilizar forças políticas regionais. Tal poder, ao ser exercido, estaria obstaculizando, ou melhor, comprometendo o desenvolvimento econômico voltado ao “bem comum”, já que os imperativos globais combinados com as competências locais deveriam confluír para um projeto de futuro de cidade. Diz ele que “o emprego é o início de tudo. Tudo de bom que você pode ter em um lugar é trazido pelo emprego”. Então, seriam as fábricas inovadoras e geradoras de emprego que deveriam ser prioritariamente reconhecidas e valorizadas pelo potencial de futuro que geram, e não as iniciativas suportadas por um passado, voltadas a reproduzir um passado germânico sem futuro. Em segundo lugar, é surpreendente que critérios étnicos respaldem uma narrativa sobre as disputas travadas no interior da elite local. Ao reivindicar o reconhecimento da Tupy, o Sr. Guedes sugere que seria a própria elite germânica que invisibiliza as qualidades da empresa (abrasileirada pela migração) e dos seus gestores, pois não pode mais ser tomada como um espelho para refletir os feitos dos sobrenomes alemães.

Por outro lado, ou na outra ponta, afirmando que a empresa emprega muitos joinvilenses e migrantes, especialmente paranaenses, a Tupy continuaria (cada vez mais) sendo valorizada pelos que a conhecem e dela retiram o seu sustento. Diz ele que, salvo algumas exceções, os funcionários, de uma maneira geral, “falam bem” da empresa, sabem que “é séria e coerente”. Ou seja, para o Sr. Guedes, os conflitos com os funcionários, quando existem, não têm fundo étnico.

Não coloco em questão aqui as razões, os interesses e a lógica empresarial que impulsionam as afirmações do entrevistado, mas como ele procura situar cultural e socialmente os conflitos étnicos em sua narrativa. No interior do espaço fabril eles praticamente inexistiriam, pois haveria o reconhecimento da empresa não pelo sobrenome dos seus dirigentes, mas pelo emprego e pelas condições de trabalho que ela oferece, e isso não teria nenhuma relação com a cultura na cidade. Os embates estariam numa outra dimensão, em que as estratégias e práticas do poder econômico e normativo são produzidas e ordenadas, em que as disputas pelo poder local constroem a globalização localizada e a localização globalizada⁹³.

⁹³ A esse respeito, ver Capítulo I e Capítulo II, quando me refiro à discussão sobre o processo de globalização com base nas definições propostas por Boaventura de Sousa Santos.

Vejo aí também imbricados os sentidos que o Sr. Guedes imprime às redes de lazer pelas quais ele se moveu no passado, bem como aquelas em que atualmente se move e apoia. Diz ele: “Eu gosto mais das coisas do Brasil mesmo. Eu gosto de futebol, eu gosto de samba, eu sou preto”. Em Joinville, excetuando-se eventos futebolísticos, não participava de atividades sociais. Nos últimos anos, entretanto, frequenta e apoia eventos que valorizam o samba. Referindo-se ao Kênia Clube, afirma: “Eu quero que o Kênia seja a casa do samba de Joinville novamente! [...] Talvez eu esteja apoiando até como um protesto numa terra de alemão que não aceita as coisas de fora. Talvez isso esteja no meu subconsciente”.

Cabe aqui uma digressão para contextualizar esse direito de memória e de lugar de memória⁹⁴ reivindicados pelo Sr. Guedes.

A Sociedade Kênia Clube foi fundada em 1960. O jornal *A Notícia*, em 1997, trouxe uma longa reportagem de Marcos de Oliveira⁹⁵ sobre a entidade, colocando em destaque o depoimento de um de seus fundadores, Luiz Paulo do Rosário, o Alegria. Dizia ele que, quando a entidade foi fundada, “existia uma divisão entre brancos e negros e se quiséssemos entrar em um salão de baile não havia problema: podíamos apenas beber cerveja, dançar nem pensar”. A saída era “ter uma sociedade onde pudéssemos beber e dançar como todo mundo”. Na reportagem, o então diretor social e de eventos do clube, Lino Barbosa Crispim, o Carioca, declarava que desde que migrara do Rio de Janeiro (1994) não tinha encontrado um espaço adequado para o samba. Prometia uma renovação do clube para até mesmo fomentar o renascimento do carnaval de rua em Joinville⁹⁶.

Em 2002, numa nova reportagem feita pelo mesmo jornalista, o presidente da entidade Ideraldo Luiz Marcos, o Neco, explicava que a fundação do clube, mais do que responder às necessidades de lazer,

⁹⁴ Segundo Pierre Nora, “os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea. [...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória”. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁹⁵ OLIVEIRA, Marcos de. Sociedade Kênia Clube começa nova fase com pagode. *A Notícia*, Joinville, 23 ago. 1997.

⁹⁶ Conforme informado pelo jornal, o carnaval de rua em Joinville ocorreu entre os anos de 1978 e 1992.

teve como objetivo desenvolver trabalhos filantrópicos de ajuda social para a comunidade negra de Joinville, razão pela qual constar no seu primeiro estatuto: “Zelar pelos interesses dos associados, socorrendo-os em casos de moléstias, mortes ou perseguições”⁹⁷.

Enquanto territorialidade negra, o Kênia passou a representar a história de parte da população joinvilense que, pelas entrelinhas das reportagens, foi alvo de discriminações de toda ordem. A mudança do discurso jornalístico na tônica dos objetivos iniciais da entidade – da promoção de lazer (1997) ao respaldo assistencial e político (2002) – sinaliza uma mudança de representação não apenas para os negros. Ao ser identificado como território de resistência étnica, pôde ser apropriado por outros tantos diferentes, incluindo migrantes recentes, entre os quais o Sr. Guedes, com as suas reivindicações pelo direito de memória agora ancoradas no passado recente.

O atual apoio da Tupy aos vários eventos de samba e à própria entidade parece-me ecoar em vários espaços de poder. Para se ter uma ideia do que quero dizer, a Câmara de Vereadores, em dezembro de 2009, promoveu uma sessão solene em homenagem aos 45 anos de fundação do Kênia. A cidade, que no passado não permitia a livre expressão dos negros, agora reverencia aqueles que corajosamente “combateram o preconceito racial”. Políticos de todos os partidos se pronunciaram para homenagear a entidade como símbolo de resistência política e cultural dos negros joinvilenses.

No carnaval de 2010, a parceria Kênia-Tupy foi bastante festejada pela imprensa. O colunista Luiz Veríssimo, ao convidar a população para acompanhar “a maior atração dos desfiles”, diz:

Graças à amizade com o presidente da empresa, Tarquínio Sardinha Ferro, grande incentivador do samba em Joinville, Marquinhos da Portela compôs e cantará o samba-enredo⁹⁸ ao lado do “puxador” joinvilense Marcelo do Pandeiro, outro amigo da dupla Tarquínio e Guedes⁹⁹.

⁹⁷ OLIVEIRA, Marcos de. Kênia quer retomar sua tradição. **A Notícia**, Joinville, 29 set. 2002.

⁹⁸ Vale ainda ressaltar que a Escola Príncipes do Samba, “[...] do Kenia Club, homenageou a Tupy no carnaval de Joinville, contando a história de sete décadas de existência da empresa. A escola entrou na passarela [...] com cerca de 500 componentes, 50 deles formando a bateria e trajando o uniforme habitualmente usado pelos funcionários da produção”. TUPY é tema de enredo de escola de samba de Joinville. Disponível em: <<http://www.tupy.com.br/portugues/imprensa/noticias.php>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

⁹⁹ VERÍSSIMO, Luiz. Intervenção branca. **Notícias do Dia Joinville**. Joinville, 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.clickric.com.br/ric.com/colunistas.asp?id=1432&id_cat=13&id_jornal=2>. Acesso em: 1.º mar. 2010.

Como se vê, pela narrativa do Sr. Guedes é possível apreender sinuosidades e novos jogos de poder presentes (e entrelaçados) nos processos de identificação cultural. Dessa perspectiva, refletir sobre os pertencimentos urbanos não é tarefa fácil. Não se trata de estabelecer ou negar binarismos voltados às explicações sobre diferenças e desigualdades, tendo-se como pressuposto teórico o confronto econômico ou social entre dominadores e dominados. Ao contrário, a inteligibilidade histórica sobre a complexidade das vivências contemporâneas exige que se reflita sobre como a diferença se desdobra em conflitos, acordos e identificações múltiplas, praticados e representados pelos sujeitos no seu cotidiano. Vejamos, pois, como essas reflexões atravessam também a narrativa de um outro Luiz.

O Sr. Cardoso chegou à cidade em “1983... 1984”. Passou a infância “no Guatá”. O pai trabalhava numa mineradora, e a mãe com os filhos “tocava a terra”. Começou a ouvir conversas. O “pai contava para minha mãe aquelas histórias de que os governos, tanto o estadual quanto o federal, eles não investiam na terra”. Até o dia em que ouviu a mãe dizer: “Almiro, a cidade é aqui perto e nós não temos mais onde crescer, as crianças estão crescendo, eles vão precisar trabalhar em outro lugar”¹⁰⁰.

Em 1976 a família mudou para Tubarão. Lembra que foi depois da grande enchente¹⁰¹, “aquela que a cidade até hoje não conseguiu se recuperar”. A cidade lhe causava tremores e temores. Tudo lhe parecia grande demais e desconhecido. Diz: “porque a cidade, ela traz uma certa barreira”; “rotina da cidade é o que tem que fazer”. Superou a timidez ao perceber que, embora tivesse perdido a liberdade de “correr pelo campo”, de poder olhar a paisagem da serra, “da beleza daquela chapada [do Guatá], que só estando lá para ver” e de “sentir a brisa mansa e fria”, teria de conquistar outras coisas.

Em Tubarão estudou, praticava esportes e sonhava entrar para o Exército: “Em 1960 ainda tinha ditadura, acho que o Exército queria mais é pessoas para ficar com eles ao lado. Então eu via assim, a

¹⁰⁰ Observa-se aqui o protagonismo da mãe, esposa agricultora e dona de casa, no processo migratório do Sr. Cardoso, o qual contrasta diametralmente com o relatado pela Sra. Ana Rosa Sennes.

¹⁰¹ Refere-se à grande enchente de 1974, que deixou cerca de 85% da população de Tubarão desabrigada e 199 mortos. Em vários momentos de sua narrativa, a enchente é citada como um fato histórico central e demarcador. As comparações, por oposição, que estabelece entre Tubarão e Joinville são um exemplo disso. Disponível em: <<http://aleosp2008.wordpress.com/2008/11/24/a-grande-enchente-de-tubarao-em-1974/>>. Acesso em: 1.º mar. 2010.

oportunidade, uma moda [...]. Ditadura e perseguição, isso pra mim nunca passou pela cabeça”. Não conseguiu realizar esse sonho.

Ao lhe perguntar sobre como foi a partida para Joinville, o Sr. Cardoso disse-me: “Eu em 43 anos de vida... eu jamais contei para alguém que eu saí naquele dia assim... porque é tanta coisa que é melhor tu deixar quieto”. Sua contagiante emoção sugeriu-me, nesse momento da entrevista, a relação entre memória e (res)sentimento, sobre a qual o historiador Pierre Ansart afirma poder orientar outro conjunto de relações “entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas”¹⁰².

Não querendo lembrar, mas lembrando, o Sr. Cardoso diz: “Dá um vazio [...], tu perde o laço. [...] Todo mundo chegou em Joinville um dia, deixou a mãe e o pai lá, frustrados, chorando porque o filho está... porque ele poderia estar se dando bem aqui”. Completa ainda: “É a minha história, a história do Brasil, que deixou sua casa para vir para uma cidade. Eu não vou ver algo que só está em mim, que eu sinto que está em mim”.

Os (res)sentimentos de perda e de solidão que emergem na sua narrativa de memória servem-lhe, pois, para significar e situar a sua própria experiência de migração com a de outros, criando imaginariamente um lugar compartilhado e suportado coletivamente pela dor, compensada ao mesmo tempo pelo que se conquistou e aprendeu com a experiência. Isso me parece ficar explicitado nos juízos que faz sobre os migrantes de Joinville. Diz ele: “Joinville tem isso... as pessoas foram chegando e foram crescendo, foram conquistando e foram deixando sempre uma porta para quem estava chegando”. Os migrantes mais antigos “hoje já têm suas vidas, têm seus carros, sua casa, sua mansão, mas conseguem olhar e, pô, esse cara aqui, eu era esse cara aqui. Então ele consegue, ele dá mais abertura”.

A decisão de sair de Tubarão não foi sua. A mãe teria lhe comprado a passagem, preparado a mala e lhe comunicado: “Vai... o Maneco, ele vai te esperar na rodoviária lá em Joinville, e aí de vez em quando tu liga, escreve”. Com apoio do irmão mais velho, ele e mais dois irmãos solteiros compraram um terreno no bairro Parque Joinville e construíram uma “meia-água”. Depois de um ano na cidade conseguiu um emprego.

¹⁰² ANSART, Pierre. História e memória do ressentimento. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 15-36.

Ao procurar saber sobre os vínculos entre as suas redes de lazer com o ambiente fabril, o entrevistado expressou, com um não-dito, que a fábrica não lhe era referência para significar o seu presente. Garantia-lhe o salário e o plano de saúde. As suas vivências urbanas estavam enredadas por aquelas que, rememoradas do passado, estabeleciam os sentidos de suas práticas cotidianas.

Em Tubarão, costumava frequentar quadras públicas abertas de basquete. Em Joinville, a vontade de praticar o esporte levou-o a conhecer vários bairros: “Eu viajava por aí pela cidade”. Em Tubarão também praticava capoeira, não porque era negro, mas por ter “um sentimento negro” compartilhado com outros. Porém em Joinville se afastou da capoeira, pois “parecia que a coisa não estava muito bem organizada, [...] os negros não estão manifestados [nela]”.

Ao ser indagado sobre o que significava não estar manifestado, relatou outras experiências que o convenceram disso. Diz que no bairro “tem até um grupo que promove a cultura negra, só que eles quando chegam na reunião não conseguem conciliar as idéias, dá muita divergência”. Em certa ocasião, houve uma discussão acalorada por causa de uma casa de umbanda. Lembra que, quando alguns defendiam o lugar como expressão da cultura negra, uma menina irritada ao seu lado levantou e disse que já havia visitado e viu que o dono era branco e os negros trabalhavam.

A rememoração dessa experiência levou o entrevistado a refletir sobre as razões de seu “sentimento” (pertencimento) negro e a problematizar as formas adotadas pelos negros joinvilenses para se “manifestarem” como tais (processos de identificação). Nessa passagem, a narrativa ganha, no meu ponto de vista, uma densidade impressionante. Diz ele que é preciso verificar,

porque existe a cultura negra da África e aquilo que ficou para nós aqui. Nós já não somos africanos, nós somos brasileiros, né? [...] Então a questão da perda, os cantos, as gingas que tinham, os batuques que tinham... Então assim, hoje, eu sou negro, mas eu não me sinto dentro daquela cultura. [...] Ouvia, de repente, que sei lá, lá teve isso, nós devemos ter aqui. Então eu... eu me questionava, será que devemos ter aqui?¹⁰³

¹⁰³ CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Op. cit.

O questionamento do entrevistado soava-me como o avesso das reivindicações do direito à memória e à história dos negros de Joinville manifestadas pelo Sr. Guedes, respeitando as diferenças de contexto e lugares referenciados. Lembro que o Sr. Guedes evoca sua negritude com base nos seus sentimentos “pelas coisas do Brasil”. Para o Sr. Cardoso, ao contrário, ao evocar sua brasilidade questiona os “sentimentos” de sua negritude. Para o Sr. Guedes, a memória negra ancorada por um passado é uma forma de “protesto numa terra de alemão”. Para o segundo, insinuam-se as práticas do presente como referências políticas para a ação. O problema não consistiria em reparar perdas que foram invisibilizadas, mas criar caminhos próprios para os negros conquistarem seu protagonismo no presente.

O Sr. Cardoso sugere que, em Joinville, o candomblé, a umbanda, a capoeira e o samba possuem a responsabilidade de “manifestar” os sentimentos dos negros. Não gosta do candomblé e da umbanda, mas gosta da capoeira e do pagode. Não porque é negro, simplesmente porque gosta. Assim, “eu não me identifiquei em nada. Simplesmente aquilo que eu via, a cultura que me apresentavam, acho, que já estava no passado”.

Por outro lado, destaca que esses movimentos são cada vez mais conhecidos na cidade. Contudo “os negros, eles são mais na vida deles. Eles não estão assim, na liderança, eles não estão querendo fazer alguma coisa. Ali eles estão vivendo a vida deles, é diferente de ‘vou fazer, eu vou contigo aqui, vou me organizar ali...’”.

Ao perceber que seus argumentos estavam levando os seus interlocutores a entenderem que ele estava renunciando narrativamente a sua negritude, desenvolve um novo raciocínio, agora analisando a situação dos descendentes de alemães e dos nordestinos no seu bairro, bem como alguns fazeres festivos relacionados a eles.

Para estabelecer comparações, lembrou-se da sua participação na Festa das Tradições. Foi com sua mulher¹⁰⁴, descendente de alemães, e relata:

Eu olhei, olhei, olhei e vi que já perdeu aquele significado do homem e da mulher germânica que chegou aqui um dia [...]. Eu acho que virou um negócio, um grande negócio ao invés de estar promovendo, de repente, a própria pessoa na

¹⁰⁴ Daniela Kinas. Têm dois filhos: Luiz Carlos de Medeiros Cardoso Junior e Ana Luiza Kinas Cardoso.

cultura. Mudou da questão cultural do homem e da mulher germânica para um lado financeiro. Um lado que o empresarial que articula, que investe, que vai fazer isso e quer o retorno daquilo. Então, acho que perdeu-se¹⁰⁵.

O contrário estaria ocorrendo no Parque Joinville com os nordestinos, “porque aí sim, relaciona cultura com a pessoa”. Lembra que eles começaram a aparecer nos anos 1990. Conhece a história de alguns que são seus vizinhos. Mas há muitos outros que conheceu na comunidade Nossa Senhora Aparecida. Explicando-nos que, para os migrantes que chegam àquela região, a igreja é o primeiro lugar que procuram para se sentirem acolhidos, ele e sua família passaram a conviver e se envolver nas atividades que eles promovem. A festa nordestina teria sido ideia de um padre cearense que passou um período na igreja e que, com frequência, participava de almoços festivos preparados pelos nordestinos.

A primeira festa ocorreu em fevereiro de 2008. Na segunda, diz ele, “deu mais de duas mil pessoas no galpão da igreja. E a gente não levou isso para Joinville toda”. Entretanto “a gente percebeu quando as pessoas... porque assim, a gente teve algumas reuniões... não só uma festa foi desenvolvida... a gente quer montar aqui um centro cultural”. O projeto do centro cultural, segundo descreve, deverá promover eventos, realizar cursos de culinária e de artesanato, dar assistência aos nordestinos que chegam à cidade. O mais importante, “não sou eu catarina fazer [...], o nordestino faz”.

À medida que o Sr. Cardoso refletia sobre os seus pertencimentos, percebi seu esforço em buscar respostas convincentes não apenas para os seus interlocutores, mas sobretudo para si. Assim como narrou o seu envolvimento nos projetos da festa nordestina e do centro cultural, também buscou esclarecer o porquê de apreciar os bailes no CTG próximo a sua casa e o “churrasco de chão” que às vezes algum vizinho faz. Falou da convivência com os paranaenses e o que aprendeu com eles; de suas participações esporádicas no pagode; dos vizinhos italianos que falam alto; dos jovens e adolescentes que não desfrutaram de muitas opções no bairro. Enfim, parece-me que a própria entrevista transformou-se num enredo de descobertas sobre as conexões e as desconexões de suas experiências do passado e do presente em relação

¹⁰⁵ CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Op. cit.

aos seus processos de identificação urbana. Parecia não querer que nada lhe escapasse da memória e da narrativa, mesmo o inenarrável. As múltiplas personagens, os diversos acontecimentos, lugares e tempos foram e voltaram, confrontando-se perturbadoramente. No fim da entrevista parecia extenuado. Na frouxidão de sua fala final, cito algumas de suas (in)conclusões. Diz ele:

A gente tem que aproveitar os momentos de escutar para poder falar algo [...], as pessoas não podem ficar sozinhas. Essa questão de andar junto é princípio. [...] Nós aqui, falar da igreja ou falar da política. [...] Recolher tudo, olhar para fora... e a gente não pode ficar fechado em casas. Temos que sair, conversar, porque na conversa quem consegue ver as coisas não vê aquilo que precisa, aquilo que falta, mas aquilo que tu pode fazer¹⁰⁶.

A análise das entrevistas do Sr. Guedes e do Sr. Cardoso aponta para questões que me permitem mais uma vez ressaltar as diferenças e semelhanças entre deslocamentos, travessias e apropriações enredadas e enredáveis nas vivências urbanas.

Em primeiro lugar, as narrativas ensejam novas possibilidades para a compreensão de como as redes de sociabilidade vinculadas aos migrantes de Joinville podem produzir – em tensão – tanto solidariedades como recusas. O que me parecia ser central para a análise – o ambiente fabril – lançou novos problemas que acabaram por demover o que eu considerava como fundamental. As diferenças entre ambos (empresário e operário), que a princípio “de longe e de fora” me pareciam ser a pedra de toque para explicar conflitos e contradições existentes, assumiram escalas imprevisíveis diante dos hibridismos e traduções culturais explicitados nas narrativas.

Além disso, os processos de identificação fluidos, evocados pelas subjetividades espalhadas no trabalho da palavra de ambos, sugerem furtivas inversões e acionamentos de critérios étnicos, imbricados na configuração dos novos jogos de poder emergentes na cidade contemporânea. Obviamente que, dependendo do referencial que se adota, sobre ambos vigora uma distribuição desigual de forças e de poder.

¹⁰⁶ CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Op. cit.

Para lembrar Certeau, nas maneiras de fazer do Sr. Guedes e do Sr. Cardoso apresentam-se suas possibilidades de mobilidade do tipo estratégica e tática. Se o lugar social do Sr. Guedes se situa no âmbito “do teatro de operações” das “estratégias do forte”¹⁰⁷, é nesse mesmo âmbito que suas apropriações, de caráter identitário, se revelam como táticas de resistência e de confronto que são vislumbradas nas (re)invenções ligadas aos seus desejos de brasilidade e negritude numa “terra de alemães”.

Para o Sr. Cardoso, “na liberdade gazeteira” de suas práticas, brasilidade e negritude não têm como referência a “terra de alemães”, mas os hibridismos e as traduções que, a um só tempo, os defrontam e os acordam. Quando ponho em causa as suas afirmações sobre a necessidade de que na vida é preciso “recolher tudo... olhar pra fora”, “porque aí sim, relaciona cultura com a pessoa” e “se consegue ver as coisas”, não “aquilo que falta, mas aquilo que tu pode fazer”, tenho à frente, empiricamente, a problemática da diferença e da identidade como processo vivenciado, e não um resultado enunciado. Enfim, enredos em rede e redes em enredos.

3.4 TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Como é possível pelas narrativas de memória perscrutar pertencas que reivindicam e buscam estabelecer territórios no espaço urbano joinvilense?

Em algumas narrativas de memória, territórios ora são indiciados como pressupostos dados, conhecidos e externos aos atos narrativos, ora são reclamados pelos narradores como se a própria narrativa pudesse servir como referência para um plotador oficial marcar novos pontos no mapa da cidade. Penso tratar-se, nos dois casos, de territórios construídos pelas ações narrativas e, desse modo, que buscam estabelecer verossimilhança entre a experiência relatada e a concretude do território indiciado. Daí a análise das narrativas não perder de vista que as reivindicações em prol da veracidade e do reconhecimento dos territórios urbanos estão articuladas com as reivindicações dos narradores em prol da legitimidade de seu poder sobre eles. Nesse

¹⁰⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 10. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 19.

jogo, do seu lugar, o narrador busca atribuir ao seu próprio relato – de trajeto e de experiência de trânsito no espaço urbano – uma qualidade de mapa e não apenas uma “prática espacializante”¹⁰⁸.

Todavia, como lembra Certeau, “os relatos contam” e, mais do que “colonizar o espaço” como o mapa, “são feitura de espaço”¹⁰⁹. Por isso, nas narrações estão também presentes “operações de demarcação”, pelas quais os narradores “especificam ‘espaços’ pelas ações de sujeitos históricos”¹¹⁰.

Dessa perspectiva é possível entender também como, em cada relato, fronteiras são estabelecidas e deslocadas por meio dos sentidos que os narradores imprimem às interações com personagens, acontecimentos e lugares.

Se as fronteiras emergem quando o narrador lida com a diferença, a cidade como referência de espaço (lugar praticado) pode ser transformada em objeto-território de disputa a ser reterritorializado. O narrador, ao explicitar os sentidos e os sentimentos de pertencimento, quer que a sua narrativa traia um ordenamento territorial urbano imposto (preestabelecido). Insinua que as suas distintividades e os seus trajetos (lugares praticados) são dotados de força o suficiente para propor uma nova referência de colonização do espaço – um novo mapa –, no qual almeja subsumir outros trajetos, outros lugares e outras práticas cotidianas daqueles que pensa serem seus semelhantes e seus diferentes.

Tal reflexão foi possível quando coloquei em causa a nordestinidade como questão presente na narrativa tanto do Sr. Cardoso como, coincidentemente, de outro Luiz. O projeto do centro cultural do Sr. Cardoso exprime o desejo de ancorar a nordestinidade reivindicando-lhe não apenas um lugar, mas o reconhecimento desse lugar como um território específico na cidade. Vejamos como tal intento também se manifesta na narrativa do Sr. Luiz Vicente¹¹¹.

O pernambucano Luiz Vicente conhece muitos moradores de Joinville. Chegou em 1994 e de lá para cá, diz ele, “a cidade cresceu muito por causa dos migrantes”. O estabelecimento de seu “Ponto de Acarajé” foi uma ideia que surgiu quando nas suas idas ao Mercado Público Municipal ficava observando o movimento. Decidiu começar a

¹⁰⁸ CERTEAU, Michel de, 1994. Op. cit. p. 206.

¹⁰⁹ Id. Ibid. p. 207.

¹¹⁰ Id. Ibid. p. 203.

¹¹¹ VICENTE, Luiz. Op. cit.

vender seus quitutes num carrinho na calçada em frente, pois “acarajé é comida de rua e se come de pé ou andando”. Quando chovia, estacionava seu carrinho na marquise do próprio mercado. Foi ficando lá. Os comerciantes passaram a achar “um bom negócio”, pois seus clientes, ao consumirem seus acarajés, movimentavam também o mercado.

Por outro lado, considera que o seu negócio também proporciona encontros entre os diferentes. Gaúchos, paulistas, cariocas, mineiros e “até joinvilenses e turistas do exterior” podem lá conhecer os nordestinos e um pouco do Nordeste. Diz ele: “Aqui no acarajé é um ponto de encontro. Aqui tem que ser feita uma Associação dos Migrantes Nordestinos. Creio que aqui é o alicerce, é a cara do nordestino. Por quê? O Mercado! O Mercado Municipal, onde passam todos os tipos de gente”.

Não se trataria de reivindicar o mercado aos nordestinos, mas submetê-lo à sua lógica. Ao mesmo tempo em que explica que “o nordestino quando olha um para o outro já conhece as diferenças... é por causa da cabeça... o modo de falar...”, hesita, mas afirma: “Eu gosto do pessoal daqui. Eu vejo o jeito deles... [mas] tem que ser mais movimentada... a cultura em Joinville tem que melhorar”. No seu ponto de vista, os nordestinos sabem movimentar a cultura, especialmente no espaço de um mercado. Além da gastronomia, a melhoria do local poderia englobar música e artesanato. Para tanto, o mercado, que já é frequentado por muitos nordestinos, teria de ser reconhecido efetivamente como o “alicerce”, “a cara do nordestino” em Joinville.

Sua reivindicação, portanto, busca extrair da diferença novos sentidos fundadores capazes de instituir novas demarcações territoriais urbanas. Por várias vezes aludiu ao meu papel como “professora da universidade”. Apenas ao interpretar sua narrativa, percebi que o que estava em jogo para ele era propor novos vínculos entre cultura e espaço, pois, na sua visagem, a “realidade” do mercado já requeria a formalização do novo território de nordestinidade. Talvez a ciência e a universidade lhe acorressem fazendo repercutir politicamente a pertinência de sua reivindicação.

Ao contrário do centro cultural do Sr. Cardoso, a associação do Sr. Vicente não estaria voltada à prestação de auxílio aos nordestinos que chegam à cidade, pois isso poderia se tornar um incentivo para aumentar a migração. O seu desejo consistiria apenas em resolver a “situação cultural” dos nordestinos que já estão na cidade e que, segundo pensa, praticam os mesmos trajetos, ocupam lugares semelhantes e convivem com os mesmos estranhamentos que os seus. O território nordestino não seria apenas para

os nordestinos compartilharem pertencimentos, mas principalmente para serem identificados pelos outros como nordestinos.

Outras ações narrativas reivindicaram territórios e me permitiram entender como a produção da diferença se efetiva em espaços conectados e aparentemente desconectados da cidade. Os sujeitos narram num presente e vivem o presente da narrativa. Possuem desejos políticos e demandas de cidade que se projetam no espaço narrado. As fronteiras físicas e simbólicas são operadas para lidar com as identificações entre os diferentes sujeitos e entre eles e o espaço. É nessa perspectiva que procuro discutir os desejos sobre territórios reivindicados em alguns relatos.

Volto ao Jardim Paraíso agora pela narrativa do Sr. Rosalino dos Santos, migrante de Campos Novos¹¹².

O Sr. Rosalino passou a infância e parte da juventude no meio rural. Após a morte de seu pai, a mãe decidiu mudar para Curitiba. Diante de desavenças familiares, ele saiu de casa com 12 anos. Por quatro anos foi “menino de rua” e, segundo sua opinião, essa experiência constitui o seu maior “patrimônio” pessoal. Dormir ao léu, alimentar-se de restos tirados do lixo, conviver com outros meninos de rua, enfrentar a imprevisibilidade como forma de vida, deslocar-se clandestinamente e camuflar sua própria presença no espaço público, eis algumas das táticas de sobrevivência que, ao serem narradas, serviram ao Sr. Rosalino para explicitar aos interlocutores que, de cada uma delas, pôde tirar proveito. Diz ele:

Se não estiver naquele ambiente não dá pra saber o que é certo e errado, né? [...] eu tenho esse orgulho de nunca ter roubado e nunca ter pedido as coisas pra... eu sempre pedia serviço. [...] Mas isso aí serviu até hoje, né? Que na minha função hoje¹¹³ isso ajuda muito porque se eu encontro um

¹¹² O Sr. Rosalino nasceu em 27 de janeiro de 1956. É o sétimo filho, entre dez, de um casal de agricultores. A família morou em várias fazendas próximas a Curitiba. O pai foi “peão de fazenda e mascate”. É casado com Lucilena Ramos dos Santos, com quem tem três filhos: “Rudinei, nascido em 1980. A Indianara é nascida em 1982... em 1983, e a Greci Keli em 1985”. Cf.: SANTOS, Rosalino A. Op. cit.

¹¹³ É servidor da Prefeitura de Joinville, atuando no setor de segurança patrimonial. Após ter trabalhado por dez anos numa empresa joinvilense, resolveu sair e “trabalhar por conta própria”. Tornou-se pedreiro. Numa de suas passagens pelo centro viu o edital de concurso da Prefeitura. Inscreveu-se e foi aprovado. Diz ele: “Quando eu entrei a trabalhar como vigilante na prefeitura eu já me sentia um vencedor, de repente em 93 eu fiz o concurso e passei em segundo lugar, e passei a ser o fiscal da prefeitura, e hoje eu sou coordenador, então não tem como eu dizer que não me considero um vencedor ... pra quem foi um menino de rua e hoje está defendendo a segurança da Prefeitura Municipal de Joinville, [...] não tem como dizer que é um perdedor”. Id. Ibid.

menino de rua eu posso saber se ele realmente é um malandro, se não... né? Então não é só porque tá na rua que é um vagabundo, muitas vezes o cara tá ali por uma necessidade...¹¹⁴.

Tais lições lhe servem para significar a história do Jardim Paraíso, enquanto um território orgulhosamente conquistado por ele e por outros migrantes trabalhadores.

Quando chegou ao local, em 1980, o bairro situava-se num “espaço entre dois”¹¹⁵. Ocorre que no âmbito político-administrativo pertencia a São Francisco do Sul. No entanto a sua ocupação recente, mais do que qualquer outro bairro, era impulsionada por migrantes provenientes de diferentes cidades brasileiras, cujas vivências (empregos, lazeres, religiosidades etc.) estavam inteiramente ligadas ao espaço urbano de Joinville. Assim, os moradores enfrentaram dificuldades próximas às de pessoas que sobrevivem em limites/fronteiras sob litígio. A omissão dos governantes, a ausência de políticas públicas, os loteamentos imobiliários (incluindo os irregulares) e as ocupações clandestinas contribuíram para transformar e representar o lugar numa espécie de avesso do progresso. Nesse processo, também recaiu sobre o bairro a pecha de território perigoso e violento e, por extensão, se tornou fonte estigmatizante de seus moradores.

Não é assim que os dois moradores que entrevistei o veem. Como a Sra. Ana Rosa, o Sr. Rosalino foi um dos primeiros a chegar. Comprou o terreno (a prestação) e, lentamente, construiu sua casa. A vizinhança foi chegando: “Eram pessoas de toda a parte”. Por um lado, lembra o entrevistado, “eram pessoas de convivência diferente, sem instrução, num local sem estrutura adequada; não dava outra, era boteco e briga”, e, por outro lado, “estavam mais ou menos niveladas no meu estilo de vida”, por isso não eram só brigas, havia solidariedades.

Para o entrevistado, os migrantes do Paraíso são aqueles que deixaram tudo para trás e por isso só tinham uma alternativa: “Tem

¹¹⁴ SANTOS, Rosalino A. Op. cit.

¹¹⁵ Trata-se de uma expressão de Michel de Certeau para definir o paradoxo da fronteira. Diz ele: “Problema teórico e prático da fronteira: a quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. [...] Pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: e muito mais, só põe uma margem dizendo aquilo que o atravessa, vindo da outra margem. Articula. É também uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um entre dois”. CERTEAU, Michel de, 1994. Op. cit. p. 213.

que dar certo”. Por isso, penso que para ele esses moradores de fronteira possuem características próprias, ou seja, menos que viverem atormentados existencialmente pelas perdas da escolha de migrar, buscaram cotidianamente um “dar certo” diante das ambiguidades do chão conquistado ou a conquistar. Trata-se, então, de viver na junção e disjunção de dois territórios, instituindo um próprio.

Voltemos a sua narrativa de memória para verificar como tal reflexão ganha sentido. Diante das dificuldades de toda ordem, os moradores organizaram-se numa associação. Estabeleceram como prioridade número 1 o posto policial, pois se tratava de contar literalmente com uma espécie de guarda na fronteira para os moradores de fronteira. No local, conta o entrevistado, se “levantava uma parede pela metade durante o dia e a noite a piazada ia lá e derrubava”. O mato era alto e não havia luz elétrica. A locomoção era de bicicleta ou “no calcanhar mesmo”.

Em detalhes, o Sr. Rosalino descreve, ainda que com imprecisão de períodos, quando foi aberta a primeira sala de aula na casa do Sr. João, quando foi posta a primeira linha de ônibus urbano com três horários diários e as alternativas criadas perante os obstáculos para contar com assistência médica e espiritual, pois “dependiam dos serviços religiosos da Paróquia Bom Jesus do Aventureiro”¹¹⁶. Tais fatos lhe servem como marcos de uma trajetória coletiva muito mais envaidecida pela obsessão e conquista do território do que pelas vulnerabilidades e carências vivenciadas pelos seus habitantes.

Além da Associação de Moradores, a mobilização dava-se por intermédio da religiosidade. Em 1987 a abertura de um novo loteamento atraiu novos migrantes para a região, os quais se integraram nas ações em prol da criação de uma nova comunidade católica para atendê-los exclusivamente.

Submetido o pedido à Diocese de Joinville, esta deu início ao processo, instituindo uma comissão, da qual participava o Sr. Rosalino. Lembra que a escolha do nome do padroeiro da igreja da nova comunidade foi marcada por algumas confusões. A comissão propôs São Vicente, porém alguns acharam que “isso não era democrático”. Promoveram reuniões para definir os nomes de santos que constariam na cédula da consulta popular. Numa reunião, um dos participantes propôs um novo critério de escolha:

¹¹⁶ O Aventureiro é um bairro localizado na zona leste da cidade, o qual durante muitos anos atendeu não apenas os moradores do Jardim Paraíso, mas também outros provenientes dos vários loteamentos que então se multiplicavam com a chegada dos migrantes. Cf.: SANTOS, Rosalino A. Op. cit.

Disse que nós tínhamos que sugerir um nome que representasse esse povo aqui; que representa esse povo pra gente fazer uma homenagem justa. E daí começou a surgir Nossa Senhora não sei das quantas e tal, e eu disse: “Que tal Nossa Senhora dos Imigrantes?!”. Que eu não tinha essa distinção de imigrantes, migrantes. Aí, o Osmari disse: “Não, tem que ser migrantes então”. E aí foi colocado na relação de nomes¹¹⁷.

Na consulta popular a proposta venceu, mesmo que a maioria soubesse, continua ele, “que é uma santa que nem existe na verdade, né?!”. Em sua opinião, a nova igreja e a santa representavam uma espécie de citação, relativa à historicidade do território, pois “tava falando do imigrante [...] que deixou a terra... familiares e passou a ser um imigrante de Joinville. Então, o povo acabou aderindo mais essa idéia e não por Nossa Senhora”.

Nessa passagem, o Sr. Rosalino apresentou-me fotografias, cópias das atas das primeiras reuniões e uma síntese dos acontecimentos preparada por ele e por seu filho. Eu já havia lhe falado que o meu trabalho não estava voltado para a história da igreja. Mesmo assim, disse-me que temia não se lembrar das pessoas (por ele consideradas mais importantes), das datas e dos fatos principais desse processo. A seguir estão duas fotografias, por ele legendadas, que selecionei do material cuidadosamente organizado num *power point* e a mim disponibilizado.



Figura 9 – “As primeiras foiçadas serviram para iniciar a comunidade (antes era tudo assim)”

Fonte: Acervo pessoal de Rosalino A. Santos, s.d.

¹¹⁷ SANTOS, Rosalino A. Op. cit.



Figura 10 – “Casal de irmãos nascidos na comunidade. Ao fundo, o terreno onde hoje estão construídas as salas de catequese”

Fonte: Acervo pessoal de Rosalino A. Santos, s.d.

Entre outras fotografias de reuniões e da primeira festa, essas duas me chamaram a atenção. A primeira, a senhora com a foíce nos ombros, foi escolhida pelo entrevistado para abrir a seleção que organizara, talvez sob o impulso de significar o pioneirismo migrante. No seu roteiro histórico, a fotografia das crianças, última da seção temática de “recordação dos primeiros passos”, exprime, a meu ver, o seu desejo de reconhecimento sobre o legado transmitido às novas gerações que surgiam.

Tive nesse momento da entrevista o desafio de dissipar suas expectativas diante da minha produção historiográfica. Por outro lado, seus desejos sobre a história evocavam os direitos de memória, de identidade, de pertença e de poder sobre o território do Jardim Paraíso e, por extensão, da própria cidade.

O movimento pela anexação do bairro à municipalidade de Joinville também foi detalhadamente narrado. Nele se vislumbram as manobras dos moradores junto aos políticos dos dois municípios e do próprio governo do estado. Diz: “Ali a gente teve um envolvimento muito forte, apanhou bastante, porque o pessoal duvidava que acontecia, e a gente fez acontecer”.

Procuravam vereadores da base aliada dos prefeitos da época com informações sobre a população e sobre as carências que a atingiam. Lembra que as primeiras articulações começaram em 1986 ou 1987.

Nós começamos a buscar a relação de documentos que era necessário; “ah, precisa plebiscito”, mas pra que esse plebiscito ocorra, o que precisa? Precisa o abaixo-assinado de tantas pessoas. Como que se faz esse abaixo-assinado? Não, tem que ter, tem que ser com pessoas que tenha firma registrada, porque tem que ser reconhecido em cartório. Então foi levantar, fomos levantando aquilo ali, né? Claro, combinando com o padre, com o Adelor Vieira¹¹⁸, com... um... que... era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, tinha o Bil que tinha uma olaria aqui na frente, tinha o João Fachini¹¹⁹. Então não era coisa de um partido político¹²⁰.

A persistência ressaltada pelo Sr. Rosalino pode ser comprovada ao se considerar que somente em 1992 o governo do estado sancionou a lei de anexação. A criação do bairro, por sua vez, ocorreu apenas em 1997¹²¹.

Na interpretação da entrevista do Sr. Rosalino, é possível perceber seu esforço para organizar, encadear e dar coesão aos inúmeros acontecimentos narrados. Porém, quando o relato alude as suas próprias experiências, o ordenamento desejado é involuntariamente traído. Nesses momentos, os fatos explicitam-se como feitos (astutamente) empreendidos e esquadrihados, segundo o alogismo de necessidades, incertezas e oportunidades emergentes das próprias vivências cotidianas. Vejamos.

O Sr. Rosalino atribuiu de forma escorregadia e múltipla o que no passado do bairro foi considerado como “prioridade número 1”. Escapava-lhe o fato de que, mais do que estabelecer coesão entre sociabilidades, acontecimentos e espaço para garantir os vínculos destes com o território, a narrativa sobre suas experiências e maneiras de fazer

¹¹⁸ Na época vereador de Joinville pelo Partido da Frente Liberal.

¹¹⁹ Na época também vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

¹²⁰ SANTOS, Rosalino A. Op. cit.

¹²¹ É importante destacar que “o Jardim Paraíso pertencia ao município de São Francisco do Sul até 6 de abril de 1992, quando o governador Vilson Pedro Kleinübing, através da Lei 8.563, o anexou ao município de Joinville, *atendendo resultado de plebiscito acontecido em março deste ano*. A denominação ‘Jardim Paraíso’ foi dada pela imobiliária responsável pelo loteamento”. Contudo salienta-se que foi somente com a Lei n.º 3.508, de 25 de junho de 1997, que a municipalidade o instituiu oficialmente como um bairro joinvilense. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit.

exigia, para o bom entendimento, a percepção das circunstâncias e da mobilidade que, contraditoriamente, confrontavam o seu próprio gesto de fixação e de linearidade do rememorado.

Duas mobilizações para a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Cubatão reuniram, segundo ele, aproximadamente mil pessoas. Elas ocorreram após dois dias de chuva torrencial. Os moradores conseguiram a presença do então prefeito Luiz Gomes. Conta o Sr. Rosalino que, chegando ao local, o prefeito “subiu na mesa e escreveu com carvão na parede: ‘tal dia eu começo a ponte’. E realmente, no dia marcado começou a chegar a estrutura da ponte”.

No todo do relato não é possível definir se os movimentos pela construção da ponte foram anteriores, posteriores ou mesmo concomitantes àqueles que reivindicaram o posto policial, o abastecimento de água potável, a pavimentação da rua principal, a construção da igreja ou mesmo o movimento pela anexação. Trata-se, pois, de uma narrativa de fazeres sobre o território, os quais o delimitam, mas também deslocam e multiplicam seus limites/fronteiras. Parece-me ainda que sobre esses fazeres há riscos que foram assumidos pelos moradores, mas não completamente calculados e conhecidos, como quer fazer crer o entrevistado. Em outras palavras, as fotografias sobre o território do Jardim Paraíso que o narrador me ofereceu são reveladas apenas pelo movimento ou projeção do filme ou ainda pela sequência de *slides* do *power point* que tem como roteiro as vivências (práticas das diferenças) e as táticas individuais e coletivas de reterritorialização migrante.

Por outro lado, no Paraíso, morar é um verbo que na narrativa de memória do Sr. Rosalino sempre pede um complemento que qualifique o bairro positivamente. Parece-me que não é possível a ele dizer simplesmente que mora no Paraíso. É necessário, de partida, dizer ao outro que o ouve que o bairro é bom, todos se conhecem e não é tão violento.

Ao afirmar que “eu não sei se eu me adaptaria a outro bairro, depois de estar impregnado nele”, critica aqueles, inclusive a mídia, que “só olham para o Paraíso” para falar de problemas e violência urbana, mas esquecem que

hoje a violência tá aqui, a comunidade se organiza,
a polícia ataca essa área aqui e eles vão para outro.
Hoje o Morro do Meio¹²² tá muito mais violento

¹²² Bairro localizado na zona sudoeste da cidade. Embora tenha sido criado somente em “12 de janeiro de 1990” pela Lei n.º 2.376, “as transformações socioeconômicas no município” durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 contribuíram significativamente para uma “ocupação mais efetiva do bairro”. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit. p. 65.

do que o Jardim Paraíso. O Estevão de Mattos¹²³, o Jardim Edilene¹²⁴ está se mantendo com aquele nível de violência, e o Paraíso praticamente, eu não sei se zero, pelo menos reduziu¹²⁵.

Como se vê, embora os preconceitos e a rejeição ao Paraíso possam advir, segundo o Sr. Rosalino, daqueles que não o conhecem e estão longe, insinua-se aí também como as fronteiras territoriais urbanas, físicas ou simbólicas são manejadas, representadas e compartilhadas pelos que aparentemente estão dentro e fora, longe e perto ou desconectados.

Entre categorias morais condenatórias ou vitimárias, o Sr. Rosalino constrói outra alternativa: reconstitui o passado e explica o presente migrante do Paraíso pelas vitórias alcançadas e pelas maneiras próprias de os moradores se fazerem. Se são vitoriosos ou não, se o bairro é bom ou não, a questão me parece não ser essa. O que aí está em jogo são os pertencimentos acionados para adjetivar positivamente o bairro como território próprio e singular, mas, ao mesmo tempo, território joinvilense. Trata-se de vivências da diferença urbana que expõem outras perspectivas para o olhar e para pertencer à cidade.

Assim, em termos de subjetividades e de pertencimentos urbanos, territórios ao serem reivindicados ou rejeitados podem, então, ser tão móveis como são os espaços e tão instantâneos e fixos como são os lugares. Penso, por isso, que a historiografia muito contribui para a problematização de cartografias vigentes e mapas preconceituados. O Sr. Rosalino e também a Sra. Ana Rosa estão aí para não fazerem dessa minha reflexão vazia transcendência.

3.5 AINDA SOBRE DIFERENÇA E IDENTIDADE

Durante o ano de 2009, a representação de Joinville como cidade da diversidade ganhou uma ampla abrangência e matizes um

¹²³ O loteamento passou a integrar o perímetro urbano joinvilense a partir de 2001, quando a Lei Complementar n.º 11.717 o desmembrou do município de Araquari e o anexou ao bairro Paranaguamirim. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit. p. 69.

¹²⁴ Loteamento que também compõe o bairro Paranaguamirim, na zona sudeste de Joinville. Id. Ibid.

¹²⁵ SANTOS, Rosalino A. Op. cit.

tanto polêmicos. O transformismo da diversidade cultural não era agora associado às tradições, mas à orientação sexual e ao combate à homofobia.

Em 2008 a Câmara de Vereadores aprovou uma lei criando o “Dia Municipal de Combate à Homofobia”, por proposição do então vereador Marco Aurélio Marcucci (PSDB). Em 2009 a lei foi uma das primeiras a serem sancionadas pelo recém-empossado prefeito, Carlito Meres (PT).

A iniciativa humanista contra o preconceito continuaria a ser aplaudida se outro empreendimento não começasse incomodativamente a dividir opiniões. A Arco-Íris Associação LGBT de Joinville¹²⁶ e o Grupo Vida¹²⁷, com apoio da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), promoveriam a primeira Semana da Diversidade¹²⁸, com debates, palestras, exposições, mostras de cinema e no encerramento a realização da “Parada da Diversidade LGBT”.

O tema ocupou páginas de jornal, *blogs* e programas de rádio. A orientação sexual de personagens públicas foi colocada sob suspeição. Católicos, protestantes, evangélicos e descrentes emitiam opiniões baseadas na defesa da família, da mulher, da procriação e da educação.

No meu ponto de vista, entretanto, as críticas sugeriam uma questão de fundo bem mais incomodativa e problemática, qual seja, o sequestro indevido da imagem de Joinville como palco da diversidade. Agora ilustrada por lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais, o debate suscitava as dificuldades dos joinvilenses em atar e desatar as finalidades e os significados, históricos e culturais, contidos no termo diversidade.

Na edição *on line* do jornal *A Notícia* de 7 de maio de 2009¹²⁹, tais dificuldades foram objeto de discussão virtual. Três internautas,

¹²⁶ Trata-se de uma associação fundada em 19 de março de 2008 com a missão de “promover e apoiar atividades que incentivem o debate e a visibilidade da diversidade sexual e de gênero garantindo a cidadania e respeito mútuo, através de atividades culturais, educativas, sociais e informativas como meio de superar as diferenças”. ASSOCIAÇÃO ARCO-ÍRIS. **Institucional:** quem somos. Disponível em: <<http://www.arcoirisjoinville.com.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

¹²⁷ Grupo voltado ao debate e à militância LGBTTI (lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexos) em Joinville. Atualmente [2010] não mais está em atividade.

¹²⁸ O evento foi realizado entre os dias 21 e 28 de junho de 2009 e teve como tema: “Direitos Seus + Direitos Meus = Direitos Humanos”. LANÇADA a bandeira da diversidade. **A Notícia**, Joinville, 7 maio 2009.

¹²⁹ Id. Ibid. p. 16.

ao comentar uma reportagem, explicitaram suas opiniões sobre a incongruência entre diversidade cultural e diversidade sexualista.

Um anônimo diz: “Acho que diversidade cultural em si é legal para a cidade, porém o que a parada *gay* tem de cultura a oferecer para nós? Não concordo com o desfile”¹³⁰. Marlene responde ao incauto anônimo, salientando que o evento trará ganhos para a cidade: “Turismo, vendas no comércio. Na atual crise, alguém ainda se preocupa com preconceito? É como Festival de Dança... traz gente de fora para a nossa cidade”¹³¹. Finalmente, Rubens Rafael adverte a ambos lembrando que “os *gays* estão entre nós. Isso mesmo: até em nossa cidade de Joinville eles existem e estão como você colaborando para que esta cidade não cresça só em número de habitantes”¹³².

Tão inusitadas e quão densas, a mim pareceram, as posições dos internautas. O primeiro exprime percepções que compartilham e aprovam a representação de cidade por meio da diversidade cultural, a qual se tornou, subjetivamente, recurso referencial para a identidade de seus habitantes. A segunda desvela a visão pragmática que coloca acima de tudo os interesses de mercantilização da diversidade cultural, condenando preconceitos pouco lucrativos, cujas manifestações comprometeriam os negócios urbanos. O terceiro internauta, por sua vez, sugere que o sexualismo é uma diferença entoada, porém pouco visível trazida por aqueles que migraram e que no presente se revelam. Em comum, vislumbro o problema de inversão de sentidos do cultural. A cultura é concebida como um compartimento isolável da vida urbana e não como a própria vida urbana. Trata-se, pois, de um problema cultural contemporâneo de usos da cultura. Parto dessa questão para interpretar a narrativa do paranaense Charles Narloch¹³³.

O Sr. Charles é um filiado da Associação Arco-Íris e ocupa atualmente o cargo de diretor executivo da FCJ. Migrou com a família para Joinville em 1982. A decisão foi tomada pelos pais¹³⁴ após sua frustrada tentativa de suicídio.

¹³⁰ OPINIÃO do internauta. **A Notícia**, Joinville, 7 maio 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2559683.xml&template=4187.dwt&edition=12606§ion=1361>>Até que a lei os ampare>. Acesso: 28 jun. 2009.

¹³¹ Id. Ibid.

¹³² Id. Ibid.

¹³³ NARLOCH, Charles. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 1.º fev. 2010.

¹³⁴ É o filho caçula dentre quatro do casal.

Numa longa narrativa, construiu significados sobre as atribuições que atravessaram sua construção social como homossexual antes e depois da migração. Sobre a infância, lembra: “Desde muito cedo, antes de entrar para a escola, já fui rotulado na cidade onde eu vivia. [...] antes de eu ter noção da sexualidade eu já era uma ‘mariquinha’”. Tal estigma, segundo explica, se ligava aos seus gostos e sensibilidades para com as artes e a literatura. O pai era jornalista e a mãe professora, e isso teria sido fundamental para preferir livros a bolas de futebol. Diz ele: “Eu gostava de tudo aquilo que a maioria das crianças e principalmente os meninos não poderiam, numa cidade pequena, gostar. Então, eu já estava, pela sociedade local, fadado a um destino só, que era o destino de ser homossexual”.

Para conviver com as críticas, buscava se destacar em tudo o que fazia. Porém isso não bastava. Ouvia repetidamente que, quando chegasse aos 18 anos, tudo iria se resolver, pois entraria para o Exército e lá aprenderia a ser homem. Tal solução, enunciada por parentes, professores e conhecidos, se tornou uma assombração apavorante, intensificada à medida que os seus aniversários eram comemorados. Por outro lado, diz ele: “Como adolescente eu passei a me interessar mais pelos outros meninos. Por quê? Porque eu buscava padrão que eu não tinha. Se eu era o errado, quem era o certo? O que eu tinha de errado que os outros meninos tinham de tão bom?”.

A tentativa de suicídio foi aos 17 anos. Lembra o Sr. Charles que, na época, seus conflitos internos também foram acirrados pelo desejo de se tornar museólogo, arqueólogo, historiador, artista plástico ou escritor, profissões consideradas inadmissíveis para meninos.

A overdose de medicamentos custou-lhe uma lavagem estomacal rapidamente tornada de domínio público. Com isso, continua:

Ficou inviável, principalmente para o meu pai. Então eles acabaram decidindo que não dava mais, que tinha que sair de lá e ir para uma cidade [...] um pouco mais aberta em relação a algumas questões, não é!? Não em relação à homossexualidade, que isso não estava trabalhado nem na cabeça deles e nem na minha. Mas em relação, por exemplo, à sensibilidade, ao gosto pela arte, ao gosto pela música, ao gosto pela literatura¹³⁵.

¹³⁵ NARLOCH, Charles. Op. cit.

De Joinville, a família tinha notícias sobre a efervescência de movimentos culturais. A decisão de migrar para essa cidade resolveria parcialmente seus problemas, pois conquistaria uma invisibilidade libertadora para o seu veio artístico.

Nos primeiros tempos, auxiliou o pai num novo negócio, um antiquário. Segundo sua opinião, o joinvilense “tinha outra visão a respeito da necessidade de ter atividades culturais, artísticas, a valorização da história e tal...”. Por isso, não causavam estranhamento ou preconceito as suas atividades e seu interesse pela arte. Por outro lado, para pôr a termo, definitivamente, os seus conflitos, decidiu alistar-se no Exército. Por excesso de contingente, não foi aceito. Procurou outra instituição que na época lhe parecia similar: o Colégio Agrícola de Araquari, mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Nessa passagem, narrou suas experiências, exprimindo que se tratava de provar aos seus outros que, carregando dentro de si, poderia dar vazão às suas sensibilidades estéticas não por falta de máscaras sexualistas, mas simplesmente como diferença a ser engolida por sua garganta e por aquelas que lhe condenavam socialmente.

Arte, agronomia e sexualidade foram incógnitas de uma equação por ele disposta carregada por enfrentamentos políticos, culturais e, especialmente, pessoais. O Sr. Charles lembra que no Colégio Agrícola se tornou uma liderança. Numa greve de fome que envolveu 125 alunos dos 140 matriculados, lutou contra desvios de verba, desmandos e autoritarismos. O movimento ganhou projeção em todo o estado de Santa Catarina e contou com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e com políticos do PMDB e do PT. Conta ele: “No final de muita confusão acabamos então conseguindo o afastamento desses dois professores [diretor e orientador do internato], que muito curiosamente, também naquela época, fundaram o PFL na região”.

Após ter concluído o curso, acabou trabalhando para um grande proprietário de terras de Joinville que, num dado momento, lhe pediu para que fosse junto com um engenheiro agrônomo, ambos portando “um 38”, para uma área de mangue e ali desempenhasse um trabalho especial. No local, “peões” já estariam contratados para, com motosserras, limparem a área que se destinaria, provavelmente, a um novo loteamento imobiliário. Foi demitido após uma recusa considerada pelo interlocutor como impertinente.

Decidiu abraçar de vez a arte como ofício e linguagem para a sua crítica. Entretanto ganhou de presente de aniversário do engenheiro

que presenciou sua afronta ao empresário joinvilense invasor de terras uma inscrição paga para o vestibular do curso de agronomia da UFSC. Foi aprovado e durante os anos de faculdade construiu e moveu uma nova trama agora entrelaçada à homossexualidade.

Vivia entre Florianópolis e Joinville. No curso de sua formação superior não deixou de lado as artes plásticas. Participou de várias exposições locais, regionais e nacionais com obras que inicialmente tiveram como tema os contrastes e as contradições urbanas e, posteriormente, voltou-se a produzir uma arte crítica envolvendo problemáticas relacionadas à sexualidade. Diz ele que “os eternos conflitos entre dor e prazer” são a marca do conjunto de sua obra:

[...] no começo, naquela fase mais ingênua dos anos 80, eu ainda abordava questões mais sutis, aí na primeira exposição em Florianópolis eu já abordei, de certa forma, a questão da sexualidade, mas no meio de uma série de questões que eu questionava em relação à sociedade como um todo¹³⁶.

Ao concluir o curso superior, lembra que, ironicamente, recebeu e aceitou um convite para ocupar um cargo público de gestão artística, distante, portanto, de suas credenciais acadêmicas. A política estatal passou então a ser fonte de renda, sobrevivência e embates.

Inúmeros acontecimentos narrados explicitam sua eclética e deslizante trajetória. Ao fundo, vislumbra-se os processos de pertencimentos construídos e desconstruídos sob múltiplas circunstâncias. Interessante a observar em sua narrativa é que o direito à diferença sexual ora tangencia ora concentra os sentidos do narrado, mas envolve direta ou indiretamente o seu lugar no presente, referência para suas reivindicações e seus desejos de arte, de cultura, de cidadania, de poder e de identidade joinvilense.

Como agente governamental de gestão cultural, foi recentemente acusado publicamente de fazer uso político do seu lugar para afirmação da homossexualidade como direito a ser exposto e respeitado em Joinville. Afirmando que também se questionou sobre isso, desenvolve argumentos que buscam legitimar seu posicionamento, estabelecendo uma coerência entre eles e o programa do partido político do prefeito que presta sua função. Mesmo não sendo o seu partido político, ressalta que o PT é o único que formaliza os compromissos com os direitos de cidadania negados aos homossexuais. Diz:

¹³⁶ NARLOCH, Charles. Op. cit.

Será que eu não estaria me aproveitando dessa situação, de ter chegado no governo do PT, que tem o governo do Lula uma política forte de reconhecimento da necessidade de uma convivência pacífica, de uma convivência aceitável, de uma relação de cidadania com esse tipo de pessoas que têm mais de trinta direitos negados, como de ter uma pensão de seu companheiro, como de ter, meu Deus!, um plano de saúde, de declarar imposto de renda juntos, de poder ter uma relação reconhecida pelo civil... Meu Deus, dezenas! De não poder adotar uma criança, de não poder doar sangue, nem para a sua mãe, não é!? E por uma série de direitos negados. Aí eu pensei: será que eu estou me aproveitando disso, já que eu sou homossexual? Será que eu quero resolver a minha vida? Será que eu quero, mais uma vez, ser aceito?¹³⁷

Vislumbro como espectro de sua longa argumentação não apenas as críticas dos cidadãos comuns, mas também desafetos florescentes de todos os lados e, possivelmente, de meios governamentais discordantes com a colorida e polêmica Semana da Diversidade de Joinville, a qual o Sr. Charles, em 2009, mais uma vez de forma impertinente, logrou coautoria. Para se ter uma ideia, no curso da acalorada polêmica, o próprio vereador, autor do projeto de lei de criação do Dia Municipal de Combate à Homofobia, justificou que a sua iniciativa não tinha nenhuma relação com a Semana da Diversidade, muito menos com a “parada gay”.

Por outro lado, o Sr. Charles toma como exemplos a histórica luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e a dos africanos negros contra o *apartheid*. Diz:

Guardando esta devida distância entre eu, Charles, um mero habitante aqui de Joinville, e essas lideranças de fato importantes que mudaram a história do mundo, eu fiquei absolutamente tranquilo em relação a não estar fazendo algo pensado só para mim¹³⁸.

¹³⁷ NARLOCH, Charles. Op. cit.

¹³⁸ Id. Ibid.

Do seu lugar, cuja configuração movente lhe permite ancorar e desancorar suas traduções presentes e diluídas nos feitos rememorados, fala também do atual contexto cultural de Joinville, atravessado por identificações étnicas, gauchismos e festividades urbanas.

A entrevista foi a mais longa que realizei, pouco mais de quatro horas. Derivações temáticas suscitaram questionamentos mútuos. Destaco aqui os sentidos que o Sr. Charles atribuiu ao porquê e para que desenvolver políticas voltadas à preservação de memórias plurais e do patrimônio cultural de Joinville, já que é um fragmento narrativo carregado por concepções sobre diversidade cultural e diferença.

Segundo pensa, a política preservacionista dos últimos anos em Joinville é resultado da “vontade política” de governos municipais, os quais mesmo com grandes dificuldades investiram em quadros técnicos e na concessão de recursos para atender a anseios “de uma série de segmentos da cidade”. Ao questioná-lo sobre a dimensão desse desejo coletivo de preservação, o Sr. Charles declarou ter dúvidas sobre “até que ponto há essa conscientização” mais ampla. Contudo o processo foi desencadeado, ainda que poucos tenham “uma noção clara” do quão fundamental é preservar para que as pessoas desenvolvam “sentimentos de pertencimento e de [re]criação da cidade”.

No seu ponto de vista, tratar-se-ia, então, de cultivar passados presentes restritos a práticas e representações de parcela ainda limitada da população e, sobretudo, para o futuro de uma maioria que ainda não está consciente de seus esquecimentos coletivos ou mesmo sensível aos seus vazios identitários.

Sobre o projeto da “Estação da Memória”¹³⁹, conta que ainda no governo municipal de Luiz Henrique da Silveira foram desenvolvidas as primeiras ações para viabilizar o restauro da antiga estação ferroviária. Na época, pensava-se em transformar o espaço numa “estação da

¹³⁹ A Estação da Memória “foi inaugurada em 24 de abril de 2008” e era entendida como umas das grandes realizações culturais do então prefeito Marco Antônio Tebaldi e de seu vice Rodrigo Bornholdt, que também ocupava o cargo de presidente da Fundação Cultural de Joinville. Na véspera da inauguração, Tebaldi enunciava que “a estação é um equipamento importante que registra a história e o crescimento da cidade. A restauração demorou mais do que prevíamos, em função do trabalho complexo e minucioso que foi feito aqui”. Complementando-o, o então vice-prefeito orgulhava-se do sucesso na fusão do antigo ao moderno e já anunciava que a edificação seria “um modelo de como um prédio histórico e tombado pode abranger toda a estrutura necessária da vida moderna, com entradas para ar condicionado, redes de TV a cabo, internet, telefone e outros”. ESTAÇÃO da Memória! Joinville ganha uma nova estação ferroviária. Joinville, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=613260>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

música” de Joinville. Posteriormente, a discussão foi aberta à Comissão Municipal do Patrimônio Histórico que, junto com técnicos e gestores, concluiu que era preciso

criar um lugar da memória coletiva em que todos e todas pudessem se sentir contemplados. Porque nós tínhamos informações de que as pessoas que visitam o Museu Nacional de Imigração achavam interessante conhecer a história do outro. [...] mas de maneira nenhuma se sentiam contemplados com aquela exposição. É a exposição que conta a memória do outro, a memória do lugar que aqui estou, mas eu continuo sendo o ET, o extraterrestre, [...]. O fora do lugar. O entre meio, entre cidades, entre situações¹⁴⁰.

O novo lugar de memória surgia, pois, de um desejo do grupo em promover uma espécie de democratização da memória coletiva de Joinville que contemplasse do “homem do sambaqui” aos “migrantes brasileiros dos anos 70, 80 e 90”.

A gente tinha a pretensão de que a Estação fosse um primeiro passo para outras iniciativas que dessem conta dessa sensação de pertencimento que a população joinvilense, parte da população joinvilense eu creio que ainda não tem. Por exemplo, muitos hoje, dos jovens, [...] são filhos de migrantes. Muitos deles não construíram ainda [...] uma relação de identidade/pertencimento com a cidade¹⁴¹.

Assim, na sua percepção, especialmente os jovens estariam ainda destituídos de um lugar de memória que agenciasse suas identidades urbanas locais. O poder público teria como tarefa instituir e tornar acessíveis marcos temporais e espaciais que viabilizassem tal aquisição. Corrigir e pluralizar a memória coletiva, eis o princípio motor da Estação da Memória.

Não ponho aqui em causa julgamentos sobre a qualidade do projeto e a pertinência desse lugar de memória. Isso seria um contrassenso. Até

¹⁴⁰ NARLOCH, Charles. Op. cit.

¹⁴¹ Id. Ibid.

porque participei como historiadora e cidadã das discussões do grupo. Porém, até por isso, penso que a interpretação da intriga histórica me permite questionar os argumentos do entrevistado como se fossem, naquele contexto específico, os meus próprios argumentos.

Em primeiro lugar, os desejos de preservação carregam uma noção de que a identidade é uma instância/resultado paralela às vivências contemporâneas. Contraditoriamente, tem-se como expectativa quebrar o monopólio do Museu Nacional de Imigração como lugar de memória referencial de identidade e de história de Joinville, fazendo uso, penso eu, das mesmas operações e pressupostos que o estabeleceram como tal. O novo lugar de memória possibilitaria aos sem identidades encontrar-se com uma história desconhecida, relativa aos seus antepassados e familiares, capaz de promover aquisições de identidades resultantes das ações (do passado e do presente) de outrem.

Em outras palavras, subjacente a essa visagem, há a crença de que se conhecem, de partida, os critérios e os meios pelos quais os sujeitos explicam, produzem e reproduzem as diferenças. O passado, não o presente, seria o tempo próprio da identidade e a fonte de leitura para a diversidade cultural joinvilense. Ora, não é de estranhar, então, as observações do internauta anônimo e da internauta Marlene que destaquei anteriormente. Até que ponto o poder público e alguns segmentos mais “conscientes” estariam corroborando a dissociação entre diversidade e cultura ou identidade ancorada pelos múltiplos passados e pelas identificações produzidas no presente? Até que ponto a Estação da Memória seria apropriada pelos sujeitos que a visitam como referência de identidade cultural mais expressiva que o Festival de Dança ou mesmo a criticada Festa das Tradições?

Em segundo lugar, há também nessa visagem uma noção de urbano que confronta a complexidade da cidade contemporânea, já que se pensa que os sentimentos de pertencimento seriam ancorados, sobretudo, em temporalidades e espaços fincados localmente. A Estação da Memória seria um lugar de memória apropriado para que os sujeitos estabelecessem pertencas menos deslizantes, menos eletrizantes, menos efêmeras e menos intensas de presentes. Pertencas, pois, reparadoras, perante aquelas que se intuem como negação ou obstáculo de pertencas urbanas em suas especificidades. Ora, até que ponto a cidade contemporânea tem sido desafiada pelas políticas e ações preservacionistas? Ou ainda, até que ponto tais políticas e ações têm sido capazes de subsidiar ou mesmo se aproximar das complexas identificações culturais vivenciadas?

Creio que, em termos de pertencimentos subjetivos, a Semana da Diversidade de Joinville, ao dissociar de maneira furtiva e instantânea a ideia de diversidade do que se pensa comumente como cultura, identidade e memória coletiva, contribuiu para que os próprios joinvilenses, em sua cotidianidade, se defrontassem intensa e radicalmente com a diferença sob aspectos e pontos de vista variados. Ou seja, o crescimento da cidade, sob impulso dos fluxos contemporâneos, incluindo o migratório, pôde ser problematizado e vivenciado em outros termos culturais que não os indiciados pelos lugares de memória.

Por outro lado, as subjetividades em jogo produziram lances adversos do ansiado destino das identidades e das memórias urbanas e, nisso, novas desigualdades e discriminações foram operadas e emergiram das afirmações dos eus outros perante os outros eus. Suscitei tal questão ao entrevistado. O Sr. Charles respondeu-me:

Isso é um grande perigo, sem dúvida nenhuma, a parada de São Paulo é questionada hoje porque se tornou uma grande festa comercial, não é?! Acaba gerando uma expectativa principalmente por parte do governo, no efeito que ela pode dar à economia e não necessariamente do questionamento da sociedade, de rever valores. Então houve um cuidado, por parte da Fundação Cultural, para que até mesmo a Parada, que não foi custeada pelo poder público, discutisse esses tipos de relações e não caísse justamente para esse tipo de desqualificação do outro, mas acaba-se... como é um embate... corre-se sempre o risco¹⁴².

A interpretação histórica, a meu ver, possibilita explicitar o risco que se corre não apenas nos movimentos que reivindicam direitos à orientação sexual, mas também naqueles que reivindicam direitos de memória e de identidade, inspirados na salvaguarda e preservação do que se julga fadado ao perecimento. As complexidades das vivências da diferença nos empurram à reflexão sobre o emaranhado no qual ela se estabelece e é reconhecida.

No Capítulo I já me referi à discussão de Huyssen sobre o que considera um dos fenômenos culturais mais espantosos na contemporaneidade: a centralidade da memória nas preocupações

¹⁴² NARLOCH, Charles. Op. cit.

culturais e políticas das sociedades ocidentais. Segundo o autor, é necessário que se discuta o que há de específico na organização da memória e da temporalidade em relação ao modo como ela foi experimentada nas épocas passadas. Diante de memórias cada vez mais fragmentadas, produzidas por diferentes grupos sociais, o problema consistiria em saber se é possível conformá-las consensualmente numa memória coletiva e, se não, como poderia ser concebida uma memória coletiva carregada por discordâncias sociais e culturais. Adverte Huyssen que,

se reconhecemos a distância constitutiva entre a realidade e a sua representação em linguagem ou imagem, devemos, em princípio, estar abertos para muitas possibilidades diferentes de representação do real e de suas memórias. Isto não quer dizer que vale tudo. A qualidade permanece como uma questão a ser decidida caso a caso. Mas a distância semiótica [relação entre significante e significado] não pode ser encurtada por uma única representação correta¹⁴³.

Se Huyssen está certo, conceber a Estação da Memória como um espaço de memória significativa que permite a todos os joinvilenses se identificar na cidade é imaginar utopicamente que é possível puxar diferentes fios do passado tecendo-os como pano/signo (significado e matéria significativa) a ser utilizado da mesma forma e para um mesmo fim indumentário, voltado a reparar a mesma nudez dos visitantes.

Por outro lado, a própria Estação da Memória manifesta uma nova experiência de temporalidade da cidade contemporânea, ou seja, nela se encontram imbricadas novas percepções e sensibilidades provocadas pelo complexo cruzamento dos fluxos globais.

Segundo Huyssen, no mundo onde tudo o que é novidade parece já estar fadado à efemeridade e à obsolescência, o desejo de memória e de lugares de memória pode ser entendido como uma tentativa de compensação capaz de proporcionar estabilidades variadas. Problematicar as políticas de memória significa considerar que a memória não é uma promessa para os sujeitos. Ao contrário, são os sujeitos que a vivem e a ativam. Nesse sentido, também a “memória pública está sujeita a mudanças – políticas, geracionais e individuais –, ela não pode ser armazenada para sempre, nem protegida em monumentos”¹⁴⁴.

¹⁴³ HUYSEN, Andreas. Op. cit. p. 22.

¹⁴⁴ Id. Ibid. p. 36-37.

A atual política de memória, assim, deveria ser problematizada em novos termos. Conforme as palavras de Huyssen,

se o sentido de tempo vivido está sendo renegociado nas nossas culturas de memória contemporâneas, não devemos esquecer de que o tempo não é apenas o passado, sua preservação e transmissão. Se nós estamos, de fato, sofrendo de um excesso de memória, devemos fazer um esforço para distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis. [...] Aí então, talvez, seja hora de lembrar o futuro, em vez de apenas nos preocuparmos com o futuro da memória¹⁴⁵.

Ao interpretar a narrativa do Sr. Charles, foi-me possível problematizar e interpretar a minha própria passagem pela Comissão Municipal do Patrimônio Histórico. Foi-me também possível tornar minimamente inteligíveis os embates culturais que estão e estiveram em jogo quando a diversidade de Joinville foi, por algumas horas numa recente passeata, percebida como algo fora do lugar, como circunstância “nada a ver” com a ideia corrente de diversidade cultural urbana, na qual se articulam os sentidos da Estação da Memória, do Festival de Dança, da Festa das Tradições e tantos outros fragmentos de práticas e representações de e sobre Joinville.

Nos julgamentos dos internautas e na narrativa do Sr. Charles há bem mais do que desentendimentos sobre o que é cultura, memória e identidade. Trata-se de como, a partir de diferentes lugares, intenções, momentos e apropriações, se pode ter uma ideia da configuração e refiguração do cultural nos tempos e espaços contemporâneos da cidade.

Se as diferenças (e desigualdades) vividas no urbano conflitam e acordam com a ideia de diversidade cultural, cabe perguntar quais cidades se podem vislumbrar pelas narrativas de memória e em que medida políticas e ações governamentais são possíveis levando em conta não as verdades que procuram enunciar, mas o processo/configuração que permitiu a essas verdades serem negadas e/ou afirmadas. Mais uma vez, coloca-se o desafio de compreender as diferenças pelas tramas da cidade migrante, Joinville.

¹⁴⁵ HUYSEN, Andreas. Op. cit.

3.6 MEMÓRIAS EM CENA: *MIGRANTES*

Em 2007, no palco do galpão de uma velha fábrica¹⁴⁶ que havia se transformado num espaço coletivo de livre fruição artística, um grupo de teatro joinvilense estreava a 12.^a montagem de seu repertório: a peça *Migrantes*.

A Companhia Dionisos de Teatro, criada e dirigida por Silvestre Ferreira, reúne atores que, segundo a professora e crítica de dramaturgia Eliane Lisbôa¹⁴⁷, “são essencialmente contadores de histórias”, ou seja, “passam simples e diretamente da figura da personagem para a do próprio ator”¹⁴⁸. Em cena, a trupe faz do palco um espaço de teatralidade exposta que, conforme as palavras de Lisbôa,

[...] confia na capacidade criativa e imaginativa do próprio público, que se faz cúmplice do jogo explícito, faz poesia junto com os atores, com eles constrói a cidade e a chuva, reconhece e se encanta com cada um dos personagens que surgem e se desfazem num átimo. A construção das cenas se faz [...] da consciência de que o público é capaz de compreender sutilezas, capaz de entrar no diálogo como construtor da própria cena no ato de sua apreensão¹⁴⁹.

Com tal proposta, a peça *Migrantes* aborda histórias de pessoas que vivem em Joinville e são provenientes de outros locais. Uma característica comum perpassa as personagens: são migrantes que deixaram tudo para trás por força de pequenos ou grandes dramas

¹⁴⁶ Refiro-me ao prédio que abrigava a Cervejaria Antarctica e que hoje sedia a Cidadela Cultural, um lugar destinado à exibição gratuita de filmes, peças de teatro e exposições.

¹⁴⁷ Possui graduação em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, *maîtrise* d'Information et Communication – Université Paris X, Nanterre – e doutorado em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Foi professora titular durante 12 anos no curso de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Desenvolve, desde 2001, pesquisa sobre os romances medievais da literatura oral e tem realizado apresentações públicas desses cantares, além de ministrar oficina de estudo e criação de romances. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4707016Y0>>. Acesso em: 9 mar. 2010.

¹⁴⁸ Clipagem fornecida pela Companhia Dionisos de Teatro.

¹⁴⁹ Id.

provocados por enchentes, empobrecimento ou falta de trabalho. Porém tal característica não torna a peça uma tragédia que almeja suscitar no público sentimentos de piedade distante. O roteiro explora a simplicidade do cotidiano vivenciado na cidade. Fala de romances, de relações de vizinhança, de estranhamentos e de hibridismos culturais. Tempos e espaços cruzados aludindo à migração e também às sociabilidades urbanas.

No palco, a composição das personagens é feita não apenas pelos atores, mas também com recursos tecnológicos que misturam imagens, sons e iluminação. Não há personagens ou uma trama central, mas histórias fragmentadas que me parecem procurar imprimir importância equitativa a todas as personagens em suas tramas.

O texto da peça foi recentemente publicado¹⁵⁰. Nele não há indicação de um autor. Por isso, na entrevista que realizei com o Sr. Silvestre Ferreira¹⁵¹, indaguei-o sobre essa ausência, e ele descreveu como se deu a montagem.

O Sr. Silvestre formou-se em História, porém pouco a exerceu, a não ser para tomá-la como coadjuvante de suas atividades teatrais. A peça *Migrantes* foi uma dessas ocasiões. Com apoio do Laboratório de História Oral da Univille, coordenado pela historiadora Raquel S. Thiago, envolveu o grupo em discussões sobre memória e narrativa. Não tinha intenção de produzir fontes, mas percorrer trajetos pelos mais variados bairros de Joinville, com o objetivo de ouvir e conhecer histórias individuais e familiares. Foi o que fez. João, Neusa, Valdinei, Osvaldina, Tonho, Ivo e Lídia são espécies de personagens sínteses, composições resultantes de escutas, análises, interpretações, laboratórios performativos que culminaram num roteiro escrito coletivamente pelo grupo. Em lugar de um pequeno resumo do roteiro, descrevo o que observei quando assisti à peça.

Havia música ao fundo e um jogo de luzes sobre a entrada dos artistas no palco. Os atores entraram com objetos e se movimentaram para arrumar o cenário. No burburinho de falas incompreensíveis, os atores foram se dirigindo ao centro do tablado, olharam juntos para trás e começaram a sair de cena em tempos diferentes.

Ditos com sotaques começaram a recontar um passado presente bastante familiar à plateia. As cenas iniciais eram de despedidas e de chegadas. Ainda que não fossem representadas linearmente em tom

¹⁵⁰ DIONISOS TEATRO. **Da cena ao texto: Babaíaga, Entardecer e Migrantes**, dramaturgia da Dionisos Teatro. Joinville: Editora Univille, 2008.

¹⁵¹ FERREIRA, Silvestre. Depoimento. **Entrevista concedida a Ilanil Coelho**. Joinville, 24 fev. 2010.

épico e trágico, percebi que uma nuvem nostálgica baixou na plateia, provocando algumas precipitações nos olhares dos mais sensíveis. Em seguida, cenas do cotidiano. Telefonemas e cartas aos que ficaram. Experimentações de novas comidas. Conversas com vizinhanças. Entre risos discretos e indiscretos da plateia, os atores passaram a rearranjar o cenário.

Na continuidade, com uma câmera de vídeo projetaram uns aos outros numa tela cenográfica. As falas (depoimentos) diziam respeito às lembranças sobre as conquistas, sobre como as diferenças culturais foram vivenciadas e apreendidas subjetivamente e sobre os encontros que acabaram por transformar migrantes em joinvilenses. Nesse momento, o espetáculo foi interrompido e a imprevisibilidade pareceu-me pôr em risco a peça. Os atores deixaram de lado o enredo, convidando os espectadores a lembrar suas próprias experiências migratórias e a fazer do palco o lugar para a representação da cidade joinvilense de cada um.

Ao contrário da timidez que ajuda o espectador a manter uma distância segura do espetáculo, novas narrativas e personagens foram pululando e pareciam se incorporar ao texto teatral. Entretanto senti-me desconfortável à medida que julgava que o risco dos atores se tornava cada vez maior diante da ansiedade que tomava conta de grande parte da plateia. Vários depoimentos foram dados em meio a uma frenética angústia coletiva em falar. As pessoas pareciam se reconhecer nos sotaques e nas situações teatralizadas, mas, ao mesmo tempo, reclamavam que muitas singularidades tinham ficado de fora.

Após alguns longos minutos, acalmei-me. Um ator encerrou as inscrições e retomou o espetáculo agradecendo à plateia as histórias lembradas. Anunciou que era o momento de ver como terminariam as histórias que eles próprios contavam. Voltaram ao tablado e encenaram o desfecho delas. No final, cada um se despiu das personagens e passou a se apresentar ao público como quem se apresenta a um desconhecido depois de com ele ter, inusitadamente, trocado impressões sobre um ou outro assunto na efemeridade dos encontros cotidianos.

Muitas pessoas permaneceram no galpão e foram conversar com os artistas, tatear objetos cenográficos e emitir pareceres sobre

o espetáculo, propondo até mesmo a inserção de novas cenas no roteiro.

Até o fim de 2009, foram realizadas 69 apresentações para um público de aproximadamente 12 mil pessoas. A Dionisos participou de dois festivais nacionais¹⁵². Antes de entrevistar o Sr. Silvestre, li algumas críticas especializadas que foram feitas à peça no Festival de Pindamonhangaba, realizado em outubro de 2008.

“Fale da sua aldeia e falará ao mundo” – a afirmação é do crítico Toninho do Vale¹⁵³, para quem assistir a *Migrantes* é como abrir um álbum de fotografia e reconhecer, nos tipos, nas situações, nas relações e nos sotaques, as próprias histórias de vida. Diz ele que “a dramaturgia fragmentada faz jus à atualidade do espetáculo, mas [...] a busca pelo humor é mais acentuada e pesa para um lado, em detrimento do lado dramático, que quando aparece é fortemente poético”¹⁵⁴.

No Festival de Pindamonhangaba, a peça, classificada na categoria drama, impressiona o crítico pela capacidade de sensibilizar o público e estabelecer com ele uma espécie de cumplicidade memorialista; afinal, tratar-se-ia de espectadores que direta ou indiretamente sabem o quão é comovente a experiência migratória. Ainda que a peça apresentasse tipos e situações específicas de uma cidade do sul do país, a crítica afirma não apenas o caráter universal do tema, mas uma abordagem já estabelecida sobre ele. Por isso, ao reclamar uma maior verticalização do roteiro referente às histórias e às personagens, o crítico se queixa que o “lado dramático” se perdeu em meio a um humor poético.

¹⁵² XXXII Festival Nacional de Teatro de Pindamonhangaba (5 prêmios: melhor cenário, iluminação, atriz coadjuvante, pesquisa e 2.º melhor espetáculo); 37.º Festival Nacional de Teatro de Ponta Grossa (3 prêmios: melhor cenário, iluminação e atriz coadjuvante). Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:M-yeBzFqq60J:www.pindamonhangaba.sp.gov.br/noticias_1008.asp%3Fmateria%3D2915+XXXII+Festival+Nacional+de+Teatro+de+Pindamonhangaba+Migrantes&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 fev. 2010.

¹⁵³ Ator e diretor, formado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP. Entre suas realizações, destacam-se os convites para ministrar cursos de teatro em Portugal e sua participação como coordenador e convidado nos festivais das seguintes cidades: São José do Rio Preto, Americana, Araçatuba, Presidente Prudente, Santos, Ponta Grossa e Fortaleza. Além disso, é ganhador “de diversos prêmios teatrais, entre eles: APCA – Associação Paulista dos Críticos de Arte, Prêmio Apetesp e o Prêmio Governador”. Disponível em: <<http://www.sumare.sp.gov.br/news.php?id=655>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

¹⁵⁴ Clipagem fornecida pela Companhia Dionisos de Teatro.

Para a crítica Cidinha Milan¹⁵⁵, *Migrantes* também se assemelha à experiência de revolver um “baú de relíquias”. Todavia não se trata de um drama, mas de um “teatro-documentário”, pois a cada apresentação a peça produzia um novo documentário sobre a migração, impulsionado pela integração palco, público e memórias.

As opiniões dos dois críticos, a leitura do roteiro e a apresentação a que assisti abriram um leque de questões para a realização da entrevista com o Sr. Silvestre. A princípio, a peça me parecia projetar as suas próprias memórias de migrante e sugeria um intencional desejo de recompor a história da migração de Joinville. Vejamos como minhas suspeitas suscitaram reflexões e discussões, travadas no próprio campo da entrevista, sobre as diferenças, o desenvolvimento dos laços de pertencimento urbano e os usos políticos da memória para a teatralização da cidade contemporânea.

O Sr. Silvestre¹⁵⁶ chegou a Joinville em 1980, mas não migrou de Apiúna. Ocorre que aos 14 anos entrou para o seminário da cidade natal e ao término do ensino fundamental foi transferido para outro seminário, em Ponta Grossa (PR). Dois anos depois, em férias, resolveu visitar um irmão que já havia tempos tinha se estabelecido em Joinville. No retorno, as memórias das férias intensificaram os secretos conflitos que conspiravam contra o futuro que a Igreja lhe traçava. Cada vez mais, migrar tornou-se a possibilidade de realizar os desejos profanos que dolorosamente latejavam sua predestinação. Desertou.

Ao chegar a Joinville, procurou a escola mais próxima da casa do seu irmão a fim de conseguir uma vaga para concluir o ensino médio. A diretora negou-lhe a matrícula, mas o contratou como professor. A partir daí, desenvolver atividades teatrais com seus alunos não apenas lhe proporcionou ampliar rapidamente o número de escolas e de carga-horária lecionada, mas também as suas redes de sociabilidade. Envolvia-se em tudo o que aparecia. Não havia finais de semana. Deslocava-se de um bairro para outro fazendo teatro. Procurando transformar

¹⁵⁵ Maria Aparecida Milan “é uma atriz brasileira que atua no teatro, no cinema e na TV”. Entre seus principais trabalhos, destacam-se: as telenovelas *Malhação* (2006), *Tieta* (1989), *Carmem* (1987), *Corpo a corpo* (1984), *Coração alado* (1980), *Malu mulher* (1979), *Pecado capital* (1975) e *Gabriela* (1975); os seriados *Sandy & Junior* (1999), *Direito de vencer* (1997), *Sem lenço, sem documento* (1977); as minisséries *Você decide* (1992 e 1996), *As noivas de Copacabana* (1992) e *Champagne* (1983); no cinema os filmes *O rei da vela* (1983), *O casamento* (1976) e *Assuntina das Américas* (1976); no teatro, entre outras, atuou nas peças *Ópera do malandro* (1978), *As três irmãs* (1972) e *Aurora da minha vida* (1982). Disponível em: <<http://ondeanda.multiply.com/photos/album/1031>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

¹⁵⁶ O Sr. Silvestre tem 47 anos. É separado e tem um filho, Vinicius José Puhl Ferreira.

moradores em atores ou amantes dessa arte, atuava em associações de bairro, comunidades paroquiais, escolas e movimentos sociais; uma arte engajada disposta a sensibilizar e politizar.

Expressa em sua narrativa que suas intensas atividades político-artísticas foram inspiradas numa especial amizade que fez, logo que chegou à cidade, com um padre da paróquia do bairro onde morava, padre Fausto. Relata o que teria aprendido com ele:

Lá no Comasa¹⁵⁷, 80%, 90% das pessoas eram de fora. E ele já tinha uma preocupação. Acho que eu peguei muito dele isso. Ele tinha uma preocupação de fazer as pessoas se sentirem em casa, das pessoas se apropriarem da cidade, porque ele achava que as pessoas, ele tinha uma visão de esquerda, não se sentiam aceitas, incluídas. Muita dor de saudade. Ele dizia que muita gente ia para a igreja porque ali elas se sentiam irmanadas¹⁵⁸.

No próprio ato narrativo, o entrevistado inusitadamente associa as suas experiências de migrante aos sentidos da peça. As inúmeras razões pelas quais se deu a migração confluíram, segundo pensa, ao comum sentimento de não sentir-se em casa, justamente pelo fato de os migrantes precisarem lidar intensamente com o desconforto da diferença – diferença essa quer emergente da autopercepção de estranhos nascidos pela migração, quer pela situação de desconforto diante de outros tantos estranhos instados a fazer do estranhamento o meio de constituição de territórios urbanos mais familiares.

Teria aprendido com o padre Fausto que era possível não pela igreja, mas pelo teatro, promover uma espécie de terapia coletiva para curar ou aliviar feridas subjetivas ocasionadas pela migração? Ou teria aprendido que pelo teatro seria possível promover uma política afirmativa de identidades na cidade dos migrantes? Vejamos como ele responde às duas perguntas:

¹⁵⁷ Bairro pertencente a Zona Norte/Nordeste de Joinville. Conta com uma população estimada de 21.000 habitantes. Há aproximadamente vinte anos atrás, a localidade era “um conjunto habitacional, dentro do bairro Boa Vista” e ficou “conhecida popularmente por Comasa Boa Vista. Nesta época, a região era menos urbanizada, existindo, porém, energia elétrica e água encanada. Palco de muitas enchentes, com ruas não calçadas, a região foi sofrendo melhorias aos poucos, com os moradores, por iniciativa própria, abrindo ruas e reivindicando a tubulação e calçamento das mesmas”. PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Op. cit. p. 31.

¹⁵⁸ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

Hoje eu olho para trás e vejo que o que me moveu foi o desejo de eu me sentir em casa. Porque a partir de *Migrantes* eu mobilizei muita coisa na minha vida. Eu não fiz a peça para ser uma terapia, não tem nada da minha história ali, pessoal, mas naturalmente acho, agora, que moveu muita coisa minha¹⁵⁹.

Subjetivamente aproxima e distancia sua própria trajetória migrante da peça. Tal ambivalência emerge entre o vai e vem da rememoração sobre sua infância e juventude, sua deserção do seminário, os estranhamentos urbanos desdobrados dos primeiros tempos e os seus enfrentamentos pessoais, familiares e sociais para se tornar artista. Contudo a ambivalência salientemente se instala quando tenta compreender do seu lugar no presente os sentidos e objetivos da peça como lugar praticado no passado que lhe propiciou não apenas estar no lugar onde está, mas legitimamente habilitá-lo.

Ocorre que, em 2009, o Sr. Silvestre assumiu a presidência da Fundação Cultural de Joinville. Desvencilhou-se da Dionisos. Ao reinterpretar no momento da entrevista o que a produção de 2007 significou em sua vida, afirmou: “Agora falando como gestor [público], acho que fazer *Migrantes* para mim foi uma forma de fazer política afirmativa”. Assim, para ele, a peça se assemelha e se articula às diretrizes da política cultural para a qual ele responde. *Migrantes* figuraria como uma empreitada anterior mas muito próxima às iniciativas recentes, nomeadamente a Semana da Diversidade e a Semana da Consciência Negra¹⁶⁰, cujos fins são: “dar voz para a voz que não tem voz; dar visibilidade para grupos que não têm”.

¹⁵⁹ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

¹⁶⁰ A Semana da Consciência Negra foi realizada entre os dias 20 e 29 de novembro de 2009 e teve como temática geradora: “Direito à diferença, igualdade de direitos”. Entre diversas atividades, destacaram-se a realização de palestras, mesas-redondas, cursos de formação continuada para professores do ensino básico, exposições temáticas e a colocação de uma placa no Cemitério do Imigrante “com os nomes dos 14 afro-brasileiros (escravos e libertos) sepultados no local entre 1862 e 1870”. Tomando o “relato de pesquisadores da Fundação Cultural de Joinville” como marcador da escravidão e da presença escrava na história de Joinville, a colocação da placa foi significada como uma ação de governo voltada à promoção da igualdade racial na cidade. De acordo com o *blog* do evento, a colocação da placa pode ser considerada “para muitos um ato simples, de caráter simbólico, mas para o nosso governo uma ação de grande relevância, uma demonstração de que a temática da igualdade racial está sendo tratada de uma outra forma em Joinville”. A NOSSA consciência, por Carlitto Merss. Joinville, 1.º dez. 2009. Disponível em: <<http://semanadacsnegra.blogspot.com/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

É preciso digressionar sobre o desejo de reparação identitária que penso permear marcantemente a narrativa do entrevistado. Nesse desejo ainda estão em jogo suas percepções sobre o que é história e memória, a relação desses termos em sua prática artístico-teatral e ainda como distingue os migrantes joinvilenses em seus processos de apropriação da cidade.

Esclareço que tais questões são discutidas, a partir daqui, com foco nas representações e nos sentidos da peça *Migrantes* construídos no próprio ato narrativo do Sr. Silvestre. A peça, portanto, não mais será abordada como um documento exterior e independente da entrevista, mas como uma das experiências narradas pelo Sr. Silvestre Ferreira.

Ele lembra que quando estreou *Migrantes* teve de lidar com críticas locais que consideraram um tanto ficcional sua abordagem teatralizada diante da verdade dos fatos históricos. Os críticos falavam que “essa não é bem a verdadeira história, porque a história dos migrantes é uma história de exploração do trabalho, não sei o quê, e a peça não trata muito dessas coisas, o cara que foi explorado no trabalho, o patrão perverso e... eu não fui por esse viés”.

Explicita sua direção viesada ressaltando que não há uma verdadeira história, mas versões sobre o passado, ou seja, versões históricas. Desse princípio teórico diz que o grupo buscou recolher histórias produzidas pelo trabalho de memória.

As razões que possibilitam a equivalência estabelecida pelo entrevistado entre história e memória podem ser analisadas levando em conta as ponderações de Beatriz Sarlo sobre o relacionamento conflituoso que, na contemporaneidade, as pessoas mantêm com o passado. Constata a autora que, nas últimas décadas do século XX, os sujeitos, antes concebidos como reflexos de determinismos, ressurgem como protagonistas que reclamam direitos, incluindo os relativos às lembranças. Nesse contexto, denominado “guinada subjetiva”, a história que nem sempre acreditou na memória passa a ser por ela instada. Isso porque a memória tem desconfiado mais intensamente de toda a reconstituição que não a coloque no centro.

Nessa configuração se situaria a investida da “história acadêmica” para responder aos novos desafios teórico-metodológicos, bem como a abertura de um mercado simbólico para outras modalidades não acadêmicas operarem o passado. Explica Sarlo que o sucesso dessas novas modalidades, especialmente as que se valem de recursos testemunhais, se dá em função de necessidades presentes de caráter

intelectual, afetivo, moral e político. Por um lado, “são versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação”¹⁶¹, e, por outro lado, “respondem à insegurança perturbadora causada pelo passado na ausência de um princípio explicativo forte e com capacidade inclusiva”¹⁶².

Se as narrativas de memória dizem respeito às subjetividades do narrador e de outros que convoca do presente que narra, a equivalência entre história e memória pela qual o Sr. Silvestre explica a abordagem teórica pluralizante dos termos permite, a um só tempo, entender e situar o viés que adota para significar suas práticas políticas no presente e suas práticas artísticas do passado, incluindo a produção de *Migrantes*.

Diz ele que no processo de produção da peça foi se vislumbrando a intenção do grupo, “que acho que também é ideológica, de não fazer ideologia. [...] Não querer contar a verdadeira história da cidade”. Por isso, teriam sido necessários cuidados redobrados para “que a ideologia da vitimização não transformasse o espetáculo numa ode à dor do migrante” e não se traduzisse também como contraponto de negação à história ideologicamente vitimizante. Ao sugerir que toda história seria ideológica, pensa o Sr. Silvestre que é preciso conceber o conhecimento histórico – mesmo o produzido academicamente – como aquele que propõe uma verdade possível e não intrínseca aos acontecimentos. As operações do passado, os usos da memória na produção da peça e o próprio ato de rememorar dos sujeitos no contexto do espetáculo sinalizariam essa epistemologia histórica baseada em plurais.

Por um lado a peça não deveria ser confundida, de maneira nenhuma, com uma homenagem ou um dispositivo de enunciação de uma outra verdade a ser desvelada sobre a história da cidade. De outro lado, ao intencionar ser entendida como possibilidade de criação de novas versões a serem acrescidas, apreciadas ou não, aceitas pela academia ou não, o Sr. Silvestre promove, penso eu, uma espécie de equivalência harmonizadora da relação entre história e memória em função das necessidades dos sujeitos no presente urbano e as possibilidades para que tal harmonização seja apropriada socialmente por meio dos fazeres teatrais.

A sua narrativa também explicita o princípio teórico que fundamentou os objetivos da Dionisos para transformar as memórias

¹⁶¹ SARLO, Beatriz. Op. cit. p. 14.

¹⁶² Id. Ibid. p. 15.

e as subjetividades em referências imprescindíveis à compreensão do “valor das histórias pessoais” no passado e no presente joinvilense. Afirma o Sr. Silvestre:

Que valor? É assim... O esqueleto é o que mantém a gente em pé. Os nossos esqueletos são as nossas memórias. O que nos move são as nossas histórias. Quem nós somos, de como nós viemos, de onde viemos, para onde vamos. As velhas perguntas. Acho que tem a ver com isso. A migração mexe muito com isso, aquelas velhas perguntas, para onde queremos ir, para onde vamos¹⁶³.

Assim, encenar memórias migrantes seria lembrar às pessoas que todas possuem esqueletos que as sustentam, embora sejam invisíveis ao olhar superficial. São eles que, ao serem sacudidos, permitiriam acessar e reconhecer práticas e representações da diferença no contexto urbano.

Reparar ausências e incluir os excluídos? Ao fazer-lhe essa pergunta, o entrevistado opera outra sugestiva harmonização entre história e memória, agora lhe adicionando o termo identidade, com a qual a peça ganharia também pertinência. Diz ele: “A gente se contar, é uma forma de estar vivo. Quando eu conto, aqui e agora, eu, de alguma maneira, estou”.

Ao fazer uso da memória, *Migrantes* desempenharia o papel de mediação entre os sujeitos e os sentimentos de pertencimento em relação à cidade. Pela sua narrativa, penso então que as personagens centrais não seriam os migrantes ou mesmo a cidade, mas a própria peça, pois intencionalmente almejava ser lugar marcado para o encontro entre a cidade e os cidadãos com os seus passados e presentes.

Aludi a esse sutil desejo de poder no momento da entrevista indagando ao entrevistado se tais intenções não acabavam por transformar a peça numa espécie de vitrine, espetacularizando a cidade, ainda que a cada apresentação tal vitrine fosse estilhaçada. E mais, com base em sua descrição sobre como procurou criar personagens sínteses e montar um cenário que me parecia um cartograma convencionado por objetos que funcionavam como índices fundamentais para o ato de lembrar, perguntei-lhe se em vez de negar a existência de uma única versão possível da história da migração não estaria, contraditoriamente,

¹⁶³ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

transformando a peça numa síntese histórica de versões, mas ainda uma síntese; amalgamação intencional de plurais; representação tão generalizante quanto a que tentava desacreditar.

É preciso ressaltar que esse debate emergiu à medida que ambos – entrevistadora e entrevistado – se dispunham a aprofundar os temas. Enriquecedores desvios do roteiro da entrevista abriam novas frentes, cujos enfrentamentos foram demarcando fronteiras entre teatro, memória e história.

Para contrapor-se à pergunta que sugeria que a peça produzia uma categorização generalizante de migrante, o Sr. Silvestre disse ter feito escolhas no próprio processo de montagem da obra. A ideia não era dar visibilidade aos migrantes com base em suas procedências, como paranaenses, gaúchos, paulistas ou outros. Escolheu trazer ao palco memórias de um tipo especial de migrante; se fez uma generalização, ela se deu por meio de uma clivagem que pensa ser fundamental. Optou por trabalhar com as memórias daqueles que deixaram tudo para trás; migrantes provenientes do interior impelidos a ficar, pois não teriam possibilidade de retorno ou de novo deslocamento.

Para o Sr. Silvestre, tais migrantes são aqueles considerados pelos outros como “os de fora” e privados da voz e da visibilidade histórica. Por outro lado, são eles que mais facilmente se dispõem a pertencer a uma identidade em relação a Joinville e a produzi-la. Acrescenta:

Eu acho que as pessoas que vieram do interior, às vezes, têm mais facilidade de pertencimento, porque elas deixaram mesmo as suas coisas, elas venderam, elas vieram com tudo. Já os migrantes que vieram da cidade, de cidades maiores [...], querem buscar a cidade deles na cidade do outro, e não vai ter, não vai ter. Isso, eu acho, que a maior resistência é eu querer me encontrar onde eu não, onde eu ainda não estou¹⁶⁴.

A sua escolha, portanto, estabelece uma distinção que lhe permite, em primeiro lugar, criticar como artista a resistência dos migrantes provenientes de metrópoles a aceitar a cidade como ela é (e o teatro que nela se faz) e, em segundo lugar, legitimar o projeto cultural que empreende como agente político. A título de exemplo, lembra que dos anos 1980 até meados dos anos 1990 boa parte dos

¹⁶⁴ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

jornalistas que atuavam em Joinville era proveniente de grandes metrópoles, especialmente do Rio Grande do Sul. Por isso os artistas locais, quando produziam algo, eram submetidos a avaliações descontextualizadas, fruto de comparações incomparáveis, bem como a percepções um tanto etnocêntricas sobre a arte. Segundo ele, isso também era comum quando alguns dos paulistas, cariocas ou mineiros expressavam sua opinião sobre as produções artísticas de Joinville. Com frequência elas eram consideradas provincianas e de qualidade questionável.

No seu ponto de vista, havia algo que se deixava de lado. Diz que “somos tão cibernéticos e tão televisivos” que esquecemos que a arte, especialmente o teatro, está se tornando uma das raras oportunidades de as pessoas se encontrarem com pessoas. A qualidade do encontro – e, portanto, da obra – dependeria, em sua opinião, do quanto oportunizaria ao público se localizar e se perceber individual e coletivamente nesses fluxos que atravessam seus lugares na cidade.

Afirma que a Dionisos não tinha a pretensão de fazer de *Migrantes* um grande espetáculo, à semelhança de um teatro televisivo. Ainda que a maioria das apresentações tivesse sido feita no Teatro Juarez Machado e no galpão da Cidadela Cultural, explica:

A vocação da peça ainda é apresentar nos galpões de igreja, nas comunidades mesmo, [pois] o cidadão do bairro que vai ao teatro ainda vai ver a novela, [...]. Agora, quando a peça está perto da casa dele, lá no bairro dele, acho que é mais, tem mais concretude¹⁶⁵.

Destaca ainda que a peça poderia ser apresentada numa praça qualquer do centro da cidade, pois tem essa proposta de aproximação e, ao mesmo tempo, incita aqueles que a veem a tomá-la para si, criando “uma outra comunhão no espaço”.

Pela sua narrativa, vislumbrei a atribuição de um duplo papel a *Migrantes*: a peça oportunizaria aos que equivocadamente são representados como “os de fora” fortalecer seus vínculos de pertencimento à cidade e assim se expor à vista dos outros e, além disso, suscitaria lições identitárias aos migrantes joinvilenses mais reticentes de seus

¹⁶⁵ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

pertencimentos, uma vez que “migrar e ser aceito também é fazer um pouco da antropofagia da cidade. Tem que comer dentro da cidade, tem que incorporar essa cidade na minha comida, no meu jeito de viver”.

Provoquei o Sr. Silvestre dizendo-lhe que, diante de suas explicações, suspeitava que a peça, além de pretender ser a personagem principal, era tramada como referência de mediação carregada por impulsos românticos de irmanação da diversidade. Calmamente me disse que o romantismo não é um elemento de crítica à peça; ao contrário, é uma qualidade das mais positivas, pois a trupe acredita que pelo teatro é possível promover encontros, “não importa[ndo] se veio do Paraná, do Rio Grande do Sul, tem um sentimento muito parecido”. Lembrou que em apenas uma apresentação os atores tiveram de mediar um desencontro nada romântico.

O incidente ocorreu no momento em que o espetáculo para. Uma pessoa que se identificou como paulista fez alusões depreciativas e bastante preconceituosas em relação à cidade, entre as quais que não sabia onde os joinvilenses guardavam seus livros, se é que os tinham. Outra pessoa da plateia levantou e agressivamente discordou da interlocutora. Diz o Sr. Silvestre: “Para a gente foi um conflito difícil de administrar na hora, [...] na hora nos atores dá um branco. Como você corta uma briga dessa? [...] Tem que pensar no espetáculo como um todo, porque aquilo é uma parada, mas é um espetáculo”.

A par dessa singular experiência narrada, recupero a questão que já destaquei anteriormente valendo-me das explicações de Sarlo. Penso que, na narrativa do Sr. Silvestre, *Migrantes* se situa como uma das novas modalidades de operação do passado com recursos testemunhais. Respondendo, a seu modo, às atuais demandas políticas, morais, intelectuais e afetivas, buscaria promover na esfera público-artística encontros sustentados por uma espécie de licença poética teatral, na qual a imprevisibilidade das rememorações sobre as diferenças não poderia ultrapassar a autorização outorgada circunscrita ao seu território.

Em outras palavras, o uso das memórias no espetáculo teatral corresponderia a uma maneira própria de reparar ausências, invocar identidades, produzir e reconhecer novas versões históricas, incluir excluídos, enfim, afirmar a existência dos diferentes e, principalmente, atribuir papéis para que as diferenças emergissem, desde que correspondessem ao *script*. Por isso, naquela situação que “deu um branco” nos atores, lembra o Sr. Silvestre que o espetáculo deveria prevalecer sobre furtivas manifestações preconceituosas que desestabilizassem a

encenação do roteiro da diferença, quer sobre a cidade que trazia ao palco, quer sobre os migrantes, supostos protagonistas da peça.

O que, afinal de contas, representava a peça para o entrevistado? Quais os sentidos que essa experiência rememorada lhe sugeria? Teria exprimido artisticamente desejos subjetivos de desforra ou redenção migrante? Opto por citar alguns trechos da transcrição do diálogo final da entrevista.

SF – Não é desforra nem tributo. Ela é um reconhecimento [...]. Acho que fazer *Migrantes* para mim foi uma forma de fazer política afirmativa. Existem outras histórias na cidade que não só a germânica. [...] Eu sou a favor de cotas.

IC – Mas isso não é perigoso? Não é criar uma cilada para a tua crítica?

SF – Quem que falou que o artista tem compromisso o tempo inteiro com a crítica? Eu era um artista, mais que um historiador, fazia uma obra de arte. Não tenho compromisso histórico o tempo todo, eu não tenho compromisso...

IC – Não, mas não é nem histórico, é político mesmo. [...] Estou falando de reivindicar algo para si desconectando outras coisas...

SF – Não tem como você trabalhar organicamente tudo o tempo inteiro. Tem horas que você tem que desconectar, reconhecer e conectar de novo. [...] Fazer política também é fazer escolhas... Quando a gente faz uma Semana da Consciência Negra, faz escolhas. Faz alguns recortes. Não estou negando, mas estou afirmando que. [...] Acho que a história vai contar, não sou eu que tenho que começar tudo, não tenho essa direção.

IC – Mas...

SF – Por quê?!

IC – Na história... mas na política da cidade...

SF – Eu não tenho essa obrigação. Como gestor talvez tenha mais. Quando faço política afirmativa como gestor, acho que tenho mais obrigação em relação a levar em conta as conexões. Mas mesmo assim também, acho que... Mas assim, como artista... Acho que o papel da arte é desconectar mesmo. Acho que a arte não é o tempo todo conexão, acho que a arte é tirar o chão, é deixar vazios, é provocar buracos, vazios. Porque alguém vai querer emendar isso, alguém vai querer fazer

essa... Acho que essa coisa de dar conta do todo não tem mais possibilidade nenhuma. Alguém vai pegar esse pedaço “*Migrantes*” e vai conectar uma matéria, ou através de uma reflexão...

IC – Ou seja...

SF – Vire-se para conectar você Ilanil¹⁶⁶.

História, política e teatro; memórias, identidades e diferenças; palco, cidade e migrantes. Na entrevista, tais temas foram referências para reflexões mútuas, digressões difusas. Entretanto, ao delegar-me a tarefa de “conectar”, ou seja, de interpretar como historiadora sua narrativa de memória em meio a outros tantos documentos, o Sr. Silvestre, no final da entrevista, procura demarcar as fronteiras entre os lugares instantaneamente ocupados por ele e por mim. Trata-se de fronteiras tão frouxas e fluidas como são nossos lugares na cidade contemporânea. As suas palavras me possibilitam, porém, defender diante do leitor a relevância da abordagem teórico-metodológica que adotei, especialmente neste capítulo, antes de concluir minhas discussões sobre a entrevista.

A investigação da cidade migrante por meio das narrativas de memória aponta, em primeiro lugar, para o emaranhado de práticas e representações que atravessam e movem Joinville a partir da década de 1980. Em segundo lugar, tal investigação não tratou das singularidades ou dos específicos históricos (conforme expressão de Sarlo), incluindo e dispondo diferentes narradores e narrativas para uma explicação panorâmica sobre a migração e a cidade. Pelo contrário. Ao lidar num movimento de elipse com as narrativas busquei adentrar pelos meandros do narrado para flagrar o que de singular e de específico foi dado à problematização para compor a intriga histórica. Assim, pelo menos na paisagem desta pesquisa, depara-se com a teia complexa e dinâmica de relações e identificações culturais que permeiam diferentes tempos e espaços da cidade migrante.

Os migrantes, cada um e cada qual, exprimiram os seus sentimentos de pertencimento em relação à cidade, deslocando pelo trabalho da palavra minhas próprias questões de pesquisa que, inicialmente, punham em causa um determinado passado que chegava ao presente. Nos ditos e não-ditos pulsou a cidade como lugar onde a vida acontece, território(s) apropriado(s) carregado(s) por invenções, inversões, hibridismos e identificações.

¹⁶⁶ FERREIRA, Silvestre. Op. cit.

Alguns expuseram com maior veemência suas conquistas e desejos de cidade; outros mais marcadamente reivindicaram direitos à memória e à identidade. Contudo aí foram vislumbradas múltiplas redes de sociabilidades – articuladas às transformações da silhueta do espaço urbano –, bem como novas desigualdades e distintividades produzidas e significadas pelos próprios entrevistados, o que me permitiu analisar como os outros são concebidos pelos eus narradores.

Mais do que descentrar ou fissurar explicações generalizantes, foi-me possível pelas e nas narrativas confrontar reflexivamente discursos que por vezes vitimaram, etnicizaram ou mesmo sequestraram, em nome da irmanação, o passado e o presente joinvilense sob impulso dos fluxos contemporâneos, em especial o migratório. Mas não apenas isso. Da minha análise espero contribuir minimamente para reforçar, empurrar e pressionar o debate travado não apenas na historiografia sobre o presente (encharcado de passados) de Joinville, como possibilidade de futuro. Desafios de toda ordem emergem dos desdobramentos e das múltiplas vivências da diferença. Eis a discussão que retomo a fim de concluir a interpretação da entrevista do Sr. Silvestre e do próprio capítulo.

Na cidade contemporânea de Joinville bastaria reconhecer que as diferenças existiram e existem ou mesmo que foram e são impulsionadas pelos fluxos migratórios?

Valho-me de alguns sentidos que apreendi da visagem do Sr. Silvestre para ilustrar essa questão. Ele sugere que haveria dois problemas de origem – que incidem sobre os demais – quando se considera o estado atual das identidades dos joinvilenses. O primeiro consiste e se manifesta quando alguns moradores não supõem ou não reconhecem a diversidade urbana e a sua importância histórico-social, e o segundo, quando outros moradores, ao constatarem o fato de a diversidade existir, a recusam. A peça *Migrantes* forneceria respostas contundentes a ambos. Já como gestor público insinua que as respostas se voltariam para a adoção e a implementação de políticas afirmativas.

Puxando esse fio, passagens de outras narrativas saem do balaio, como a do Sr. Luiz Vicente, ao reivindicar a nordestinidade, a do Sr. Guedes e os seus esforços declarados para a valorização do samba, e os direitos dos homossexuais e daqueles sem identidades evocados pelo Sr. Charles. Como articular tais reclamos com outros desejos de cidade tramados no Paraíso da Sra. Ana Rosa e do Sr. Rosalino ou mesmo de cidade que pode ser capaz de olhar e promover “cultura com a pessoa”, conforme proposto pelo Sr. Medeiros? Estamos lidando com a mesma

cidade também apropriada e desejada a partir do *laptop* do Sr. Mauro e dos amores da Sra. Maria Raquel.

Do livro *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, do sociólogo Boaventura de Sousa Santos¹⁶⁷, extraio das densas reflexões epistemológicas, teóricas e políticas um sentido e uma tentativa de articulação das narrativas de memória que se apresentam como uma espécie de espaço de frequentação onde diferentes experiências da vida normativa, de práticas e saberes se encontram, conflitam e interagem e, sobretudo, se dão a conhecer. Das reflexões de Santos também extraio elementos para situar no menor limite possível práticas políticas e produção de saberes voltadas a conectar os sentidos da diferença, não para aplacá-la, mas para viabilizá-la. Acredito que o desafio de estabelecer conexões entre declaradas desconexões não é restrito à inteligibilidade da operação historiográfica ou mesmo a políticas afirmativas, como quer crer o Sr. Silvestre. Vejamos.

Para Santos, é preciso empreender uma crítica à “razão indolente, preguiçosa, que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”¹⁶⁸. Não se pode mais tomar a parte pelo todo, pois continuaríamos desperdiçando a riqueza das experiências humanas, desperdício esse que contrai o presente e homogeneiza uma suposta totalidade real. É preciso, segundo o autor, termos uma visão ampla do presente, pois é nele que sempre vivemos e não no passado ou no futuro, cada vez mais tido como expansivo e infinito.

Afirmando que não é possível querermos transformar o real sem buscar compreendê-lo, o autor indica que o caminho seria expandir o presente para contrair o futuro. Nesse sentido, seria imprescindível na contemporaneidade subverter a produção de ausências transformando-as em objetos presentes, de forma a tornar visível aquilo que foi por vezes e comumente escamoteado. Aprofundemos seu pensamento.

De acordo com Santos, seria preciso exercitar uma “sociologia das ausências” capaz de, pela percepção multicultural, desativar: a “monocultura do saber e do rigor”, que desconsidera conhecimentos avaliados como pouco pertinentes ou pouco rigorosos; a “monocultura do tempo linear”, cuja ideia imprime à história um sentido e uma direção baseados no “progresso, modernização, desenvolvimento e, agora,

¹⁶⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

¹⁶⁸ Id. Ibid. p. 25.

globalização”¹⁶⁹; a “monocultura da naturalização das diferenças”, que é nutrida, por sua vez, pela naturalização das hierarquias que a um só tempo define superiores e inferiores e essencializa causa e consequência das diferenças; a “monocultura da escala dominante”, pela qual a ideia de “universalismo e, agora, globalização [...] é válida independentemente do contexto no qual ocorre”¹⁷⁰, relegando o particular e o local a um lugar descartável, desprezível e invisível; e, por fim, a “monocultura do produtivismo capitalista”, cujo pressuposto submete o valor da produtividade do trabalho humano e da natureza ao crescimento econômico e nada mais.

Do exercício dessa “sociologia das ausências” surge, ainda de acordo com o autor, uma “sociologia das emergências”, pela qual se podem perscrutar os sinais já existentes no presente como possibilidade de futuro. Assim, tentar compreender e ressignificar as múltiplas e fragmentadas pistas e latências do presente por meio de um “procedimento de tradução” é levar em conta: a heterogeneidade do vivido, a não-univocidade de sentidos do mundo contemporâneo e a clarificação do que une e do que separa os diferentes movimentos e práticas de identificações.

Entre os cinco modos de produção de ausências, concentro minha atenção na discussão que o autor faz sobre o terceiro, qual seja, a monocultura da naturalização das diferenças e como aí se pode vislumbrar a importância que imputa à tradução.

Ao apontar para a necessidade de “uma nova cultura política emancipatória”, Santos desafia não apenas os pesquisadores, mas os segmentos políticos e sociais sensíveis às possibilidades de transformação, a desenvolverem novas aprendizagens capazes de produzir ou reinventar uma nova teoria crítica¹⁷¹. Silêncio e diferença são dois graves problemas resultantes da modernidade ocidental enfrentados, de partida, quando nos dispomos a construir essa nova teoria crítica. Como “fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do

¹⁶⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Op. cit. p. 30.

¹⁷⁰ Id. Ibid. p. 31.

¹⁷¹ “O tempo em que vivemos, cujo passado recente foi dominado pela idéia de uma teoria geral, é talvez um tempo de transição que pode ser definido da seguinte maneira: não precisamos de uma teoria geral, mas ainda precisamos de uma teoria geral sobre a impossibilidade de uma teoria geral. Isto é, precisamos de um universalismo negativo que possa dar lugar às ecologias de saberes e práticas transformadoras”. SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. **OSAL**, ano V, n. 15, p. 77-90, set./dez. 2004. p. 78.

silenciamento”¹⁷²? E ainda, contrapondo-nos à “política de identidade absoluta”¹⁷³, como buscar uma nova via que permita “encontrar o que é semelhante” nas identificações em curso como caminho instituinte de “diferenças iguais”¹⁷⁴?

Ao fazer um balanço em 2004 sobre o papel do Fórum Social Mundial – ainda que tais indagações se relacionem ao exercício da tradução no contexto de uma zona de contato entre movimentos sociais e ações políticas contra-hegemônicas –, o autor afirma:

A tradução é um trabalho dialógico e político. Tem igualmente uma dimensão emocional, porque pressupõe uma atitude inconformista, por parte do sujeito, em relação aos limites do seu próprio conhecimento ou da sua própria prática e a abertura para ser surpreendido e aprender com o conhecimento e a prática do outro¹⁷⁵.

Assim, a tradução permitiria aos sujeitos criarem uma inteligibilidade recíproca nutrida por suas sensações de incompletude postas à aprendizagem do e com o outro, sem contudo reduzi-lo “a entidades homogêneas” e passivas. Para Santos, ausências emergentes pelo trabalho de tradução servem, pois, para sondar os futuros presentes.

Aproprio-me de sua reflexão para, no fim deste capítulo (e da tese), compartilhar com o leitor as minhas muitas dúvidas e as poucas certezas que por ora conquistei com o aprendizado das diferenças, impulsionado pela operação historiográfica. Conforme suas palavras:

Dilatado o campo das experiências, podemos avaliar melhor as alternativas que são hoje possíveis e disponíveis. Esta diversificação das experiências procura recriar a tensão entre experiências e expectativas, mas de tal modo que umas e outras aconteçam no presente. O novo

¹⁷² Refere-se ao silenciamento que foi resultado do contato colonial, por meio do qual a cultura ocidental e a modernidade acabaram por se tornar hegemônicas por força do desprezo e da destruição de outras culturas. SANTOS, Boaventura de Sousa, 2007. Op. cit. p. 58.

¹⁷³ Refere-se a políticas de identidades fundamentalistas.

¹⁷⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa, 2007. Op. cit. p. 56.

¹⁷⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa, 2004. Op. cit. p. 78.

inconformismo é o que resulta da verificação de que hoje e não amanhã seria possível viver num mundo muito melhor. A possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela enorme diversidade de saberes e práticas e tornado coerente pelo trabalho de tradução¹⁷⁶.

Opto por concluir a intriga histórica deste terceiro capítulo que se valeu de narrativas de memória, singularizando especialmente uma questão. Imaginar que as diferenças continuem sendo sustentadas por meio de exposições identitárias passivas e fixas, resultantes daquilo que os sujeitos decidiram marcar e reivindicar com base em seus passados presentes, é, no meu ponto de vista, exaurir o que de melhor elas podem nos oferecer. As memórias e as vivências enredadas na cidade migrante, pelo menos na paisagem desta pesquisa, indicam, ao contrário, que as diferenças podem apenas ser sustentadas por processos que constroem novas e contínuas interfaces com ausentes e emergentes diferenças, ou seja, conexões possíveis a serem estabelecidas pela operação historiográfica, mas também muito além dela.

¹⁷⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa, 2004. Op. cit. p. 88.

ARREMATES

Tão ou mais difícil que iniciar a urdidura é arrematar a intriga. Olho insistentemente para o tecido. Identifico alguns fios entre os inúmeros que amealhei e puxei do balaio. Nos laçados de ponto miúdo tenho dificuldade de aceitar que o que me resta é dar acabamento ao tecido, alinhavando arremates com as pontas que lhe fazem franjas. Tenho a impressão de que agora seria muito apropriado, se houvesse tempo, corrigir as laçadas malfeitas. Porém tenho de dispor a outros olhos e mãos o que teci.

Ao ter de por um ponto final a esta escrita historiográfica, cujo desafio foi edificar alguns sentidos às investigadas tramas da e na cidade migrante, os constrangimentos que atravessam o meu lugar de doutoranda me obrigam a apresentar algumas conclusões, por mais que eu deseje adiá-las.

A primeira, tão óbvia quanto possível, refere-se à própria operação historiográfica. No processo, construí e reconstruí problemas e hipóteses. Da versão primeira do projeto entregue ao orientador quase tudo foi mudado. Apropriei-me reflexivamente de teorias, conceitos e de inúmeras teses e antíteses. Indo à cata de fontes, consegui uma infinidade. Infelizmente algumas delas ainda me aguardam na pasta “pendências” em cima da mesa. Entretanto as mudanças de trajeto não podem ser atribuídas, *stricto sensu*, a diálogos epistemológicos. Penso que tais mudanças dizem respeito à própria maneira do fazer histórico contemporâneo. Ou seja, se é de um lugar que o historiador delinea seus interesses, escolhe métodos e seleciona documentos, ao dialogar com outros saberes e deparar com o desconhecido ele vai problematizando o seu próprio lugar no presente. Com isso seus percursos são transformados e a sua pesquisa se deixa atravessar pelo seu mundo, cravejado de diferenças e diferentes. Ao final, deseja dispor o trabalho não para que os outros tirem dele lições de história. Ao contrário, seu desejo é intensificar a incessante problematização do vivido a partir do passado interpretado. Intenciona, pois, que os fios utilizados sejam reconhecidos, bem como as operações que compuseram a trama¹. Na minha investigação pulsou a diferença e, à medida que a problematizava, a cidade migrante ganhava novos contornos.

¹ Esclareço ao leitor que tanto a metáfora da trama como a reflexão do fazer historiográfico foram extraídas de Certeau. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 23-107.

Cabe ainda avançar no alinhavo, procurando construir outras conclusões, ou melhor, retomar algumas das proposições que fui firmando no processo de investigação acerca das transformações de Joinville, sob impulso da migração.

A Festa das Tradições, porta de entrada que escolhi para iniciar a minha escrita, possibilitou-me discutir a configuração contemporânea de Joinville a partir dos anos 1980 e, ao mesmo tempo, dessa perspectiva, compreender a relação entre o evento festivo e a migração recente. Ao investigar as razões e os termos de concessão daquela visibilidade pública, vi-me diante de um amplo leque de questões acerca de paradoxos, entrecruzamentos, mediações e hibridismos que moveram sensações de desconforto reluzentes de vários sujeitos e instâncias, incluindo as de poder normativo.

A invenção de tradições fundada na invenção de passados étnicos consistia numa operação articulada aos processos de produção global da localização. Vislumbrei tal processo à proporção que ia pondo em diligência afirmações e justificativas emitidas pelos próprios fazedores da festa. Procurei, assim, analisar as mudanças de Joinville em termos econômicos (reestruturação industrial e expansão do setor de serviços), políticos (diferentes diretrizes e ações públicas anunciadas pelos jornais e por narrativas de memória) e também as mudanças de percepções e sensibilidades do viver urbano dos moradores da cidade. Os fluxos migratórios e a presença dos migrantes, direta ou indiretamente, estavam aí imbricados.

Iniciativas festivas anteriores à Festa das Tradições indiciaram, por outro lado, as operações que aspiravam tornar a cultura compartimento (coisa) isolável, manejável e disponível para o deleite do mercado e também para aquisições identitárias de uma pressuposta indistinta população joinvilense. Contudo tais operações encontraram barreiras. Hibridismos e identificações de toda ordem emergentes do cultural urbano² desestabilizaram olhares e ações voltadas à essencialização das tradições e das identidades nos próprios ambientes festivos.

Assim, conforme avancei na pesquisa, abriram-se possibilidades para a compreensão de como as diferenças pulsaram e também dos esforços para aquietá-las. Havia ainda o desafio de discutir a representação da diversidade cultural urbana por meio de outras festividades étnicas

² Realço aqui a concepção de cultura que permeou a interpretação historiográfica, qual seja, a cultura não é pedaço, compartimento ou resultado da vida urbana, mas o próprio processo da vida e do viver urbano.

que não aquelas localizadas no centro ou mesmo promovidas pelo poder público e empresarial. Festividades essas das quais inicialmente tomei conhecimento apenas pelos jornais de bairro.

Desloquei-me a dois bairros que, a partir da década de 1980, haviam sido expandidos territorialmente e adensados demograficamente em função da chegada de migrantes. Duas festas da polenta e uma festa do arroz tornaram-se, então, objetos de investigação. Novos hibridismos e variações de estetização étnica urbana emergiam à medida que eu me imiscuía em lugares anteriormente concebidos como margens da cidade. Diferenças e semelhanças entre o conjunto das festas analisadas eram por mim constatadas. Contudo nas festas de bairro as novas invenções de tradição étnica exprimiam apropriações, maneiras de fazer e sentimentos de pertencimentos emergentes das próprias vivências cotidianas dos moradores. Com isso não quero dizer que a cultura e a tradição não eram também lá manejadas e expostas como produtos ou compartimentos dispostos em barraquinhas e vestimentas. Todavia, ao dialogar com realizadores e participantes e ao analisar escritos, imagens e narrativas, foi-me possível verificar que tais festas expressavam e eram atravessadas por disputas, acordos, expectativas e traduções vivenciadas no “pedaço” e na cidade; as festas de bairro constituíam pontos específicos de redes de lazer, religiosidade e trabalho, redes tecidas e movidas pelos próprios moradores. Não se tratava, pois, de esforços concentrados e envidados de forma restrita para a fabricação de marcadores voltados ao conhecimento da essência da diversidade cultural urbana, mas processos de fruição das diferenças urbanas.

Desse modo, a cidade como lugar onde a vida acontece emergiu como espaço migrante, cujas conexões se tornaram inteligíveis na historicidade de algumas práticas e representações – especialmente relacionadas aos lares festivos – e nas indagações que buscaram comparar os sentidos que concorriam para a concepção da identidade cultural como resultado e com os processos de identificação fluidos e correntes de que tomava conhecimento.

Tais questões foram por mim reabertas na análise dos textos historiográficos e da imprensa, os quais foram produzidos a partir da década de 1980. Era preciso entender como a questão migratória tinha sido tratada pelos escritores e, ainda, se nesse trato era possível avançar na problematização acerca dos sentidos da diferença e da ideia de diversidade cultural urbana.

Procurei, então, estabelecer um diálogo teórico-metodológico com alguns historiadores, jornalistas e jornalistas-historiadores, valendo-me inicialmente de um itinerário abstraído de algumas reflexões do campo historiográfico e de outros campos que empreenderam estudos de discursos. A seleção de obras e escritos obedeceu a critérios que julguei serem os mais pertinentes em relação à minha investigação, sob o ponto de vista temporal e temático. Na análise, minha atenção voltou-se para a compreensão do que, como, para quem e com quem os escritores travaram debate por meio de suas obras e, ainda, quais os seus lugares vislumbrados à medida que eu interpretava a historicidade dos escritos.

Deparei com explicações divergentes e convergentes sobre a questão migratória e o seu papel no passado e no presente de Joinville. Grosso modo, nos anos 1980 os migrantes foram concebidos como uma espécie de efeito colateral de um quase natural empreendedorismo herdado dos pioneiros imigrantes alemães. No decorrer dos anos 1990, por outro lado, passaram a ser vistos como objetos de exploração física e simbólica da cidade germânica, sujeitos históricos invisibilizados, desenraizados e produtores de microrresistências que acabaram por desestabilizar o poder normativo e disciplinador das elites.

Ao problematizar reportagens e artigos de jornais, busquei identificar as interfaces deles com as representações construídas pela historiografia. Ao contrário de um presumido contraste, ou melhor, distanciamento entre argumentos e significados sobre a migração, entrevi um movimento dialógico movido por ambivalências, negociações e contradições que envolveram historiadores, jornalistas e historiadores-jornalistas. Portanto, a diferença mais uma vez pulsou e me ajudou a compreender, em primeiro lugar, as interfaces dos discursos – quer por defesas renovadas em favor da predominância étnica urbana, quer pela contestação dessa predominância em favor de presumidas novas ou invisíveis personagens históricas – e, em segundo lugar, que as próprias explicações sobre a migração e os estigmas sobre os migrantes se modificaram mediante as experiências e as relações de poder na sociedade joinvilense.

Nesse ponto, foi extremamente importante retomar o percurso de algumas teorias da migração verificando como elas foram construídas num processo de diálogo interdisciplinar e, ao mesmo tempo, pelos e nos atribulados debates políticos acerca do papel e do lugar dos migrantes nas denominadas sociedades de origem e hospedeira. De

forma semelhante, a interpretação dos discursos produzidos em Joinville também revelou tais aspectos. Por sua vez, as abordagens da migração no nosso tempo e espaço contemporâneo suscitam o desafio de repensar os deslocamentos humanos – de curta ou longa distância – na articulação global e local e na dimensão política do direito e da cidadania.

Dessa perspectiva, direcionei a investigação para as narrativas de memórias dos próprios migrantes. Mediante a análise dos dados demográficos retirados dos três últimos censos, Joinville explicitou-se como uma cidade migrante, já que o seu crescimento populacional foi resultado direto dos fluxos migratórios. Porém ir além desse conhecimento quantitativo significava apropriar-me da metodologia da história oral como caminho para a interpretação das subjetividades, dos sentimentos de pertencimento e da diferença cultural. As narrativas de memória indicaram territórios urbanos desconhecidos, concepções diferenciadas sobre o ato de migrar e sobre o processo migratório, redes de apoio e de sociabilidade e processos de identificação deslizantes que diziam respeito não apenas ao passado narrado, mas sobretudo às vivências tramadas no presente. Assim, as memórias de travessias evocaram cidades praticadas, reivindicaram direitos à memória e à identidade e fissuraram generalizações sobre o ser ou não joinvilense. E ainda, pelos atos narrativos do presente, foi-me possível compreender como os sujeitos operaram o passado, buscando transformar os sentidos das suas memórias em evidências a serem consideradas para a instituição de uma nova verdade histórica da cidade e, mais, para o próprio futuro urbano.

Pelas tramas da cidade migrante – volto à metáfora que inspirou não apenas o título da tese, mas o trajeto investigativo e as proposições que construí pela operação historiográfica. Mesmo me valendo de pontos largos e frouxos neste breve e provisório arremate, disponho a outros olhos e mãos o que teci. Por certo, os revisores e demais interessados por esta trama vão detectar pontos retesados, saliências indevidas e enleios incompletos. Porém o balaio e as agulhas ainda ficarão sob minha mirada. Deles poderei me valer para retomar o tecido para remendá-lo à medida que for sacudido ou mesmo para tecer novamente.

REFERÊNCIAS

ATAS

AÇORIANA. **Ata de fundação da Sociedade Beneficente e Cultural dos Descendentes de Açorianos da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina.** Joinville, 4 de novembro de 2002.

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI. **Livro-ata do Grupo de Desenvolvimento da Mulher Rural Cristo Rei.** Joinville, 4 abr. 2001.

JOINVILLE. Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico. **Ata da reunião de 24 de fevereiro de 2005.** Festa das Tradições de Joinville. Joinville, 2005.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

ANDRADE, Altamir Antônio. **A prática do jornalismo científico em jornal comunitário e seus tensionamentos.** 2007. 70 p. Monografia (Comunicação Social / Jornalismo) – Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus/Ielusc, Joinville, 2007.

A NOSSA consciência, por Carlito Merss. Joinville, 1.º dez. 2009. Disponível em: <<http://semanadacsnegra.blogspot.com/>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO ARCO-ÍRIS. **Institucional:** quem somos. Disponível em: <<http://www.arcoirisjoinville.com.br/quemsomos.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE. **Vereador Belini Meurer.** Disponível em: <http://www.cvj.sc.gov.br/index.php?goto=vereadores_view&cd=42>. Acesso em: 2 nov. 2009.

DISCURSO proferido por Apolinário Ternes por ocasião do recebimento do título de Cidadão Benemérito de Joinville. Joinville, 1.º abr. 2009. Disponível em: <<http://www.colunista.com.br/ater/discurso.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

ESCOLA Técnica Tupy – Campus Joinville (Boa Vista). Disponível em: <<http://sociesc.org.br/pt/ensino-tecnico/conteudo.php?id=546&lng=2&mnu=1287&top=15>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

ESTAÇÃO da Memória! Joinville ganha uma nova estação ferroviária. Joinville, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=613260>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas:** utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

MATHYAS, Alessandra da Mota. **Histórias impressas de Joinville:** estudo da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade do estado de Santa Catarina. 2007. 193 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MEURER, Belini. **Entre flores e manguezais:** a construção do real em Joinville. 1993. 169 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **De agricultor a operário:** lembranças de migrantes. 2000. 245 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

QUESITO sobre migração – microdado censo 2000: V0417 nasceu neste município Joinville. Acervo IBGE, Florianópolis, 2010.

SOUZA, Sirlei de. **Ecos de resistência na desconstrução da ordem:** uma análise da Revolução de 64 em Joinville. 1998. 145 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, Sirlei de. Movimentos de resistência em tempos sombrios. *In*: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Historias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Univille, 2000.

TERNES, Apolinário. **A economia de Joinville no século 20**. Joinville: Letradágua, 2002.

_____. **A Notícia, jornalismo & história: 80 anos, um mundo de informação (1923-2003)**. Letradágua: Joinville, 2003.

_____. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

_____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

_____. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

_____. (Org.). **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

THOMAZI, Moacir G. A versátil economia joinvilense. *In*: TERNES, Apolinário (Org.). **Joinville: 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

TUPY é tema de enredo de escola de samba de Joinville. Disponível em: <<http://www.tupy.com.br/portugues/imprensa/noticias.php>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

ENTREVISTAS ORAIS

BERNARDINO, Alessandra Cristina. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado**. Joinville, 8 jul. 2008.

BOGO, Moacir. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 6 nov. 2007.

CARDOSO, Luiz Carlos de Medeiros. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 28 ago. 2009.

CARDOSO, Maria Laura. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 22 ago. 2008.

FERREIRA, Silvestre. Depoimento. **Entrevista concedida a Ilanil Coelho.** Joinville, 24 fev. 2010.

FRANCISCO, Eli. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai.** Joinville, 19 set. 2008.

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER RURAL CRISTO REI. Depoimento em grupo. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 27 ago. 2008.

GUEDES, Luis Carlos. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 24 jun. 2009.

HAIDAR, Samir Zouhair. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai.** Joinville, 1.º set. 2008.

HOLDEREGGER, Alberto. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho.** Joinville, 27 nov. 2007.

LARSEN, Adalberto. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho.** Joinville, 7 out. 2007.

MATTOS, Maria Raquel Migliorini de. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 26 ago. 2009.

MERSS, Carlito. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho.** Joinville, 15 set. 2007.

NARLOCH, Charles. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho.** Joinville, 1.º fev. 2010.

NIEHUES, Valdete Daufemback. Depoimento. **Entrevista concedida a Ilanil Coelho e Fernando Cesar Sossai.** Joinville. 18 nov. 2009.

PINHO, Mauro de Souza. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 8 dez. 2009.

SANTOS, Marilene Machado dos. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 10 set. 2008.

SANTOS, Rosalino A. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 16 jun. 2009.

SEIBEL, Nelci Therezinha. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 8 fev. 2007.

SENNES, Ana Rosa. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernanda Ozório da Conceição, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 17 dez. 2009.

SOUZA, Sirlei de. Depoimento. **Entrevista concedida a Ilanil Coelho e Fernando Cesar Sossai**. Joinville, 6 nov. 2009.

SOUZA, Wilmar de. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 30 jan. 2008.

TEBALDI, Marco Antonio. Depoimento. **Entrevista concedida a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho**. Joinville, 2 abr. 2007.

VICENTE, Luiz. Depoimento. **Entrevista concedida a Fernanda Ozório da Conceição, Fernando Cesar Sossai e Ilanil Coelho**. Joinville, 10 dez. 2009.

RELATÓRIOS OFICIAIS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico: dados gerais – migração – instrução – fecundidade – mortalidade**. Rio de Janeiro, 1982.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico: migração – resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1991.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2000: migração e deslocamento – resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Contagem da população**: 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/popmunic2007layoutTCU14112007.xls>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relatório. **Contagem da população por região/cidade**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2006. Joinville: IPPUJ, 2006.

_____. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville bairro a bairro**: 2008. Joinville: IPPUJ, 2008.

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Perfil Socioeconômico de Joinville**: 2002. Joinville, 2002. 112 p. Mimeografado.

_____. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Economia. **Relatório da pesquisa de demanda turística com os participantes-turistas da 2.ª Festa das Tradições de Joinville**. Joinville, 17 abr. 2007. Mimeografado.

REPORTAGENS

15.ª FESTA da Solidariedade começa nesta quinta em Joinville. **Diário Catarinense**, Joinville, 28 maio 2008.

À COMUNIDADE de Joinville (Embraco). **A Notícia**, Joinville, p. 1, 24 jun. 1990.

A FAVELA do Espinheiros. **A Notícia**, Joinville, 8 maio 1981.

A FESTA. **A Notícia**, Joinville, p. 20, 4 maio 2005.

ALEMANHA pertinho de Curitiba. **Jornal O Estado**, 9 out. 2006.
Acervo Promotur.

ALMEIDA, Sergio. Negros criam o Instituto Afro-brasileiro. **A Notícia**, Joinville, 22 dez. 1999. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/dez/22/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

AMANHECE na favela do Casqueiro. **A Notícia**, Joinville, 20 jul. 1981. p. 16.

AMILO, Albertina. (Sobre) viver no mangue: o desafio dos humildes. **A Notícia**, Joinville, p. 24, 17 jan. 1987.

A NOTÍCIA. Joinville, 9 mar. 1989. Especial Joinville 138 Anos, p. 7.

_____. Joinville, 9 mar. 1990. Especial Joinville 139 Anos, p. 2.

_____. Joinville, 8 mar. 1992. Especial Joinville 141 Anos, p. 17.

_____. Joinville, 9 mar. 1994. Especial Joinville 143 Anos, p. 14.

_____. Joinville, 9 mar. 1999. Especial Joinville 148 Anos, parte 8.

_____. Joinville, p. 4, 28 set. 2006. Acervo Promotur.

ARNHOLD, Nelci. Joinville entra firme na Fenachopp. **A Notícia**, Joinville, 12 out. 1988.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Itinga está onde Joinville termina. **A Notícia**, Joinville, 6 abr. 1997a.

_____. Morro do Meio e seus arrozais. **A Notícia**, Joinville, 9 fev. 1997b.

_____. Profipo: Sonho e realidade dos novos migrantes. **A Notícia**, Joinville, 25 maio 1997c.

ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Um pedaço do Paraná em Joinville. **A Notícia**, Joinville, 15 set. 1996.

_____. Vila Nova: terras férteis atraíram primeiros moradores. **A Notícia**, Joinville, 15 jun. 1997d.

BECKHAUSER, o pai da Fenachopp. **A Notícia**, Joinville, p. 17, 5 out. 1989.

BORGES, Adilson. O esquema policial “limpou” o Itaum. **A Notícia**, Joinville, p. 6, 31 jan. 1982.

BORGES, Sérgio. Aventuras e folclore no mangue. **A Notícia**, Joinville, p. 20, 6 out. 1981.

BRAGA, Marco Aurélio. Descaracterização marca edição da Fenachopp. **A Notícia**, Joinville, 23 out. 1998.

CADORIN, Maria Andreis. O urbano no século 21. **A Notícia**, Joinville, p. A2, 10 nov. 1996.

CARÊNCIA de infra-estrutura também no Fátima. **A Notícia**, Joinville, p. 5, 10 jul. 1988.

CRÍTICAS de Mir são refutadas por Dereti. **A Notícia**, Joinville, p. 5, 27 nov. 1983.

CULPA da Imprensa (1). **A Notícia**, Joinville, p. 2, 15 jul. 1988.

CULPA da Imprensa (2). **A Notícia**, Joinville, p. 2, 16 jul. 1988.

CULTURA e ideologia. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 18 fev. 1983.

CULTURA em Joinville. 5.º Fórum Estadual de Dirigentes Municipais de Cultura. **A Notícia**, Joinville, 23 abr. 1998.

DIAS, Maria Cristina. América, sinônimo de tradição. **A Notícia**, Joinville, 29 set. 1996.

EGGERT, Marlene; BORGES, Adilson. As tradições estão desaparecendo. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 20, 27 jul. 1980.

EM BUSCA de outras tradições. **Gazeta de Joinville**, p. A5, 6 a 10 out. Acervo Promotur.

ENFEIANDO Joinville. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 2 abr. 1989.

ESPECIAL Joinville 143 Anos. **A Notícia**, Joinville, p. 9, 9 mar. 1994.

ESPECIAL Joinville 145 anos. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1996.

FAMÍLIAS vivem sobre mangues no Espinheiro. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 2 out. 1980.

FAVELA do Fátima será integrada ao Profipo. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 12 out. 1980.

FELIZ aniversário. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 9 mar. 1991.

FENATIRO revive as tradições. **A Notícia**, Joinville, 20 maio 1992.

FESTA do Pescador. **Jornal do Boa Vista**, Joinville, p. 2, jul. 2005.

FOME quase zero: Fundação Pauli-Madi mapeia as regiões carentes e alimenta quem precisa. **Revista Dohler**. Disponível em: <<http://www.dohler.com.br/revistadohler14/cidadania.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

FRANCO, Homero M. A “intromissão” cultural em SC. **A Notícia**, Joinville, 23 maio 1993. Anexo, p. 2.

FREITAG: Festival projeta cidade. **A Notícia**. Joinville, p. 1 e 5, 7 jul. 1985.

FREITAG revela seus planos. **A Notícia**, Joinville, p. 20, 13 fev. 1983.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, p. A5, 6-10 out. 2005. Acervo Promotur.

GROTH, Marlise. Cidade abre a programação dos 150 anos. **A Notícia**, Joinville, 10 mar. 1999a. AN Cidade, p. 1.

_____. Cidade vive conflito social e cultural. **A Notícia**, Joinville, 5 set. 1999b.

_____. No térreo, *show* típico tem público reduzido. **A Notícia**, Joinville, 25 out. 1998.

HOFMANN, Ralph. Tradição e imigração. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 4 out. 1989.

INFORMATIVO Promotur de 26 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.promotur.com.br>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

ITINGA ainda preserva características rurais. **A Notícia**, Joinville, p. A15, 9 jul. 2000.

JACOBS, Germano. Coisas do espírito e da matéria. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1990. Especial Joinville 139 Anos, p. 1.

JARIVATUBA é abandonado pelo poder público. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 8 jul. 1988.

JOINVILLE realiza um dos principais rodeios crioulos de Santa Catarina. **Jornal Extra**, Joinville, p. 9, 9 ago. 1981.

JOINVILLE resgata tradições com nova festa em outubro. **Informa Tur**, Joinville, n. 163, p. 21, 2005. Acervo Promotur.

LANÇADA a bandeira da diversidade. **A Notícia**, Joinville, 7 maio 2009.

LIBERTAR a cultura em Joinville. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 23 mar. 1986.

LOCATELLI, Giovanna. Fenachopp vira ponto de encontro para a família. **A Notícia**, Joinville, 16 out. 1998.

LOETZ, Claudio. Joinville investe em infra-estrutura turística. **A Notícia**, Joinville, 7 jul. 1996. Economia, p. 1 e 4.

LUIZ Gomes, administrador e político: o que pensa o prefeito eleito de Joinville. **A Notícia**, Joinville, p. 4 e 5, 20 nov. 1988.

MAIA, Cristiano. VinVeneto mostra o melhor da tradição italiana. **A Notícia**, Joinville, 18 ago. 1997.

MEURER, Belini. Joinville, cidade de formação conservadora. **A Notícia**, Joinville, 20 fev. 1998.

MUITAS atrações marcam a Festa das Flores. **A Notícia**, Joinville, p. 9, 18 nov. 1990.

NO JARDIM Iririú, vida em condições subumanas. **A Notícia**, Joinville, p. 1 e 5, 9 jul. 1988.

O COMEÇO da maturidade. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 9 mar. 1984.

OLIVEIRA, Marcos de. Kênia quer retomar sua tradição. **A Notícia**, Joinville, 29 set. 2002.

_____. Sociedade Kênia Clube começa nova fase com pagode. **A Notícia**, Joinville, 23 ago. 1997.

OPINIÃO do internauta. **A Notícia**, Joinville, 7 maio 2009.
Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2559683.xml&template=4187.dwt&editio n=12606§ion=1361>Até que a lei os ampare>. Acesso em: 28 jun. 2009.

PAVESI, Odair; BAÇO, José Antônio. Comunidade defende construção de teatro. **A Notícia**, Joinville, p. 24, 3 jul. 1983.

PODER público omisso. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 9 jul. 1988.

PRESERVANDO as tradições. **Jornal dos Bairros**. 20 out. 2006. Editorial. Acervo Promotur.

RIGOTTI, Genara. Fenachopp registra recorde de público no domingo. **A Notícia**, Joinville, 27 out. 1998.

SILVA, João Francisco da. Cidade generosa e de muitos sotaques. **A Notícia**, Joinville, 1.º set. 1996.

SILVA, Norival. O futuro de Joinville. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 20 jun. 1992.

SILVEIRA, Luiz Henrique. A memória italiana. **A Notícia**, Joinville, p. 2, 6 set. 1992.

SOB o viaduto, Natal é sofrimento. **A Notícia**, Joinville, p. 5, 25 dez. 1983.

SUB-RAÇA está surgindo nos mangues de Joinville. **Jornal Extra**, Joinville, 28 abr. 1984.

TERNES, Apolinário. A pátria de tantas gentes. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1999. Especial Joinville 148 Anos.

_____. Especial Joinville 150 Anos. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 2001.

_____. Resgatar a identidade e reconstruir a esperança. **A Notícia**, Joinville, 9 mar. 1997. Especial Joinville 146 Anos.

_____. Rupturas e continuidades. **A Notícia**, Joinville, p. A3, 29 dez. 1996.

TOKARSKI, Fernando. Aculturação catarinense. **A Notícia**, Joinville, 9 maio 1993. Anexo, p. 3.

VERÍSSIMO, Luiz. Intervenção branca. **Notícias do Dia Joinville**, Joinville, 4 fev. 2010. Disponível em: <http://www.clickric.com.br/ric.com/colunistas.asp?id=1432&id_cat=13&id_jornal=2>. Acesso em: 1.º mar. 2010.

WEBER, Betina. Cidade volta ao circuito de festas. **A Notícia**, Joinville, p. 9, 12 mar. 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

_____. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/o_historiador_naif.pdf> Acesso em: 30 jul. 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “**Não sabem dizer a coisa certa**”. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_05.htm>. Acesso em: 25 out. 2008.

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. **No tempo das caravelas**. São Paulo: Contexto, 1992.

ANSART, Pierre. História e memória do ressentimento. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 15-36.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, Mike (Org.). **Cultura global**: nacionalismo, globalização e modernidade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 311-328.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. *In*: CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Migrações internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 615-669.

_____. Teorias das migrações internacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: Brasil, 500 Anos – mudanças e continuidades, 12. Caxambu: ABEP, 2000.

BARBOSA, Wilson Roberto; OLIVEIRA, Fabiano Antonio. A evolução demográfica de Joinville: 1970-2000. **Revista Univille**, Joinville, v. 8, n. 2, p. 72-85, dez. 2003.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, 1996.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 221-229.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 10-29.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Emerson César de. **O catarinense de bombacha: movimento tradicionalista gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)**. 1999. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

CAMPOS, Emerson César de. **Territórios deslizantes:** recortes, miscelâneas e exibições na cidade contemporânea – Criciúma (SC) (1980-2002). 2003. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 267-296, jan.-jun. 2007.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica.** 2. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1993.

_____. **Entrevista concedida para Júlia Aguiar.** Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/entrevista-com-pensador-massimo-canevacci>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lurdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 10. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano:** morar, cozinhar. 5. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre certezas e inquietude. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIMATTI, Marcela de Castro Bastos. **Semiótica da marca: análise da marca contemporânea como fenômeno de linguagem**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/caligrama/n_4/03_MarcelaCimatti>. Acesso em: 3 out. 2008.

COELHO, Ilanil. É proibido ser alemão: é tempo de abraçar-se. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2000. p. 162-195.

_____. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. 1993. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1993.

CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros em Joinville**. Joinville: Fundação Cultural, 1992.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CUNHA, Dilney Fermino. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. Joinville: Letradágua, 2003.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Entrevista concedida a Claire Parnet.**

Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/7134415/o-Abcdario-de-Gilles-Deleuze-Transcricao-Completa>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

DIONISOS TEATRO. **Da cena ao texto: Babaiaga, Entardecer e Migrantes** – dramaturgia da Dionisos Teatro. Joinville: Editora Univille, 2008.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã:** diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí: Univali, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** crônicas da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FINDLAY, Eleide Abril Gordon; COELHO, Ilanil. A cidade do trabalho *versus* o trabalho na cidade. In: REUNIÃO DA SBPH, 25. **Anais...** Rio de Janeiro: SBPH, 2005. p. 409-413.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest:** turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREITAS, Marcos Cezar. Para uma história da historiografia brasileira. In: _____ (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

GIARD, Luce. Introdução. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano:** morar, cozinhar.

5. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 16-20.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GOFFMAN, Irving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathyas Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, n. 34, p. 157-186, jul.-dez. 2004.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Inovação. **Grande Enciclopédia Catarinense**. v. 2. Guaramirim: Ana Paula, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. *In*: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. v. II. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 969-978.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. *In*: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2008.

HEINZELMANN, Marta Regina; SOUZA, Sirlei de. **Associativismo** – uma história de sucesso. Joinville: Editora Univille, 2009.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho...** Fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JANNING, Mauri. **As correntes migratórias a Joinville na década de 80**. 1988. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana) – FEPEVI, Itajaí, 1988. Mimeo.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01021882005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 fev. 2008.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI**. Como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

LARROSA, Jorge. ¿Para qué nos sirven los extranjeros? **Educación & Sociedad**, ano XXIII, n. 79, p. 67-84, ago. 2002.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Unesp, 2001.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. *In*: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 57-70.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)**. 2009. 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Revista Tempo Social**, São Paulo, USP, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003a.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 out. 2008.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2003b.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

MEURER, Belini. **A ética protestante revisitada:** germanismo no sul do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6744262111545811>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Integração:** estudos sociais e históricos – Joinville, Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** 3. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PEDRO, Joana Maria *et al.* **Escravidão e preconceito em Santa Catarina:** história e historiografia. Florianópolis: UFSC, 1996.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Socius, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In:* ENCICLOPÉDIA Einaudi: Memória/História. v. I. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

PRINS, Gwyn. História oral. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita na História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. *In*: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103-117.

RAGO, Margareth. Prefácio. *In*: GRUNER, Clóvis. **Leituras matutinas: utopias e heterotopias da modernidade na imprensa joinvilense (1951-1980)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: [s.n.], 1997.

_____. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. 416 p. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Florianópolis/Joinville: UFSC/FCJ, 1992.

ROSENTAL, Paul-André. Por uma história política das populações. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 176-200, jan./jul. 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTANA, Naum A. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. 232 p. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução. **Osai**, ano V, n. 15, p. 77-90, set./dez. 2004.

_____. Os processos da globalização. *In*: _____ (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-104.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, UFPR, n. 42, p. 11-31, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. *In*: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 51-78.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHNEIDER, Adolpho Bernardo. **Memórias (I)**. Joinville: Ipiranga, s.d.

_____. **Nossa boa terra: contos e crônicas da Terra dos Príncipes**. Joinville: Meyer, 1984.

SILVA, Denize Aparecida da. “**Plantadores de raiz**”: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. 2004. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, dez. 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE. **Álbum histórico do Centenário de Joinville**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

_____. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997.

VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71-93, abr. 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso em: 22 maio 2009.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1994.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Catarinense de História**, n. 2, p. 5-15, 1994.

SITES CONSULTADOS

<<http://2009.campinas.sp.gov.br/prefeitura/link3.html>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

<http://64.233.163.132/search?q=cache:M-yeBzFqq60J:www.pindamonhangaba.sp.gov.br/noticias_1008.asp%3Fmateria%3D2915+XXXII+Festival+Nacional+de+Teatro+de+Pindamonhangaba+Migrantes&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 fev. 2010.

<<http://aleosp2008.wordpress.com/2008/11/24/a-grande-enchente-de-tubarao-em-1974/>>. Acesso em: 1.º mar. 2010.

<<http://andersonluizweb.com/voltamundo.cfm?vm=1273&cod=1273>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4707016Y0>>. Acesso em: 9 mar. 2010.

<<http://esopp.ehess.fr/document.php?id=67>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

<<http://ondeanda.multiply.com/photos/album/1031>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

<<http://www.apiuna.sc.gov.br/conteudo/?item=21694&fa=114>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

<<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2009/04/29/Humor-e-tradicao-na-8a-Festa-do-Pato-em-Joinville-4805.html>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 24 fev. 2010 e 28 fev. 2010.

<<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446606.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2010.

<<http://www.sumare.sp.gov.br/news.php?id=655>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

